

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS

CHARLIES UILIAN DE CAMPOS SILVA

**DA REFLEXÃO SOBRE OS PRONOMES À PROPOSIÇÃO SEMIOLÓGICA DA
INTERPRETÂNCIA DA LÍNGUA: OS SIGNOS VAZIOS COMO ELO TEÓRICO NO
PENSAMENTO DE ÉMILE BENVENISTE**

PORTO ALEGRE

2020

CHARLIES UILIAN DE CAMPOS SILVA

DA REFLEXÃO SOBRE OS PRONOMES À PROPOSIÇÃO SEMIOLÓGICA DA
INTERPRETÂNCIA DA LÍNGUA: OS SIGNOS VAZIOS COMO ELO TEÓRICO NO
PENSAMENTO DE ÉMILE BENVENISTE

Tese de doutorado em Letras apresentada
como requisito parcial para obtenção do título
de Doutor em Letras pelo Programa de Pós-
Graduação em Letras da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul – UFRGS

Orientador: Prof. Dr. Valdir do Nascimento
Flores

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Charlies Uilian de Campos
Da reflexão sobre os pronomes à proposição
semiológica da interpretância da língua: os signos
vazios como elo teórico no pensamento de Émile
Benveniste / Charlies Uilian de Campos Silva. -- 2020.
176 f.
Orientador: Valdir do Nascimento Flores.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Benveniste. 2. teoria da enunciação. 3.
pronomes. 4. semiologia da língua. 5. interpretância.
I. Flores, Valdir do Nascimento, orient. II. Título.

CHARLIES UILIAN DE CAMPOS SILVA

DA REFLEXÃO SOBRE OS PRONOMES À PROPOSIÇÃO SEMIOLÓGICA DA
INTERPRETÂNCIA DA LÍNGUA: OS SIGNOS VAZIOS COMO ELO TEÓRICO NO
PENSAMENTO DE ÉMILE BENVENISTE

Tese de doutorado em Letras apresentada como requisito parcial para obtenção do título de
Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul – UFRGS

Aprovada em: 12 de março de 2020

Valdir do Nascimento Flores, Dr. (Orientador)

UFRGS

Carmen Luci da Costa Silva, Dr.^a

UFRGS

Claudia Stumpf Toldo Oudeste, Dr.^a

UPF

Renata Trindade Severo, Dr.^a

IFRS

Para Marlene Teixeira (*in memoriam*),
pesquisadora, professora, amiga e fonte de (e)terna inspiração.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e seu Programa de Pós-Graduação em Letras, que me proporcionaram uma sólida formação e me ampliaram os horizontes teóricos, fornecendo-me os subsídios que possibilitaram o desenvolvimento dessa pesquisa;

Ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul, pelo afastamento para qualificação docente e pelo auxílio nesse processo fornecido pelos setores de ensino, pesquisa, extensão, gestão de pessoas, comissão permanente de pessoal docente, direção geral e reitoria, além da trajetória profissional repleta de desafios e transformações;

Ao professor, orientador, amigo, mestre e guia Valdir do Nascimento Flores, que me permitiu ser linguista e me conduziu em toda minha trajetória, iluminando meus caminhos, ressignificando meu pensamento e amparando minhas incessáveis dúvidas e reformulações;

Às professoras Carmem Luci, Claudia Toldo e Renata Severo, que acompanharam o desenvolvimento desta pesquisa e participaram de seu processo de qualificação, aceitando o convite para interlocução e propondo caminhos e perspectivas para a melhoria desse trabalho e, conseqüentemente, de minha formação profissional e intelectual;

Às minhas eternas orientadoras Vera Haas e Ana Zilles, que me ensinaram e acolheram durante a graduação e o mestrado, proporcionando-me uma trajetória acadêmica permeada por debates constantes e colaboração mútua;

A Verônica Seidel, que, além da revisão e da formatação, colaborou em diversos momentos para o desenvolvimento da pesquisa;

Aos colegas e amigos que, incontáveis vezes, permitiram minhas digressões teóricas, em especial Daiane Neumann, Gabriela Barboza, Aline Stawinski, Gabriela Cruz, Dania Gonçalves, Juliana Morosino, Andreia Meinerz, Sergio Portela e Tiago Rech;

Aos amigos e familiares pelo suporte, pela compreensão e pelo amor, em especial às três professoras de minha família – minha mãe, Maria das Graças, minha madrinha, Ana Maria, e minha avó, Rita (*in memoriam*);

Ao João e ao Costinha, que jamais me permitiram cair;

Aos meus alunos, que me ensinaram a não sossegar e a ser feliz dessa forma;

Aos meus guias espirituais, que descortinaram o véu da terceira margem do rio;

À irmandade de luz, em especial Cassi, Cypri, Márcio, Rogério, Ariani e Arthur.

O presente é a única realidade, a única
existência, o único movimento que existe
(OSHO)

RESUMO

Este trabalho de pesquisa consiste em uma abordagem teórica a respeito do pensamento de Émile Benveniste, com especial interesse naquilo que chamamos de Teoria da enunciação e de Semiologia da língua. Habitualmente compreendidas como momentos distintos da produção benvenistiana, nossa hipótese parte da ideia de que esses dois estágios teóricos estejam correlacionados e nosso objetivo é evidenciar como uma reflexão está atrelada à outra. Além disso, procuramos explicitar os desdobramentos éticos oriundos dessa discussão. A fim de atingir nossos objetivos, partimos da seguinte pergunta: o que é, afinal de contas, a interpretância da língua? Para responder a esse questionamento, procedemos à leitura de cinco diferentes artigos indexados na plataforma Sucupira, a fim de entender como a interpretância é compreendida no debate acadêmico da Linguística brasileira. Ademais, propusemos um percurso de leitura circunscrito aos *Problemas Gerais de Linguística I e II*, a de delimitar e compreender a interpretância da língua proposta por Émile Benveniste. Para realizar nosso cotejo com a perspectiva enunciativa da obra benvenistiana, elaboramos um novo percurso textual, passando pelos artigos que teorizam acerca do sistema pronominal e finalmente propõem as categorias de pessoa, tempo e espaço como as bases fundantes da atividade enunciativa. Nossa leitura permitiu identificar que os signos vazios da língua – com especial destaque as categorias de pessoa, tempo e espaço – são o elo teórico entre a Semiologia da língua e a Teoria da enunciação. De um lado, os signos vazios são os elementos necessários e suficientes para que haja a atividade enunciativa e, de outro, consistem em uma relação específica que a língua tem consigo mesma, criando um nível intermediário de acesso do homem ao universo do discurso. Percebemos, além disso, que os signos vazios estão presentes na constante relação entre o geral e o específico, característica marcante do pensamento benvenistiano. Esses signos também possuem um valor ético no interior da reflexão de Benveniste, pois possibilitam ao homem o acesso ao outro. A partir de tais constatações, acreditamos que nosso trabalho possa contribuir para orientar uma nova possibilidade de leitura e ensino do pensamento de Benveniste no Brasil.

Palavras-chave: Teoria da enunciação. Categorias de tempo, espaço e pessoa. Semiologia da língua. Interpretância da língua. Signos vazios.

RÉSUMÉ

Ce travail de recherche consiste en une approche théorique de la pensée d'Émile Benveniste, avec un intérêt particulier pour ce que nous appelons la Théorie de l'énonciation et la Sémiologie de la langue. Habituellement compris comme des moments distincts de la production benvenistien, notre hypothèse part de l'idée que ces deux étapes théoriques sont corrélées et notre objectif est de montrer comment une réflexion est liée à l'autre. En outre, nous cherchons à clarifier les développements éthiques découlant de cette discussion. Pour atteindre nos objectifs, nous partons de la question suivante: qu'est-ce que l'interprétance de la langue après tout? Pour répondre à cette question, nous avons lu cinq articles différents indexés dans la plateforme Sucupira afin de comprendre comment l'interprétance est comprise dans le débat académique de la Linguistique brésilienne. De plus, nous avons proposé un parcours de lecture circonscrit aux Problèmes de Linguistique Générale I et II, afin de délimiter et comprendre l'interprétance de la langue proposée par Émile Benveniste. Pour faire notre comparaison avec la perspective énonciative de l'œuvre benvenistien, nous avons élaboré un nouveau itinéraire textuelle, en parcourant les articles qui théorisent sur le système pronominal et proposent finalement les catégories de personne, de temps et d'espace comme bases fondamentales de l'activité énonciative. Notre lecture nous a permis d'identifier que les signes vides du langage – avec un accent particulier sur les catégories de personne, de temps et d'espace – sont le lien théorique entre la Sémiologie de la langue et la Théorie de l'énonciation. D'une part, les signes vides sont les éléments nécessaires et suffisants pour l'activité énonciative et, d'autre part, ils consistent en une relation spécifique que la langue entretient avec elle-même, créant un niveau intermédiaire d'accès de l'homme à l'univers du discours. On se rend également compte que les signes vides sont présents dans la relation constante entre le général et le spécifique, caractéristique de la pensée benvenistien. Ces signes ont également une valeur éthique dans la réflexion de Benveniste, car ils permettent à l'homme d'accéder à l'autre. Enfin, nous pensons que notre travail peut servir de nouvelle possibilité pour lire et enseigner Benveniste au Brésil.

Mots-clés: Théorie de l'énonciation. Catégories de temps, espace et personne. Sémiologie de la langue. Interprétance de la langue. Signes vides.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O primeiro triângulo: a triquetra	78
Figura 2 – <i>Mudras</i>	106
Figura 3 – O segundo triângulo: o triângulo de Penrose	143
Figura 4 – O terceiro triângulo: o triângulo de Sierpinski.....	166

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A INTERPRETÂNCIA DA LÍNGUA	31
2.1 DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS EM INTERPRETÂNCIA?.....	32
2.1.1 Língua e linguagem como organizadoras do pensamento em Saussure e Benveniste	33
2.1.2 Pensando o sentido em Benveniste e Authier-Revuz – uma leitura enunciativa	35
2.1.3 A (re)invenção de discursos e a história da criança na linguagem	37
2.1.4 A questão da significância da língua em Émile Benveniste: o modo semiótico e o modo semântico	39
2.1.5 Uma proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem na aquisição da linguagem	41
2.1.6 Síntese	42
2.2 A INTERPRETÂNCIA EM ÉMILE BENVENISTE	44
2.2.1 Categorias de pensamento e categorias de língua (1958)	47
2.2.2 A forma e o sentido na linguagem (1967)	53
2.2.3 Semiologia da língua (1969)	58
2.2.4 Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1970)	70
2.3 SÍNTESE	77
3 A REFLEXÃO SOBRE OS PRONOMES: ABERTURA TEÓRICA EM ÉMILE BENVENISTE	80
3.1 ESTRUTURA DAS RELAÇÕES DE PESSOA NO VERBO (1946).....	82
3.2 A NATUREZA DOS PRONOMES (1956)	95
3.3 DA SUBJETIVIDADE NA LINGAGUEM (1958).....	104
3.4 AS RELAÇÕES DE TEMPO NO VERBO FRANCÊS (1959)	115
3.5 A LINGUAGEM E A EXPERIÊNCIA HUMANA (1965).....	118
3.6 O APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO (1970)	131
3.7 SÍNTESE	142
4 DA ENUNCIÇÃO À INTERPRETÂNCIA: OS SIGNOS VAZIOS	145
4.1 A TRANSIÇÃO ENTRE O GERAL E O PARTICULAR.....	146
4.2 OS DESDOBRAMENTOS ÉTICOS DOS SIGNOS VAZIOS	151
4.3 OS SIGNOS VAZIOS COMO ELO TEÓRICO ENTRE A TEORIA DA ENUNCIÇÃO E A SEMIOLOGIA DA LÍNGUA	158

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS	171

1 INTRODUÇÃO

Quando me deparei com a necessidade de escrever uma tese sobre Émile Benveniste, dirigi todas as minhas atenções para o texto *Semiologia da língua*. Isso ocorreu por dois motivos. O primeiro deles, mais imediato: era meu texto favorito na época – hoje simplesmente não tenho um, tendo em vista que considero cada texto a parte única de uma obra maior. O segundo motivo, que até hoje estou entendendo: há inúmeras leituras possíveis desse texto!

As aulas do mestrado e do doutorado evidenciaram, a cada discussão, desdobramentos novos do pensamento de Benveniste; contudo, não consigo deixar de pensar que *Semiologia da língua* é um texto enigmático. Um exemplo: esse texto trata, poderíamos resumir, da capacidade que a língua tem de se articular duplamente no modo semiótico e no modo semântico. Por operar tanto no modo semiótico quanto no modo semântico, a língua seria o sistema semiológico por definição. Ora, o próprio artigo de Benveniste se articula assim duplamente: a primeira parte é dedicada à semiologia de base semiótica de Saussure e Peirce, enquanto a segunda ingressa no universo do semântico, situando a língua como elemento semiológico. Não apenas considero essa correlação sofisticada, como também penso que ela é justamente uma evidência de que há enigmas, sentidos ocultos a serem desvelados nesse texto.

Ao longo do percurso de doutorado, foram inúmeros os projetos que, habitando minha imaginação, se tornariam uma tese. A única certeza que tinha era a de que não faria um trabalho sobre os pronomes, visto que foram meu objeto de estudo no mestrado. Bem é verdade que os estudei de uma perspectiva bastante diferente: sou mestre em Linguística Aplicada e desenvolvi uma pesquisa na área de Sociolinguística Variacionista. Minhas fundações teóricas estavam nas obras *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, de Weinreich, Labov e Herzog (2006), e *Padrões sociolinguísticos*, de Labov (2008). Junto a esses textos, diversos trabalhos da linguística brasileira foram fonte teórica sobre os processos de variação, mudança, gramaticalização, apagamento semântico e outros fenômenos da língua em uso.

Durante o período de mestrado, tive também a oportunidade de frequentar aulas sobre Benveniste; sua reflexão acerca dos pronomes chegou a mim com o impacto de um abalo sísmico, que causou uma pequena rachadura no meu chão teórico: na bifurcação em que me encontrava, os pronomes foram uma ponte entre universos. Benveniste e Labov tornaram-se, assim, guias teóricos que conduziram o desenvolvimento de meu projeto de pesquisa,

ocupando, posteriormente, um número significativo de páginas no texto final da dissertação. Na minha perspectiva, o sistema pronominal conecta de forma orgânica e sistêmica a Sociolinguística com a discussão sobre a linguagem oriunda da Teoria da Enunciação.

E essa conexão foi o fio condutor da reflexão desenvolvida na época, que buscava evidenciar a concepção de pronome apresentada em um livro didático – mais especificamente, o livro da escola onde eu trabalhava. Dessa forma, partindo dos processos de variação e mudança e chegando às reflexões de Benveniste sobre os pronomes, pude associar as diferentes influências que recebi em minha formação.

De um lado, percebi que existe um complexo processo de variação e mudança na língua, com especial destaque para o sistema pronominal brasileiro. Esse processo, geralmente compreendido pelo distanciamento histórico, é nosso contemporâneo: as formas *você*, *ocê* e *cê*, por exemplo, podem exercer a função de pronome pessoal e ocupar a posição de sujeito – embora as gramáticas e os livros escolares raramente admitam essa possibilidade, devido à tradição normativa existente no currículo escolar. De outro lado, pude observar como a discussão de base enunciativa ainda está se aproximando, aos poucos, dos espaços de saber escolar. Em resumo, o livro didático que analisei apresentava os pronomes a partir da tradição normativa, sem recorrer, em momento algum, às contribuições do campo da enunciação.

Nesse momento, resolvi fazer um pequeno “experimento” em aula – com turmas de educação básica – e passei a apresentar o sistema pronominal por meio das indagações benvenistianas: “quem, afinal de contas, é *eu*?” era um questionamento frequente em minhas exposições. Fui compreendendo, aos poucos, como essa abordagem era absolutamente mais eficaz e instigante: mostrar a natureza do sistema pronominal é um exercício de reflexão muito profundo sobre a linguagem, pois diz respeito justamente à categoria que coloca em articulação a tríade homem-língua-mundo.

Os estudantes estampavam no rosto a “mesma” expressão de surpresa que tive ao entender que o *eu* virava *tu* e o *tu* também virava *eu*. Foi quando eu finalmente compreendi que os pronomes exerciam certo fascínio em mim: como pode todo mundo (e ninguém, ao mesmo tempo) corresponder a *eu* e a *tu*? Como pode o falante tomar a língua inteira de uma vez só apropriando-se apenas de uma palavra?

Tais indagações em direção à base da linguagem – sua base comum, que lhe confere sustentação em todas as línguas – levam-nos a diversos outros questionamentos: como podem existir esses buracos negros da linguagem? Como essas palavras podem, ao mesmo tempo, se comportar de maneira tão variada e ainda assim ter um funcionamento universal em todas as línguas particulares conhecidas? Os pronomes pareciam-me sempre os mesmos (as mesmas

categorias), mas também sempre diferentes (variáveis, transitórios): como integram, ao mesmo tempo, categorias tão distintas?

Mas, terminada a dissertação, eu sabia que precisava buscar aquele “algo novo”; e foi por isso que, mudando de instituição, considerei que era hora de mudar também de área e passei a me dedicar ao estudo de Émile Benveniste. Como *Semiologia da língua* era meu texto preferido e não pretendia ter o *mesmo* objeto de estudo do mestrado, acabei demonstrando menor interesse pelos pronomes e fui adentrando o itinerário semiológico de Benveniste. Paralelamente, o projeto de pesquisa que permitiu meu ingresso no doutorado deixou de existir – por se tratar de um projeto sobre pronomes – e tive de buscar um novo projeto. Só havia um problema: qual?

Nada parecia fazer sentido para mim naquele momento: a reflexão semiológica de Émile Benveniste é densa e sucinta, parecendo impossível extrair algo que justificasse a realização de uma tese. Nesse período, tentava compreender os conceitos básicos da Semiologia como quem estuda o esqueleto humano: queria achar precisamente onde estava cada termo – a interpretância, a homologia, o semiótico, o semântico – e como se articulava com os demais. Na ausência de uma definição formal do próprio Benveniste para tais conceitos, busquei em artigos e nas discussões acadêmicas, senão uma definição plena, pelo menos certo consenso, uma espécie de zona mista e estável onde seria possível me ancorar teoricamente.

Precisamente nesse momento, compreendi que cada pesquisador tinha uma maneira própria de trabalhar esses conceitos e que seria inútil tentar forçar qualquer tipo de definição formal para os conceitos que *me* interessavam definir. Era necessário, portanto, que eu elaborasse a minha maneira de estudar esses conceitos e desenvolver, a partir daí, uma discussão que possivelmente se tornaria uma tese. Nesse sentido, é oportuna a ponderação de Teixeira (2012a, p. 191):

[...] reflexões acadêmicas nem sempre transcorrem linearmente. Não raras vezes, encontramos problemas na formulação de nosso raciocínio que nos obrigam a voltar a ele para ajustar o foco. Adentrar por teorias complexas implica levantar algumas camadas, mas debaixo ficam outras à espera de serem descobertas. Não há ‘terra prometida’ possível a alcançar e a retomada do percurso é constitutiva do fazer científico.

Comecei a lidar com a ausência de uma tese em meio ao percurso do doutorado e, nesse momento, passei a me dedicar ao estudo do termo *interpretância*, tentando extrair substrato para o projeto de pesquisa. Não encontrei o que buscava, mas achei algo muito mais interessante: tive, durante uma orientação, uma intuição teórica. Uma intuição simples, que

precisou ser reajustada e reorganizada diversas vezes, mas uma intuição que viraria tese: a reflexão sobre os pronomes, tão associada à enunciação, também estava presente na discussão semiológica – a interpretância da língua, ainda que inicialmente oculta, se fazia presente nos textos dedicados à enunciação.

E foi assim que os pronomes voltaram à cena. Dessa vez, contudo, não procurei estabelecer por meio dos pronomes uma relação entre duas áreas distintas, oriundas de autores diferentes. Ao contrário, circunscrevi meu projeto ao pensamento de Émile Benveniste, evidenciando relações internas entre dois *momentos teóricos* – cf. Flores (2013) – importantes de sua carreira: a semiologia e a enunciação. Assim, considero que tenho um objeto de pesquisa absolutamente novo, apesar de ainda me situar no escopo da discussão acerca do sistema pronominal.

Antes de dirigirmos nossa atenção a Émile Benveniste, necessito fazer algumas observações. A primeira delas diz respeito à ausência de gênero nos termos *homem*, *ele* e correlatos na terminologia apresentada pelos textos benvenistianos; assim, quando falamos em *homem na língua*, designamos toda a espécie humana, da mesma forma que o pronome *ele* também implica sua forma feminina, *ela*. Optamos por não marcar o gênero (*ele/ela*, por exemplo) por acreditarmos que, depois de inúmeras repetições, essa estratégia poderia truncar o texto, além de não corresponder à terminologia de Benveniste – então, propusemos essa observação a fim de orientar a leitura. Admitimos, contudo, que o aspecto crítico dessa questão necessita de maiores discussões, realocando o escopo das noções contidas e expressas via masculino, em uma tentativa, talvez anacrônica, de manter a terminologia original.

A segunda observação, por sua vez, está relacionada aos termos *falante*, *ouvinte* e correlatos, ou construções como *realização vocal da língua*. Ora, é preciso admitir que as reflexões sobre as línguas de sinais não ocupavam um local importante no interior da reflexão de Émile Benveniste, mas essa é a realidade também do contexto no qual Benveniste produziu suas proposições. Faz-se necessário, desse modo, alertar que as línguas de sinais também são línguas naturais e variáveis, assim como a língua portuguesa (OLIVEIRA; MARQUES, 2014). Dessa forma, precisamos relativizar os termos *ouvinte* e *falante*, por exemplo, entendendo que são coextensivos às línguas de sinais. Assim, quem sinaliza também ocupa a posição de pessoa e assume a língua toda, por exemplo, da mesma forma como aquele que diz oralmente *eu*.

Já a terceira observação diz respeito à autoria deste trabalho de pesquisa: embora tenha especificamente apenas um autor e um orientador, é necessário admitir que nosso estudo compreende um grande número de influências e discussões coletivas. Dessa maneira, esta tese

não é *minha*: uma parte significativa das discussões aqui apresentadas resulta de debates em sala de aula e eventos acadêmicos, com especial destaque às contribuições advindas dos colegas que se dedicam ao estudo de Saussure e Émile Benveniste no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Por fim, uma última observação concerne às vozes que se instanciam na escrita desta tese. Em alguns momentos, quando assumo maior responsabilidade por determinado movimento teórico, escrevo na primeira pessoa do singular; em outros, oscilamos para a primeira pessoa do plural, quando consideramos que é uma asserção de força coletiva, resultante de inúmeras orientações e discussões em aula e impulsionada pelos linguistas que se dedicam a estudar a obra de Émile Benveniste. Há, ainda, passagens situadas em terceira pessoa, associadas sobretudo a observações de natureza mais genérica ou a postulados consensuais, já estabelecidos, nas discussões de âmbito acadêmico. Assim, ressalvadas essas questões, passemos a acompanhar um pouco da trajetória e da formação intelectual de Émile Benveniste.

Nascido Ezra Benveniste, na Síria em 1902, Benveniste naturalizou-se francês em 1924, tornando-se Émile. Sua carreira acadêmica foi influenciada pelo trabalho do então professor e pesquisador Antoine Meillet, a quem sucedeu na cadeira de Gramática Comparada, no Collège de France, em 1937 (AGUSTINI; ARAÚJO; LEITE, 2015). Percebemos que, tanto em sua formação quanto em seu contexto histórico, há uma trajetória que acompanha o surgimento e o desenvolvimento da Linguística moderna, fundada como a conhecemos a partir da organização, edição e publicação do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, em 1916 (MARRA; MILANI, 2012).

Para falarmos de Émile Benveniste, é fundamental compreendermos e situarmos sua discussão no contato com o pensamento de Saussure, ora afastando-se, ora aproximando-se das ideias saussurianas, mas sempre mantendo contato, estabelecendo relações com os fundamentos teóricos estipulados pelo mestre: “[...] ao entrar em contato com alguns textos de Émile Benveniste, os quais se destacam pela reflexão enunciativa que fazem, percebemos que deveríamos revisitar a principal origem dessas reflexões: Saussure” (TOLDO, 2012, p. 13).

A respeito do vínculo teórico entre Émile Benveniste e Ferdinand de Saussure, sempre ecoarão as palavras de Claudine Normand (2007, p. 15):

Benveniste encontrou Saussure naquilo que ele pôde conhecer de seus escritos. Muitos lingüistas, talvez todos, na França pelo menos, encontraram os dois autores em escritos mais ou menos numerosos: textos, manuscritos, glosas, comentários. Mais do que referências, tratam-se de presenças: todos os dois se impuseram e continuam se impondo ainda hoje a quem se interessa pela linguagem; cada um fez

presentir, mais do que revelar, que alguma coisa essencial estava em jogo naquilo que ainda não se acordou em nomear: língua, discurso, comunicação... Eles nos acordaram do sonho dogmático, colocando questões que, apesar de suas tentativas e de todos aqueles que se seguiram, ainda não estão fechadas. Freud teria dito feridas narcísicas, pois continuamos a não saber o que fala em nós, e eles são uma das fontes dessa incerteza.

Do encontro de Émile Benveniste com Ferdinand de Saussure, ou seja, da busca de Benveniste por Saussure, muitas questões foram levantadas a respeito da língua, da linguagem e da nossa presença no mundo enquanto seres simbólicos. Embora a distância espacial e temporal que separa Benveniste e Saussure seja relativamente pequena, o encontro dos dois, como sabemos, ocorreu tardiamente e somente pode ser percebido por meio da influência do pensamento saussuriano na obra de Benveniste. Mas isso foi o suficiente para que os desdobramentos e os ecos desse encontro evocassem novas questões e perspectivas sobre a linguagem:

[...] ora, a recepção de um pensamento não implicaria avaliar as potencialidades que ele tem de dar horizontes ao campo do qual ele mesmo se origina? Em outras palavras: a linguística de Saussure não deveria produzir uma (ou mais) linguística? A recepção da teoria não implicaria produzir um saber prospectivo? (FLORES, 2017, p. 31).

Especialmente no que tange à relação Saussure-Benveniste, acreditamos que haja, sim, a produção de novos saberes: saberes que acompanham, ao mesmo tempo em que ultrapassam, sua teoria originária. É necessário dizer que essa ultrapassagem preserva o saber original, fonte inestimável para que ocorra o desdobramento teórico: mas, ainda assim, é uma ultrapassagem que extrapola os limites epistemológicos estabelecidos pela teoria originária, que vai além de seu horizonte epistemológico, ainda que conserve o saber primário do qual se origina. Essa ultrapassagem, conhecida como *aufhebung* ou *suprassunção* no pensamento dialético hegeliano, significa também preservar a reflexão fundante, que desbravou caminhos teóricos:

‘Ir além’ – e ‘ultrapassar’ – pode ter o sentido, dentro da teoria benvenistiana, da *aufhebung* hegeliana, cujo significado é, a um só tempo, negação, supressão, conservação e suspensão. O ‘ir além’ esboçado por Benveniste, a um só tempo, nega, suprime, conserva e suspende a teoria de Ferdinand de Saussure (FLORES, 2013, p. 80, grifo do autor).

Tal ultrapassagem, segundo Flores (2013), é feita por três vias: na análise intralinguística, a partir de uma semântica que implica também o aspecto semiótico; na análise translinguística, por meio da proposição de uma metassemântica; e em uma semiologia de segunda geração, por intermédio da ultrapassagem dupla. Nesse sentido, parece

oportuno reafirmar que “Benveniste é um linguista que ultrapassou os estudos de Ferdinand de Saussure, não os superando, mas dando continuidade a eles” (TOLDO, 2012, p. 26).

Assim, por um lado, suas ideias “[...] aproximam-se, pois ambos asseveram que a língua é um sistema de signos que se define mais por suas diferenças do que por suas semelhanças”, e, por outro, “Benveniste *vai além* de Saussure, pois instaura o sujeito no centro do estudo da linguagem [...] Muito mais do que ‘ir além’, Benveniste instaura um novo domínio de estudo, que é o do *discurso*” (TOLDO, 2012, p. 41, grifo do autor). Desse modo, Toldo (2012, p. 41) conclui que “[...] um estudo do sentido é o que difere Benveniste de Saussure. Ao considerar o domínio do semiótico atrelado ao do semântico, Benveniste instaura um domínio não desenvolvido nos estudos de Saussure: o domínio da enunciação”.

Em termos sintéticos, Saussure afirma que existem duas possibilidades epistemológicas e metodológicas para estudar a língua: a *langue*, dimensão social da possibilidade de língua (língua sistema), e a *parole*, uso individual da língua situada no tempo e no espaço (conceito embrionário que serviu de ponto de partida para Benveniste propor a noção de enunciação). Para Saussure, a primeira via apresenta-se como a única possível para a elaboração de uma teoria; Benveniste acompanha-o nesse trajeto, mas decide, também, explorar a segunda via, que contrapõe os fundamentos abstratos da língua enquanto sistema semiótico ao uso particularizado e sempre novo que cada indivíduo faz de uma língua particular. Benveniste instaura, a partir disso, o domínio da enunciação. De toda forma, é na língua e pela língua que Benveniste acompanha, segue e finalmente ultrapassa o mestre genebrino.

Já a respeito da correlação entre a língua, tomada inicialmente aos moldes saussurianos como objeto virtual abstraído coletivamente (língua enquanto sistema), e as diferentes línguas particulares, compreendidas como as manifestações materiais e históricas da língua em uso, é o próprio Émile Benveniste quem adverte acerca da ocorrência e da influência simultânea, sistêmica e dinâmica entre o geral e o específico, o micro e o macro, a parte e o todo, em suma, o *a priori* e o *a posteriori* da língua:

O problema geral da classificação das línguas decompõe-se em certo número de problemas particulares que variam em natureza segundo o tipo de classificação visado. Esses problemas particulares têm, porém, em comum o fato de que, formulados com rigor, cada um deles põe em questão ao mesmo tempo a totalidade da classificação e a totalidade da língua que se deve classificar (2005, p. 105).

Para Saussure, a noção de signo, por exemplo, articulada à relação da oposição entre significante e significado, fica restrita ao universo semiótico, estabelecendo uma relação de

arbitrariedade; para Benveniste, por sua vez, o signo é a unidade do sistema que permite à língua estabelecer seu domínio semiótico, mas também reivindica a premência de acessar seu domínio semântico, instaurando a enunciação e a palavra dita no mundo como uma relação necessária, pois esta é justamente a dupla articulação específica da língua:

Podemos dizer que, para Benveniste, significante está para semiótico, assim como significado está para semântico [...] a relação do significante com o significado tem de ser “necessária” e não “arbitrária”, visto que essa relação se dá no uso da língua e necessariamente *forma* e *sentido* se complementam no discurso [...] Benveniste demonstra que a sua preocupação não reside no fato da relação pura entre significante e significado, mas no fato de que essa relação somente se confirma no uso concreto da língua, portanto, no discurso. Antes do discurso, o signo para Benveniste é apenas uma possibilidade de uso, no entanto, no discurso ele ganha o sentido desejado pelo locutor e mostrando, portanto, que é o discurso que é doador de sentido (TOLDO, 2012, p. 38-39, grifo do autor).

Portanto, é rastreável no trabalho de Benveniste a influência semidireta de Saussure, permeada pela presença de Antoine Meillet, que foi tanto discípulo de Ferdinand quanto mentor de Émile. A respeito do impacto de Saussure sobre o pensamento de Benveniste, Michel Arrivé (1997, p. 21) afirma:

Me parece evidente que a concepção benvenistiana de enunciação está inscrita no prolongamento e no aprofundamento da linguística saussuriana da fala, tal qual se manifesta – de forma breve, mas plenamente explícita – no ensinamento autêntico de Saussure (tradução nossa).¹

Ao trazer à tona aspectos concernentes à epistemologia da Linguística, Arrivé (1997) não apenas remonta (retrospectivamente) à sucessão do pensamento de Saussure, como também projeta (prospectivamente) os desdobramentos, aparentemente superficiais, da separação entre língua e fala. A colocação de Arrivé, na realidade, indica o aspecto duplo da relação Saussure-Benveniste, em que, por um lado, há ruptura e, por outro, continuação. Esse jogo inicialmente duplo – que remete ao processo dialético de tese, antítese e síntese – também é abordado por Stumpf (2010, p. 8):

Assim, se para o modo semiótico o arcabouço teórico do pensamento saussuriano sobre signo serve, para o modo semântico deve-se criar um novo aparelho. Podemos pensar que esse novo aparelho se ocupa das marcas de enunciação no enunciado: marcas linguísticas de sujeito, tempo, pessoa, etc.

Convém ressaltar que a concepção de enunciação consiste em uma das mais importantes para o pensamento benvenistiano, visto que é base estruturante para o que

¹ No original: “Il m'est évident que la conception benvenistienne de l'énonciation s'inscrit dans le prolongement et l'approfondissement de la linguistique saussurienne de la parole, telle qu'elle se manifeste – brièvement, certes, mais de façon pleinement explicite – dans l'enseignement authentique de Saussure”.

chamamos de Linguística da Enunciação, no sentido estrito, e mesmo para uma Teoria da Enunciação, em sentido amplo. Conforme explicita Arrivé (1997), a linguística saussuriana da fala, isto é, da *parole*, pode ser compreendida como um desdobramento da linguística que Saussure, na sua época, anunciou sem concretizar, uma vez que a Linguística saussuriana em um primeiro momento trataria da relativa homogeneidade da língua (*langue*) como objeto teórico e fenômeno social, ainda que reconhecesse a fala (*parole*) como constituinte da linguagem e elemento implicado em seu estudo:

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psicofísica. Sem dúvida, esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes (SAUSSURE, 2006, p. 27).

Contudo, também é necessário observar que a articulação entre língua (*langue*) e fala (*parole*) faz parte de um programa metodológico para compreender a língua enquanto sistema; dessa maneira, a separação entre língua e fala é um aspecto metodológico artificial, visto que a língua em uso está caracterizada pela integração plena de seus eixos. E o próprio Saussure (2002, p. 115) nos adverte de que “[...] a abstração, em matéria de língua, mesmo feita com conhecimento de causa, só permite, na prática, aplicações limitadas – é um procedimento lógico”. Ou seja, Saussure momentaneamente suspende a atividade individual da *parole* a fim de compreender os princípios e os fundamentos da *langue* (entendida como um sistema de relação entre unidades internas, os signos), de modo que “[...] o pensamento saussuriano não se resume apenas à língua, mas vai muito além dela” (FLORES; NUNES, 2007, p. 203).

Além disso, embora seja possível correlacionar a *parole* com a teoria enunciativa de Émile Benveniste, para evidenciar a influência de Saussure sobre Benveniste, é necessário dizer que o campo da enunciação requer um aparelho formal próprio e opera um novo movimento epistemológico dentro do pensamento linguístico. Portanto, a Teoria da Enunciação, mesmo que não configure formal e metodologicamente uma proposição teórica e que seja compreendida como um desdobramento do pensamento saussuriano, não se restringe a costurar os retalhos programáticos da linguística de Saussure:

[...] é relativamente difícil de sustentar que o campo da Enunciação esteja integralmente contido na ideia de “linguística da fala” ou mesmo na de “linguística externa”, tangencialmente, formuladas por Saussure. Há na fala, tal como é apresentada no *Curso*, um componente de irregularidade – às vezes nomeado

“individual” ou “acidental” – que não se coaduna com a Enunciação [...] Parece, então, possível insistir que a dicotomia língua/fala receba outro estatuto no campo da Enunciação, qual seja, o de superação da dicotomia em favor de uma ideia de estrutura que comporte sua atualização. Trata-se não mais de opor a língua à fala, mas de ver que a língua comporta a fala e vice-versa [...] Em linhas gerais, talvez tenha sido precisamente esse realinhamento das noções língua/fala que Benveniste tenha feito a partir da leitura do *Curso* (FLORES; NUNES, 2007, p. 202-204, grifo do autor).

Em resumo, a separação entre língua e fala pode estar associada ao conceito de enunciação em Émile Benveniste, mas isso não significa que a primeira implique necessariamente a segunda – na verdade, a segunda instaura um novo domínio e vai além dos fundamentos teóricos da primeira. Nesse sentido, é oportuna a definição do *Dicionário de Linguística da Enunciação*:

[...] a noção de enunciação, entendida como uso da língua, pressupõe um quadro enunciativo, que se configura por sujeitos – o par *eu-tu* –, ou seja, a noção de pessoa – e situação – o espaço e o tempo. Essa noção, descrita como ato de tomada da palavra, constitui-se em um processo de inserção dos sujeitos na língua, o qual envolve apropriação e atualização [...] Tal atividade dos sujeitos pressupõe o estabelecimento de inter-relações entre as palavras ou sintagmatização, exigência da ideia que é expressa ou interpretada (FLORES *et al.*, 2009, p. 102).

De toda forma, Benveniste recorre a Saussure como fonte teórica. É possível dizer que Benveniste não apenas testemunhou, mas também desenvolveu estudos de natureza comparatista, intuindo em seu trabalho tanto princípios gerais para elucidar o funcionamento da língua *stricto sensu* quanto aspectos que ultrapassam a Linguística e avançam em direção à compreensão do homem na língua.

Nesse sentido, pode-se compreender que o trabalho de Émile Benveniste inicia alicerçado no rigor metodológico do estruturalismo e nos princípios comparatistas que compõem parte significativa da história da Linguística, abordando, sobretudo, as particularidades de cada língua em seu funcionamento próprio, isto é, suas especificidades enquanto línguas. A respeito dessa transição, Normand (1992, p. 50) afirma que

[...] foi trabalhando no método de suas análises morfossintáticas que me pareceu necessário revelar de que forma Benveniste, como um discípulo de Saussure, desempenhou um papel de ligação entre a gramática comparada e a linguística dita estrutural (tradução nossa).²

O interesse de Benveniste gradualmente passa a manifestar-se pelas relações que as diferentes línguas possuem, configurando um complexo sistema de análise linguística, assim

² No original: “C'est en travaillant sur la méthode à l'oeuvre dans ses analyses morpho-syntaxiques qu'il m'a paru nécessaire de dégager la façon dont Benvenist, en tant que disciple de Saussure, a joué un rôle de maillon entre la grammaire comparée et la linguistique dite structurale”.

como uma nova perspectiva para enxergar na língua as relações que nós, humanos, estabelecemos com o mundo. Abre-se, portanto, um portal teórico que conduz a análise estrita sobre línguas determinadas para uma reflexão global acerca do homem na língua e da língua no homem.

Em outras palavras, podemos afirmar que, enquanto se dirige ao rigor metodológico estruturalista e a análises linguísticas pormenorizadas e particulares, Benveniste também caminha para rumos novos da Linguística, ampliando e reinaugurando seu escopo de compreensão sobre a língua: “[...] percebe-se em Benveniste grande interesse pelo método estruturalista, em especial pelo que ele poderia renovar do comparativismo” (FLORES; BARBISAN, 2009, p. 18). Segundo Normand (2007, p. 15), tanto Saussure quanto Benveniste revigoraram as pesquisas de natureza comparatista, embora não haja em seus trabalhos uma cisão plena, isto é, um rompimento formal, com o comparativismo em si: “[...] nem um nem outro rompeu com a tradição comparatista: eles simplesmente a abalaram e, dependendo do caso, alteraram-na”.

A questão do método e de suas implicações faz-se constantemente presente na reflexão de Émile Benveniste, que, ora dirigindo-se às generalizações sobre a língua, ora formulando análises de línguas particulares, sempre buscou o fio que conectava essa relação da parte com o todo. O próprio Benveniste observa o problema do método (sua separação, seus limites) na história da Linguística, ao abordar a passagem da diacronia proveniente da Linguística Histórica para a sincronia estabelecida pela Linguística Geral:

Essa observação explica, em certa medida, conflitos que nascem em torno desse método de classificação. De fato, foi no seio de uma linguística inteiramente genética e histórica que se desenvolveu, há alguns decênios, uma linguística geral. Por querer hoje libertar-se da perspectiva histórica e fazer prevalecer o estudo sincrônico das línguas, essa linguística geral é às vezes levada a tomar posição contra o princípio genético da classificação em favor de outros métodos. Seria interessante perguntarmo-nos em que medida essas diferenças doutrinárias afetam o problema que consideramos. Seja qual for, uma classificação deve começar por propor os seus critérios (BENVENISTE, 2005, p. 106).

Em síntese, Benveniste intui que, para entender a língua, precisamos também compreender as línguas, ainda que estas só se manifestem nos moldes da língua – e, justamente porque assim se manifestam, podem ser partilhadas no interior de uma comunidade linguística. Convém ressaltar que por *língua*, no singular, entendemos o próprio mecanismo linguístico, isto é, a possibilidade de língua, um sistema linguístico virtual e articulado; por *línguas*, no plural, compreendemos as diferentes línguas existentes, separadas entre si e já materializadas e estabelecidas no eixo tempo-espço.

Assim, consideramos que é a partir do particular, de uma língua específica, que falamos do geral, da língua, tomada como objeto semiológico por excelência e como sistema de signos partilhados por determinada comunidade. Emerge, nesse contexto, um aparente paradoxo, ilusório em sua proposição: como pode o homem na língua particular versar sobre a língua geral? Como pode, conhecendo apenas o específico, acessar o todo, isto é, a língua enquanto sistema? Em suma, se estamos irreversivelmente situados no tempo e no espaço enquanto falantes de determinada língua, como seria possível atingir a universalidade da língua, transcendendo inclusive as categorias de tempo e espaço – que nos situam no *aqui* e no *agora* – e, ao mesmo tempo, pressupondo que haja alguma universalidade?

Para responder a esse questionamento, trazemos à tona as palavras de Normand (2009), para quem os textos de Benveniste alternam entre o desenvolvimento de análises particulares das diferentes línguas e a proposição de princípios gerais da língua:

[...] o que eu não esperava e que então me impressionou nessa leitura contínua, era a alternância de dois tipos de textos distintos, que dependem de dois processos e duas retóricas: por um lado, análises de fenômenos linguísticos particulares, morfossintáticos ou lexicais, aos quais era aplicado cada vez o mesmo método: uma descrição minuciosa de uma estrutura particular, em uma ou várias línguas, concluindo-se por uma generalização com objetivo de explicação; como a descrição das relações de pessoa (1946), da frase nominal (1950b), da voz média em relação à voz ativa (1950a), da frase relativa (1957) etc. Por outro, textos completamente teóricos se apresentando, conforme o caso, como análise ou programas, de tom geralmente dogmático: eles enunciam uma série de afirmações de âmbito geral, em uma argumentação que se quer estrita; tratam da linguística geral da qual fazem balanço ou traçam as tendências “atuais”, depois, cada vez mais, da semiologia, como existe e como deve ser (NORMAND, 2009, p. 15, grifo do autor).

Ora, é justamente a partir das materialidades particulares, das evidências da presença do homem na língua, que Benveniste propõe suas reflexões, observando no específico as propriedades que configuram o geral. Nesse sentido, mostra-se profícua a reflexão de Malamoud (2016, p. 245):

Benveniste enuncia por meio de fragmentos, avanços sucessivos, construções parciais, que acabam formando um todo, uma espécie de doutrina do homem que é resumida, que é mesmo declarada no título que dá a um grupo de seus textos: ‘O homem na língua’ (tradução nossa).³

Ademais, precisamos considerar que o pensamento de Émile Benveniste constitui fonte teórica para inúmeras pesquisas, oriundas de diferentes áreas do conhecimento. Contudo, cada trabalho desenvolvido sobre Benveniste – ou valendo-se de seus postulados

³ No original: “Benveniste énonce par fragments, par percées successives, par constructions partielles que finissent par former un tout, une sorte de doctrine de l’homme qui se résume, que est même déclarée dans ce titre qu’il donne à un groupe de ses textes: “L’homme dans la langue”.

teóricos – possui um recorte textual e uma perspectiva de leitura que lhe são próprios; cabenos, assim, encontrar, delimitar e situar cada texto de Benveniste em um conjunto capaz de responder nossas questões de pesquisa.

Desse modo, é necessário, além dos recortes textuais citados, realizarmos alguns exercícios de deslocamento e realocamento teórico no interior do pensamento benvenistiano. A partir disso, podemos alargar suas perspectivas epistemológicas, atualizando seu pensamento e situando suas considerações em relação a diferentes temas de pesquisa da atualidade. Nesse sentido, cabe mencionar as palavras de Teixeira (2012b, p. 72):

[...] em várias incursões sobre a teoria de Benveniste, tenho proposto o deslocamento da interpretação que a restringe ao estudo das marcas da subjetividade na linguagem no âmbito intralinguístico, na direção das atividades significantes dos homens em qualquer tipo de interação social.

Contudo, antes de operar os deslocamentos teóricos necessários para a exposição da tese ora apresentada, é preciso admitir que falar de Émile Benveniste consiste em uma tarefa que realizamos apenas parcialmente, devido à extensão e à diversidade de seus escritos, tardiamente traduzidos para o português e habitualmente compreendidos como uma reflexão unilateral sobre a enunciação e a subjetividade na linguagem (cf. FLORES, 2017). Dessa forma, assim como a língua se situa no eixo tempo-espço, o linguista interessado em investigar a língua ou a linguagem de uma perspectiva benvenistianiana terá de estar situado no tempo e no espaço de sua obra: é preciso compreender o *onde* e o *quando*, o cenário e o evento, enfim, as condições de enunciação a que estão submetidas as palavras de Émile Benveniste, “[...] já que pensar a língua fora de seu uso é excluir o humano e o histórico” (SILVA, 2016, p. 16).

Não podemos, além disso, reduzir a complexidade de Benveniste àquilo que recortamos de seu trabalho. O recorte, isto é, o ponto de vista adotado, constitui um fator que determina o viés teórico pelo qual se abordará o problema em questão, sendo, portanto, “[...] necessário escolher um ponto de vista a partir do qual se torne possível selecionar um *corpus textual de pesquisa*” (FLORES, 2017, p. 21, grifo do autor). Contudo, ao tratarmos da obra de Émile Benveniste, precisamos considerar que,

[...] quando se estuda Benveniste, é necessário precisar qual parte de sua obra está em exame, porque Benveniste tem uma obra que ultrapassa o campo da enunciação. Estudá-la implica fazer recortes e, antes de tudo, reconstituir um *corpus* textual de referência a partir do qual uma pesquisa pode ser desenvolvida. Em outros termos: não é nem correto, nem justo, falar em Benveniste sem fazer recortes na infinidade de textos que integram o que se poderia chamar de *a obra benvenistianiana*. Do conjunto da obra – entendido como um *corpus inicial* formado por fontes de

diferentes naturezas – recorta-se, com base em objetivos específicos, um *corpus textual de pesquisa* (FLORES, 2017, p. 21, grifo do autor).

Flores (2017, p. 22) também afirma que “Benveniste dialoga com todo o pensamento teórico de seu tempo, prova disso são os textos dedicados à filosofia, psicanálise, sociologia, antropologia, às teorias da cultura, da lógica etc”, e que “[...] as fontes de Émile são muitas e, através delas, o autor diz muito sobre fonologia, sintaxe, semântica, morfologia, pragmática e sobre outros tantos níveis da análise linguística e de sua relação com outras áreas”, visto que

[...] sua obra contempla uma infinidade de temas que vão desde o estudo de aspectos da linguística geral, fenômenos diacrônicos, sintáticos, lexicais, culturais, até temas que testemunham uma verdadeira interação com áreas conexas aos estudos da linguagem (FLORES, 2017, p. 22).

Especificamente para este trabalho, “nosso Benveniste”, se assim podemos dizê-lo, começa sua reflexão – de uma perspectiva tanto epistemológica quanto cronológica – por meio da análise do sistema verbo-pronominal, em 1946, no texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo*. Para isso, utiliza análises de línguas específicas, formulando princípios gerais da língua sistema a partir de situações particulares.

Essa reflexão inicial se desenvolve por intermédio da noção de pessoa; aliada ao eixo tempo-espço, tal noção possibilita a abertura do universo teórico da enunciação, que atua como um portal para a compreensão daquilo que Benveniste chamou de *subjetividade na linguagem*. Aos nossos olhos, partimos da premissa de que há um elo teórico entre a reflexão sobre os pronomes pessoais, que culminou na elaboração do quadro teórico da enunciação e no desenvolvimento das noções de subjetividade e discurso, e a proposição de uma semiologia da língua, fundamentada sobretudo na capacidade de interpretância da língua.

É a partir da publicação de *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946) e *A natureza dos pronomes* (1956) que Benveniste propõe a noção de pessoa e desenvolve uma oposição entre as três diferentes pessoas que compõem o sistema pronominal. Essa reflexão, embora figure em um primeiro momento de forma aparentemente específica e intralinguística, permite a criação de um operador teórico para o pensamento de Benveniste, uma vez que os pronomes compõem uma classe gramatical que podemos considerar universal nas diferentes línguas, em virtude justamente de seu funcionamento por meio da tríade *eu-tu-ele*, que, invariavelmente, se manifesta nas mais variadas línguas e possibilita o intercâmbio comunicativo.

Como o que julgamos ser um desdobramento teórico oriundo da reflexão sobre o sistema pronominal, Benveniste elabora também sua reflexão sobre a subjetividade, chegando

ao texto *da Subjetividade na linguagem* (1958) e culminando com o texto-síntese sobre a reflexão em torno da enunciação: *O aparelho formal da enunciação* (1970). Dito de outra forma, acreditamos que a análise dos pronomes possibilitou a Benveniste propor uma reflexão sobre a enunciação, encontrando um elemento teórico triádico basilar, que são as categorias de pessoa, tempo e espaço – o *eu* situado no tempo e no espaço que enuncia algo para um *tu*. Esse desdobramento permitiu a Benveniste categorizar aquilo que chamamos de subjetividade e propor um quadro formal para a noção de enunciação.

Tais textos – sobre os quais nos ateremos detalhadamente em nossa pesquisa – compõem parte vital do quadro teórico daquilo que denominamos Teoria da Enunciação, porta de entrada para ler Émile Benveniste na Linguística brasileira, e estão reunidos na seção *O homem na língua*, quinta parte dos *Problemas de Linguística Geral I* (2005). Faz-se necessário ressaltar que a noção de tempo, conforme exposta em *As relações de tempo no verbo francês*, também é considerada elemento imprescindível para compreender de que forma Benveniste situa os pronomes, a enunciação, a subjetividade e o discurso como elementos observáveis da trajetória humana (enquanto seres de linguagem), compondo o quadro teórico da enunciação e instaurando a dimensão do discurso.

A subjetividade, em síntese, está presente em toda a língua, revelando-se em todo enunciado, pois a língua não é um instrumento à disposição dos falantes, mas, sim, um fenômeno constituinte tanto da trajetória quanto da *natureza* (termo que flutua teoricamente entre diferentes áreas do conhecimento) humana. Benveniste, entretanto, não instaura em seu quadro teórico uma visão subjetivista, no sentido de relativista ou egocêntrica, ao se referir à subjetividade. Dessa forma, ao contrário do que defendem algumas interpretações de natureza determinística, não é possível afirmar que a subjetividade de que fala Benveniste consiste apenas em um produto do *ego*, centrado em si mesmo e alienado em relação às condições históricas, tampouco se pode afirmar que o *sujeito* (termo que evoca inúmeros conceitos na Linguística e nas Ciências Humanas e Sociais), tomado isoladamente, constitui o centro teórico do pensamento benvenistiano.

Em suma, a subjetividade, apesar de ser “[...] a capacidade do locutor para se propor como sujeito” (BENVENISTE, 2005, p. 286), não se restringe à passagem de locutor a sujeito, ainda que requeira essa capacidade como condição necessária para que o ser humano se instaure no universo linguístico, ou seja, na dimensão singular do discurso. A subjetividade, para Benveniste, fundamenta-se na intersubjetividade: é na relação com o outro, situado no tempo e no espaço, que me proponho como *eu*. Somente assim, jamais de outra forma, o *eu* pode emergir: o *eu* é *eu* sempre em relação a *tu*, instaurado na relação com o

outro: “[...] portanto, não existe o *eu* sem o *tu* e vice-versa. Eu-tu não são entidades individuais, mas relacionais. Logo, o *eu* e o *tu*, enquanto unidades individuais, são posteriores à relação eu-tu” (WERNER, 2006, p. 403).

Do nosso ponto de vista, pensamos que existem ligações estreitas entre a proposição da enunciação e a formulação, de natureza mais semiológica, do princípio de interpretância da língua. O percurso de leitura que instauramos nos conduzirá a perceber e compreender como a reflexão que Émile Benveniste propõe sobre os pronomes não apenas resulta na Teoria da Enunciação, mas também produz efeitos e se faz presente nas considerações que o linguista realiza a respeito da língua enquanto objeto semiológico por excelência. Para isso, consideramos que os textos *Semiologia da língua* e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* contêm laços teóricos que remontam às reflexões presentes nos artigos que embasam a Teoria da Enunciação.

Contudo, qual é o fio condutor que conecta a reflexão enunciativa sobre os pronomes à noção de interpretância da língua? Se, por um lado, acreditamos poder rastreá-lo no estudo da obra benvenistiana, estamos convencidos, por outro, de que é preciso inventariar e mapear sistematicamente os textos de Émile Benveniste para encontrar esse fio – que não é invisível, mas está escondido nas densas camadas do texto benvenistiano. Assim, partimos da hipótese de que haja uma ligação estreita e rastreável entre a proposição semiológica da interpretância da língua e a reflexão enunciativa que parte dos pronomes e dos indicadores de subjetividade.

Tal qual uma rede em que cada ponto constitui uma associação direta e implicada em relação aos demais, a obra de Benveniste é uma leitura de conjunto, ou seja, requer uma perspectiva holística e integradora de um pensamento que inicia voltado às particularidades. Dessa forma, além de buscar revelar o fio de Ariadne que conecta o quadro teórico da enunciação ao princípio de interpretância da língua, pretendemos evidenciar o alcance teórico dessa relação, bem como seus possíveis desdobramentos no escopo da Linguística brasileira.

Para atender a esses propósitos, elaboramos um corpus textual que objetiva evidenciar a multiplicidade de conceitos contidos no termo *interpretância*; nesse primeiro momento, utilizamos textos contemporâneos da Linguística brasileira que se apoiam na reflexão de Benveniste a fim de evidenciar essa flutuação teórica. Assim, consultamos, publicações em revistas indexadas na plataforma Sucupira – comumente denominada plataforma Capes – com o intuito de verificar e compreender como o termo *interpretância* tem sido abordado no campo da Linguística brasileira e quais são os desdobramentos teóricos que advêm desse operador. Selecionamos, para este estudo, os cinco escritos mais relevantes na ferramenta de

pesquisa. Ao final dessa análise, propomos um pequeno inventário dos principais usos do termo *interpretância*.

Posteriormente, elaboramos um itinerário teórico circunscrito aos *Problemas de Lingüística Geral I e II*, que são a porta de entrada para ler Benveniste no Brasil. Nesse momento, procuramos compreender o que Émile Benveniste estipula como interpretância da língua, buscando conceituá-la no interior daquilo que o linguista denomina “relação de interpretância” (2006, p. 62), visto que o termo *interpretância*, embora opere teoricamente no texto benvenistiano, não possui uma definição ou conceituação. Tal fator, em nossa perspectiva, propulsiona um efeito conhecido como flutuação terminológica, o que “[...]é mais um indicador a atestar que a reflexão de Benveniste não é um modelo teórico acabado” (FLORES, 2013, p. 34).

Dedicamo-nos a mapear as ocorrências do termo *interpretância* – consideramos também termos correlatos, tais como *relações de interpretância*, *sistema interpretante/sistema interpretado*, *o interpretante* e afins – para compreender como Benveniste concebe e utiliza esse mecanismo da língua. Além disso, buscamos operações teóricas ocultas nos textos, ou seja, passagens em que a noção de interpretância opera teoricamente sem ser mencionada. Partimos do pressuposto de que a interpretância é uma noção tardia nos escritos de Benveniste, embora o linguista tenha, desde muito cedo, utilizado os mecanismos de interpretância da língua em suas reflexões. Para compreender o que vem a ser a interpretância da língua em Benveniste, selecionamos quatro textos: *Categorias de pensamento e categorias de língua* (1958), presente em *Problemas de Lingüística Geral I*, e *A forma e o sentido na linguagem* (1967), *Semiologia da língua* (1969) e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1970), presentes em *Problemas de Lingüística Geral II*.

É importante observar que esse conjunto de textos atravessa diferentes décadas do pensamento de Émile Benveniste, o que evidencia que essa reflexão perpassa diferentes momentos de sua produção teórica. Tal ausência de um consenso teórico sobre a interpretância foi, também, o primeiro indício que tivemos para nosso projeto de pesquisa, que nos fez ingadar: “afinal de contas, o que é a interpretância?”. E, respondendo essa pergunta, percebemos a relação existente entre essa reflexão e as análises que Benveniste faz nos textos que compõem a Teoria da Enunciação. Também se mostra válido observar que é apenas em *Semiologia da língua* que Benveniste se dedica formalmente a tratar das relações de interpretância; nos demais textos que compõem o capítulo sobre interpretância, podemos afirmar que esta é uma noção

pressuposta, exigindo que adentremos algumas camadas textuais para que se possa observá-la.

Após mapear as ocorrências do termo *interpretância*, realizamos uma releitura da Teoria da Enunciação, buscando compreender e evidenciar de que forma Émile Benveniste estruturou e desenvolveu essa reflexão. Para isso, elaboramos um conjunto composto de seis textos: *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956), *Da subjetividade na linguagem* (1958) e *As relações de tempo no verbo francês* (1959), presentes em *Problemas de Lingüística Geral I*, e *A linguagem e a experiência humana* (1965) e *O aparelho formal da enunciação* (1970), presentes em *Problemas de Lingüística Geral II*. Mais uma vez, observamos que esses textos atravessam a cronologia da produção teórica de Émile Benveniste, fator que referenda a hipótese de que esse tema também permeou suas discussões ao longo do tempo, assim como a discussão sobre semiologia.

Contudo, mais importante ainda é perceber que as reflexões sobre enunciação e semiologia são, na verdade, contemporâneas: esboçadas em um primeiro momento da produção de Benveniste (uma um pouco antes dos anos 50, e a outra, logo depois), desenvolvem-se em textos dos anos 60 e encontram seu estágio de maior maturidade em reflexões datadas de 1970. Nesse sentido, faz-se relevante observar que a década de 60 foi uma das mais produtivas na carreira de Émile Benveniste e que situar cronologicamente sua produção nos auxilia a entender o desenvolvimento de suas reflexões (RODRIGUES, 2016).

Posteriormente à releitura da Teoria da Enunciação, procedemos a uma análise que demonstra como a reflexão enunciativa e as considerações semiológicas estão associadas. Procuramos mapear e evidenciar, no interior do conjunto de textos que compõem a Teoria da Enunciação, de que forma a interpretância se constitui como um operador oculto – embora rastreável – na reflexão que Émile Benveniste faz a partir dos pronomes. Em nossa perspectiva, consideramos a interpretância como um operador presente e produtivo na reflexão benvenistiana, apesar de termos identificado que os mecanismos de interpretância nem sempre são formalmente explicitados por Benveniste. No nosso caso, acreditamos que seja possível estabelecer uma leitura de conjunto, que integre as duas reflexões, evidenciando a transição entre o geral e o específico – aspecto marcante do pensamento benvenistiano – e os desdobramentos éticos dessa discussão.

Além disso, é necessário dizer que, dentro da Linguística brasileira, a Teoria da Enunciação ocupa um espaço privilegiado, tendo aberto as portas para a leitura de Benveniste. Em um segundo momento, surge a perspectiva semiológica de Émile Benveniste. Nosso

processo de pesquisa, contudo, inverteu essa ordem: primeiro nos atemos à proposição semiológica e, depois, adentramos o escopo da Teoria da Enunciação.

Essa inversão de perspectiva possibilitou compreender, dentro de uma abordagem holística dos textos benvenistianos, como uma proposição inicial incidiu em uma nova reflexão. Assim, consideramos que as sucessivas etapas do pensamento benvenistiano podem, em termos gerais, ser pensadas como integrantes de uma mesma discussão, de alcance maior.

Depois da análise acerca das relações entre a reflexão enunciativa e as considerações semiológicas, efetuamos algumas considerações finais sobre nosso trabalho de pesquisa. Embora integrem nossas conclusões, tais considerações, precisamos alertar, são momentâneas, pois acreditamos que ainda há muito a ser desbravado no pensamento benvenistiano. O que realizamos não passa de um exercício de leitura, que ainda pode suscitar novas discussões e pesquisas dentro da atualidade do pensamento benvenistiano e do domínio enigmático da linguagem.

É preciso considerar que, “[...] se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177). Benveniste interrogamos a partir (e por meio) da linguagem; e a linguagem, por sua vez, é precisamente o indício, o sintoma talvez, do paradoxo entre o homem e o (seu) mundo, já que constitui uma instituição social e coletiva de domínio de todos e possuída por ninguém. Em síntese: a palavra, em Benveniste, não apenas marca, mas também possibilita nossa presença no mundo.

2 A INTERPRETÂNCIA DA LÍNGUA

Este capítulo trata da interpretância da língua em Émile Benveniste, interrogando o que está contido nessa noção. Consagrada por seus usos nos célebres artigos *Semiologia da língua* e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, ambos presentes na obra *Problemas de Lingüística Geral II*, a *interpretância* tem sido objeto de diferentes estudos e publicações.

Contudo, percebe-se uma flutuação teórica nos usos desse termo, de forma que não há uma definição mais precisa do que vem a ser, de fato, a interpretância na obra de Benveniste nem nos desdobramentos teóricos de seu pensamento. Esse fator é observável tanto pela ausência de uma circunscrição teórica do termo no próprio texto benvenistiano – que opera por meio da interpretância, sem, contudo, introduzi-la, conceituá-la ou delimitá-la – quanto pela diversidade de usos que o termo apresenta em diferentes publicações e discussões de linguistas que baseiam sua reflexão no pensamento de Émile Benveniste.

A fim de iniciarmos nossa discussão e ilustrarmos esse cenário, selecionamos um conjunto composto de cinco artigos acadêmicos em que o termo *interpretância* é mencionado e atribuído ao pensamento benvenistiano, mapeando o uso que cada texto faz desse operador teórico – usos que consistem em desdobramentos da teoria original. Após evidenciarmos tais desdobramentos e sua fluidez conceitual, analisamos os escritos benvenistianos para tentar compreender e delimitar teoricamente o que é, afinal de contas, a interpretância da língua.

Para isso, este capítulo está estruturado em três partes principais. Inicialmente, expomos como o debate em torno da interpretância da língua suscita diferentes discussões (2.1). No subcapítulo 2.1, tratamos separadamente de cada um dos textos (redigidos por linguistas contemporâneos) selecionado para análise (seções 2.1.1 a 2.1.5), além de fornecermos uma síntese teórica de nossa discussão (2.1.6).

Posteriormente, propomos uma releitura da noção de interpretância na obra de Émile Benveniste, circunscrevendo e delimitando teoricamente aquilo que entendemos como a interpretância da língua conforme disposta nos escritos benvenistianos que discutem o tema, mesmo que de forma secundária (2.2). Optamos por dividir o subcapítulo 2.2 de modo a dedicar uma atenção pormenorizada para cada artigo, com especial atenção para *Semiologia da língua*, texto mais próximo de uma definição formal da interpretância, pois acreditamos que cada um necessita de uma análise individual – ainda que seja somente na leitura de conjunto que o quadro teórico que utilizamos possa emergir. Desse modo, esperamos evidenciar aquilo que entendemos como interpretância da língua. Assim, temos a seguinte disposição das análises: *Categorias de pensamento e categorias de língua* no item 2.2.1, A

forma e o sentido na linguagem em 2.2.2, *Semiologia da língua* na subseção 2.2.3, e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* no item 2.2.4.

No final deste capítulo, apresentamos uma breve síntese (2.3), no intuito de retomar aquilo que há de essencial em nossas análises e de prospectar o capítulo seguinte, encerrando momentaneamente a discussão sobre a interpretância da língua e anunciando seus desdobramentos em nosso trabalho.

2.1 DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS EM INTERPRETÂNCIA?

A flutuação teórica do termo *interpretância* é observável para além das discussões e dos debates que nós, linguistas, fazemos em salas de aula e auditórios espalhados pelas universidades do país; nossos artigos – importante registro de nossas produções e elemento tão exigido para adequação aos parâmetros de produtividade contemporâneos – evidenciam como compreendemos e produzimos de maneiras distintas a partir de matrizes teóricas comuns. É certo que esse fenômeno, uma vez mais, demonstra a perspectiva pela qual o observador, situado no tempo e no espaço e distante de qualquer posição neutra, contempla seu objeto teórico.

Desse modo, a fim de compreender melhor como nossos pares circunscrevem teoricamente o termo *interpretância* em suas produções e mapear alguns desdobramentos e usos possíveis desse termo, selecionamos cinco textos publicados em revistas indexadas na Plataforma Sucupira, de pesquisadoras vinculadas a Programas de Pós-Graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Utilizamos dos algoritmos de relevância dos buscadores *on-line* para filtrar os textos com maior impacto (isto é, como maior número de visualizações e acessos), utilizando *interpretância* e *Benveniste* como palavras-chave. Isso nos sugere, dada as condições de produção de nossa época com o advento das tecnologias digitais, que sejam as produções com maior alcance de público no universo virtual e, conseqüentemente, com especial destaque no meio acadêmico e na formação de estudantes e linguistas de todo o país.

Os cinco artigos selecionados para nossa análise são: *Língua e linguagem como organizadoras do pensamento em Saussure e Benveniste* (SEVERO, 2013); *Pensando o sentido em Benveniste e Authier-Revuz – uma leitura enunciativa* (OUDESTE; VALÉRIO, 2014); *A reinvenção de discursos e a história da criança na linguagem* (SILVA, 2015); *A questão da significância da língua em Émile Benveniste: o modo semiótico e o modo*

semântico (ROSÁRIO, 2016); e *Uma proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem na aquisição da linguagem* (STUMPF, 2011). Faz-se necessário observar que, considerados nossos propósitos, nos limitaremos a analisar especificamente como cada autora abordou a interpretância da língua em seu escopo teórico, sem nos atermos – a fim de não nos desviarmos de nosso foco – às questões centrais de cada texto, tais como suas intersecções teóricas e seus objetos de estudos. Para isso, faremos um recorte dos excertos textuais em que observamos que a interpretância da língua, proposta por Émile Benveniste, atua e se faz presente nos textos selecionados.

2.1.1 Língua e linguagem como organizadoras do pensamento em Saussure e Benveniste

Neste primeiro artigo, *Língua e linguagem como organizadoras do pensamento em Saussure e Benveniste* (SEVERO, 2013), a autora aborda os termos *língua* e *linguagem* como operadores teóricos no interior das reflexões propostas por Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste, realizando um cotejo entre essas reflexões e procurando desvendar de que forma tais pensadores situam a língua e a linguagem como elementos intermediários para entender o pensamento e sua expressão. Nesse texto, verificam-se dois usos do vocábulo *interpretância*, ambos associados aos termos *relações*, *engendramento* e *homologia*:

Benveniste estabelece uma exigência metodológica: a de que as relações entre sistemas sejam elas também semióticas. Essas relações podem ser de três ordens: pode haver entre sistemas uma relação de engendramento, de homologia e/ou de interpretância [...] Após essas análises, Benveniste vai tratar das relações semiológicas entre sistemas semióticos: engendramento, homologia e interpretância (SEVERO, 2013, p. 92-93).

A autora também menciona a oposição entre sistema interpretante e sistema interpretado: “Benveniste salienta a importância dessa última relação e inicia seu exame dos ditos sistemas não linguísticos procurando estabelecer se cada um deles é interpretante ou interpretado da/pela língua” (SEVERO, 2013, p. 91). Ao afirmar que “[...] a língua é o interpretante da sociedade” (SEVERO, 2013, p. 91), a autora evoca o texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, no qual Émile Benveniste afirma que “[...] os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pela língua, jamais o inverso” (apud SEVERO, 2013, p. 91). Severo (2013, p. 92) conclui explicitando que “à língua é atribuída a capacidade de interpretar todos os sistemas semióticos”.

Existe nesse artigo, além disso, uma citação direta do texto *Semiologia da língua*, que consiste em uma consideração sintética a respeito do papel da língua em relação aos demais

sistemas devido à dupla articulação entre semiótico e semântico: “[...] é nessa faculdade metalinguística que encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas” (BENVENISTE, 2006, p. 66 apud SEVERO, 2013, p. 91). Constatamos, assim, que o vocábulo *interpretância* é usado para indicar a propriedade da língua de interpretar os demais sistemas semiológicos. Verifica-se ainda um último uso, que diz respeito à língua como interpretante do pensamento que é materializado e expresso, a seguinte constatação: “[...] que a língua possa interpretar os outros sistemas nos parece incontestável [...] é preciso, no entanto, retornar à nossa questão inicial: a língua é a única forma de expressão do pensamento?” (SEVERO, 2013, p. 93).

Dessa maneira, podemos afirmar, no caso desse primeiro artigo, que a interpretância está estabelecida como uma relação dupla, ora referindo-se aos demais sistemas de significação – interpretados pela língua –, ora abordando a problemática entre pensamento e língua a partir de uma interrogação: seria a língua um mecanismo de interpretância também do nosso pensamento, visto que é um modo de exprimi-lo? É necessário ressaltar que, para responder a essa questão, a distinção entre língua e linguagem faz-se imprescindível, tendo em vista que a língua é concebida como uma parte da linguagem, ou seja, como sua expressão verbal, um sistema de signos linguísticos no interior de um sistema maior, responsável por toda a faculdade humana de simbolização, entendido como a linguagem.

Essa distinção, já presente e discutida tanto em Saussure quanto em Benveniste, por um lado, aproxima a língua da linguagem, tendo em vista que uma é parte da outra e ambas integram nosso universo simbólico, e, por outro, distancia esses termos, uma vez que a linguagem não apenas supõe a língua (relação entre a parte e o todo), mas também, diferentemente da língua, é compreendida como a própria faculdade simbólica do homem (ou seja, há uma mudança de posição e de estatuto no interior de uma teoria sobre a função simbólica no homem). Contudo, apesar de nos interessar a hipótese de situar a língua como um mecanismo de interpretância do pensamento, ressaltamos a problemática elaborada por Flores (2018, p. 507) a esse respeito: “[...] observe-se que há uma diferença importante aqui entre considerar que as operações de pensamento recebem expressão na língua e afirmar que a língua permite a expressão do pensamento”.

Estamos convencidos de que a relação entre língua, linguagem e pensamento ainda constitui tema de inúmeras discussões – pouco conclusivas, devemos admitir –, visto que é no exercício da língua e da linguagem que concebemos e interrogamos o pensamento e sua realização. Dito de outra forma, para Émile Benveniste não há pensamento fora da linguagem, destituído de sua função simbólica, assim como o pensamento não é elaborado a não ser na

língua e nos moldes da expressão linguística. É certo, entretanto, que o homem está na língua e na linguagem, assim como ambas se fazem presentes no homem: “[...] o princípio que atravessa toda a reflexão de Benveniste – inclusive os estudos que estão fora da chamada teoria da enunciação – é: o homem está na língua/linguagem. Aliás, ele só está na língua porque está na linguagem” (FLORES, 2016, p. 12).

Severo conclui seu artigo mencionando que a língua não é o único recurso para a expressão do pensamento, bem como criticando a redução da linguagem à língua estabelecida a partir do pensamento de Saussure e afirmando que “[...] outros sistemas que também pertencem à linguagem, os sistemas semióticos artísticos, por exemplo, são capazes de expressar o pensamento humano dentro do domínio de validade de cada um” (SEVERO, 2013, p. 95). Essa conclusão, conforme adverte a própria autora, diverge da afirmação de Benveniste (2005, p. 96 apud SEVERO, 2013, p. 95) de que a “[...] forma linguística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade, mas primeiro a condição de realização do pensamento”. A esse respeito, Flores afirma que, para Benveniste, “[...] a forma da língua é condição de transmissão e de realização do pensamento” (2018, p. 507).

Compreendemos assim que, na perspectiva de Severo (2013), a interpretância da língua configura-se tanto como as relações de interpretância entre sistemas simbólicos quanto como a interpretância da língua em relação ao pensamento. Nesse sentido, alertamos que trataremos dessa questão de maneira mais aprofundada na seção destinada a discutir o texto *Categorias da língua e categorias do pensamento* (2.2.1).

2.1.2 Pensando o sentido em Benveniste e Authier-Revuz – uma leitura enunciativa

Já no segundo artigo analisado, *Pensando o sentido em Benveniste e Authier-Revuz – uma leitura enunciativa*, Oudeste e Valério (2014) propõem uma intersecção teórica entre dois textos de Émile Benveniste e dois textos de Jacqueline Authier-Revuz, aproximando a discussão de Benveniste sobre o sentido na língua – a partir da articulação entre forma e sentido – com a reflexão sobre a heterogeneidade discursiva proposta por Authier-Revuz. Nesse artigo, o termo *interpretância* é mencionado quatro vezes. Também observamos cinco usos de *interpretante* (um deles consiste em uma citação direta de Émile Benveniste, e dois constituem uma oposição a *interpretado*), quatro menções a *interpretação*, seis registros de *interpretar* e, também, uma aparição de *autointerpretar-se*.

O primeiro uso do termo *interpretância* faz referência às relações de interpretância – associada às relações de homologia e engendramento. O segundo uso, todavia, além de

instaurar a relação da língua com os demais sistemas, menciona a interpretância como um fenômeno da língua sobre si mesma: “[...] a relação de interpretância é a possibilidade exclusiva que a língua tem de categorizar e de interpretar todos os outros sistemas, inclusive ela mesma” (OUDESTE; VALÉRIO, 2014, p. 110-111).

Enquanto o quarto uso retoma as relações de interpretância, engendramento e homologia, o terceiro surge como um desdobramento de tais relações, pois atribui à interpretância da língua sobre si mesma a possibilidade de uma metassemântica, tal qual preconiza Benveniste no encerramento de *Semiologia da língua*:

[...] como a língua comporta, simultaneamente, a significância dos signos e a significância da enunciação, ela tem o poder de criar um segundo nível de enunciação, a metassemântica, nível que justifica a sua capacidade de interpretância e a de englobar todos os outros sistemas (OUDESTE; VALÉRIO, 2014, p. 111).

Interpretante, por sua vez, refere-se tanto à relação entre sistema interpretante e sistema interpretado (OUDESTE; VALÉRIO, 2014, p. 119) quanto à capacidade da língua para interpretar todos os outros sistemas, incluindo a sociedade: “[...] os signos da língua são o interpretante dos signos da sociedade, e jamais o inverso” (OUDESTE; VALÉRIO, 2014, p. 119); “[...] a língua é o interpretante de todos os sistemas, os linguísticos e os não-linguísticos” (OUDESTE; VALÉRIO, 2014, p. 110) – ideia esta retomada por meio do vocábulo *interpretação*: “[...] toda semiologia de sistema não-linguístico recorre à língua para sua interpretação” (OUDESTE; VALÉRIO, 2014, p. 110).

Os registros de *interpretar* relacionam-se majoritariamente à capacidade da língua de interpretar a si mesma e aos outros sistemas, com destaque para o excerto que justifica essa capacidade: “[...] apenas a língua tem a possibilidade de interpretar linguisticamente esses sistemas, pois é a língua o único sistema semântico que possibilita a atualização do semiótico e, por isso, a construção dos sentidos é irrepetível” (OUDESTE; VALÉRIO, 2014, p. 119). Por fim, também destacamos o registro de *autointerpretar-se*, visto que essa capacidade da língua a situa em um papel único e primeiro para a compreensão da semiologia proposta por Émile Benveniste: “[...] podemos usar a faculdade metalinguística da língua, já que a língua é o único sistema que pode autointerpretar-se” (OUDESTE; VALÉRIO, 2014, p. 119).

Embora não tenhamos nos debruçado teoricamente sobre a relação entre Émile Benveniste e Jacqueline Authier-Revuz nem sobre o texto publicitário selecionado para análise pelas autoras no artigo, acreditamos ser relevante para nossos propósitos suas considerações acerca do processo de construção do texto e das relações de engendramento, homologia e interpretância. As autoras afirmam que,

[...] para construir o sentido do texto, precisamos da materialidade da língua, a partir da sua particularidade do estabelecimento de relações de engendramento, homologia e interpretância, como ensinou Benveniste e da sua capacidade de ser semiótica e semântica ao mesmo tempo, o que exigiria o que ele cunhou de semiologia de segunda geração e cita ao final do texto de 1969 (OUDESTE; VALÉRIO, 2014, p. 122).

Desse modo, percebemos que Oudeste e Valério (2014) circunscrevem sua discussão acerca da interpretância da língua com base, sobretudo, nas relações que a língua estabelece com os demais sistemas simbólicos. Além disso, precisamos registrar que as autoras destacam também a capacidade reflexiva da língua de autointerpretar-se, capacidade essa que a situa em uma posição única dentro da semiologia de Émile Benveniste.

2.1.3 A (re)invenção de discursos e a história da criança na linguagem

O terceiro artigo – *A (re)invenção de discursos e a história da criança na linguagem* (SILVA, 2015) –, por sua vez, apresenta oito usos para *interpretância* e menciona três vezes o termo *interpretante*. Assinalamos que não nos deteremos na intersecção teórica estabelecida entre Émile Benveniste, Giorgio Agamben e Gérard Dessons, cujo ponto de encontro é a historicização da criança em sua língua materna, evocando a dimensão do discurso como “interpretante do sistema cultural” (p. 163), conforme faz Silva (2015). Contudo, a proposição da atualização da língua em discurso como uma relação de interpretância perante o sistema cultural é um aspecto revelador de um desdobramento teórico operado pela autora do texto, que expande o universo conceitual contido nas relações de interpretância.

Os dois primeiros usos de *interpretância*, juntamente à segunda menção para *interpretante*, remontam às relações de interpretância, com destaque para a afirmação de que “[...] a relação que o homem estabelece com o mundo e com o outro somente é possível pela linguagem por meio de relações de interpretância em que a língua figura como sistema interpretante por excelência de outros sistemas” (SILVA, 2015, p. 164). É possível, nesse contexto, verificar a compreensão de interpretância como uma relação da língua com os outros sistemas; todavia, também é possível observar – e, para nossos propósitos, pensamos ser justamente esta a observação necessária – a associação entre a língua e a relação que o homem estabelece com o mundo e com o outro.

As relações de interpretância são, assim, concebidas para além das relações entre a língua e os diferentes sistemas de significação – e não nos interessa neste momento a classificação proposta por Benveniste em sistemas semióticos (sem semântico) e semânticos (sem semiótico), visto que é uma cisão pouco profícua para os propósitos de nossa análise.

Partindo da premissa de que “[...] é através da língua em emprego que o homem manifesta o simbolismo cultural em que se encontra imerso” (SILVA, 2015, p. 165), a hipótese levantada pela autora é a de que, “[...] se pensarmos que há valores culturais que se imprimem na língua, ao dela se apropriar para convertê-la em discurso, o locutor carrega os valores culturais já impressos nessa língua” (*ibidem*), culminando com a seguinte pergunta-problema motivadora do artigo em análise: “[...] como a criança se apropria da linguagem, por meio de relações de interpretância dos valores culturais impressos na língua em emprego, para produzir um saber e se instaurar como sujeito de/na linguagem?” (SILVA, 2015, p. 165).

Consideramos que, na perspectiva do texto, as relações de interpretância ocupam um papel central para os estudos da alteridade e da cultura, extrapolando o domínio teórico da Linguística, já que fundam a possibilidade de contato entre o indivíduo e tudo aquilo que o rodeia. Essa discussão está dirigida não apenas para a compreensão da historicização da criança na língua, mas, de forma ampla, para a compreensão do homem no mundo. Logo, a interpretância, nesse contexto, pode ser pensada como um termo central para compreendermos nossa relação com o mundo à nossa volta.

É preciso dizer, também, que esse artigo associa a interpretância ao discurso, visto que, “[...] se a língua é interpretante da sociedade, conforme Benveniste, essa interpretância se mostra em sua conversão em discurso” (SILVA, 2015, p. 166). Além disso, a autora afirma que, “[...] se enunciar é constituir referência a uma situação dada, produzir referência no discurso é realizar atos de interpretância das situações, em que a língua se realiza em ato nas distintas instâncias de cultura” (SILVA, 2015, p. 166). É necessário frisar que a autora situa a interpretância como um ato, ato por meio do qual a língua se atualiza em discurso e passa a compreender e a conter as instituições sociais e as instâncias da cultura.

Ademais, observamos, a partir do excerto supracitado, dois pontos interessantes para nossa análise: 1) a associação entre distintos conceitos – tais como interpretância, discurso, enunciar, referência e instâncias da cultura – reforça nosso entendimento de que o pensamento de Émile Benveniste, embora direcionado para inúmeras questões e públicos diversos, possui pontos de encontro e convergência, isto é, unificadores teóricos que se articulam e se fundamentam mutuamente; 2) a perspectiva da autora reforça nossa hipótese de que a interpretância é um operador teórico que integra e perpassa diferentes momentos e objetos da reflexão benvenistiana. Em suma, a interpretância conecta e “costura”, por assim dizer, elementos teóricos distintos do pensamento benvenistiano – elementos que, em uma primeira análise, poderiam parecer soltos, fragmentados, como retalhos de uma colcha.

Acreditamos ser possível afirmar que, na perspectiva do artigo analisado, a apropriação da língua pela criança seria realizada por meio da interpretância, elemento fundamental para que se acesse tanto a língua (relação de interpretância da língua sobre si mesma), inclusive em seu aspecto metassemântico, quanto a sociedade e a cultura (relação de interpretância da língua sobre a sociedade, a cultura e os outros sistemas de significação). Nas palavras da autora:

[...] consideramos que se situa a dimensão de interpretância da língua-cultura a cada ato de conversão desse binômio em discurso, pois, nesse caso, apropriar-se da linguagem parece vincular-se a um duplo ato de apropriação: da língua enquanto sistema articulado de unidades e da língua-cultura, sistema de valores presentes em discursos atualizados nas diferentes relações enunciativas, atos esses que traduzem a história do homem/criança na linguagem. Nesse duplo ato, a língua comporta simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação (SILVA, 2015, p. 168).

Nesse sentido, a interpretância atua como um mecanismo que nos permite o acesso não apenas à língua, mas a todo o universo simbólico e suas relações no interior da sociedade e da cultura. A passagem da língua ao discurso, dessa forma, é imprescindível para a história da humanidade e da civilização, visto que para o homem tal passagem constitui a “[...] condição para se fundamentar como sujeito e se historicizar em sua língua [...]” (SILVA, 2015, p. 172).

Entendemos que os desdobramentos do texto de Silva (2015) nos auxiliam a alargar e a realocar o escopo teórico do termo *interpretância*, evidenciando como características semiológicas podem ser, ao mesmo tempo, elementos fundadores da cultura e da sociedade. Em síntese, pensamos que esse artigo possibilita reivindicar a interpretância como termo basilar para (re)ler Émile Benveniste, visto que é na capacidade da língua para interpretar a si mesma, produzindo uma metassemântica, que encontramos caminhos para realocar os termos e desdobrá-los no conjunto de uma teoria. Em suma, podemos afirmar que as relações de interpretância de Émile Benveniste servem também para reorganizarmos e reproduzirmos – no sentido de produzirmos novamente – sua tessitura teórica, ampliando o escopo de seu pensamento.

2.1.4 A questão da significância da língua em Émile Benveniste: o modo semiótico e o modo semântico

O quarto artigo analisado, *A questão da significância da língua em Émile Benveniste: o modo semiótico e o modo semântico* (ROSÁRIO, 2016), apresenta quatro usos para

interpretância, cinco para *interpretante* e um para *interpretado*. Alguns desses usos, convém ressaltar, consistem em citações diretas do próprio Émile Benveniste, retiradas do artigo *Semiologia da língua*, e em citações de Flores (2013), intérprete do pensamento benvenistiano.

Tais excertos associam a interpretância com a faculdade metalinguística, por meio da qual se estabelece um segundo nível de enunciação (a metassemântica), assim como definem que a semiologia da língua, conforme proposta por Émile Benveniste, só seria possível justamente por intermédio do mecanismo de interpretância da língua, que possibilita à língua interpretar todos os sistemas, inclusive a si mesma. Tal semiologia da língua é compreendida como uma ultrapassagem (no sentido hegeliano, de ultrapassagem conservadora, que vai além do pensamento original preservando sua função e seu alcance) de Benveniste em relação à noção de signo e seu aparato teórico conforme estipulado por Ferdinand de Saussure.

Ao longo do artigo, o termo *interpretância* é tido, sobretudo, como constituinte daquilo que Benveniste chamou de relações de interpretância, tomadas como uma relação entre sistemas em que há um sistema interpretante e um sistema interpretado: “Benveniste define a *relação de interpretância* como a relação que se estabelece entre um sistema interpretante e um sistema interpretado” (ROSÁRIO, 2016, p. 61). No que concerne à língua, conforme a autora, essa é a relação fundamental.

Para Rosário (2016), a dupla dimensão da significância da língua – a interpretância do semiótico e a interpretância do semântico – é o elemento que possibilita tanto a metassemântica quanto a noção de interpretância:

[...] é a compreensão da dupla dimensão de significância da língua que permite a Benveniste, de um lado, desenvolver sua semântica da enunciação e, de outro, propor a noção de interpretância da língua, assim como seu projeto apenas anunciado de uma semiologia da língua – a semiologia de segunda geração ou metassemântica –, tendo como base a semântica da enunciação, e não o signo de Saussure, em uma análise translinguística dos textos e das obras (ROSÁRIO, 2016, p. 65).

Nessa perspectiva, a seguinte asserção da autora mostra-se elucidativa e permite-nos por ora encaminhar a discussão:

O modo semiótico refere-se ao mundo fechado dos signos da língua, ou seja, à significância da língua-sistema. As relações que se estabelecem entre os signos são paradigmáticas, fazendo com que cada signo da língua tenha, sempre, um valor genérico e conceitual, devendo ser reconhecido. Por sua vez, o modo semântico refere-se à significância da língua em seu funcionamento discursivo, ou seja, à significância da língua-discurso. As relações não se estabelecem mais entre os signos, mas entre as palavras, e são sintagmáticas, fazendo com que cada palavra

tenha, sempre, um valor particular, específico e circunstancial, devendo ser compreendida (ROSÁRIO, 2016, p. 66).

Assim, compreendemos que a interpretância, na visão de Rosário (2016), está diretamente associada às propriedades semiológicas da língua. Além disso, para a autora, o desdobramento em semiótico e semântico está, por sua vez, relacionado à interpretância da língua, visto que a língua se vale desses dois modos de significar para interpretar todos os sistemas, inclusive a si mesma.

2.1.5 Uma proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem na aquisição da linguagem

O quinto e último texto analisado – *Uma proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem na aquisição da linguagem* (STUMPF, 2011) –, discorre sobre a metalinguagem circunscrita no contexto de aquisição da linguagem pela criança. Em seu artigo, a autora procura entender como Benveniste concebe a metalinguagem para propor um realocamento teórico dessa discussão no tema da aquisição de linguagem (a partir de uma perspectiva enunciativa).

Nesse estudo, há treze registros do termo *interpretância* – um deles consiste em uma citação direta do próprio texto de Émile Benveniste. Observamos também os registros de *interpretante* (duas vezes), *interpretado* (um registro apenas) e *interpretar* (três menções), além de dois usos de *interpretação* que atendem aos propósitos de nossa análise.

O primeiro uso do termo *interpretância*, referindo-se ao artigo *Semiologia da língua*, remonta às relações de interpretância, associando-as à dupla articulação entre o modo semiótico e o modo semântico da língua. Já o segundo uso complementa e restringe essas associações ao afirmar que “Benveniste evoca novamente a relação de interpretância ao destacar o papel da língua como interpretante da sociedade” (STUMPF, 2011, p. 274). Ou seja, situa a interpretância na sua capacidade de conter a sociedade. O terceiro uso, por sua vez, trata a interpretância como a relação entre os diferentes sistemas (sistema interpretante, a língua, e todos os sistemas interpretados, incluindo a própria língua). Nesse sentido, é preciso estabelecer que a língua constitui “[...] o único sistema semiótico capaz de interpretar os outros e a si própria, sendo essa última característica o que sustenta a possibilidade de metalinguagem” (STUMPF, 2011, p. 274).

Já o quarto uso associa a interpretância à propriedade metalinguística: “[...] entendemos a metalinguagem, no pensamento benvenistiano, como a propriedade da língua de

construir uma referência sobre si própria. Tal construção se dá através de mecanismos que denominamos ‘mecanismos de interpretância da língua’” (STUMPF, 2011, p. 275). Esses mecanismos constituem a forma pela qual a interpretância da língua opera, seja na sua relação com a própria língua (interpretante de si mesma) ou com os outros sistemas (interpretante de todos os outros sistemas), além da relação de interpretância que a língua estabelece com a sociedade, contendo-a.

Assim, o texto prossegue com a noção de interpretância associada à ideia de a língua ser “[...] capaz de se auto-referir e interpretar a si própria” (STUMPF, 2011, p. 275). Tais propriedades podem ser percebidas tanto na autosemiotização da língua quanto na metassemântica. Vale ressaltar que “[...] esses mecanismos exigem que o sujeito se volte sobre a língua, tomando-a como referência e interpretando-a” (STUMPF, 2011, p. 275). Compreendemos que o “voltar-se à língua” mencionado pela autora esteja associado àquilo que Benveniste considera a passagem de locutor a sujeito, apropriando-se da língua e tomando-a como ponto de partida para se instaurar na dimensão do discurso.

Os usos subsequentes (do sexto ao décimo terceiro), por seu turno, estão relacionados aos mecanismos de interpretância, que revelam que “[...] a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação consigo mesma” (STUMPF, 2011, p. 275), assim como uma certa relação com o mundo, conforme propõe Émile Benveniste. A autora afirma, ainda, que a interpretância é o “[...] mecanismo que assegura que a própria língua, atualizada em discurso, seja tomada como referência” (STUMPF, 2011, p. 277).

A autora conclui seu texto afirmando: “[...] podemos então constatar que, por ser uma propriedade da língua, a metalinguagem pode fazer-se presente, através de mecanismos de interpretância, a partir do preenchimento da estrutura enunciativa da criança” (STUMPF, 2011, p. 280). Em nosso ponto de vista, apesar de a enunciação, assim como a subjetividade, atravessar toda a língua e se fazer invariavelmente presente, há um mecanismo específico pelo qual a criança – o homem – instaura-se na língua e preenche a estrutura enunciativa: as categorias de pessoa, tempo e espaço.

2.1.6 Síntese

Após realizarmos nossa breve discussão sobre diferentes textos referendados na produção acadêmica brasileira, acreditamos ter demonstrado como o termo *interpretância* suscita diferentes discussões e implica uma flutuação conceitual. Essa flutuação, contudo, não se deve à falta de rigor teórico ou metodológico, como poderia se julgar em um primeiro

momento; pelo contrário, indica que, mesmo em um conjunto de textos qualificados sobre o tema, a diversidade de sentidos e interpretações presentes é inerente ao termo.

Com isso, queremos dizer, na verdade, que não há como evitar – nem o desejaríamos – que as palavras de Benveniste ecoem e produzam diferentes efeitos de sentido em seus leitores. Sob hipótese alguma acreditamos ter exaurido ou encerrado as possibilidades de uso e significação do termo *interpretância* para a compreensão de Benveniste; nosso movimento, antes disso, apenas sugere caminhos possíveis para uma leitura em rede da noção de interpretância. Convém ressaltar que o termo *interpretância*, mais que uma definição ou um conceito, consiste em um operador de amplo alcance, capaz de sintetizar, realocar e fundar uma reflexão sempre única para a língua e o homem.

Na realidade, se bem observarmos, essa flutuação conceitual ocorre justamente pelo exercício dos mecanismos de interpretância da língua: um termo, apenas um, contém referência a outros, que, por sua vez, se associam a outros termos, indefinidamente – e a língua interpreta a tudo, inclusive a si mesma. Desse ponto de vista, é fácil entender por que os textos de Émile Benveniste, sempre curtos, desdobram-se tanto: há espaço, no interior de suas reflexões, para inúmeros deslocamentos e realocamentos teóricos. Assim, precisamos compreender a globalidade das proposições de Émile Benveniste a fim de entendermos, também, as especificidades de sua reflexão; da mesma forma, devemos saber extrair de suas análises específicas os princípios gerais para a compreensão de seu pensamento, formando um processo contínuo de leituras e releituras:

[...] partimos do princípio epistemológico segundo o qual a teoria enunciativa benvenistiana pode ser lida como uma rede de termos, noções e conceitos que estão ligados entre si, por meio de relações hierárquicas, paralelas, transversais etc. Nesse sentido, boa parte dos conceitos, termos e noções estabelecidos pelo autor depende dessas relações para que a teoria possa ser interpretada. A conclusão novamente é óbvia: não cabe estudar, em Benveniste, um elemento sem levar em consideração a constelação que ele forma com outros. Admitido este raciocínio, vê-se que há, em Benveniste, conceitos, termos e noções cuja compreensão decorre das relações que estes mantêm com outros conceitos, termos e noções. Não há como, nessa teoria, estudar um elemento isoladamente (FLORES, 2016, p. 7).

Dessa forma, é compreensível – e até esperado – que as bases teóricas de um pensamento se desdobrem em novas camadas, conservando e ultrapassando o pensamento do qual se originam. Assim como Émile Benveniste continuou o caminho iniciado por Saussure – que, evidentemente, também prosseguiu pelas trilhas que lhe foram teoricamente abertas –, é hoje nosso dever, enquanto geração de linguistas, nos apropriarmos de Émile Benveniste para levá-lo a novos rumos, novas paisagens teóricas que se apresentam cotidianamente.

Em nosso pequeno inventário, baseado em publicações de linguistas contemporâneos que se debruçam sobre a obra de Benveniste, observamos um escopo de, pelo menos, sete usos distintos do termo *interpretância*:

1. interpretância da língua sobre si mesma via autosemiotização;
2. interpretância da língua sobre si mesma via metassemântica;
3. interpretância da língua em relação aos demais sistemas;
4. interpretância como relações de homologia;
5. interpretância da língua em relação à sociedade;
6. interpretância da língua em relação ao pensamento;
7. interpretância da língua como relação do homem com a cultura.

Tendo isso em vista, acreditamos ter ilustrado, brevemente, a profusão de ideias que se instaura a partir de Benveniste. Consideramos que cada uso específico do termo *interpretância* é válido e produtivo teoricamente, embora esse termo possa apresentar – e de fato apresenta – uma flutuação teórica. É chegada a hora, contudo, de voltarmos às palavras de nosso mestre, a fim de compreender em seu texto os percursos e os sentidos do termo *interpretância*.

2.2 A INTERPRETÂNCIA EM ÉMILE BENVENISTE

Para iniciarmos nossa análise do termo *interpretância* nos textos de Émile Benveniste, gostaríamos antes de trazer à tona um fato interessante: Benveniste, em nenhum momento de sua obra, até onde conseguimos alcançá-la, define o que é a interpretância da língua. Em suma, não há um conceito proposto, muito menos sustentando, por Benveniste para delimitar o que é a interpretância. Tampouco há citações ou alusões a outros textos que poderiam, por sua vez, auxiliar-nos na tarefa de circunscrever teoricamente esse termo. Por um lado, Benveniste parece tratar a interpretância como uma evidência; por outro, “[...] às vezes é útil pedir à evidência que se justifique” (BENVENISTE, 2005, p. 284).

E é nessa lacuna que nos inserimos na leitura do texto benvenistiano, procurando compreender como o autor concebe a questão da interpretância da língua e buscando delimitar seu alcance teórico no interior do próprio pensamento de Benveniste. Acreditamos que a interpretância, embora seja mencionada tardiamente no texto de Benveniste, atue como um

operador teórico presente em outros textos e em outros momentos, mais iniciais, da reflexão do linguista.

Entendemos que todo o arcabouço teórico envolto na chamada Teoria da Enunciação (teoria derivada *a posteriori* do pensamento benvenistiano) evidencia esse operador teórico – ainda oculto, mas sempre presente. Entretanto, antes de demonstrá-lo, precisamos prosseguir na tarefa de redescobrir os princípios teóricos que o próprio Benveniste utiliza para elaborar as relações de interpretância entre os diferentes sistemas de significação.

Partimos do texto *Categorias de pensamento e categorias de língua* (1958), que, em um primeiro momento, pode parecer destoar dos demais, devido à sua temática e sua contribuição teórica. Contudo, já admitimos a hipótese – e tentaremos prová-la – de que a interpretância desde muito cedo opera teoricamente nas reflexões de Émile Benveniste e pensamos que, em *Categorias de pensamento e categorias de língua*, existam indícios dos mecanismos de interpretância da língua.

Nesse texto, Émile Benveniste interroga a relação entre língua e pensamento, propondo categorias intermediárias que possam auxiliar a compreensão dessa temática. É justamente a partir dessas categorias que acreditamos ser possível antever o que chamamos de *mecanismos de interpretância da língua*, pois, conforme o próprio Benveniste sustenta, são as categorias da língua que, na verdade, interpretam as categorias do pensamento. De toda forma, cremos que haja indícios em *Categorias de pensamento e categorias de língua* que possibilitem tanto observar os mecanismos de interpretância da língua quanto extrair um pequeno substrato teórico para fundamentar nossa compreensão do que vem a ser essa interpretância, auxiliando a conceituá-la.

A forma e o sentido na linguagem (1967), por sua vez, é um texto que nos interessa, sobretudo, por analisar de maneira aprofundada os domínios semiótico e semântico da linguagem – assim como, evidentemente, por tratar da relação entre a forma e o sentido na linguagem, isto é, da dupla articulação que esses termos têm na língua e de sua relevância para pensar a significação. Assim, acreditamos que esse texto contribua para entendermos os mecanismos de interpretância da língua, especialmente no que diz respeito à operação desses mecanismos nos modos semiótico e semântico. Vale ressaltar, nesse sentido, que a discussão sobre forma e sentido na *linguagem* é, para nós, uma discussão sobretudo sobre a forma e o sentido na *língua*, tendo em vista que é a língua, e somente a língua, o sistema capaz de articular duplamente os modos semiótico e semântico.

Em outras palavras, consideremos que a articulação entre o semiótico e o semântico consiste em um aspecto importante para pensarmos a interpretância da língua, justamente

porque a língua só pode ser considerada o objeto semiológico por excelência – que interpreta a tudo, inclusive a si mesma – por estar duplamente presente nesses domínios, ao contrário de todos os outros sistemas (semióticos ou semânticos). Dessa maneira, podemos considerar que *A forma e o sentido na linguagem* estabelece conexões imediatas com *Semiologia da língua* ao tratar da significação e operar a distinção entre o semiótico e o semântico. A esse respeito, Normand (1992, p. 10) afirma que

[...] a necessidade de especificar conceitos e métodos nesse campo suscitou uma longa elaboração teórica, cuja expressão mais completa, com a distinção entre ‘semiótico’ e ‘semântico’, é dada nos textos de 1966 e 1969: ‘A forma e o sentido na linguagem’ e ‘Semiologia da língua’ (tradução nossa).⁴

Já o texto *Semiologia da língua* (1969), dividido em duas partes, é aquele que mais se aproxima de uma definição conceitual para a interpretância, pois nele Émile Benveniste sinaliza as diferentes relações que comporiam uma semiologia específica da língua, instaurando as relações de interpretância como integrantes desse quadro. Nesse texto, Benveniste explicita as bases formais para entendermos a língua como o sistema semiológico por excelência, visto que significa duplamente na articulação entre o modo semiótico e o modo semântico. É desse texto, também, que surge a distinção entre sistema interpretante e sistema interpretado, distinção que opõe a língua a todos os demais sistemas de significação.

Por fim, trataremos do artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1970), em que Benveniste faz uma análise que muito nos interessa a respeito da relação entre língua e sociedade, evidenciando semiologicamente as bases dessa relação. Nesse texto, Benveniste explicita que a língua é o sistema interpretante da sociedade, e não o contrário, além de desmitificar a concepção de que a língua reflete a sociedade.

Dessa forma, pretendemos delimitar, a partir desse conjunto de quatro textos, o que vem a ser a interpretância da língua e como esta opera – seja no interior do pensamento benvenistiano, seja na relação do homem com a linguagem e o mundo. É evidente que as reflexões de Benveniste sempre se renovam e atualizam, de modo que apenas em parte conseguiremos circunscrever seu pensamento, considerando-se tanto os limites de nossa perspectiva de análise quanto os propósitos da tese que apresentamos. Todavia, esperamos estabelecer uma base conceitual para elucidar e mapear aquilo que chamamos de *interpretância da língua*. É tempo de reler Benveniste, “[...] pois o homem é ainda e cada vez

⁴ No original: “[...] la nécessité de préciser concepts et méthode dans ce domaine a suscité une longue élaboration théorique, dont l’expression la plus achevée, avec la distinction du ‘sémiotique’ et du ‘sémantique’, est donnée dans les textes de 1966 et 1969: ‘La forme et le sens dans le langage’ et ‘Sémiologie de la langue’”.

mais um objeto para ser descoberto, na dupla natureza que a linguagem fundamenta e instaura nele” (BENVENISTE, 2006, p. 144).

É importante também ressaltar que, embora tratem de questões de natureza semiológica, as *Últimas aulas no Collège de France* não integram nossas análises, visto que nos dedicamos à análise de textos presentes nos *Problemas de Lingüística Geral I e II*, obras que são a porta de entrada para ler Benveniste no Brasil. Ressaltamos, contudo, que a publicação das *Últimas aulas* contribui significativamente para o estudo da semiologia em Benveniste; além disso, enfatizamos que, na última aula, realizada em 1969 e presente nessa obra, Benveniste menciona a enunciação, associando-a ao campo do semântico, que seria o mundo do “[...] sentido produzido pela enunciação” (2014, p. 192). Apesar disso, estamos circunscritos aos domínios dos *Problemas de Lingüística Geral* e acreditamos que seus dois volumes suscitem inúmeras questões em torno da semiologia, da enunciação e dos signos vazios.

2.2.1 Categorias de pensamento e categorias de língua (1958)

Este texto, pertencente à seção *A comunicação*, dos *Problemas de Lingüística Geral I*, apresenta, de um lado, princípios gerais para pensar a relação entre língua e pensamento e, de outro, um cotejo entre o grego – a partir das categorias do pensamento proposta por Aristóteles – e o *ewe*, língua radicalmente distinta de nossa matriz indo-europeia, que contém cinco verbos para fazer referência a *ser*:

Essa descrição de estado de coisas em *ewe* comporta uma parte de artifício. Faz-se pelo prisma da *nossa* língua e não, como se deveria, nos quadros da própria língua. No interior da morfologia ou da sintaxe *ewe*, nada aproxima esses cinco verbos entre eles. É com relação aos nossos próprios usos linguísticos que lhes descobrimos qualquer coisa em comum. Mas aí está justamente a vantagem dessa comparação “egocentrista”; esclarece-nos sobre nós mesmos; mostra-nos, nessa variedade de empregos de “ser” em grego, um fato próprio das línguas indo-europeias, e de nenhum modo uma situação universal nem uma condição necessária (BENVENISTE, 2005, p. 79, grifo do autor).

Em síntese, além de propor princípios gerais para a relação entre língua e pensamento, Benveniste, por meio de uma análise de duas línguas particulares, refuta as categorias aristotélicas do pensamento: “[...] a explicação de Benveniste é incontestável e seus argumentos são irrefutáveis. Sua tese é absolutamente comprovável: a análise categorial de Aristóteles decorre da estrutura específica da língua em que fora formulada, no caso, o grego” (FLORES, 2018, p. 510).

Benveniste aborda as relações – e os problemas oriundos dessas relações – entre pensamento e língua a partir de um questionamento:

A questão, pois, vem a ser a seguinte. Mesmo admitindo que o pensamento não pode ser captado a não ser formado e atualizado na língua, teremos o meio de reconhecer no pensamento caracteres que lhe sejam próprios e que não devam nada à expressão linguística? Podemos descrever a língua em si mesma. Seria necessário também atingir diretamente o pensamento. Se fosse possível definir o pensamento por meio de traços que lhe pertençam exclusivamente, veríamos ao mesmo tempo como se ajusta ele à língua e de que natureza são as suas relações (BENVENISTE, 2005, p. 70).

É possível observar que Benveniste, embora não afirme que o pensamento esteja subordinado à língua, compreende que falta ao pensamento caracteres que lhe sejam próprios – não há como estabelecer nem reconhecer os caracteres do pensamento. Dessa forma, podemos, já em um primeiro momento, excluir o pensamento de toda ordem semiótica, ainda que o mesmo não seja válido em relação à sua expressão semântica. Faltam ao pensamento as categorias – mediadoras, segundo o próprio Benveniste – que a língua tem:

Essa própria discordância poderia esclarecer-nos sobre a sua respectiva natureza. Por exemplo, discernirmos imediatamente que o pensamento pode especificar livremente as suas categorias, instaurar novas, enquanto as categorias linguísticas, atributos de um sistema que cada locutor recebe e conserva, não são modificáveis segundo o capricho de cada um; vemos esta outra diferença: que o pensamento pode pretender apresentar categorias universais, mas que as categorias linguísticas são sempre categorias de uma língua particular (BENVENISTE, 2005, p. 70).

A partir desse excerto, reafirmamos o domínio semiótico da língua, que todos recebemos e conservamos, em contraposição ao universo de inúmeras possibilidades de articulação semântica e metassemântica que compõem a rede discursiva. Diferentemente dos caracteres do pensamento, que podem se pretender universais, os caracteres da língua são sempre os caracteres de uma língua em específico. E é justamente esse o equívoco, segundo Benveniste, da reflexão de Aristóteles, que atribui ao pensamento as categorias do grego, ignorando que “[...] essas distinções são em primeiro lugar categorias de língua e que de fato Aristóteles, raciocinando de maneira absoluta, reconhece simplesmente certas categorias fundamentais da língua na qual pensa” (BENVENISTE, 2005, p. 71).

Benveniste (2005, p. 75) analisa as categorias aristotélicas e as transcreve em categorias de língua: substantivos, adjetivos, advérbios e verbos. E, por isso, o linguista afirma que Aristóteles

[...] pensava definir os atributos dos objetos; não apresenta senão seres linguísticos: é a língua que, graças às suas próprias categorias, permite reconhecê-las e especificá-las [...] Essa tábua dos predicados informa-nos, pois, antes de tudo, sobre

a estrutura das classes de uma língua particular. Segue-se que o que Aristóteles nos dá como uma tabela de condições gerais e permanentes é apenas a projeção conceptual de um determinado estado linguístico (BENVENISTE, 2005, p. 76).

Para provar sua tese, Benveniste escolhe a categoria (de língua) *ser*, contrapondo-a à sua essência metafísica proposta por Aristóteles e afirmando que “[...] a língua não orientou evidentemente a definição metafísica do ‘ser’ – cada pensador grego tem a sua –, mas permitiu fazer do ‘ser’ uma noção objetivável, que a reflexão filosófica podia manejar, analisar, situar como qualquer outro conceito”, ou seja, “[...] se trata aqui, antes de tudo, de um fato de língua” (BENVENISTE, 2005, p. 77). Em síntese, todo o pensamento metafísico que Aristóteles propôs sobre o ser, na verdade, pouco ou nada revelava do ser, mas cumpriu bem seu papel – ainda que de forma inconsciente – de inventariar as categorias do grego para se referir ao ser.

Benveniste prossegue sua arguição trazendo como exemplo a língua ewe, que apresenta diferentes verbos para *ser*, tais como *nyé*, *le*, *no*, *wo* e *di*, a partir do que chega à seguinte conclusão:

[...] é inegável que, submetido às exigências dos métodos científicos, o pensamento adota em toda parte os mesmos meios em qualquer língua que escolha para descrever a experiência. Nesse sentido, torna-se independente, não da língua, mas das estruturas linguísticas particulares. O pensamento chinês pode muito bem haver inventado categorias tão específicas como o *tao*, o *yin* e o *yan*: nem por isso é menos capaz de assimilar os conceitos da dialética materialista ou da mecânica quântica sem que a estrutura da língua chinesa a isso se oponha. Nenhum tipo de língua pode por si mesmo e por si só favorecer ou impedir a atividade do espírito. O voo do pensamento liga-se muito mais estreitamente às capacidades dos homens, às condições gerais da cultura, à organização da sociedade que à natureza particular da língua. A possibilidade do pensamento liga-se à faculdade de linguagem, pois a língua é uma estrutura enformada de significação e pensar é manejar os símbolos da língua (BENVENISTE, 2005, p. 80).

Em síntese, Benveniste opõe-se radicalmente ao raciocínio de que o espírito das ideias – a metafísica, por assim dizer – seja uma dimensão essencial capaz de governar as unidades linguísticas. Por outro lado, também refuta a hipótese do relativismo linguístico, a partir da qual se pode erroneamente acreditar que as línguas “recortam” nossa visão de mundo, como se em cada idioma particular fosse possível um, e apenas um, tipo de pensamento ou de visão de mundo.

Interessa-nos ressaltar que a língua, nas palavras de Benveniste (2005, p. 80), é uma “[...] estrutura enformada de significação”, e que essa estrutura enformada não corresponde senão às formas semióticas de significação. Assim, acreditamos que as categorias mediadoras da língua sejam, na verdade, também mecanismos de interpretância que se estabelecem na

dupla articulação entre o semântico e o semiótico: enquanto o semiótico propicia o reconhecimento e o compartilhamento das formas, o semântico opera na dimensão do entendimento do discurso. É preciso chegar a um elemento global nas diferentes línguas para propor mecanismos universais de interpretação – o erro de Aristóteles, que tomou as particularidades do grego para propor princípios metafísicos gerais.

Desse modo, Benveniste (2005, p. 80) afirma que pensar é “[...] saber manejar os símbolos da língua”, o que significa que o pensamento requer o manejo da língua em sua dupla articulação semiótico-semântica, tomando a finitude das formas (semiótico) para alcançar a infinitude do sentido (semântico):

Por ser assimilável, por consistir-se de um número sempre limitado de elementos, a língua dá a impressão de ser apenas um dos intermediários possíveis do pensamento, que, livre, autossuficiente, individual, emprega a linguagem como instrumento seu. De fato, se tentamos atingir os quadros próprios do pensamento, só nos apoderamos das categorias da língua (BENVENISTE, 2005, p. 79).

É por isso, supomos, que Benveniste insiste na discussão acerca da necessidade do reconhecimento dos caracteres e das formas – do semiótico, em síntese – para estabelecer as relações entre língua e pensamento, associando o pensamento ao *conteúdo*, que entendemos aqui como sentido e como expressão do semântico, visto que o próprio Benveniste criticará, ainda em *Categorias de pensamento e categorias de língua*, a concepção de língua e pensamento como continente e conteúdo:

[...] esse conteúdo recebe forma quando é enunciado, e somente assim. Recebe forma da língua e na língua, que é o molde de toda expressão possível; não pode dissociar-se dela e não pode transcendê-la. Ora, essa língua configura-se no seu conjunto e enquanto totalidade. É, além do mais, organizada como combinação de “signos” distintos e distintivos, susceptíveis, eles próprios, de decompor-se em unidades inferiores ou de agrupar-se em unidades complexas. Essa grande estrutura, que encerra estruturas menores e de muitos níveis, dá a sua *forma* ao conteúdo do pensamento [...] o pensamento se reduz, se não a nada, pelo menos a algo de tão vago e de tão indiferenciado que não temos nenhum meio de apreendê-lo como “conteúdo” distinto da forma que a língua lhe confere [...] Não captamos o pensamento a não ser já adequado aos quadros da língua. Fora isso, não há senão obscura volição, impulso que se descarrega em gestos, mímica (BENVENISTE, 2005, p. 69, grifo do autor).

Nessa passagem, Émile Benveniste aponta para o semiótico da língua em diversos momentos, ainda que não o mencione diretamente: “forma da e na língua”, “molde”, “estrutura”, “quadros da língua”, “conjunto”, “totalidade” e “combinação de signos distintos e distintivos”, que podem “decompor-se em unidades inferiores” ou “agrupar-se em unidades complexas”. Enfim, são muitas as evidências que nos permitem afirmar que Benveniste considera que a língua, por articular-se duplamente nos modos semiótico e semântico, utiliza

suas formas enquanto mecanismos de interpretância, para realizar o pensamento, inclusive nomeando-o.

É preciso que o conteúdo do pensamento, inapreensível, receba uma forma, e essa forma é a da língua. Por articular-se duplamente nas dimensões do semiótico e do semântico, a língua dispõe do aparato necessário e suficiente para transcender o mundo das ideias, a metafísica, e situar o homem na cultura, conferindo-lhe um lugar de fala e situando-lhe no contexto em que vive. Assim, o pensamento toma forma de língua (semiótico) e sentido de língua (semântico).

A própria noção de pensamento, como facilmente se pode observar, necessita de uma palavra para se fazer entender no meio social: utilizamos a palavra *pensamento* para remeter àquilo que nomeamos como pensamento. Pode-se considerar que o pensamento, em última instância, é um signo linguístico, com uma forma específica e um sentido compartilhado pelos falantes de determinada sociedade, e não uma categoria lógica abstrata e autorreferencial. O pensamento, dessa forma, não está fora da língua nem lhe antecede em uma metafísica pura (uma nuvem abstrata de ideias indissociáveis), pois é somente na língua que o pensamento toma forma e se materializa.

Assim, tudo aquilo que denominamos *expressão do pensamento* consiste, na verdade, em um conjunto de enunciados. As ideias não são apenas “expressas” por meio de palavras: elas são feitas de palavras, isto é, são as próprias palavras que utilizamos para supostamente “expressar o pensamento”. Para Benveniste (2005), o conteúdo do pensamento recebe forma somente quando é nomeado: recebe forma *na* e *da* língua. A esse respeito, Benveniste (2005, p. 69) afirma que

[...] o pensamento se reduz, se não a nada, pelo menos a algo de tão vago e de tão indiferenciado que não temos nenhum meio de apreendê-lo como ‘conteúdo’ distinto da forma que a língua lhe confere. A forma linguística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade mas primeiro a condição de realização do pensamento. Não captamos o pensamento a não ser já adequado aos quadros da língua. Fora isso, não há senão obscura volição, impulso que se descarrega em gestos, mímica. Isso quer dizer que a questão de saber se o pensamento pode dispensar a língua ou contorná-la como um obstáculo, por menos que se analisem rigorosamente os dados em pauta, aparece destituída de sentido.

Apesar de aceitarmos a proposição de que o pensamento pode ser expresso por outros sistemas de significação que não a língua – como a música e as artes visuais, por exemplo –, conforme propõe Severo (2013), a língua continua sendo o único sistema capaz de duplamente “expressar” o pensamento. Usamos aspas, pois, em uma perspectiva benvenistiana, a língua não é uma mera expressão do pensamento, que lhe antecederia: o

pensamento, antes de tomar forma de língua, é realidade abstrata inapreensível, a pura volição da qual jamais nos apropriamos. A música, assim como as demais artes, possui sua ordem própria de significação, e essa ordem é cada vez nova, pois os sons, as cores e os gestos de uma manifestação artística só são válidos no domínio da obra em que aparecem. Em outras palavras, o semiótico dos sistemas artísticos é particular, ao passo que o semiótico da língua é compartilhado. Por isso, o semântico dos sistemas artísticos também é particular, ao contrário do semântico da língua, que só pode existir enquanto for de domínio social e compartilhado pelos membros de uma sociedade.

Assim, reiteramos que a interpretância da língua em relação ao pensamento ultrapassa a noção de “expressão”, visto que constitui a própria condição daquilo que entendemos como o pensamento e sua expressão. Há, sem dúvidas, um processo de interpretância da língua – utilizando sua ordem própria, seus caracteres, seu modo semiótico – em relação ao pensamento. Dessa maneira, podemos afirmar que “[...] a forma linguística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade mas primeiro a condição de realização do pensamento” (BENVENISTE, 2005, p. 69). E, para ser condição de realização do pensamento, a língua recorre a seus mecanismos de interpretância, já que a interpretância é sempre uma relação que a língua estabelece com o pensamento, com os outros sistemas de significação, com o mundo ou consigo mesma. Entre língua e pensamento,

[...] não existe ainda, aí, senão uma relação de fato. Apresentar esses dois termos, *pensamento e língua*, como solidários e mutuamente necessários não nos indica a forma pela qual são solidários, nem a razão por que os julgaríamos indispensáveis um ao outro. Entre um pensamento que não se pode materializar a não ser na língua e uma língua que não tem outra função a não ser “significar”, quereríamos estabelecer uma relação específica, pois é evidente que os termos confrontados não são simétricos (BENVENISTE, 2005, p. 69, grifo do autor).

Benveniste, apesar de mencionar uma relação específica que gostaria de propor para entendermos a ligação entre língua e pensamento, não chega a responder qual seria a natureza dessa relação; a resposta, acreditamos, veio mais de uma década depois, com a publicação de *Semiologia da língua*. Compreendemos, portanto, que Émile Benveniste, em *Categorias de pensamento e categorias de língua*, percebe uma relação específica para tratar do binômio língua-pensamento, embora, nesse momento, ainda não tenha formalizado que relação seria essa. Em *Semiologia da língua*, encontramos a resposta: trata-se da relação de interpretância. É devido a seu mecanismo de interpretância, articulado duplamente nos modos semiótico e semântico, que a língua estabelece sua relação com o pensamento.

Afinal de contas, mais uma vez precisamos admitir que a língua é o interpretante de tudo, inclusive de si mesma: “[...] por mais abstratas que sejam as operações do pensamento, recebem expressão na língua. Podemos dizer tudo, e podemos dizê-lo como queremos” (BENVENISTE, 2005, p. 68). Assim, intuindo a relação de interpretância já em 1958, Émile Benveniste também sinaliza que é na dupla articulação entre o semiótico e o semântico, ou seja, entre a forma e o sentido, que encontraremos as especificidades dos mecanismos de interpretância da língua. Passemos, portanto, à análise de *A forma e o sentido na linguagem*, publicado oito anos após *Categorias de língua e categorias de pensamento*.

2.2.2 A forma e o sentido na linguagem (1967)

O texto *A forma e o sentido na linguagem* consiste, na verdade, em uma conferência – a conferência inaugural, diga-se de passagem – que Émile Benveniste realizou em 1966, em um congresso de filosofia. É inevitável observarmos que, tendo utilizado o escrito de um filósofo, Aristóteles, como *corpus* em *Categorias de língua e categorias de pensamento*, encontramos desdobramentos dessa discussão na conferência efetuada em um congresso de Filosofia. Como já afirmamos anteriormente, a obra de Benveniste não se restringe ao escopo teórico da Linguística, assim como sua interlocução, que se vale justamente das relações interdisciplinares.

Benveniste introduz sua exposição chamando atenção ao fato de que, apesar de assumir o lugar de fala de um linguista, não há, entre os linguistas, um ponto de vista estabelecido sobre as relações entre forma e sentido na linguagem: “[...] quem fala aqui o faz em seu nome pessoal e propõe pontos de vista que lhe são próprios” (BENVENISTE, 2006, p. 221). Embora situe como “livres, fugidias, imprevisíveis” as manifestações do sentido e como “concretos, definidos e descritíveis” os aspectos de forma, Benveniste (2006, p. 221) afirma que forma e sentido são, na verdade, noções gêmeas.

O que significa, contudo, afirmar que forma e sentido são noções gêmeas? É evidente que não se trata da aparência, do aspecto, dessas noções, uma vez que Benveniste acabara de dizer que ambas parecem muito diferentes entre si. Consideramos que essas noções são gêmeas porque nascem de um mesmo lugar: forma e sentido são o contraponto uma da outra, articulam-se mutuamente, nascem da propriedade da língua de significar e possibilitam à língua operar por meio dos mecanismos de interpretância tanto no domínio semiótico quanto no domínio semântico. Em suma,

[...] opor a forma ao sentido é uma convenção banal e os próprios termos parecem assim usados; mas se nós tentarmos reinterpretar esta oposição no funcionamento da língua integrando-a e esclarecendo-a, ela retoma toda sua força e sua necessidade; vemos então que ela contém em sua antítese o ser mesmo da linguagem, pois eis que de um só golpe ela nos coloca no centro do problema mais importante, o problema da significação (BENVENISTE, 2006, p. 222).

Dessa forma, Benveniste situa a significância como um elemento central de sua reflexão, afirmando que “[...] a linguagem é a atividade significativa por excelência”, o que, no domínio da linguagem, implica “[...] dizer que a significação não é qualquer coisa que lhe seja dada por acréscimo ou, numa medida mais ampla, por uma outra atividade; é de sua própria natureza; se ela não fosse assim, não seria nada” (2006, p. 224).

A questão da significância, tal como Benveniste a propõe, costuma ser discutida no campo da Filosofia pelos lógicos que integram a subárea que denominamos Filosofia Analítica. Contudo, estes discutem a significância dentro dos parâmetros da lógica, que se pretendem universais, e esbarram novamente nos obstáculos enfrentados por Aristóteles, filósofo da Antiguidade que, em sua obra, abriu as portas justamente para o estabelecimento, quase dois milênios mais tarde, da Filosofia Analítica. Para evitar o mesmo equívoco, isto é, ignorar as formas da língua (sua dimensão semiótica), Émile Benveniste reivindica a organização semiótica como a contraparte, a noção gêmea, que permite à língua sua articulação operatória:

[...] ela tem também um outro caráter totalmente diferente, mas igualmente necessário e presente em toda língua real, ainda que subordinado ao primeiro, eu o insisto: o caráter de se realizar por meios vocais, de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido. É este duplo aspecto, inerente à linguagem, que é distintivo (BENVENISTE, 2006, p. 224).

Acreditamos que, ao afirmar que há um duplo aspecto inerente à linguagem, Benveniste, na verdade, refere-se à língua, em sua especificidade articulatória. Não haveria sentido – após destacar o aspecto primordial da língua e imediatamente antes de introduzir o pensamento de Saussure – em afirmar ser a linguagem, como um todo, e não a língua, de forma específica, aquilo que é inerentemente distintivo em termos de significação. A continuação da reflexão benvenistiana, por si só, parece admitir que falamos da língua, conforme veremos adiante. Benveniste (2006, p. 224) prossegue sua reflexão afirmando:

Diremos, com Saussure, a título de primeira aproximação, que a língua é um sistema de signos. [...] Quando Saussure introduziu a ideia de signo linguístico, ele pensava ter dito tudo sobre a natureza da língua; não parece ter visto que ela podia ser outra coisa ao mesmo tempo; exceto no quadro da oposição bem conhecida que ele

estabelece entre língua e fala. Compete-nos tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante.

Desse modo, Benveniste, ao mesmo tempo em que critica a concepção logicista de sentido sem unidade semiótica, admite que, em Saussure, escapa algo que precisamos ultrapassar, ir além, para propor a língua como sistema significante – e não puramente semiótico. Assim, Benveniste procura estabelecer a ruptura entre os domínios semiótico e semântico para, ao final de seu texto, novamente reencontrá-los e uni-los sob a perspectiva da significância, tendo em vista que, “[...] se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar” (BENVENISTE, 2006, p. 222).

Em sua distinção entre o semiótico e o semântico da língua, Benveniste considera que “[...] dizer que a língua é feita de signos é dizer antes de tudo que *o signo é a unidade semiótica*” (2006, p. 224, grifo do autor), uma vez que a noção de signo apresenta uma dupla relação: como unidade semiótica e como dependente da ordem semiótica. Ao situar a língua no universo do descontínuo e do dissemelhante, Benveniste (2006, p. 225) assevera:

É por isso que ela não se deixa dividir mas decompor; suas unidades são elementos de base em número limitado, cada um diferente do outro, e suas unidades se agrupam para formar novas unidades, e estas por sua vez poderão formar outras ainda, de um nível cada vez superior.

Assim, o sistema semiótico está descrito formalmente, apresentando como principais características suas unidades distintivas – os signos não são redundantes e, dessa forma, inclusive os fonemas têm uma função distintiva –, de número limitado, que podem se associar e originar indefinidamente novos enunciados. O signo, afirma Benveniste, é uma unidade bilateral, duplamente articulada: de um lado, o significante e, de outro, o significado. Enquanto o significante corresponde ao aspecto formal do signo, que permite a este ser reconhecido, o significado consiste em seu sentido, de valor genérico, ainda distante do universo particularizado dos atos enunciativos.

Em termos gerais, Benveniste assim define o signo:

[...] o signo se define como a unidade semiótica; ele é dotado de significação na comunidade daqueles que fazem uso de uma língua, e a totalidade destes signos forma a totalidade da língua [...] Para que um signo exista, é suficiente e necessário que ele seja aceito e que se relacione de uma maneira ou de outra com os demais signos [...] É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe. Não há estágio intermediário; ou está na língua, ou está fora da língua [...] tudo que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de relações e oposições com os outros signos

que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz “semiótico” diz “intralinguístico” (BENVENISTE, 2006, p. 227-228, grifo do autor).

A noção de signo em Benveniste, sintetizada pelo célebre exemplo da distinção dicotômica entre *chapéu* (reconhecido, portanto existente) e *chaméu* (não reconhecido, portanto inexistente), acompanha a noção de signo em Saussure, isto é, apresenta uma natureza semiótica. Contudo, Benveniste avança para o domínio semântico, cuja unidade é a palavra, em que as relações paradigmáticas do signo são substituídas pelas relações associativas da frase, expressão semântica por excelência, já que “[...] são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas” (2006, p. 229). Há, entre os domínios semiótico e semântico, uma ruptura na perspectiva pela qual se concebe a língua, pois o semântico possui seu aparato próprio para colocar a língua em funcionamento:

[...] a noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência (BENVENISTE, 2006, p. 229).

Para encerrar o escopo das distinções entre os modos semiótico e semântico, úteis para compreender tanto a dupla articulação da língua quanto a própria questão da significância, Benveniste debruça-se sobre a noção de signo e a formulação da frase, separando o que é de domínio interno da língua (suas propriedades semióticas) daquilo que lhe é externo (suas relações semânticas):

O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é *senão* particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor (BENVENISTE, 2006, p. 230, grifo do autor).

É possível identificar, no universo do semântico, elementos integrantes do aspecto enunciativo da língua: a situação particular, a relação com as coisas do mundo, a situação de discurso e a atitude do locutor, situado evidentemente na posição de pessoa, de *eu* que diz *eu*. A frase consiste, em nossa perspectiva, em um indício dos mecanismos da língua para acessar o mundo, permitindo ao falante se apropriar, na dimensão do discurso, de tudo que lhe é externo.

Benveniste (2006, p. 230), nesse sentido, é elucidativo ao explicitar que “[...] uma frase participa sempre do ‘aqui’ e ‘agora’”, ou seja, a frase implica a noção de enunciação, de um sujeito situado no *aqui* e no *agora* que fala a seu interlocutor – o *tu* implicado pelo *eu*. É necessário dizer, contudo, que essa formalização não é proposta por Benveniste n’*A forma e o sentido na linguagem*, mas a consideramos implicada em sua exposição das relações entre o semiótico e o semântico, até mesmo porque a frase é “[...] cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece” (BENVENISTE, 2006, p. 231).

Dessa forma, encontramos na significação o elemento mediador que interconecta a dupla articulação entre o semiótico e o semântico, visto que significar constitui a função primeira da língua. É por meio da significação que nos apropriamos da língua para falar de tudo, inclusive da própria língua:

Antes de qualquer coisa, a língua significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Quais são estas funções? Tentemos enumerá-las? Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso: para resumi-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver (BENVENISTE, 2006, p. 222).

Em síntese: a significância é a propriedade primeira da língua, que esta, por sua vez, se articula duplamente nos modos semiótico e semântico, os quais, embora exijam um aparelho conceptual distinto, estão reunidos novamente na propriedade que a língua tem de significar. Acreditamos que a distinção entre semiótico e semântico sirva para referendar a proposição da língua enquanto sistema semiológico por excelência. Benveniste, por um lado, acompanha Saussure na análise do signo enquanto unidade semiótica e, por outro, ultrapassa a perspectiva saussuriana ao estabelecer o domínio do semântico.

De acordo com Benveniste, enquanto o semantismo de uma língua pode ser recriado em outra (possibilidade da tradução), o aspecto semiótico da língua não o pode (impossibilidade da tradução). Essas distinções serão úteis para compreendermos os mecanismos de interpretância da língua, que operam por meio dessa dupla articulação entre o semiótico e o semântico. Isso significa que a língua possui uma dupla significância, conforme Benveniste estabelece em *Semiologia da língua*.

2.2.3 Semiologia da língua (1969)

A noção de interpretância, tal qual a conhecemos, aparece e é desenvolvida na obra de Émile Benveniste nos artigos *Semiologia da língua* e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, ambos publicados nos *Problemas de Lingüística Geral II*. A primeira observação necessária é que os textos, apesar de apresentarem uma evidente aproximação temática e uma sucessão cronológica bastante próxima, estão dispostos em diferentes partes da obra: enquanto *Semiologia da língua* compõe a parte dedicada à comunicação, *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* está disposto na terceira parte – *Estruturas e análises*.

Sabe-se que a organização e a publicação dos *Problemas de Lingüística Geral II* foram realizadas em um momento extremamente delicado da vida de Benveniste; ainda que se afirme que ele estivesse consciente e tenha consentido com a organização do livro conforme foi publicado, é imprescindível considerarmos que, além de não existirem evidências comprobatórias desse fato, jamais saberemos qual seria a divisão que o próprio Benveniste, antes do episódio que o deixou afásico, faria. Em outras palavras, pouco se pode afirmar com convicção a respeito da separação dos artigos na obra.

Supomos, entretanto, que, por estabelecer bases formais e fundamentos para a compreensão da língua em oposição aos outros sistemas de signos, assim como seu papel na semiologia, *Semiologia da língua* seja apresentado junto a outros dois textos que também propõem reflexões de natureza mais universal acerca da língua, isto é, *A linguagem e a experiência humana* e *O aparelho formal da enunciação*. Por sua vez, *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* consiste em um texto que trata tanto das estruturas duplas e não gêmeas da língua e da sociedade quanto de uma análise particular sobre o sistema de funcionamento da língua e(m) sua oposição ao funcionamento da sociedade. A esse motivo se deve, supomos, sua inclusão na seção *Estruturas e análises*.

É válido ressaltar, também, que *Semiologia da língua* é um texto emblemático para a compreensão da reflexão benvenistiana. A esse respeito, Flores e Teixeira (2013, p. 7) afirmam que

Semiologia da língua é, de longe, o texto mais complexo de Benveniste. Os motivos que nos levam a essa avaliação são muitos: as leituras feitas de Peirce e de Saussure, a formulação dos princípios das relações entre sistemas semióticos, as relações propriamente ditas entre esses sistemas, a amplitude do escopo da distinção semiótico/semântico, entre outros.

Além disso, é necessário ressaltarmos que *Semiologia da língua* é um texto dividido em duas partes. A primeira trata de uma crítica, por meio de um cotejo com o pensamento de

Ferdinand de Saussure, à semiologia de Peirce, cuja matriz teórica consiste na noção de um signo indistinto – em que tudo é signo e não há uma relação que funde a oposição entre os signos. Dessa primeira parte, chamo atenção à formulação da noção de **RELAÇÕES** (termo destacado em caixa alta no texto original), noção que consideramos fundamental e mesmo inexaurível na leitura de Benveniste, ainda que na referida passagem Benveniste faça uma alusão mais direta às relações entre diferentes sistemas de significação (objeto da semiologia). Já a segunda parte do texto concentra esforços nos aspectos formais da Semiologia da língua, em oposição aos demais sistemas de significação, que se articulam ora no modo semiótico, ora no domínio semântico, enquanto a língua duplamente significa e consiste, portanto, no aparelho semiológico por definição.

O pensamento de Benveniste é, em última instância, voltado às relações que a língua estabelece, interna e externamente. Além disso, entendemos que a noção de relação se relaciona à noção de valor em Saussure, visto que o valor é um elemento de natureza inexoravelmente relacional, assim como acreditamos que as relações são operadores teóricos para a leitura da obra de Benveniste, uma vez que se faz necessário ler Benveniste de uma perspectiva holística e integradora. Dessa forma, por exemplo, é preciso compreender que a relação forma/sentido opera junto à relação semiótico/semântico, que, por sua vez, está comprometida com a relação entre diferentes sistemas – sistemas interpretantes e sistemas interpretados.

É a partir da relação que se instaura a enunciação como uma forma singular de perceber e interrogar a língua, e não como (mais) um nível da análise linguística. Um exemplo da importância do conceito de relação na obra de Émile Benveniste consiste na dinâmica *eu-tu*, em que cada termo deve sua existência à relação com o outro: “[...] é à ‘relação entre’, portanto, que eu-tu devem sua existência e, por meio dela, é que conseguimos responder o que é o homem na realidade” (WERNER, 2006, p. 403).

Já no artigo *A natureza dos pronomes*, Benveniste (2005, p. 280, grifo do autor) menciona que “[...] o essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, *etc.*) e a *presente* instância do discurso”. Constatamos que a noção de relação atua, assim, tanto como um vocábulo de valor terminológico no interior das reflexões de Émile Benveniste quanto como um operador de toda a língua – consistindo, consequentemente, em uma forma de olhar para os fenômenos da língua e da linguagem.

Logo, a relação é um ponto de partida para a análise: a) da língua, entendida como um sistema de signos virtual articulado/partilhado socialmente no conjunto de uma comunidade, materializado pela condição falante do homem; b) das línguas, compreendidas como as

diferentes línguas particulares faladas por determinados coletivos ao redor do globo; c) da linguagem, concebida como a capacidade humana de simbolizar; e d) das linguagens, tomadas como as diferentes realizações do simbólico, isto é, a pintura, a música, os sinais de trânsito, os signos de cortesia, os rituais, as instituições e quaisquer outros sistemas em que se produzam objetos simbólicos (não obrigatoriamente signos linguísticos).

Nosso objetivo, ao enfatizar a importância da noção de relação para lermos *Semiologia da língua*, é bastante simples: Benveniste não fala de interpretância, mas de relações de interpretância. Em *Semiologia da língua*, as relações ocupam um local privilegiado na reflexão, já que é justamente pela possibilidade de relação que a língua possui um caráter semiológico distinto de todos os outros sistemas semióticos/semânticos. Na língua, objeto de realização por excelência da semiologia, a relação entre semiótico e semântico é única e específica: a língua é o único sistema que se articula duplamente na relação semiótico/semântico, o que permite tanto a autosemiotização da/pela escrita⁵ quanto a interpretação dos demais sistemas por meio do discurso.

Tendo isso em vista, passemos à análise de *Semiologia da língua*. As duas partes constituintes desse texto foram originalmente publicadas em 1969 na revista *Semiotica*, encomendadas por Julia Kristeva e Roland Barthes. Desde essa primeira publicação, os textos encontram-se divididos. É notável que a reflexão realizada, embora articulada, também está dividida. A primeira parte do texto parece exercer uma função introdutória, cujo objetivo consiste em alertar o leitor desavisado para que evite uma confusão terminológica e conceitual. Para esse fim, Benveniste resenha parte da reflexão saussuriana, cotejando-a com a semiologia de Peirce e indicando, por conseguinte, a necessidade de distingui-las.

É preciso, sem dúvida alguma, que se oponha a semiologia de Saussure à semiologia de Peirce. Não há transição nem atavismos. A noção de semiologia que interessa ao leitor de Benveniste é aquela fundamentada em Saussure, não em Peirce. Isso ocorre, sobretudo, pelo papel que a língua ocupa em uma ciência geral dos signos: em Saussure e em Benveniste, um papel central e fundante; em Peirce, apenas mais um signo no universo sógnico.

Lembremos que, da perspectiva benvenistiana, “[...] a língua ocupa uma situação particular no universo dos sistemas de signos” (BENVENISTE, 2005, p. 55). Por isso, para

⁵ Na 12ª aula da obra *Últimas aulas no Collège de France*, temos uma definição de autosemiotização da língua: “[...] a escrita foi sempre e por toda parte o instrumento que permitiu à língua semiotizar a si mesma. Isso quer dizer que o falante se detém sobre a língua em vez de se deter sobre as coisas enunciadas; ele leva em consideração a língua e a descobre significante; ele observa recorrências, identidades, diferenças parciais, e essas observações se fixam em representações gráficas que objetivam a língua e que suscitam, enquanto imagens, a própria materialidade da língua. A escrita, e mais particularmente a escrita alfabética, é o *instrumento de autosemiotização da língua*” (BENVENISTE, 2014, p. 155, grifo do autor).

encerrar essa discussão, Benveniste (2005, p. 51) afirma que “[...] é tempo de deixar as generalidades e abordar enfim o problema central da semiologia, o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos”.

Apenas no final dessa primeira parte de *Semiologia da língua* (mais precisamente no penúltimo parágrafo), surge uma primeira menção à noção de interpretância (fundamental na segunda parte): “[...] estes signos, para nascerem e se estabelecerem como sistema, supõem a língua, que os produz e os interpreta” (BENVENISTE, 2006, p. 51). Especificamente, observamos a relação de interpretância da língua sobre si mesma, que estabelece que os signos produzidos e interpretados pela língua são, ao mesmo tempo, os signos que a interpretam.

A segunda parte de *Semiologia da língua* consiste, por sua vez, na formulação de princípios de análise e funcionamento de uma semiologia de natureza específica e singular: a semiologia da língua. Tal semiologia, devido à sua especificidade, opõe-se ao que chamamos de semiologia geral, como habitualmente é concebida, por distinguir e formalizar o papel radicalmente único e primário da língua em relação a todos os outros sistemas semióticos e semânticos. Nesse momento, Benveniste (2006, p. 67) também estabelece os fundamentos pelos quais essa reflexão de natureza epistemológica deve operar, conduzindo progressivamente suas proposições por meio de uma série de noções interligadas, as quais permitem concluir que

[...] é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias: – na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão da significância, a do discurso [...] – na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação. Essa será uma semiologia de “segunda geração” [...].

Inicialmente, o linguista delimita a noção de signo, que seria “[...] tomar o lugar de outra coisa evocando-a a título de substituto” (BENVENISTE, 2006, p. 51). É importante também ressaltar que, em sua análise, Benveniste (2006, p. 52) afirma que “[...] nossa vida inteira está presa em redes de signos que nos condicionam a ponto de não se poder suprimir apenas um sem colocar em perigo o equilíbrio da sociedade e do indivíduo”. Na percepção benvenistiana, os signos são unidades distintivas que servem à significância da língua, enquanto que a significância, isto é, a propriedade de significar, pode ser compreendida como o elo de todos os sistemas com a semiologia.

Esses sistemas ligados à semiologia são nomeados por Benveniste de *sistemas semiológicos* e caracterizam-se por quatro aspectos: o modo operatório (o sentido utilizado para reconhecer o signo), o domínio de validade (a circunstância onde é reconhecido), a natureza e o número de signos (organização interna no sistema) e, por fim, o tipo de funcionamento (sua função distintiva). Se, de um lado, as condições externas ao sistema determinam seu modo operatório e seu domínio de validade, de outro, as condições internas regem a natureza e o número de signos e seu tipo de funcionamento. Acreditamos que essa divisão entre interno e externo, cada uma correspondendo a 50% das propriedades do sistema, seja, na verdade, já um indício da dupla articulação da significância, entre semiótico e semântico, conforme Benveniste vai propor ao longo do texto.

Benveniste passa, então, à formulação de princípios para a análise dos diferentes sistemas de significação. O primeiro princípio estabelecido, que opera nos moldes da ordem semiótica, por ser distintivo, é o **PRINCÍPIO DE NÃO REDUNDÂNCIA** (expressão destacada em caixa alta no texto original). Segundo esse princípio, não se pode dizer a mesma coisa em dois sistemas distintos:

Dois sistemas semióticos de tipo diferente não podem ser mutuamente conversíveis [...] Assim a não-conversibilidade entre sistemas de bases diferentes é a razão da não-redundância no universo dos sistemas de signos. O homem não dispõe de vários sistemas distintos para dizer a MESMA relação de significação (BENVENISTE, 2006, p. 54, grifo do autor).

Assim, cada sistema significa à sua própria maneira, sempre única em relação aos demais sistemas. Em outras palavras, o que se diz em um sistema é tão somente o que se diz em um sistema e não se pode dizer em outro – ainda que aquilo que se queira dizer possua um mesmo intentado. Por *intentado*, neologismo terminológico presente nas discussões de Émile Benveniste, entendemos “[...] aquilo que o locutor quer dizer e a maneira como agirá sobre o outro” (MELLO, 2012, p. 63). Embora a tradução em língua portuguesa utilize o termo *intencionado*, concordamos com Mello (2012) ao acreditar que se trata de uma situação de termos distintos no original em francês: *inté* (intentado) não corresponde a *intentionné* (intencionado); por isso, afirmamos que o intentado, não o intencionado, é, para o locutor, “[...] a atualização linguística de seu pensamento” (BENVENISTE, 2006, p. 229). Titello e Mello (2013), nesse sentido, afirmam que o intentado se apresenta na globalidade do enunciado e por meio da sintagmatização da língua, isto é, pelo agenciamento das palavras.

Já o segundo princípio proposto por Émile Benveniste, complementar ao primeiro, delimita a unidade significante no interior das relações de seu sistema. Esse princípio também

é da ordem semiótica, visto que estabelece o reconhecimento do signo no interior de sua própria ordem e na relação que mantém com os outros signos que compõem o sistema:

[...] dois sistemas podem ter um mesmo signo em comum sem que daí resulte sinonímia ou redundância, quer dizer que a identidade substancial de um signo não conta, mas somente sua diferença funcional [...] O valor de um signo se define somente no sistema que o integra. Não há signo trans-sistemático (BENVENISTE, 2006, p. 54).

Assim como Benveniste delimitou anteriormente os “sistemas semióticos” (a que chamaríamos, talvez, de *sistemas de significação*) por meio de regras oriundas ora do semiótico, ora do semântico, espera-se que mantenha essa dupla articulação também na elaboração de seus princípios voltados às relações entre os sistemas. Como vimos, os dois princípios situam-se no domínio do semiótico; seria mesmo possível afirmar que, na verdade, trata-se apenas de um princípio, o da ordem semiótica, dividido em duas categorias de análise.

Todavia, o próprio Benveniste questiona se “[...] os sistemas de signos são então tantos outros mundos fechados, não tendo entre eles uma relação de coexistência talvez fortuita” (2006, p. 54). O universo semiótico é uma ordem em si mesma, logo é um universo fechado em si mesmo, organizado internamente, e Benveniste jamais negou esse fato. Para sair de sua ordem própria, isto é, para acessar outros sistemas, é necessário introduzir um aparelho novo: o semântico. Benveniste (2006, p. 54) mesmo afirma que “[...] é preciso que a relação colocada entre sistemas semióticos seja ela própria de natureza semiótica”.

Não se trata, contudo, do semiótico que se opõe ao semântico, mas, sim, do semiológico, ou seja, do semiótico, que evoca o semântico, que implica a abertura do modo semântico, visto que é sua contraparte no universo da significação – e devemos lembrar que a significação constitui a propriedade elementar da língua e requer a dupla articulação entre semiótico e semântico. Essas flutuações terminológicas – e mesmo conceituais, em alguns casos –, conforme lembra Flores (2013), consistem em um grande desafio para ler Émile Benveniste.

Benveniste, dessa forma, retoma o domínio do semântico ao propor seu terceiro e último princípio – aquele que propõe a divisão entre sistema interpretante e sistema interpretado. É necessário, assim, compreender que há possibilidade de relação entre os diferentes sistemas:

[...] determinar se um sistema semiótico dado pode se auto-interpretar ou se ele deve receber sua interpretação de um outro sistema. A relação semiótica entre sistemas enunciar-se-á então como uma relação entre SISTEMA INTERPRETANTE e SISTEMA INTERPRETADO (BENVENISTE, 2006, p. 54, grifo do autor).

Logo, para que um sistema possa atingir outro, é preciso saber como se configuraria tal relação; para Benveniste, a relação possível que conectar diferentes sistemas é a relação de interpretância. A fim de estabelecer essa relação, faz-se necessário que um sistema interprete e que outro seja interpretado. Há um sutil labirinto teórico nessa proposição: quem interpretaria o sistema que interpreta? A rota de escape é mapeada por Émile Benveniste a partir da significância da língua em sua dupla articulação, pois esse é o traço que distingue a língua dos demais sistemas e também aquilo que permite à língua interpretar a si mesma. Assim, a língua ocupa o lugar de interpretante por excelência, pois interpreta a todos os sistemas – inclusive a si mesma.

Uma vez que “[...] a língua ocupa uma situação particular no universo dos sistemas de signos” (BENVENISTE, 2006, p. 55), cabe justificar sua particularidade. Na relação com a sociedade, é a língua quem interpreta, visto que “[...] os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso” (BENVENISTE, 2006, p. 55); em outras palavras, cabe à língua interpretar a sociedade, já que à sociedade não é permitido interpretar a língua. Pode-se mesmo acreditar que língua e sociedade se reflitam e se impliquem, mas não há como esboçar os termos da língua e sua organização própria por meio das unidades que compõem a sociedade, pois estas não articulam semanticamente as propriedades de outros sistemas. Essa é a impossibilidade, pelo viés semântico, de um sistema interpretar a língua – um sistema que não seja ela mesma.

Por outro lado, há também a impossibilidade de interpretar a língua pelo modo semiótico. Para demonstrá-lo, Benveniste traça um itinerário da língua em contraposição a outros sistemas, com base, sobretudo, em seu funcionamento e em suas unidades; tais sistemas, como a música, as artes plásticas e as artes figurativas, não podem atuar nos moldes da língua, pois são articulados em um modo semiótico próprio e cada vez novo – legível, portanto, em si mesmo e por si mesmo.

Dessa forma, a ausência de um modo semiótico estável, imediatamente reconhecível em situação de uso, impede que os sistemas de natureza semântica possam interpretar a língua. Uma evidência dessa impossibilidade seria a unidade de funcionamento dos sistemas: na língua, a unidade é o signo (que possui um modo semiótico de organização); nas diferentes artes, em contrapartida, a unidade não corresponde ao signo e só se constitui em sua ordem própria – a cada vez nova. Assim, a falsa simetria entre signo e unidade representa a impossibilidade de interpretação da língua pelas diferentes artes, seja pela música, cuja unidade é o som, seja pelas artes visuais, cuja unidade é imprecisa. Acerca das unidades, podemos afirmar que

O artista as escolhe, amalgama-as, dispõe-nas à vontade sobre a tela, e é finalmente na composição apenas que elas se organizam e assumem, tecnicamente falando, uma “significação”, pela seleção e pelo arranjo. O artista cria assim sua própria semiótica: ele institui suas oposições em traços que ele próprio torna significantes em sua ordem. Ele não recebe então um repertório de signos, reconhecidos como tais, e ele não estabelece um repertório [...] As relações significantes da “linguagem” artística são descobertas NO INTERIOR de uma composição. A arte não é jamais aqui senão uma obra de arte particular, na qual o artista instaura livremente oposições e valores que ele manipula soberanamente, não tendo nem “resposta” a dar, nem contradição a eliminar, mas somente uma visão a exprimir, segundo critérios, conscientes ou não, de que a composição inteira dá testemunho e torna manifesto. [...] A significância da arte não remete então jamais a uma convenção identicamente recebida entre parceiros (BENVENISTE, 2006, p. 59-60, grifo do autor).

É evidente que admitimos a ideia de que se pode expressar um sentimento, mesmo um pensamento, por meio das diferentes linguagens artísticas – uma música, por exemplo. Contudo, tais linguagens diferem sistematicamente da língua quando observadas de uma perspectiva semiótica, tendo em vista que sua organização difere muito do aparelho semiótico do qual dispõe a língua. Para explicar uma música ou um quadro, não podemos recorrer a outra música nem a outro quadro: precisamos da língua, revestida de sua dupla interpretância, capaz de interpretar todos os sistemas. Nas palavras de Émile Benveniste (2006, p. 55-56, grifo do autor),

[...] a língua ocupa uma situação particular no universo dos sistemas de signos. [...] Os sons musicais podem ser produzidos em monofonia ou em polifonia; eles funcionam isoladamente ou simultaneamente (acordes) quaisquer que sejam os intervalos que os separem nas suas respectivas gamas. Não há limitação quanto à multiplicidade dos sons produzidos simultaneamente por um conjunto de instrumentos, nem quanto à ordem, à frequência ou à extensão das combinações. O compositor organiza livremente os sons em um discurso que não está submetido a nenhuma convenção “gramatical” e que obedece a sua própria “sintaxe”. [...] A unidade de base será nesse caso a nota, unidade distintiva e opositiva do som, mas ela não toma este valor senão na gama, a qual fixa o paradigma das notas. Esta unidade é semiótica? Pode-se decidir que ela é semiótica em sua ordem própria, uma vez que ela aí determina oposições. Mas nesse caso ela não tem nenhuma relação com a semiótica do signo linguístico, e de fato ela não pode ser convertida em unidades da língua, em qualquer nível que seja.

Estamos, dessa forma, convencidos, juntamente a Émile Benveniste, de que as diferentes linguagens artísticas, ainda que possuam a capacidade de manifestar a subjetividade humana – suas emoções, suas experiências e mesmo seu pensamento –, não estão revestidas da dupla significância que a língua, e somente a língua, possui: o semiótico e o semântico. Mais ainda: é preciso dizer que a língua não apenas dispõe desse duplo aparato, como também o dispõe de forma sempre articulada, funcionando em conjunto, de maneira sistêmica. A língua é justamente a dupla articulação, indissociável, entre o domínio do semiótico e o domínio do semântico. O semiótico e o semântico são, portanto, uma relação sistêmica e

orgânica da língua. E essa relação, é preciso dizer, está estreitamente ligada àquilo que chamamos de *mecanismos de interpretância da língua*.

A língua, justamente por sua modelagem semiótico-semântica, é o sistema interpretante por excelência de todos os sistemas de significação: “[...] a significância da língua, ao contrário, é a significância mesma, fundando a possibilidade de toda troca e de toda comunicação, e também de toda cultura” (BENVENISTE, 2006, p. 60). Por isso, podemos afirmar que “[...] toda semiologia de um sistema não-linguístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua. [...] a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não-linguísticos” (BENVENISTE, 2006, p. 61).

A fim de delimitar as relações entre os sistemas, Benveniste (2006) afirma que há três princípios para a natureza e a possibilidade dessas relações:

- a) as relações de engendramento, que ocorrem “[...] entre dois sistemas distintos e contemporâneos, mas de mesma natureza, sendo que o segundo é construído a partir do primeiro e preenche uma função específica” (p. 61);
- b) as relações de homologia, isto é, as correlações estabelecidas entre partes de dois sistemas por meio de uma mesma razão. A relação de homologia é sempre instaurada, já que é formulada por alguém, não sendo jamais uma relação dada e necessária. A homologia, ao contrário do engendramento, só existe quando intencionalmente estabelecida – o que ocorre sempre por intermédio de alguém que operacionaliza essa relação. Convém ressaltar, ainda, que a relação de homologia também pode ser interpretada como uma relação do tipo c), ou seja, uma relação de interpretância, visto que “[...] esta relação não está constatada, mas instaurada em virtude de conexões que se descobrem ou que se estabelecem entre dois sistemas distintos” (p. 62);
- c) as relações de interpretância, da qual se depreendem um sistema interpretante e um sistema interpretado. O sistema interpretante precisa ter uma organização semiótica legível e compartilhada pelos membros do coletivo em que se encontra. É por sua universalidade que o sistema interpretante pode ter o estatuto que lhe autoriza a interpretar os demais sistemas.

Segundo Benveniste (2006), a língua consiste na organização semiótica por excelência, pois é simultaneamente semiótica em sua estrutura formal e em seu

funcionamento (manifestada pela enunciação, contém uma referência a uma situação dada; é constituída por unidades distintas que são signos; é partilhada por todos os membros de uma comunidade; e é a única atualização da comunicação intersubjetiva). Assim, “[...] do ponto de vista da língua, é a relação fundamental”, pois

[...] pode-se assim introduzir e justificar este princípio de que a língua é o interpretante de todos os sistemas semióticos. Nenhum outro sistema dispõe de uma “língua” na qual possa se categorizar e se interpretar segundo suas distinções semióticas, enquanto que a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma [...] A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade [...] Daí decorre que somente ela pode conferir – e confere efetivamente – a outros conjuntos a qualidade de sistemas significantes informando-os da relação de signo. Há então uma MODELAGEM SEMIÓTICA que a língua exerce e da qual não se concebe que o princípio se ache em outro lugar senão na língua (BENVENISTE, 2006, p. 62-64, grifo do autor).

Dessa forma, podemos concluir que a língua apresenta uma dupla significância: o semiótico e o semântico. Enquanto “[...] o semiótico designa o modo de significação que é próprio do SIGNO linguístico e que o constitui como unidade [...] com o semântico entramos no modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO” (BENVENISTE, 2006, p. 64-65, grifo do autor). Por isso, enquanto o semiótico é reconhecido, o semântico é compreendido.

Benveniste (2006, p. 66) afirma que se trata de dois domínios distintos, uma vez que a noção de signo impede qualquer passagem/transição para a instância do contínuo, isto é, do discurso: “[...] do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa”. É preciso, pois, estabelecer um aparelho conceitual próprio para cada um desses domínios, sem deixar de compreender, contudo, que são a contraparte um do outro e que se integram e se articulam no interior da significância da língua, que é o elemento unificador desses dois universos.

Nesse sentido, as formas patológicas da linguagem são, segundo Benveniste, oriundas de situações em que o semiótico e o semântico estão dissociados. Para Dessons (2006, p. 201),

[...] a unidade semântica se define então de forma contrastiva em relação à unidade semiótica, o signo, que não apenas transcende as realizações individuais, mas se apresenta como um elemento discreto, de forma que o modo semântico se caracteriza pela natureza contínua de suas unidades.⁶

⁶ No original: “[...] l’unité sémantique se définit donc contrastivement avec l’unité sémiotique, le signe, qui non seulement transcende les réalisations individuelles mais se présente comme un élément discret, alors que le mode sémantique se caractérise par la nature continue de ses unités”.

São esses os requisitos que possibilitam à língua ocupar um papel central no universo da semiologia: a língua é a instância primeira da significância. Nosso universo conceitual, aquilo que compreendemos, delimitamos e classificamos, aquilo que produzimos como expressão de um pensamento, de uma emoção ou uma sensação, aquilo que relatamos e argumentamos, é feito e só pode ser feito porque há um sistema semiológico que, rigorosamente, contém e enuncia tudo, inclusive a si mesmo.

A interpretância é, dessa forma, um fenômeno que apenas pode existir porque há uma dupla articulação da língua entre seus domínios semiótico e semântico. Ela resulta, portanto, da condição única da língua na semiologia:

[...] a língua é o único sistema em que a significação se articula assim em duas dimensões. Os outros sistemas têm uma significância unidimensional: ou semiótica (gestos de cortesia; mudras), sem semântica; ou semântica (expressões artísticas) sem semiótica. O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. É nesta faculdade metalinguística que encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas (BENVENISTE, 2006, p. 66).

Em resumo, é a relação de interpretância que permite situar a língua como sistema interpretante para os demais sistemas, interpretados: “[...] para determinar as relações entre sistemas semióticos, estabelecemos que estas relações devem ser elas mesmas de natureza semiótica. A relação irreversível de interpretância, que inclui na língua os outros sistemas, satisfaz essa condição” (BENVENISTE, 2006, p. 63). Nas palavras do próprio Benveniste, trata-se de uma relação “irreversível”, e isso se verifica por dois motivos: primeiro porque é sempre a partir da língua que se fala, visto que é impossível reverter os termos e transformar um sistema interpretado no sistema interpretante (a não ser quando falamos da língua interpretando a si mesma, ou seja, da autointerpretação); segundo porque as relações de interpretância são compulsórias e se impõem. Não há como reverter esse quadro: para entrar na língua, é necessário também operar seus mecanismos de interpretância.

Ademais, para que a língua estabeleça uma relação com os demais sistemas, Benveniste postula quatro condições necessárias:

1.º ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de; 2.º ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo; 3.º ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade; 4.º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva. Por estas razões, a língua é a organização semiótica por excelência (BENVENISTE, 2006, p. 63).

Observamos, portanto, que o próprio Émile Benveniste insere a enunciação como uma condição necessária para que a língua seja o sistema semiológico por excelência, articulando-se duplamente nos domínios semiótico e semântico. Ou seja, a enunciação – que “contém referência a uma situação dada” – está implicada na discussão em torno da semiologia da língua; em síntese, um *eu* dirigindo-se a um *tu* no *aqui* e no *agora* é condição para a elaboração de uma semiologia da língua.

Já a segunda condição (consistir formalmente em unidades distintas) diz respeito ao caráter semiótico da língua enquanto sistema de unidades que se relacionam e se determinam – por isso, unidades distintas. Por sua vez, a terceira condição (ser produzida e recebida nos mesmos valores de referência pelos membros de uma comunidade) está associada ao aspecto semiótico da língua – visto que, para ser usado, um sistema precisa ser partilhado –, indicando, ao mesmo tempo, uma abertura para o campo da enunciação, pois situa os membros de uma comunidade, os falantes, como condição para a língua ser “[...] o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento” (BENVENISTE, 2006, p. 63).

Além disso, a quarta condição (“ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva”) também sinaliza que a reflexão de Benveniste sobre a enunciação está profundamente relacionada à elaboração dos mecanismos de interpretância que caracterizam a língua enquanto sistema semiológico por excelência – dentro de uma perspectiva de natureza igualmente semiológica. Em outras palavras, os fundamentos da Teoria da Enunciação são também observados para a elaboração de uma Semiologia da Língua: o aparato teórico de uma discussão serve à outra, complementando e mesmo possibilitando as proposições teóricas que cada uma, separada, oferece.

Assim, Benveniste encerra seu aparato teórico e suas distinções, concluindo que é necessário ultrapassar a noção de signo; essa ultrapassagem seria possível tanto pela abertura da dimensão do discurso (semântica) quanto pela elaboração de uma metassemântica. Tal ultrapassagem, conservadora, não exclui a noção de signo, pois o signo designa o modo semiótico, essencial para a composição da semiologia da língua, que depende da dupla articulação entre semiótico e semântico para se articular como o objeto por excelência da significância. Se Benveniste ultrapassa Saussure, é exclusivamente para permanecer em sua presença, integrando os modos semiótico e semântico na elaboração de uma semiologia da língua.

Cabe observar, ainda, que é justamente por meio da relação de interpretância que Émile Benveniste situa a língua como o elemento coesivo da vida humana em coletividade, ou seja, como o elemento que justifica e, ao mesmo tempo, contém a sociedade:

[...] a língua constitui o que mantém juntos todos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamenta a sociedade. Assim a relação de interpretância, que é semiótica, inverte a relação de encaixe, que é sociológica (BENVENISTE, 2006, p. 63).

É em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, por sua vez, que Benveniste explicita como a noção de interpretância opera para que a língua seja o interpretante da sociedade. Nesse texto, o linguista não apenas retoma os elementos que situam a língua em sua posição particular no universo dos sistemas significantes, como também avança em duas questões: expõe os termos que regem o contrato de relação entre a língua e a sociedade, assim como insere os pronomes pessoais, porta de entrada para sua teoria da enunciação, no quadro formal das análises que ficaram conhecidas por sua contribuição para a discussão em torno da semiologia da língua e das relações de interpretância.

2.2.4 Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1970)

Este artigo, assim como *A forma e o sentido na linguagem*, nasce de uma conferência. A conferência em questão foi proferida durante a jornada de estudos *Linguaggi nella società e nella tecnica*, realizada no Museo Nazionale della Scienza e della Tecnica e organizada pela associação Archivio Storico Olivetti na ocasião do centenário de nascimento do seu fundador, o engenheiro elétrico e empreendedor Camillo Olivetti. O evento – cujo tema foi o estudo da linguagem como representação da sociedade e como medida e instrumento de seu grau de inovação – ocorreu em outubro de 1968 em Milão, sob a influência do contexto cultural que teve seu ápice nas manifestações de maio de 68.

Essa jornada se destinava a discutir, segundo informações do Archivio Storico Olivetti (2016), as implicações sociais e culturais oriundas do processo de produção em massa, trazendo à tona a relação entre coletivos humanos e ferramentas tecnológicas em um contexto de oposição entre o uso desequilibrado e discriminatório dessas tecnologias e os objetivos de solidariedade, convivência social, liberdade de expressão e livre acesso ao conhecimento, valores preconizados no debate acadêmico da época. É importante observar que, na edição que utilizamos – em língua portuguesa e datada de 2006 –, há um erro referente à paginação da versão original, publicada em 1970, na qual o texto não compreende apenas duas páginas

(459 e 460). Conforme Rosário (2018, p. 69), esse equívoco ocorre porque a conferência foi publicada tanto em francês (p. 17-28), quanto em inglês (p. 459-469); dessa forma, “[...] a paginação indicada na edição brasileira do PLGII segue, portanto, equivocadamente a paginação informada na edição francesa (p. 459-460), como se não houvesse mais do que duas páginas de texto”.

A conferência proferida por Émile Benveniste na época procurou examinar as relações entre língua e sociedade, situando a língua como um meio para satisfazer uma necessidade e explicitando que ambas – língua e sociedade – auxiliam na busca do homem por acessar outro homem:

A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro. A partir deste momento, a sociedade é dada com a linguagem. Por sua vez, a sociedade só se sustenta pelo uso comum de signos de comunicação. A partir deste momento, a linguagem é dada com a sociedade. Assim, cada uma destas duas entidades, linguagem e sociedade, implica a outra. Pareceria que se pudesse e mesmo que se devesse estudá-las em conjunto, descobri-las em conjunto, uma vez que em conjunto elas nasceram. Pareceria também que se pudesse e mesmo que se devesse encontrar de uma a outra, da língua à sociedade, correlações precisas e constantes, uma vez que uma e outra nasceram da mesma necessidade (BENVENISTE, 2006, p. 93).

Dessa introdução, concluímos que língua e sociedade estabelecem relações; essas relações, contudo, somente parecem ser precisas e constantes, pois esses termos estão historicamente associados a concepções equivocadas, conforme demonstrará Benveniste. Percebemos que o linguista trata das relações entre língua e sociedade propondo aquilo que consideramos um movimento dialético para a compreensão do tema: apresenta determinada concepção (vinculada a Sapir), contrapondo-a, em seguida, a outra, para enfim chegar à sua síntese sobre o tema.

Primeiramente, Benveniste expõe algumas observações iniciais sobre as diferentes línguas materializadas na sociedade: assim como línguas muito próximas existem em sociedades radicalmente distintas, línguas absolutamente diferentes estão presentes em sociedades semelhantes. Mesmo em situações de mudanças abruptas no curso da história de uma civilização, sua língua tende a se preservar e a mudar lentamente.

Dessas observações, surgem dois pontos de vista que não são conciliáveis. De um lado, há aqueles, como Sapir, que acreditam que língua e sociedade não são isomórficas, pois suas unidades e sua estrutura não coincidem – tese com a qual Benveniste concorda –, mas nada dizem sobre o que poderiam ser, então, as relações entre língua e sociedade. De outro; há quem defende que a língua é o espelho da sociedade e acompanha, portanto, suas mudanças –

em parte, é inegável que a língua muda conforme muda a sociedade em que está inserida, mas esse é um ponto de vista muito inicial sobre o tema, que não implica, sob hipótese alguma, uma subordinação, uma relação de espelhamento, por assim dizer, da língua para com a sociedade.

Para refutar essas abordagens e propor sua concepção sobre o assunto, Benveniste põe em cena as cartas do jogo semiótico (e futuramente também se valerá do domínio do semântico): é pelo viés do semiótico da língua que Benveniste introduz sua perspectiva em relação ao tema que é título de sua conferência. Tendo em vista que o semiótico se configura como uma ordem própria, composta de unidades discretas e finitas que podem se associar e reassociar indefinidamente e que tais unidades têm valor distintivo no sistema que integram, já percebemos que a sociedade não pode acompanhar os caracteres da língua, pois não há “[...] correspondência nem de natureza nem de estrutura entre os elementos constitutivos da língua e os elementos constitutivos da sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 95).

Além disso, é determinante para as relações entre língua e sociedade que a língua detenha um aspecto coesivo, que funciona como um ponto de equilíbrio mesmo em contextos de abalo social. Nesse sentido, o regime político e econômico de uma nação pode ser mudado da noite para o dia, mas a língua, que não é subordinada às vontades do homem, não pode ser alterada, mesmo que se ordene, nesse ritmo desenfreado que impulsiona as instituições sociais: “[...] a língua representa uma permanência no seio da sociedade que muda, uma constância que interliga as atividades sempre diversificadas. Ela é uma identidade em meio às diversidades individuais” (BENVENISTE, 2006, p. 97).

Émile Benveniste também situa os elementos que são comparáveis na relação entre língua e sociedade: há a sociedade materializada no mundo, situada no nível histórico, da mesma forma que existe a sociedade como instituição, como coletividade humana, situada no nível fundamental. Para a língua, a condição é a mesma: temos, de um lado, a língua enquanto sistema, no nível dos fundamentos; de outro, encontramos as línguas, diferentes entre si e historicizadas na comunidade falante.

Em sua conferência, o cotejo entre língua e história prossegue: ambas são realidades inconscientes, que não dependem da vontade dos homens, pois apenas existem, de modo que não podemos escapar às suas realidades, que são imperiosas. Podemos, na língua e na sociedade, realizar modificações no nível histórico, nos acontecimentos e nos eventos do mundo, mas jamais alteraríamos seu aspecto fundamental; as mudanças que ocorrem em determinada sociedade ou em determinada língua, por mais que afetem a vida dos homens, não atingem os princípios constitutivos dos sistemas e seus fundamentos.

Para a semiologia, contudo, interessam as relações que se instauram no nível dos fundamentos, a que Benveniste vai chamar, em um primeiro momento, de *homologias* – embora consideremos que as homologias sejam uma apresentação específica das relações de interpretância. O próprio Benveniste, na verdade, passa a referir-se às relações entre língua e sociedade como relações de interpretância: “[...] nós tomaremos língua e sociedade em uma sincronia e numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado”. Além disso, afirma que “[...] a língua é o interpretante da sociedade” e que “[...] a língua contém a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 97). Mais do que expor os termos da relação entre língua e sociedade, Benveniste (2006, p. 97-98) justifica-os:

Isto se verifica de duas maneiras: de início empiricamente, pelo fato de que se pode isolar a língua, estudá-la e descrevê-la por ela mesma sem se referir a seu emprego na sociedade e sem se referir a suas relações com as normas e as representações sociais que formam a cultura. Em contrapartida é impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões linguísticas. Neste sentido, a língua inclui a sociedade, mas não é incluída por esta.

É, portanto, compreensível que, sendo a língua e somente a língua capaz de descrever a sociedade – e jamais o inverso –, Benveniste considere a sociedade como o sistema que é interpretado. Usamos a língua para falar de qualquer sociedade, mas nenhuma sociedade pode enunciar – nem conter – os termos da língua. O interpretante necessita ter estabilidade e poder de coesão para testemunhar e registrar as mudanças do interpretado. Além disso, podemos afirmar que

[...] dois sistemas semióticos não podem coexistir em condição de homologia, se eles são de natureza diferente; eles não podem ser mutuamente interpretantes um do outro, nem ser convertíveis um no outro. Tal é, com efeito, a situação da língua face à sociedade; a língua pode acolher e nomear todas as novidades que a vida social e as condições técnicas produzem, mas nenhuma destas mudanças reage diretamente sobre sua própria estrutura [...] nas condições de vida normal os homens que falam não são nunca testemunhas da mudança linguística (BENVENISTE, 2006, p. 98-99).

Em resumo, o aspecto semiótico da língua lhe confere determinada estabilidade em sua ordem própria, mas é o aspecto semântico que possibilita à língua enunciar indefinidamente os termos de qualquer outro sistema. De um lado, temos as unidades distintivas e combinatórias do sistema semiótico e, de outro, as inúmeras possibilidades discursivas da expressão semântica. Para elucidar essa proposição, Benveniste (2006, p. 99) questiona o que atribui à língua a sua posição de interpretante, explicitando que isso ocorre

[...] porque ela está investida de propriedades semânticas e porque ela funciona como uma máquina de produzir sentido, em virtude de sua própria estrutura. E aqui estamos no âmago do problema. A língua permite a produção indefinida de

mensagens em variedades ilimitadas. Esta propriedade única deve-se à estrutura da língua que é composta de signos, de unidades de sentido, numerosas mas sempre em número finito, que entram em combinações regidas por um código e que permitem um número de enunciações que ultrapassa qualquer cálculo, e que o ultrapassa necessariamente cada vez mais.

Ou seja, as características distintivas e combinatórias do modo semiótico articulam-se às propriedades metalinguísticas e enunciativas do modo semântico: eis a razão pela qual a língua, em sua dupla articulação, é o sistema interpretante da sociedade. A língua, segundo Benveniste, é formada de unidades significantes e seu sistema arranja de forma significativa essas unidades. Saímos, portanto, do paradigma – ordem do signo e da substituição – e adentramos a ordem do sintagma, que consiste no agenciamento das unidades “[...] em certas regras de consecução e somente de certa maneira”, não havendo, por isso, nada que possa ser compreendido que “[...] não tenha sido reduzido à língua” (BENVENISTE, 2006, p. 99). Dessa forma, consideramos que

A língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que se chama a sociedade. É graças a este poder de transmutação da experiência em signos e de redução categorial que a língua pode tomar como objeto qualquer ordem de dados e até a sua própria natureza. Há uma metalinguagem, não há metassociedade. A língua engloba a sociedade de todos os lados e a contém em seu aparelho conceitual (BENVENISTE, 2006, p. 100).

Atendidas as exigências semiológicas para situar a língua como o sistema interpretante da sociedade – que não apenas a interpreta, mas também a contém –, Benveniste introduz um elemento crucial para que possam existir tanto a língua quanto a sociedade e para que as camadas de significância possam operar algo no mundo: o homem. Trata-se de uma obviedade afirmar que a língua e a sociedade só existem na presença do homem, mas é uma obviedade que muda o itinerário de análise do pensamento benvenistiano: discutidas as relações do nível fundamental entre língua e sociedade, que se inscrevem nos domínios da semiologia, necessitamos compreender como, na vida, o homem – um ser de linguagem – se instaura perante a língua e a sociedade.

Assim, é preciso dizer que

Cada um fala a partir de si. Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros. Entretanto, e talvez por causa disto, a língua que é assim a emanação irredutível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva à toda a coletividade. É esta coincidência entre a língua como realidade objetivável, supra-individual, e a produção individual do falar que fundamenta a situação paradoxal da língua com respeito à sociedade (BENVENISTE, 2006, p. 101).

Tendo isso em vista, podemos observar que é sempre de nossa perspectiva que falamos – jamais falamos das coisas em si, somente da relação que estabelecemos com elas. Não à toa, Benveniste circunscreve a enunciação, a “produção individual do falar”, como o fundamento da relação entre língua e sociedade. Em outras palavras, o elo dessa relação não pode ser encontrado em outro lugar a não ser no próprio homem. E o primeiro indício da presença do homem na língua, isto é, da marca do homem na língua, consiste justamente na categoria de pessoa: os pronomes pessoais, por definição, instauram o homem na língua. Dessa forma, conclui-se que

A língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não-eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele”. A primeira, a oposição “eu-tu”, é uma estrutura de alocação pessoal que é exclusivamente inter-humana [...] A segunda oposição, a do “eu-tu”/“ele”, opondo a pessoa à não-pessoa, efetua a operação da referência e fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a alocação. Temos aí o fundamento sobre o qual repousa o duplo sistema relacional da língua (BENVENISTE, 2006, p. 101).

Não podemos afirmar que a relação, sobre a qual tanto insistimos, entre o indivíduo e o todo, a língua e a sociedade, o particular e o geral, em suma, o homem e o mundo, é retomada nesse excerto textual, visto que ela nunca foi abandonada: a relação de interpretância está sempre presente, ainda que não explicitamente, na reflexão de Benveniste. E, conforme proporemos em nosso próximo capítulo, os pronomes pessoais operam por meio dos mecanismos de interpretância na língua, instaurando na língua, na linguagem e no discurso o elemento basilar (porque primeiro) da relação do homem com o mundo: a presença do homem, compreendida por meio da noção de pessoa.

Nesse sentido, Teixeira (2012b) entende os pronomes em Émile Benveniste como o projeto de uma ciência geral do homem, já que, por meio dos pronomes, nos situamos no mundo e nos constituímos enquanto seres de linguagem. Se, por um lado, a língua é o interpretante de todos os sistemas, por outro, os pronomes pessoais são a porta de entrada para a língua. Em outros termos,

É a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação. Desta vez o homem se situa e se inclui em relação à sociedade e à natureza e ele se situa necessariamente em uma classe, seja uma classe de autoridade ou uma classe de produção. A língua, com efeito, é considerada aqui enquanto prática humana, ela

revela o uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum (BENVENISTE, 2006, p. 101-102).

Émile Benveniste encaminha o encerramento de sua discussão, por meio da síntese de alguns aspectos relativos aos fundamentos de sua exposição, observando que a língua é um sistema produtor de sentidos no seio da vida social devido ao arranjo e à composição de suas unidades – trata-se da articulação do semiótico e do semântico. Essa produção de sentido, embora utilize como base um número finito de unidades (as unidades semióticas), produz enunciações infinitas (a propriedade semântica e metassemântica). Ou seja, partindo de uma base determinada e finita de signos, podemos falar indefinidamente, combinando e recombinando as unidades sígnicas no interior de nosso discurso.

É também interessante o direcionamento que o linguista efetua para definir os traços que constituem as relações entre língua e sociedade:

Ao distinguir, como nós tentamos fazê-lo, os diferentes tipos de relações que unem a língua à sociedade, que são próprios a esclarecê-las uma através da outra, recorreremos sobretudo ao mecanismo que permite à língua tornar-se o denominador, o interpretante das funções e das estruturas sociais (BENVENISTE, 2006, p. 102).

Ora, qual é o recurso que permite à língua se tornar o interpretante da sociedade? Seriam, acreditamos, os mecanismos de interpretância, articulados por meio da integração – e não da oposição – entre os domínios semiótico e semântico e fundados com base na significância da língua. De toda forma, pode-se dizer que

É na prática social, comum no exercício da língua, nesta relação de comunicação inter-humana que os traços comuns de seu funcionamento deverão ser descobertos, pois o homem é ainda e cada vez mais um objeto para ser descoberto na dupla natureza que a linguagem fundamenta e instaura nele (BENVENISTE, 2006, p. 104).

Pensamos que essa relação fundamentada e instaurada no homem, mais precisamente nos domínios da linguagem, revela-se por meio sistema pronominal. Acreditamos que, de um lado, seja possível falarmos em diferentes momentos do pensamento de Émile Benveniste, situando a distinção entre pessoa e não pessoa como um primeiro momento de seu pensamento, ao passo que a oposição entre semiótico e semântico resultaria de um segundo momento de suas reflexões (cf. FLORES, 2013); de outro lado, também supomos existir um ponto de encontro, um fio condutor que perpassa e interconecte esses diferentes momentos, apresentando-nos uma perspectiva holística do pensamento de Benveniste, pelo menos em relação à semiologia da língua e à enunciação.

Além disso, entendemos que as categorias de pessoa, tempo e espaço sejam o mecanismo que, de uma vez só, perpassa e integra esses diferentes momentos do pensamento benvenistiano. Em síntese, os signos vazios são o caminho possível entre o homem e a língua – e essa relação, por se fundar em um item linguístico, ou seja, no sistema pronominal, é ela mesma uma relação de natureza semiológica, nos moldes da língua, e percorre, portanto, as dimensões do semiótico e do semântico como um mecanismo de interpretância da língua.

2.3 SÍNTESE

No conjunto dos diferentes textos (ou mesmo no interior de um texto) de Émile Benveniste e dos textos publicados sobre/a partir de seu pensamento e sua escritura, percebe-se uma vasta gama de termos polissêmicos, homonímicos e sinonímicos (FLORES, 2013, p. 34-42), que escapam a definições rígidas. O termo *interpretância*, conforme tentamos demonstrar, refere-se a distintas concepções; concepções que se encontram interligadas, mas que não significam a mesma coisa: existe uma ampla gama de usos, pressupostos e noções implicadas. Benveniste foi um intelectual que se debruçou sobre diversas questões em torno da presença do homem na língua, assim como da presença da língua no homem. Seria esperado, assim, que os desdobramentos de suas reflexões demonstrassem também uma grande variedade de perspectivas e significações.

É preciso, portanto, realizar um duplo movimento de leitura, tanto do conjunto da obra – para falar de *interpretância*, por exemplo, não é suficiente ler *Semiologia da língua*, pois essa noção estabelece uma correlação profunda com outros textos, como *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* e *A forma e o sentido na linguagem* – quanto da especificidade de cada texto tomado como o exercício singular e irrepetível de uma reflexão ampla sobre a linguagem e o homem. Em suma, para ler Benveniste, precisamos compreender seu modo complexo, aforismático e axiomático de propor reflexões, que se encontram distribuídas em diferentes momentos de sua obra.

Para atender aos propósitos de nossa análise, que pretende evidenciar os mecanismos de interpretância operantes na proposição enunciativa iniciada a partir do sistema pronominal, é necessário considerar a distinção e a integração entre os modos semiótico e semântico, que conferem à língua o estatuto de interpretante de todos os sistemas, inclusive de si mesma. É devido ao seu mecanismo particular de interpretância que os pronomes abrem a dimensão teórica da enunciação e instanciam o homem na língua, no discurso e na cultura. Metaforicamente, os pronomes atuam como uma ponte, conectando homem e língua: são

signos vazios e categoria universal que fornecem espaço para que, em qualquer língua, se instancie a pessoa do/no discurso. Em termos sintéticos: mais que meras evidências ou abstrações puras, são a própria materialização da interpretância da língua sobre si mesma.

Essa discussão, contudo, não se encontra reunida em um texto único com o propósito explícito de elaborar um quadro teórico enunciativo, apesar de *O aparelho formal da enunciação* propor uma síntese e uma definição formal das discussões que, durante anos, foram objeto de investigação de Émile Benveniste. Há um conjunto de textos, escritos com significativa distância temporal, que compõem aquilo que nos habituamos a chamar de Teoria da Enunciação de Benveniste. Esse conjunto de textos será nosso objeto de análise no próximo capítulo, quando tentaremos elucidar como a reflexão sobre os pronomes – abertura teórica para a reflexão enunciativa de Benveniste – não apenas está associada à proposição de mecanismos de interpretância da língua, mas também opera por meio de tais mecanismos.

Nesse sentido, acreditamos que a triquetra – símbolo celta utilizado de forma híbrida em diferentes práticas espirituais e culturas ao redor do globo – seja capaz de ilustrar e sintetizar a importância da relação entre conceitos no pensamento de Émile Benveniste, pois evidencia que todos os elementos estão conectados e se relacionam no conjunto que integram (Figura 1). Na triquetra, o todo ultrapassa a soma das partes e forma um organismo coeso, coerente, indivisível e indissociável; não há, nessa perspectiva, fragmentação, visto que é apenas na força coletiva do todo integrado que a conexão entre as partes abre a dimensão teórica necessária para se estabelecerem os termos e os fundamentos do pensamento benvenistiano.

Figura 1 – O primeiro triângulo: a triquetra



Na triquetra, as partes só podem ser compreendidas na relação que estabelecem entre si, pois são interindependentes. Assim, não são os termos, tomados em si, isoladamente, que correspondem à enunciação, mas a relação mútua e autoimplicativa que estabelecem continuamente, estabelecendo um eterno devir. Por isso, para ler Benveniste, é necessário partir de uma reflexão epistemológica e estabelecer uma perspectiva de leitura e um método de análise. Há de se considerar a complexidade do pensamento benvenistiano, que se configura tanto como uma rede profundamente interligada quanto como uma espiral cujo movimento perpassa/vislumbra diferentes questões e abordagens para as interrogações acerca da linguagem e da língua.

Em relação à interpretância da língua, podemos afirmar que esta é uma capacidade específica da língua, tendo em vista sua articulação entre o domínio semiótico e o domínio semântico: característica que faz da língua o aparelho semiológico por definição. Além disso, precisamos ressaltar que a interpretância da língua é um conceito inexoravelmente relacional, pois sempre estabelece uma relação entre dois sistemas – em que um deles é, obrigatoriamente, a própria língua. É necessário, também, compreender que o pensamento não é, para Benveniste, isolável da língua: o pensamento só existe nos moldes da língua.

Na concepção de Benveniste, a língua possui um papel fundamental tanto para a vida em sociedade quanto para nossa constituição no mundo, pois a língua é o sistema interpretante de tudo, inclusive de si mesma. Assim, é somente a partir da língua e da realidade discursiva que podemos construir nossa subjetividade e compreender o mundo à nossa volta. Dessa forma, o conceito de interpretância da língua está no cerne de nossa condição humana.

Está no cerne de nossa condição humana pois é somente a partir dos mecanismos de interpretância que podemos nos situar na língua, adentrando o universo simbólico e acessando os signos da cultura e os protocolos sociais. Dessa forma, é somente na relação de interpretância que acesso o mundo, pois preciso de um sistema interpretante para entender tudo o que está ao meu redor, inclusive esse mesmo sistema interpretante de quanto necessito. A relação de interpretância ocupa, assim, um lugar, um espaço específico na língua; espaço a partir do qual me coloco em relação ao outro, aquilo que foge de mim e dos domínios simbólicos de meu universo. É nesse local específico que me permito o contato com o outro, tomando-lhe como interlocutor em relação a mim. E, justamente por isso, esse espaço de unicidade evoca tanto a interpretância da língua quanto os fundamentos teóricos da enunciação, conforme veremos nos próximos capítulos deste trabalho.

3 A REFLEXÃO SOBRE OS PRONOMES: ABERTURA TEÓRICA EM ÉMILE BENVENISTE

Aquilo que habitualmente nomeamos *a reflexão sobre os pronomes*, na verdade, além de não ser especificamente uma reflexão sobre os pronomes – mas sobre os signos vazios –, atravessa décadas do pensamento de Émile Benveniste: iniciando em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, de 1946, pertencente aos *Problemas de Lingüística Geral I*, e terminando em *O aparelho formal da enunciação*, de 1970, constante nos *Problemas de Linguística Geral II*. Há, nesse intervalo de mais de duas décadas, um processo contínuo de elaboração e reelaboração do pensamento de Benveniste, passando por textos escritos nos anos 50 e 60, tais como *A natureza dos pronomes* – publicado em 1956 e presente nos *Problemas de Lingüística Geral I* – e *A linguagem e a experiência humana* – integrante dos *Problemas de Lingüística Geral II* e datado de 1965.

Cada texto traz sua contribuição teórica, ora apontando para questões particulares das línguas, ora elaborando princípios teóricos gerais para a compreensão da língua atualizada em discurso. É importante, dessa forma, lembrar que a leitura de Benveniste consiste em uma leitura de conjunto e requer o manejo de textos escritos em épocas diferentes, cada um com sua terminologia própria, e para públicos diversos.

Dessa forma, o ato de ler Benveniste implica propor um percurso de leitura, demarcar um itinerário teórico, que pode ser organizado a partir de diferentes critérios, mas que supõe inevitavelmente a existência de um critério capaz de conduzir e perpassar a leitura do texto benvenistiano. Nesse sentido, são oportunas as palavras de Ono, Silva e Milano (2014, p. 257-258):

Um dos riscos oferecidos pelo texto de Benveniste está em seu estilo de escrita. É uma escrita clara e sucinta, com quase nenhum uso de neologismos obscuros: “Tudo está claro no livro de Benveniste, tudo nele pode ser imediatamente reconhecido como verdade”, disse Barthes para qualificar o estilo benvenistiano. No entanto, se essa escrita for lida facilmente, ocorre que os leitores não se prendem em ler as entrelinhas, ou eles não percebem uma extensão semântica que se encontra por trás de uma palavra usada. Portanto, trata-se de uma armadilha a evitar: é preciso, realmente, avançar passo a passo, às vezes até mesmo se deter, a cada passo, na leitura de seu texto. As palavras empregadas pelo linguista são revisadas e selecionadas.

Em nosso caso, o itinerário seguido procura demarcar as relações entre a proposição da interpretância da língua – habitualmente estudada junto à reflexão semiológica de Émile Benveniste – e a reflexão sobre os signos vazios, também conhecida como reflexão sobre os pronomes. Nosso objetivo é evidenciar como a discussão responsável por propor a enunciação

pode ser compreendida não como um estágio, um período ou mesmo uma fase da produção de Benveniste, mas como um elo teórico capaz de integrar e “costurar” as “pontas soltas” do pensamento benvenistiano.

Dito de outra forma: procuramos evidenciar como a reflexão sobre os signos vazios conduziu não somente à formulação da enunciação, mas também à reflexão semiológica aparentemente tardia que Benveniste propôs a partir daquilo que, em 1969, denominou *semiologia da língua*. Ao dizermos aparentemente tardia, referimo-nos ao fato de a semiologia de Benveniste ter sido formalmente apresentada apenas nos anos finais de sua produção, embora seja possível mapear indícios dessa semiologia, sobretudo por meio dos mecanismos de interpretância da língua, operando já na reflexão sobre os pronomes e os signos vazios.

Para elucidar essa questão, vamos analisar os seguintes textos: *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956), *Da subjetividade na linguagem* (1958), *As relações de tempo no verbo francês* (1959), *A linguagem e a experiência humana* (1965) e *O aparelho formal da enunciação* (1970). É válido lembrar que os quatro primeiros textos estão na quinta parte – O homem na língua – dos *Problemas de Lingüística Geral I*, enquanto os últimos dois podem ser encontrados na segunda parte – A comunicação – dos *Problemas de Lingüística Geral II*.

Essa dispersão dos textos em diferentes obras, além da própria distância temporal que separa essas reflexões, é uma evidência do pensamento em construção de Émile Benveniste, pois o interesse pelos pronomes atravessa diferentes épocas da produção benvenistiana. Além disso, sempre é oportuno ressaltar que “[...] a leitura atenta dos textos dos PLG I e II não permite, mesmo respeitada a cronologia dos textos, depreender um modelo acabado de análise, algo que, em linhas gerais, poderia ser chamado de uma metodologia” e que “[...] cada texto dos PLG encerra teorização e análise específicas” (FLORES, 2012, p. 154). Apesar de existir um diálogo entre os diferentes escritos e de propormos uma leitura de conjunto, não podemos ignorar que cada texto tem a sua discussão, a sua terminologia, o seu propósito e, não raro, o seu público-alvo, como é o caso, por exemplo, de *A forma e o sentido na linguagem*, que se trata de uma conferência proferida em um congresso de Filosofia.

Por outro lado, acreditamos que o conjunto de textos que reunimos consiga compor um panorama amplo e sintético da reflexão benvenistiana em relação aos pronomes e seus desdobramentos, reflexão essa que culmina com a elaboração da enunciação e daquilo que chamamos de Teoria da Enunciação ou Linguística da Enunciação. Tal leitura de conjunto permitirá mapear as principais proposições teóricas de Émile Benveniste, considerando que

nosso objetivo é evidenciar como os mecanismos de interpretância operam na reflexão sobre os signos vazios, reflexão essa iniciada por meio do sistema pronominal. Analisaremos os textos conforme seu ordenamento cronológico nos *Problemas de Lingüística Geral I e II*, pois acreditamos que essa disposição corresponda a uma ordem de transição gradativa que parte de textos mais específicos/estritos – é o caso de *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, por exemplo – até chegar em textos mais gerais, como *A natureza dos pronomes* e *Da subjetividade na linguagem*, culminando com a publicação, em 1970, d’*O aparelho formal da enunciação*.

3.1 ESTRUTURA DAS RELAÇÕES DE PESSOA NO VERBO (1946)

Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, Émile Benveniste elabora uma reflexão de natureza mais estritamente linguística, colocando em relevo aspectos que indicam tanto a existência quanto o funcionamento da noção de *pessoa*. Essa reflexão é considerada fundamental para a abertura do pensamento benvenistiano em relação aos pronomes e aos signos vazios, pois a noção de pessoa, tal qual formula Benveniste nesse texto, não apenas reorganiza noções intralinguísticas a respeito do funcionamento do sistema pronominal das diferentes línguas, mas também insere a noção de pessoa como fundamental nesse sistema. Nesse sentido, cabe mencionar as palavras de Brait (2006, p. 40): “[...] um dos primeiros momentos do aparecimento da questão do sujeito e da abordagem enunciativa pode ser localizado em ‘Estrutura das relações de pessoa no verbo’”.

Benveniste, nesse texto, realiza uma proposição teórica ao opor as noções de *pessoa* e *não pessoa*, revelando traços distintivos entre a primeira, a segunda e a terceira pessoas do sistema pronominal. Para isso, Émile Benveniste utiliza exemplos de diferentes línguas, alternando entre línguas mais e menos conhecidas, tais como o semítico, o dravídico, o grego, o coreano e o inglês – além de dedicar um artigo inteiro para a língua francesa, em *As relações de tempo no verbo francês*. Mais ainda, o autor propõe e fundamenta princípios teóricos para introduzir a noção de pessoa, evidenciando aspectos formais resultantes dessa discussão.

Em nosso ponto de vista, cumpre destacar três aspectos de *Estrutura das relações de pessoa no verbo*: a) a elaboração teórica em si, uma vez que a noção de pessoa redimensiona o funcionamento do sistema pronominal e abre a possibilidade de Benveniste instanciar o falante na língua, fator decisivo para o surgimento de uma teoria da enunciação; b) os procedimentos metodológicos de Émile Benveniste, oscilando entre o particular – as

diferentes línguas citadas no texto – e o geral – os próprios princípios teóricos da noção de pessoa; e c) a abordagem teórica baseada em relações opositivas dentro de um sistema, que remete ao pensamento de Saussure. Quanto ao primeiro aspecto, acreditamos que a noção de pessoa reorganiza e rearticula todo o funcionamento do sistema pronominal, fato que, tomado isoladamente, já seria suficiente para validar a leitura de *Estrutura das relações de pessoa no verbo*. Contudo, Benveniste ultrapassa o aspecto linguístico ao propor essa noção, culminando no desenvolvimento e na apresentação de uma reflexão sobre a enunciação. A distinção “pessoa *versus* não pessoa” é imprescindível para o quadro teórico enunciativo, assim como para a discussão que Benveniste faz a respeito da subjetividade.

Já no que concerne à oscilação entre o particular e o geral, é interessante observar que, ao tratar tanto de princípios teóricos universais da língua quanto de exemplos práticos de línguas específicas, Benveniste evidencia o alcance e a força de suas proposições: é do encontro entre o particular e o universal que resulta a originalidade do pensamento benvenistiano, que se aplica, ao mesmo tempo, para a análise interna de determinada língua e para uma teoria geral extralinguística sobre a experiência humana e a linguagem. Em outras palavras: Benveniste, mesmo quando se dedica inicialmente a análises intralinguísticas, parte de uma concepção sistêmica, integradora e holística para teorizar as relações que estabelecemos no mundo na e pela língua. Há, assim, uma conexão e uma correlação plenas entre a língua abstrata sobre a qual teorizamos (uma língua sistema) e os exemplos provenientes das diferentes línguas, que não apenas ilustram, mas também confirmam as afirmações teóricas de Benveniste.

Ademais, precisamos destacar que *Estrutura das relações de pessoa no verbo* é um texto de 1946, fato que o situa, cronologicamente, distante dos demais artigos que compõem o conjunto de reflexões sobre os signos vazios e a enunciação. Esse distanciamento pode ser visualizado, por exemplo, em relação ao célebre *A natureza dos problemas*, que data de 1956. A esse respeito, é necessário lembrar que “[...] não se pode ler na sincronia o que foi escrito em uma diacronia. Não cabe ler os textos de Benveniste como se fossem contemporâneos um do outro. Respeitar a cronologia dos textos é fundamental” (FLORES, 2012, p. 155).

Acreditamos, além disso, que *Estrutura das relações de pessoa no verbo* apresente uma grande influência do pensamento de Saussure, não apenas por se tratar de um texto inicial e distante temporalmente dos demais, mas, sobretudo, porque nele Benveniste elabora sua discussão a partir de uma leitura opositiva entre as partes que integram o sistema. Em síntese, podemos afirmar que Benveniste busca realizar oposições em suas análises: oposições que são de natureza linguística. Parece-nos possível associar essa concepção de Benveniste ao

sistema de unidades opositivas que denominamos *língua*: Benveniste está convencido de que há, dentro do sistema pronominal, relações opositivas que delimitam e definem os pronomes dentro de um conjunto de relações estabelecidas internamente enquanto partes de um mesmo sistema. Há, dentro da língua (tomada como sistema), outro sistema: o sistema dos signos vazios, compreendido inicialmente como sistema pronominal. Dito de outra forma: além de propor a noção de pessoa, Benveniste efetua uma análise das diferentes pessoas que compõem o sistema pronominal, evidenciando como essas pessoas se relacionam e se definem. Assim, *eu* e *tu* – pessoas – opõem-se a *ele* – não pessoa –, enquanto *eu* – pessoa subjetiva – está em relação de oposição com *tu* – pessoa não subjetiva.

Podemos, dessa forma, afirmar que o método saussuriano de análise, essa rede de oposições no interior de um sistema, está presente e é operante no pensamento benvenistiano. A noção saussuriana de valor linguístico, por exemplo, consiste justamente nas relações opositivas que os diferentes elementos de um sistema estabelecem, isto é, as relações dos signos no interior da língua. Se para Saussure é possível dizer que “[...] na língua só existem diferenças” (2005, p. 139), Benveniste compreende que os pronomes são uma categoria à parte dos estudos linguísticos, afinal o pronome “[...] tem tantos outros caracteres que lhe pertencem particularmente e comporta relações tão diferentes que exigiria um estudo independente” (2005, p. 247).

Benveniste elabora, então, um quadro teórico opositivo no sistema pronominal fundado a partir da noção de pessoa como oposta à noção de não pessoa. A esse respeito, Flores (2013, p. 91) explica que, “[...] em suma, só se pode falar em pessoa em relação a *eu* e *tu*. O *ele* é a forma não pessoal da flexão verbal”. Contudo, Flores (2012, p. 154) também questiona a extensão e a validade dessa proposição: “[...] se toda a língua é enunciada, haveria lugar para se pensar [...] em um aspecto ‘não pessoal’ da língua?”.

Acreditamos sumariamente que toda a língua é espaço e instância de subjetividade – para além das marcas de subjetividade, tais como os próprios pronomes – e que a noção de pessoa não se confunde com a de subjetividade: a *pessoa* é, acima de tudo, um lugar de fala, uma posição e uma instância que assumimos na língua quando falamos. O próprio Benveniste irá afirmar, em *As relações de tempo no verbo francês*, que a relação de pessoa sempre se faz presente, mesmo que não seja de forma explícita – discussão que retomaremos no próximo subcapítulo, dedicado a esse texto de Benveniste.

De volta à discussão de *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, observamos que Benveniste começa apresentando definições gerais sobre a língua, passando a ilustrar e exemplificar suas proposições iniciais à medida que expande suas premissas teóricas. Embora

o texto, em seu título, restrinja as relações de pessoa ao verbo, percebemos que a noção de pessoa é, na prática, o objeto central desse artigo – portanto, devemos relativizar a restrição à categoria de verbo presente no título do texto.

As primeiras asserções de Benveniste, contudo, tratam justamente do verbo enquanto categoria linguística atrelada à pessoa: “[...] o verbo é, com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria da pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 247). Além disso, o autor ressalta que, “[...] em todas as línguas que possuem um verbo, classificam-se as formas da conjugação segundo a sua referência à pessoa, constituindo a enumeração das pessoas propriamente a conjugação” (BENVENISTE, 2005, p. 247).

Em suma: a noção de verbo, em todas as línguas que conhecemos, está relacionada à noção de pessoa, já que a pessoa instaura no verbo aquele que fala para alguém que ouve. Dito de outro modo, a noção de verbo só pode ser apropriadamente utilizada em uma língua porque há um espaço vazio para a instância da pessoa:

[...] não parece que se conheça uma língua dotada de um verbo no qual as distinções de pessoa não se marquem de uma ou de outra maneira nas formas verbais. Podemos concluir, pois, que a categoria de pessoa pertence realmente às noções fundamentais e necessárias do verbo (BENVENISTE, 2005, p. 248-249).

Essa relação entre o verbo e a pessoa ocorre por meio de uma construção triádica, isto é, das conhecidas três pessoas do discurso: *eu*, *tu* e *ele*. Ressaltamos, entretanto, que a compreensão de Benveniste sobre a noção de pessoa é completamente diferente da noção gramatical habitualmente difundida nas escolas e no senso comum, pois Benveniste analisa as características opostas, mesmo *semiológicas*, poderíamos dizer, dentro do sistema pronominal. Dessa forma, o autor propõe a pessoa como uma posição na linguagem (e não como uma mera categoria lexicológica), além de apontar as especificidades de cada uma dessas pessoas.

Assim, Benveniste (2005, p. 248) afirma que

[...] tal como foi elaborada pelos gregos para a descrição da sua língua, essa classificação é ainda hoje admitida, não somente como verificada para todas as línguas dotadas de um verbo, mas como natural, e inscrita na ordem das coisas. Resume, nas três relações que institui, o conjunto das posições que determinam uma forma verbal provida de um índice pessoal, e vale para o verbo de qualquer língua (BENVENISTE, 2005, p. 248).

Destacamos, ainda, que a noção de pessoa em Benveniste constitui um elemento universal das línguas; embora aparentemente possa funcionar de diferentes formas, no plano explícito da palavra, o sistema triádico e opositivo é unificado e manifesto sempre por meio

das relações de oposição entre *eu-tu-ele*. A noção de pessoa em Benveniste é, portanto, sistêmica e universal e atua como um conjunto que determina uma posição na linguagem:

[...] há sempre três pessoas e não há senão três. Entretanto, o caráter sumário e não-linguístico de uma categoria assim proposta deve ser denunciado. A alinharmos numa ordem constante e num plano uniforme “pessoas” definidas pela sua sucessão e relacionadas com esses seres que são “eu”, “tu” e “ele”, não fazemos senão transpor para uma teoria pseudo-linguística diferenças de natureza lexical. Essas denominações não nos informam nem sobre a necessidade da categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas. É preciso, portanto, procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia (BENVENISTE, 2005, p. 248, grifo do autor).

Conforme já afirmamos, Benveniste percebe na categoria de pessoa um sistema opositivo, que, embora atue de forma sistêmica em um conjunto ordenado, relaciona-se internamente por meio de diferenças – assim como Saussure propôs para o estudo da língua. Trata-se de um sistema integrado de signos que, analisados internamente, organizam-se por intermédio de relações de oposição entre si. Para evidenciar esse sistema de pessoas que se divide internamente em três elementos, Émile Benveniste utiliza empregos linguísticos provenientes da gramática árabe, evidenciando também o duplo movimento entre o particular – a própria língua árabe, nesse caso – e o universal, tão presente e tão característico na elaboração do pensamento benvenistiano.

Nesse sentido, Benveniste (2005, p. 250) assevera:

Uma teoria linguística da pessoa verbal só pode constituir-se sobre a base das oposições que diferenciam as pessoas, e se resumirá inteiramente na estrutura dessas oposições. Para desvendá-la, poderemos partir das definições empregadas pelos gramáticos árabes. Para eles, a primeira pessoa é *al-mutakallimu*, “aquele que fala”; a segunda, *al-muhātabu*, “aquele a quem nos dirigimos”; mas a terceira é *al-yā'ibu*, “aquele que está ausente”. Nessas denominações, encontra-se implícita uma noção justa das relações entre as pessoas; justa sobretudo por revelar a disparidade entre a terceira pessoa e as duas primeiras. Contrariamente ao que faria crer a nossa terminologia, elas não são homogêneas.

Faz-se importante observar que, no trecho supracitado, Benveniste coloca em cena a ideia de “uma teoria linguística da pessoa verbal”; embora relativizemos a particularização restritiva da “pessoa verbal”, é possível antever que há, no pensamento benvenistiano, a proposição de uma teoria linguística centrada na noção de pessoa. Essa proposição coincide com o que hoje denominamos Teoria da Enunciação. É necessário admitir, entretanto, que Benveniste não formulou explicitamente – pelo menos não com o rigor metodológico que desejaríamos ver em uma proposição que marcou a história da Linguística – uma teoria

linguística fundamentada na noção de pessoa a que possamos chamar de uma Teoria da Enunciação. Nesse sentido,

[...] cabe lembrar: a expressão *teoria da enunciação* não é usada por Benveniste. Se li bem os *Problemas*⁷..., não há uma só ocorrência desse sintagma em seus artigos. Pode-se, inclusive, dizer que a chamada *teoria da enunciação* de Benveniste é mais uma dedução feita, *a posteriori*, pelos leitores dos artigos reunidos em PLG I e PLG II do que propriamente um propósito explícito de Benveniste (FLORES, 2013, p. 28).

Voltando ao propósito benvenistiano de diferenciar as pessoas dentro do sistema pronominal, é importante observar as definições formais que Benveniste emprega para opor os termos *eu* e *tu*, que constituem um binômio essencial para compreender a noção de pessoa:

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de “tu” (BENVENISTE, 2005, p. 250).

Esse binômio *eu-tu* – que será também objeto de oposição dentro da análise benvenistiana –, em um primeiro momento, contrasta com a terceira pessoa; na verdade, é justamente o estatuto de pessoa que Benveniste interroga ao indagar a posição ocupada por *ele* no quadro pronominal. Em suma, podemos dizer que o sistema pronominal é um todo coeso e orgânico, pois atua de maneira sistêmica e integrada, embora suas partes sejam assimétricas: entre *eu*, *tu* e *ele* há, quando analisamos as partes do conjunto, diferenças que se relacionam e intercambiam.

Dessa forma, Benveniste (2005, p. 252) atesta que “[...] muito geralmente, a pessoa só é própria às posições ‘eu’ e ‘tu’”. A terceira pessoa é, em virtude de sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal”; por isso, “[...] serve sempre quando a pessoa não é designada e principalmente na expressão dita impessoal”. Na realidade, a terceira *pessoa*, não é uma *pessoa*, diferentemente de *eu* e *tu*:

[...] da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”. Estamos aqui no centro do problema. A forma dita de terceira pessoa comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma “pessoa” específica. O elemento variável e propriamente “pessoal” dessas denominações falta aqui. É bem o “ausente” dos gramáticos árabes. Só apresenta o invariante inerente a toda forma de uma conjugação. A consequência deve formular-

⁷ *Problemas de Lingüística Geral I e II*, também referidos como PLG I e PLG II na citação.

se com nitidez: a “terceira pessoa” não é uma “pessoa”; é inclusive a forma verbal que tem por função exprimir a “não-pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 250-251).

Vale ressaltar, ainda, que o próprio Benveniste (*ibidem*) afirma estarmos “[...] no centro do problema”: a análise do sistema pronominal, que permitiu a proposição da *pessoa*, conforme Benveniste a formulou, implica uma abertura teórica para derivações do pensamento original. Em outras palavras: a noção de pessoa consiste no centro do problema, acreditamos, porque é tão somente por meio da *pessoa* que nos instanciamos na língua e podemos acessar o mundo simbólico ao nosso redor. Isso significa que é enquanto pessoa instanciada no discurso me dirigindo a outra pessoa que me constituo como sujeito na língua. Os pronomes pessoais são, dessa forma, um sistema específico, que permite acessarmos a língua toda: é tomando o lugar de *eu* que me instauro perante um *tu*.

Segundo Benveniste (2005), muitas línguas fornecem indícios sobre o caráter não pessoal da terceira pessoa, expresso muitas vezes por intermédio da desinência verbal: em algumas línguas, falta-lhe desinência, como o semítico, enquanto que, em outras, é a única forma que apresenta uma desinência, como no caso do inglês. Vale ressaltar, contudo, que, mesmo na língua inglesa, em que geralmente se acrescenta “s” ou “es” como desinência da terceira pessoa, é impossível identificar o sujeito verbal a que se refere recorrendo-se ao pronome para fazer sua identificação, pois a terceira pessoa da língua inglesa é também tripartida: *he*, *she* e *it*. Assim, inclusive em situações em que há uma desinência indicativa de pessoa, pode ser impossível determiná-la, considerando-se também que *he* e *she* (masculino e feminino) opõem-se a *it* (sem marcação de gênero).

Não podemos confundir, entretanto, conforme explicita Benveniste (2005), a pessoa – aquele que fala ou aquele a quem se dirige – com a mera definição gramatical de sujeito: na construção da língua inglesa *it rains*, por exemplo, há um sujeito (*it*), mas não há uma pessoa expressa em *it*: ninguém chove, trata-se apenas de um fenômeno natural; devido às características da gramática inglesa, contudo, é necessário que haja um pronome para preencher a posição gramatical de sujeito. Dito de outro modo, sujeito e pessoa são categorias distintas: o sujeito do verbo não corresponde à pessoa instaurada na e pela língua. A pessoa que fala *it rains* situa-se na primeira pessoa (também conhecida como pessoa subjetiva), enquanto o sujeito estaria associado à terceira pessoa (à não pessoa).

Prosseguindo em sua análise contrastiva, Benveniste passa a explorar as características que diferenciam o binômio *eu-tu* em daquilo que chamamos de terceira pessoa. Assim, afirma que, “[...] de fato, uma característica das pessoas ‘eu’ e ‘tu’ é a sua *unicidade* específica: o ‘eu’ que enuncia, o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são cada vez únicos. ‘Ele’, porém, pode ser uma

infinidade de sujeitos – ou nenhum” (2005, p. 253, grifo do autor). O binômio *eu-tu* corresponde, cada vez que é instaurado, a uma realidade específica na língua: eis a unicidade inerente a *eu* e *tu*, não extensível a *ele*. Além disso, é interessante observar que *ele* pode, na concepção benvenistiana, ser sujeito, embora jamais venha a ser pessoa.

Ademais, é pertinente ressaltar que a dinâmica inversível entre *eu* e *tu* não se manifesta em *ele*:

Uma segunda característica consiste em que “eu” e “tu” são inversíveis: o que “eu” define como “tu” se pensa e se pode inverter em “eu”, e “eu” se torna um “tu”. Nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas duas pessoas e “ele”, uma vez que “ele” em si não designa especificamente nada nem ninguém (BENVENISTE, 2005, p. 253).

Dito de outra forma: *eu* implica um *tu*, a quem se dirige; contudo, esse mesmo *tu*, ao responder e se apropriar da língua, torna-se *eu*, e há também um *tu*, que ocupou anteriormente a posição de *eu*. *Eu* e *tu* são, portanto, termos intercambiáveis, alternando-se e implicando-se continuamente. Mais do que um *eu* e um *tu*, podemos afirmar que, no pensamento benvenistiano, há uma relação *eu-tu*: existe uma autonomia relativa em cada termo, pois é na sua relação mútua que se instanciam efetivamente, possibilitando a interação. Benveniste (2005, p. 253, grifo do autor) afirma, ainda, que

[...]devemos tomar plenamente consciência dessa particularidade: a “terceira pessoa” é a única pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente. Não se deve, portanto, representar a “terceira pessoa” como uma pessoa apta a despersonalizar-se. Não há aférese de pessoa, mas exatamente a não-pessoa, que possui como marca a ausência do que qualifica especificamente o “eu” e o “tu”. Pelo fato de não implicar nenhuma pessoa, pode tomar qualquer sujeito ou não comportar nenhum, e esse sujeito, expresso ou não, nunca é proposto como “pessoa”. Esse sujeito só faz acrescentar *em aposição* uma precisão julgada para a inteligência do conteúdo, não para a determinação da forma.

Embora a terceira pessoa consista em uma referência móvel – que pode, afinal de contas, evocar uma infinidade de elementos distintos –, é necessário compreender seu estatuto puramente referencial: aferimos no enunciado o termo ao qual *ele* está associado. Assim, a terceira pessoa refere-se a algo ou alguém já formalmente enunciado (ou textualmente presumível), enquanto o binômio *eu-tu* constitui termos *sui referenciais*: *eu* evoca *eu mesmo*, que falo *eu* para um *tu*, por sua vez também instaurado na presente instância do discurso em que *eu* remete a *tu*. Em contrapartida, há inúmeros termos referidos pela terceira pessoa, sem que haja, de fato, uma pessoa instaurada na forma *ele*.

A esse respeito, Benveniste (2005, p. 253-254) afirma que

[...] tudo o que está fora da pessoa estrita, isto é, fora do “eu-tu”, recebe como predicado uma forma verbal da “terceira pessoa” e não pode receber nenhuma outra. Essa posição totalmente particular da terceira pessoa explica alguns dos seus empregos particulares no domínio da “palavra”. Podemos ligá-las a duas expressões de valor oposto. *Ele* (ou *ela*) pode servir de forma de alocação em face de alguém que está presente quando se quer subtraí-lo à esfera pessoal do “tu” (“vós”). De um lado, à maneira de reverência: é forma de polidez (empregada em italiano, alemão ou nas formas de “majestade”) que eleva o interlocutor acima da condição de pessoa e da relação de homem a homem. De outro lado, em testemunho de menosprezo, para rebaixar aquele que não merece nem mesmo que alguém se dirija [sic] “pessoalmente” a ele. De sua função de forma não pessoal, a “terceira pessoa” tira essa capacidade de se tornar igualmente bem uma forma de respeito que faz de um ser muito mais que uma pessoa e uma forma de ultraje que pode anulá-la como pessoa.

É preciso destacar que entendemos como “discurso” o que Benveniste chama de *palavra* no trecho supracitado: a palavra que possui empregos particulares é a palavra atualizada em discurso, instanciada em uma situação discursiva. Benveniste demonstra como a terceira pessoa, mesmo em uma situação de alocação, consiste justamente no esvaziamento da pessoa, ora enaltecendo, ora depreciando o alocutário. Não há, portanto, terceira pessoa, mesmo em situações absolutamente específicas em que a forma da terceira pessoa consiste em uma alocação.

Por isso, Benveniste (2005, p. 254, grifo do autor) é assertivo quando explica que

[...] vemos agora em que consiste a oposição entre as duas primeiras pessoas do verbo e a terceira. Opõem-se como os membros de uma correlação, que é a *correlação de personalidade*: “eu-tu” possui a marca de pessoa; “ele” é privado dela. A “terceira pessoa” tem por característica e por função constantes representar, sob a relação da própria forma, um invariante não pessoal, e nunca mais que isso.

Explicitadas formalmente as diferenças entre o par *eu-tu* em oposição à terceira pessoa, surge um novo questionamento: se as pessoas que constituem o sistema pronominal se opõem e diferenciam dentro do sistema do qual fazem parte, quais seriam os caracteres contrastivos entre *eu* e *tu*? Faz-se necessário, contudo, admitir que *eu* e *tu* não podem ser equivalentes, embora se impliquem mutuamente: é preciso, assim, estabelecer os aspectos formais que definem esses termos tomados isoladamente, e não como um binômio que se opõe a *ele*. Benveniste adentra tal discussão ressaltando o aspecto linguístico dessa diferença:

[...] se “eu” e “tu” são ambos caracterizados pela marca de pessoa, sente-se bem que, por sua vez, se opõem um ao outro, no interior da categoria que constituem, por um traço cuja natureza linguística é preciso definir. [...] É preciso e é suficiente que se represente uma *pessoa* que não “eu” para que se lhe atribua o índice “tu”. Assim, toda *pessoa* que se imagine é da forma “tu”, muito particularmente – mas não necessariamente – a pessoa interpelada (2005, p. 254-255, grifo do autor).

Faz-se pertinente observar que se centra também na noção de pessoa a oposição entre *eu* e *tu*: é coerente que justamente a noção revisitada e transformada de pessoa seja o elemento que, ao mesmo tempo, une e separa o binômio *eu-tu*: ambos são pessoas, mas são pessoas distintas, que se dirigem uma à outra de forma intercambiável, móvel e dinâmica. A inversibilidade entre *eu* e *tu* – as formas de pessoa – está associada a um novo conceito: a correlação de subjetividade. Assim, compreendemos que

[...] é oportuno comprovar uma oposição entre a “pessoa-eu” e a “pessoa não-eu”. Sobre que base estabelece? Ao par eu/tu pertence particularmente uma correlação especial, a que chamaremos, na falta de expressão melhor, *correlação de subjetividade*. O que diferencia “eu” de “tu” é, em primeiro lugar, o fato de ser, no caso de “eu”, *interior* ao enunciado e *exterior* a “tu”, mas exterior de maneira que não suprime a realidade humana do diálogo (BENVENISTE, 2005, p. 255, grifo do autor).

Desse modo, *eu* e *tu* permanecem como um binômio, pois correspondem à pessoa; por outro lado, esses termos também se opõem e se diferenciam dentro do sistema que integram, visto que a pessoa *eu* não pode equivaler à pessoa *tu*. É imprescindível assinalarmos tal diferença: reconhecê-la consiste na única forma possível de adentrarmos o terreno fértil da interação, pois preciso ser univocamente *eu* me referindo a um *tu* de forma inversível sem, contudo, perder minha identidade linguística no intercâmbio comunicativo do qual sou parte enquanto ser que fala.

A língua – independentemente de a tomarmos teoricamente como língua enquanto sistema ou como língua posta/atualizada em discurso – não comporta termos redundantes, motivo pelo qual não há sinonímia perfeita. Dentro do sistema pronominal, esse princípio se aplica ao binômio *eu-tu*: embora sejam signos vazios e autorreferenciais, que comportam a categoria de pessoa e, dessa forma, instanciam o homem na língua, é consensual que *eu* e *tu* não remetem à mesma realidade discursiva: em síntese, só sou *eu* porque não sou *tu*.

Assim, entendemos que

[...] “eu” é sempre transcendente com relação a “tu”. Quando saio de “mim” para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um “tu” que é, fora de mim, a única “pessoa imaginável”. Essas qualidades de interioridade e de transcendência pertencem particularmente ao “eu” e se invertem em “tu”. Poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas “pessoas” se opõem juntas à forma de “não-pessoa” (= “ele”) (BENVENISTE, 2005, p. 255, grifo do autor).

Devemos atentar, todavia, para uma questão concomitantemente simples e complexa: até o momento, Benveniste explicita as diferenças internas entre as três “pessoas” – excetuando a terceira pessoa justamente como a forma não pessoal –, sem nada dizer sobre o

plural. É consensual que há três pessoas do singular e três pessoas do plural, ou seja, o famoso sistema *eu-tu-ele-nós-vós-eles*. Porém, Benveniste ainda não tratou da pluralização do sistema pronominal: *nós*, *vós* e *eles* seriam apenas extensões respectivas, isto é, noções ampliadas de *eu*, *tu* e *ele*? A esse respeito, o autor afirma:

[...] poderia parecer que todas as relações propostas entre as três formas do singular devessem permanecer paralelas se se transportassem para o plural [...]. Entretanto, sabemos bem que, nos pronomes pessoais, a passagem do singular para o plural não implica apenas uma pluralização. Além do mais, cria-se em inúmeras línguas uma diferenciação da forma verbal da primeira pl. sob dois aspectos distintos (inclusivo e exclusivo) que denuncia uma complexidade particular. Como no singular, o problema central é aqui o da primeira pessoa (BENVENISTE, 2005, p. 255-256).

Em termos sintéticos: a pluralização do sistema pronominal é um fenômeno complexo, visto que *nós*, por exemplo, não significa vários *eu*. Por outro lado, justamente por se tratar de uma forma de não pessoa, *eles* pode corresponder a vários elementos que, singularizados, trataríamos por *ele*. Ou, como menciona Benveniste (2005, p. 256, grifo do autor),

O simples fato de que palavras diferentes sejam muito geralmente empregadas para “eu” e “nós” (e também para “tu” e “vós”) é suficiente para exceptuar os pronomes dos processos ordinários de pluralização. [...] Na grande maioria das línguas, o plural pronominal não coincide com o plural nominal, pelo menos tal como se representa ordinariamente. Está claro, de fato, que a unicidade e a subjetividade inerentes a “eu” contradizem a possibilidade de uma pluralização. Se não pode haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos mas uma *junção* entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu”. Essa junção forma uma totalidade nova e de um tipo totalmente particular, no qual os componentes não se equivalem: em “nós” é sempre “eu” que predomina, uma vez que só há “nós” a partir de “eu” e esse “eu” sujeita o elemento “não-eu” pela sua qualidade transcendente. A presença do “eu” é constitutiva do “nós”.

Podemos afirmar, assim, que *eu*, pessoa subjetiva, devido à sua inerente unicidade, não pode jamais sofrer um processo ordinário de pluralização, baseado na multiplicação de um mesmo termo: somente eu posso ocupar a posição linguística *eu*, embora todo falante da língua se aproprie dessa forma ao falar. Por um lado, *eu* está presente em *nós*, pois é constituinte deste; por outro, *nós*, embora implique *eu*, acarreta também uma forma “não-eu”. Essa forma “não-eu” pode ou não ser pessoal, pois *eu + tu* (pessoa subjetiva e pessoa não subjetiva) origina *nós*, assim como *eu + ele* (pessoa subjetiva + não pessoa).

Sobre isso, Benveniste (2005, p. 257) menciona que

[...] o fato essencial que se deve reconhecer aqui é que a distinção das formas inclusiva e exclusiva se modela na realidade sobre a relação que propusemos entre a primeira e a segunda sing., e entre a primeira e a terceira sing., respectivamente. Essas duas pluralizações da primeira sing. servem para juntar em cada caso os termos opostos das duas correlações que foram destacadas. O plural exclusivo

“eu+eles”) consiste de uma junção das duas formas que se opõem como pessoal e não pessoal em virtude da “correlação de pessoa”. [...] Ao contrário, a forma inclusiva (“eu+vós”) efetua a junção das pessoas entre as quais existe a “correlação de subjetividade”. [...] e uma “pessoa” que predomina em cada uma das duas formas, “eu” no exclusivo (comportando junção com a não-pessoa), “tu” no inclusivo (comportando junção da pessoa não subjetiva com o “eu” implícito) [...] em “nós” inclusivo, que se opõe a “ele, eles” é “tu” que sobressai, enquanto em “nós” exclusivo, que se opõe a “tu, vós” é o “eu” que é sublinhado. As duas correlações que organizam o sistema das pessoas no singular se manifestam assim na dupla expressão de “nós”.

Percebemos, assim, que *nós* corresponde a diferentes plurais, oscilando entre pessoa não subjetiva (*tu*) e não pessoa (*ele*), embora inclua obrigatoriamente a pessoa subjetiva (*eu*). Assim, *nós* pode ser o conjunto *eu-tu*, *eu-ele(s)*, *eu-tu-ele(s)*, *eu-vós* ou *eu-vós-ele(s)* – essa disposição continua igualmente válida se alterarmos o gênero da terceira pessoa, tanto do singular quanto do plural, isto é, se utilizarmos as formas *ela* e *elas*. A respeito dessa discussão, Benveniste (2005, p. 258, grifo do autor) afirma que “[...] ‘nós’ não é um ‘eu’ quantificado ou multiplicado, é um ‘eu’ dilatado além da pessoa estrita, ao mesmo tempo acrescido e de contornos vagos”.

Para o autor, a pluralização do sistema pronominal consiste, na verdade, em um conjunto de associações, e não em uma mera multiplicação de um mesmo elemento. O plural das formas pronominais apresenta-se, portanto, como um fenômeno denso e complexo, capaz de agrupar e reagrupar indefinidamente as pessoas do discurso, associando formas pessoais e não pessoais. Por isso,

[...] de maneira geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa. O “nós” anexa ao “eu” uma globalidade indistinta de outras pessoas. Na passagem do “tu” ao “vós”, quer se trate do “vós” coletivo ou do “vós” de polidez, reconhece-se uma generalização de “tu”, seja metafórica, seja real, e em relação à qual, nas línguas de cultura sobretudo ocidentais, o “tu” assume frequentemente valor de alocação estritamente pessoal, portanto familiar. Quanto à não-pessoa (terceira pessoa), a pluralização verbal, quando não é predicado gramaticalmente regular de um sujeito plural, cumpre a mesma função que nas formas “pessoais”: exprime a generalidade indecisa [...]. É a própria não-pessoa que, estendida e ilimitada pela sua expressão, exprime o conjunto indefinido de seres não pessoais. Tanto no verbo como no pronome pessoal, o plural é fator de ilimitação, não de multiplicação (BENVENISTE, 2005, p. 258).

Benveniste (2005, p. 258) também explora efeitos estilísticos decorrentes do uso de *nós* quando, na verdade, é a forma *eu* que se apresenta no discurso:

Daí vêm, fora do plural ordinário, dois empregos opostos, não contraditórios. De um lado, o “eu” se amplifica por meio de “nós” numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida; é o “nós” de majestade. De outro lado, o emprego de “nós” atenua a afirmação muito marcada de “eu” numa expressão mais ampla e difusa: é o “nós” de autor ou de orador.

Para encerrar o artigo, Benveniste (2005, p. 258, grifo do autor) retoma sumariamente os princípios formais que associam por oposição as diferentes pessoas (incluindo a não pessoa):

Assim, as expressões de pessoa verbal são, no seu conjunto, organizadas por duas correlações constantes: 1 – *correlação de personalidade*, que opõe as pessoas *eu/tu* à não-pessoa *ele*; 2 – *correlação de subjetividade*, interior à precedente e opondo *eu* a *tu*.

Além disso, o linguista conclui que a noção de pluralização, quando aplicada à categoria de pessoa, precisa ser repensada, tendo em vista que não se trata de um processo regular de pluralização, mas de uma associação entre as diferentes pessoas, o que abarca, também, a não pessoa:

A distinção ordinária de singular e de plural deve ser se não substituída ao menos interpretada, na ordem da pessoa, por uma distinção entre *pessoa estrita* (= “singular”) e *pessoa amplificada* (= plural). Só a “terceira pessoa”, sendo não-pessoa, admite um verdadeiro plural (BENVENISTE, 2005, p. 258, grifo do autor).

Dessa forma, Benveniste, já em 1946 e em apenas um texto, propõe uma nova concepção para aquilo que nomeamos como *pessoa*, evidenciando as correlações e as assimetrias existentes nessa categoria. Consideramos que essa reflexão é primordial para a leitura e a compreensão do pensamento de Émile Benveniste, com especial destaque àquilo que denominamos Teoria da Enunciação. A proposição de uma noção de pessoa, absolutamente distinta da concepção de sujeito gramatical, baseia-se em oposições de natureza linguística, embora também extrapole o campo linguístico e instaure o homem no mundo como um ser que fala: é tomando o lugar de pessoa que *me* apropriado da língua, dirigindo-me a um *tu* e falando a respeito de um *ele*.

Cabe ressaltar, ainda, que *Estrutura das relações de pessoa no verbo* constitui um texto inicial, em que Benveniste formula sua reflexão sobre a noção de pessoa e desenvolve características formais que evidenciam o *modus operandi* do sistema pronominal. A esse respeito, resgatamos as palavras de Flores (2013, p. 92), considerando que *Estrutura das relações de pessoa no verbo* é um texto indispensável para a leitura de Émile Benveniste: “[...] é nele que Benveniste formula pela primeira vez a distinção, clássica na linguística do século XX, entre pessoa e não pessoa. Porém, o adequado entendimento do alcance dessa dupla conceitual não se esgota apenas nesse texto”.

Por fim, observamos a influência de Saussure no pensamento de Émile Benveniste: é pressuposto, ao longo de todo o texto analisado nesta seção, que os sistemas pronominais são

um conjunto de termos que se integram, ao mesmo tempo em que se relacionam de forma opositiva. Poderíamos, em síntese, dizer que o sistema pronominal ultrapassa, na concepção benvenistiana, uma mera categoria gramatical, abrindo portas para diversos desdobramentos teóricos.

3.2 A NATUREZA DOS PRONOMES (1956)

Considerado um texto célebre de Émile Benveniste, *A natureza dos pronomes* faz parte de um conjunto de ensaios de diferentes autores reunidos para celebrar o 60º aniversário de Roman Jakobson, em outubro de 1956. Vale observar que *A natureza dos pronomes*, embora continue a discussão iniciada em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, foi publicado em outro momento da produção benvenistiana. Flores (2013, p. 92) afirma que esse texto

[...] é o primeiro a retomar a distinção pessoa/não pessoa elaborada dez anos antes em *As relações de pessoa no verbo* (1946). O título do artigo é enganador. O leitor poderá pensar que se trata tão-somente de um texto sobre pronomes. Nada disso se confirma após a leitura atenta. *A natureza dos pronomes* tem um alcance que ultrapassa a problemática posta no título.

É importante, desde o início, observarmos que, diferentemente de *Estrutura das relações de pessoa no verbo* e de *As relações de tempo no verbo francês*, *A natureza dos pronomes* traz em seu título uma referência a outra categoria de palavra: os pronomes. Além disso, este texto se propõe a analisar aquilo que Benveniste chamou de *a natureza* do sistema pronominal: haveria, portanto, uma natureza comum aos pronomes de todas as línguas. Essa natureza universal é justamente um elemento necessário para a proposição de uma teoria geral sobre os pronomes, visto que a universalidade constitui um conceito que corresponde à generalidade teórica. Dito de outra forma, seria impossível propor uma teoria geral dos pronomes caso houvesse uma ou mais línguas que destoassem da universalidade do sistema pronominal.

Atento a isso, Benveniste (2005, p. 277) aborda diretamente tal problemática já no início de seu texto:

Ora, todas as línguas possuem pronomes e, em todas, eles se definem como referindo-se às mesmas categorias de expressão (pronomes pessoais, demonstrativos, etc.). A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem. É como fato de linguagem que o apresentaremos aqui, para mostrar que os pronomes não constituem uma classe

unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são os signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos “instâncias do discurso”, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor.

Entretanto, o próprio Benveniste observa que sua teorização sobre os pronomes está direcionada, sobretudo, aos pronomes pessoais, ainda que outras classes de pronomes – como possessivos, por exemplo – possam também, por extensão teórica, integrar o conjunto de análises que ele elabora. Mais especificamente, Benveniste concebe sua reflexão a partir dos pronomes pessoais do caso reto, que ocupam a posição de sujeito (caso nominativo). Dessa forma,

[...] deve considerar-se, em primeiro lugar, a situação dos pronomes pessoais. Não é suficiente distingui-los dos outros pronomes por uma denominação que os separe. É preciso ver que a definição comum dos pronomes pessoais como contendo os três termos *eu*, *tu*, *ele*, abole justamente a noção de “pessoa”. Essa é própria somente de *eu/tu*, e falta em *ele*. Essa diferença natural sobressairá da análise de *eu* (BENVENISTE, 2005, p. 277-278).

Prosseguindo em sua análise, o linguista questiona o estatuto lexicológico habitualmente atribuído à categoria de pronome, introduzindo o debate acerca da complexidade inerente ao sistema pronominal:

Entre *eu* e um nome referente a uma noção lexical, há não apenas as diferenças formais, muito variáveis, impostas pela estrutura morfológica e sintática das línguas particulares. Há outras, que se prendem ao próprio *processo* da enunciação linguística e que são de uma natureza mais geral e profunda (BENVENISTE, 2005, p. 278, grifo do autor).

Assim, precisamos atentar para o fato de que os pronomes estão diretamente ligados aos “processos da enunciação” e, ao mesmo tempo, compartilham caracteres universais entre as diferentes línguas. Embora a categoria de pessoa não esteja associada obrigatoriamente ao pronome – *ele*, por exemplo, é considerado um pronome pessoal, mas também consiste justamente na ausência de pessoa –, faz-se necessário destacar que a reflexão sobre os pronomes é essencial para a proposição da enunciação enquanto perspectiva teórica no pensamento benvenistiano.

A partir disso, Émile Benveniste fornece-nos as bases da cisão entre os pronomes e os termos lexicais estáveis de uma língua, evidenciando, mais do que a dêixis em si, o aspecto autorreferencial do sistema pronominal. Para Ciulla (2018, p. 366), “Benveniste não se ocupa exatamente da dêixis, pelo menos não enquanto fenômeno de ostensão a objetos, mas da característica autorreferencial que está relacionada ao fenômeno”. Nas palavras de Benveniste (2005, p. 278, grifo do autor):

[...] cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e “objetiva”, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. No entanto, as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há “objeto” definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias. Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal.

Assim, Émile Benveniste, em um primeiro momento, estipula que o *eu* consiste em um termo cuja referência é própria e a cada vez única. Bem mais que um aspecto do sistema pronominal *stricto sensu*, estamos diante de uma cena enunciativa que se proporá no pensamento benvenistiano. Contudo, se a cada vez *eu* e *tu* constituem realidades únicas, particulares, como identificar essa realidade à qual remetem?

Qual é, portanto, a “realidade” à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma “realidade de discurso”, que é coisa muito singular. *Eu* só pode definir-se em termos de “locução”, não em termos de objetos, como um signo nominal. *Eu* significa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”. Instância única por definição, é válida somente na sua unicidade. Se percebo duas instâncias sucessivas de discurso contendo *eu*, proferidas pela mesma voz, nada ainda me assegura de que uma delas não seja um discurso referido, uma citação na qual *eu* seria imputável a um outro (BENVENISTE, 2005, p. 278, grifo do autor).

Faz-se necessário frisar que, embora seja admitido o raciocínio de que *eu* remeta a uma realidade fora da língua – ou seja, a um corpo que fala em dado tempo e espaço –, a realidade discursiva é que é própria e característica de *eu*. Em síntese, *eu* é quem fala *eu*: se podemos afirmar que há um “sujeito” – termo polissêmico que remete a distintas noções dentro das humanidades – em Benveniste, é porque há um sujeito que fala, um sujeito que se instância na língua. Balzan (2017, p. 93) afirma que “[...] é Benveniste quem retoma o sujeito falante e o eleva à categoria indispensável à formulação de sua teoria da enunciação”.

Nesse sentido, cabe citar também as palavras de Toldo e Valério (2016, p. 30): “[...] é a enunciação que se torna responsável por algumas classes de signos, é ela que dá existência a uma série de palavras que só fazem sentido no discurso”. Consideramos que o sistema pronominal, de forma mais específica o par *eu* e *tu*, pertence a essa classe de signos que só fazem sentido no discurso; tomados isoladamente, nada significam e a nada remetem: ninguém e, ao mesmo tempo, todo mundo corresponde a *eu* e a *tu*.

Dessa forma, ao contrário daquilo que chamaremos de *léxico estável de uma língua* – substantivos, por exemplo –, que remete, de forma geral, a um mesmo significado, o sistema pronominal é evanescente, pois se esvai no mesmo momento em que é proferido:

[...] é preciso, assim, sublinhar este ponto: *eu* só pode ser identificado pela instância do discurso que o contém e somente por aí. Não tem valor a não ser na instância na

qual é produzido. Paralelamente, porém, é também enquanto instância de forma *eu* que deve ser tomado; a forma *eu* só tem existência linguística no ato de palavras que a profere. Há, pois, nesse processo uma dupla instância conjugada: instância de *eu* como referente, e instância de discurso contendo *eu*, como referido (BENVENISTE, 2005, p. 278-279).

Assinalamos, contudo, que Benveniste instaura uma dupla instância do *eu*, como referente e como referido. Se, de um lado, o referido é a própria instância de discurso que contém o vocábulo *eu*, é também preciso observar, de outro, que há um *eu* referente. Diante disso, é válido questionar: quem constitui o *eu* referente, tendo em vista que a instância do discurso consiste no referido? É o próprio Benveniste quem nos responde: “A definição pode, então, precisar-se assim: *eu* é o ‘indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística eu’” (2005, p. 279, grifo do autor). Há, então, o *eu* que enuncia (referente) e o *eu* instância do discurso (referido).

Embora isso pareça contraditório em um primeiro momento, faz-se necessário compreender que a instância do discurso que contém *eu* só pode existir se houver também um locutor que fale *eu*. Em termos sintéticos: sou eu quem digo *eu*, o famoso axioma benvenistiano que ensina que é ego quem diz ego – exploraremos melhor essa formulação na análise do texto *Da subjetividade na linguagem*, quando Benveniste elabora essa proposição. Aquele que fala, o locutor, é *eu*, assim como também é *eu* o sujeito que emerge no discurso: “[...] diferente do locutor, o sujeito não existe a priori, mas emana do discurso e mesmo que o enunciado não apresente a forma eu explicitamente, a marca linguística eu subjaz ao enunciado, o que quer dizer que toda língua é subjetiva” (GOMES DA SILVA, 2011, p. 99). Posto isso, consideramos que, embora seja um elemento extralinguístico, precisamos – por mais óbvio que isso possa parecer – situar o locutor, o corpo que fala, na cena enunciativa, fazendo sua passagem de locutor a sujeito, isto é, saindo da dimensão física para entrar na dimensão do discurso, realidade muito singular.

Tais considerações sobre o *eu* passam a ceder terreno no texto benvenistiano para seu alocutado, seu par, ou seja, o *tu*: assim como *tu* é implicado por um *eu* que fala, é dirigindo-se a um *tu* que *eu* se instancia no discurso. Nesse sentido, Benveniste (2005, p. 279, grifo do autor) afirma que,

[...] introduzindo-se a situação de “alocução”, obtém-se uma definição simétrica para *tu*, como o “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*”. Essas definições visam *eu* e *tu* como uma categoria de linguagem e se relacionam com a sua posição na linguagem. Não consideramos as formas específicas dessa categoria nas línguas dadas, e pouco importa que essas formas devam figurar explicitamente no discurso ou possam aí permanecer implícitas.

A categoria de pessoa, portanto, está duplamente preenchida em Émile Benveniste: há, de um lado, *eu*, e, de outro, *tu*. Vale ressaltar, mais uma vez, que *ele* é justamente a categoria reservada à não pessoa, ou seja, *ele* não fala, não se instancia no discurso, não realiza a passagem de locutor a sujeito. Nesse sentido, o que ainda falta para estabelecer e propor a enunciação são outras duas categorias: tempo e espaço. A respeito dessa relação, Benveniste (2005, p. 279, grifo do autor) assevera:

[...] essa referência constante e necessária à instância de discurso constitui o traço que une a *eu/tu* uma série de “indicadores” que pertencem, pela sua forma e pelas aptidões combinatórias, a classes diferentes – uns pronomes, outros advérbios, outros ainda locuções adverbiais. São, em primeiro lugar, os demonstrativos: *este*, etc. na medida em que se organizam correlativamente com os indicadores de pessoa, como no lat. *hic/iste*. Há aqui um traço novo e distintivo dessa série: é a identificação do objeto por um indicador de ostensão concomitante com a instância de discurso que contém o indicador de pessoa: *esse* será o objeto designado por ostensão simultânea à presente instância de discurso, a referência implícita na forma (por exemplo, *hic* oposto a *iste* associando-o a *eu*, a *tu*). Fora dessa classe, mas no mesmo plano e associados à mesma referência, encontramos os advérbios *aqui* e *agora*. Poremos em evidência a sua relação com *eu* definindo-os: *aqui* e *agora* delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância do discurso que contém *eu*.

Faz-se oportuno observar que a enunciação consiste, justamente, em uma categoriza vazia, por assim dizer, na língua: sua quádrupla raiz, *eu-tu-aqui-agora*, não corresponde a nada, não remete a coisa alguma fora da *presente* e única instância do discurso na qual se faz *presente*. Assim como todo falante assume as posições *eu* e *tu* na linguagem, todo (nenhum) espaço é *aqui*, e todo (nenhum) tempo é *agora*. A enunciação é, portanto, um espaço vazio, preenchida pela nossa presença e ação no mundo, por *nós*, que somos seres languageiros circunscritos em determinado contexto (tempo e espaço) e relacionados a outros seres de linguagem (o *eu* que se dirige ao *tu* e dele recebe uma resposta).

A respeito do território dêitico, um espaço intermediário entre a língua, o sujeito e o mundo, Benveniste (2005, p. 279-280, grifo do autor) afirma que

[...] não adianta nada definir esses termos e os demonstrativos em geral pela *dêixis*, como se costuma fazer, se não se acrescenta que a *dêixis* é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa: dessa referência o demonstrativo tira o seu caráter cada vez único e particular, que é a unidade da instância de discurso à qual se refere. O essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.) e a *presente* instância de discurso. De fato, desde que não se visa mais, pela própria expressão, essa relação do indicador à instância única que o manifesta, a língua recorre a uma série de termos distintos que correspondem um a um aos primeiros, e que se referem não mais à instância de discurso mas aos objetos “reais”, aos tempos e lugares “históricos” [...] A própria língua revela a diferença profunda entre esses dois planos.

Faz-se importante, contudo, observarmos a proposição de que é a língua, a própria língua, que evidencia a diferença entre esses planos: o sujeito no “mundo”, propriamente dito, e o sujeito na “língua”. É evidente que a língua faz parte do mundo, mas o universo linguístico representa, na perspectiva de Émile Benveniste, um portal, uma dimensão única e específica, por intermédio da qual nos instanciamos e nos propomos enquanto seres de linguagem.

Dessa forma, precisamos admitir que a linguagem é, dentro da perspectiva benvenistiana, um elemento constituinte de nossa subjetividade, uma marca de nossa presença no mundo. Por isso, não podemos compreender a linguagem – a língua, mais especificamente nesse caso – como uma ferramenta ou um instrumento de comunicação. Não “usamos” a língua como usamos uma ferramenta, pois a língua é parte inevitável e identitária do que somos, seres linguísticos.

Para acessar o sistema linguístico que está à disposição de todo falante, recorreremos aos signos vazios da língua, como é o caso do sistema pronominal. Nas palavras de Émile Benveniste (2005, p. 280, grifo do autor):

[...] essas formas “pronominais” não remetem à “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e refletem assim o seu próprio emprego. A importância da sua função se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. Desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não afirmando nada, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso.

Diante disso, é relevante, uma vez mais, situar a complexidade dinâmica das ditas formas pronominais: são vazias, não estão submetidas ao valor de verdade, formam um conjunto sistêmico e estão sempre disponíveis a todo falante. Contudo, não podemos deixar de sublinhar que seu papel é o de realizar uma conversão: a da linguagem em discurso. Cabe observar, ainda, que por *linguagem*, aqui, entendemos *língua*, já que é a língua, a parte verbal da linguagem, que é convertida em discurso. Essa linguagem – que é língua – é posta em discurso, é convertida em discurso por meio dos signos vazios. Afinal de contas, o que isso significa?

Ora, temos uma bipartição entre língua e discurso: por língua, entendemos o sistema linguístico, realidade virtual, composta por signos que se articulam entre si e que são relativamente estáveis dentro do sistema que integram; por discurso, entendemos a realização

única e irrepetível da língua, singularizada nos eixos tempo-espaço por meio do seu uso – que ocorre quando alguém, em algum momento e lugar, diz algo para outro alguém. Como passar de uma coisa à outra? Como sair da língua e entrar na dimensão do discurso?

É necessário que haja uma classe intermediária, habilitada a articular e comportar ao mesmo tempo o sistema linguístico e a atividade discursiva; essa classe intermediária precisa, por um lado, ser estável e reconhecível socialmente e, por outro, apresentar-se sempre como única e situada de forma nova, inédita, na língua. E são as formas vazias que preenchem essa dupla condição: os termos *eu-tu-aqui-agora* (todos vazios), por exemplo, são formas recorrentes de todas as línguas, mas somente na instância de discurso em que estão contidos é que podem ser preenchidos e integrar a ordem da comunicação intersubjetiva.

Nesse sentido, Émile Benveniste (2005, p. 281, grifo do autor) explicita que,

[...] se cada locutor, para exprimir o sentimento que tem de sua subjetividade irreduzível, dispusesse de um “indicativo” distinto (no sentido de que cada estação radiofônica emissora possui o seu “indicativo” próprio), haveria praticamente tantas línguas quanto indivíduos e a comunicação se tornaria estritamente impossível. A linguagem previne esse perigo instituindo um único signo móvel, *eu*, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta à instância do seu próprio discurso. Esse signo está, pois, ligado ao *exercício* da linguagem e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a língua inteira [...] Assim, os indicadores *eu* e *tu* não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância de discurso, em que marcam para cada uma das suas próprias instâncias o processo de apropriação pelo locutor.

Em síntese: de um lado, os signos vazios comportam a dimensão reconhecível e estável do semiótico, pois são partilhados pelos falantes de determinada língua, possibilitando que reconheçam essas formas como pertencentes a um conjunto sistêmico; de outro, os signos vazios não remetem a uma realidade estável, são signos móveis que, a cada vez, se propõem inéditos, pois instanciam sempre uma nova realidade discursiva e só são identificáveis na situação de discurso que integram. Portanto, comportam a dimensão singular do semântico; não apenas constituem, mas são, por assim dizer, as próprias condições necessárias à enunciação. Para Fiorin (1996, p. 36):

[...] a enunciação é então vista, como aliás já o tinha feito Benveniste, como instância de mediação, que assegura a discursivização da língua, que permite a passagem da competência à *performance*, das estruturas semióticas virtuais às estruturas realidades sob a forma de discurso.

Para que a língua se converta em discurso, é preciso que haja uma ponte entre esses dois universos; os signos vazios assumem essa condição, proporcionando, ao mesmo, outra passagem: a de locutor a sujeito. É, em suma, tomando a posição *eu* na linguagem – ainda que

não fale *eu*, é *eu* que fala – que o locutor se apropria da língua inteira, instanciando-se como sujeito na atividade discursiva. Em outras palavras, “[...] é identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’. Assim, o emprego tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra” (BENVENISTE, 2005, p. 281).

A esse respeito, Fiorin (1996, p. 41) afirma que “[...] a categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso. Assim, o *eu* não se refere nem a um indivíduo nem a um conceito, ele refere-se a algo exclusivamente linguístico”. Além disso, o linguista também situa a pessoa *eu* nos eixos tempo-espço, evidenciando como esses signos vazios – por serem móveis e se atualizarem na presente instância do discurso em que são enunciados – permitem que haja uma cena enunciativa, situando a pessoa *eu* em determinado tempo e em determinado espaço.

Contudo, qual seria, afinal de contas, o espaço que *ele* – a terceira pessoa, ou mesmo a não pessoa – ocupa na relação que estabelece com *eu* e *tu*? Émile Benveniste (2005, p. 282-283, grifo do autor), a respeito dessa discussão, afirma que

[...] há enunciados de discurso, que a despeito de sua natureza individual, escapam à condição de pessoa, isto é, remetem não a eles mesmos mas a uma situação “objetiva”. É o domínio daquilo a que chamamos a “terceira pessoa”. A “terceira pessoa” representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva. Assim, na classe formal dos pronomes, os chamados de “terceira pessoa” são inteiramente diferentes de *eu* e de *tu*, pela sua função e pela sua natureza. Como já se viu há muito tempo, as formas como *ele*, *o*, *isso*, etc. só servem na qualidade de substitutos abreviativos: [...] substituem um ou outro dos elementos materiais do enunciado ou revezam com eles. [...] É uma função de “representação” sintática que se estende assim a termos tomados às diferentes “partes do discurso”, e que corresponde a uma necessidade de economia, substituindo um segmento de enunciado e até um enunciado inteiro, por um substituto mais maleável. Assim, não há nada de comum entre a função desses substitutos e a dos indicadores de pessoa.

Portanto, a tríade do sistema pronominal desvela-se sob a forma de uma composição entre alguém que fala (*eu*) algo (*ele*) para outro alguém (*tu*). As formas *eu* e *tu* opõem-se e invertem-se, tendo em vista que *eu* consiste em uma pessoa subjetiva, ao passo que *tu* corresponde a uma pessoa não subjetiva. A forma *ele*, por sua vez, remete justamente ao ausente, pois *ele* é sempre falado, sem, no entanto, jamais falar; as formas de terceira pessoa são, na verdade, um artifício retórico de impessoalização, mas, sob hipótese alguma, uma posição de fala: *ele* não se apropria da linguagem, *ele* é justamente objeto da linguagem.

Os caracteres formais dessa separação entre o binômio *eu-tu* e *ele*, na perspectiva benvenistiana, estão alicerçados em quatro propriedades:

[...] 1.º de se combinar com qualquer referência de objeto; 2.º de não ser jamais reflexiva da instância de discurso; 3.º de comportar um número às vezes bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas; 4.º de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como *aqui*, *agora*, etc. (BENVENISTE, 2005, p. 283).

Desse modo, Benveniste estabelece as características inerentes ao *ele*, que servem de base para sua oposição em relação tanto a *eu* quanto a *tu*. A conclusão a que chegamos é de que

[...] uma análise, mesmo sumária, das formas classificadas indistintamente como pronominais leva assim a reconhecer classes de natureza totalmente diferentes e, em consequência, a distinguir, de um lado, a língua como repertório de signos e sistema das suas combinações e, de outro, a língua como atividade manifestada nas instâncias de discurso caracterizadas como tais por índices próprios (BENVENISTE, 2005, p. 283).

Não é ao acaso que Fiorin (1996, p. 54) afirma que “[...] a interpretação dos termos pertencentes à categoria de pessoa, de espaço e de tempo é mais complexa que a dos demais elementos da língua”, visto que, embora sejam uma realidade linguística, não são signos estáveis no interior do sistema linguístico, já que remetem sempre a uma situação nova, evocando uma atividade de discurso. Portanto, as categorias de tempo, pessoa e espaço são universais e atravessam, assim, as vicissitudes das línguas particulares, mesmo que haja uma série incontável de pequenas diferenças lexicológicas e/ou morfossintáticas em cada língua específica. Polak (2018, p. 59), ao analisar o texto *Da subjetividade na linguagem*, menciona que “[...] a categoria de pessoa, dentro e fora da língua, é criada ao se estabelecer a subjetividade na língua” (tradução nossa).⁸

A esse respeito, Fiorin (2017, p. 972) afirma que

[...] as categorias que compõem a instância da enunciação são a pessoa, o espaço e o tempo. A enunciação é a instância do ego, *hic et nunc*, ou seja, do eu, aqui e agora, porque, nela, alguém, num espaço e num tempo criados pela linguagem, toma a palavra e, ao fazê-lo, institui-se como “eu”, e dirige-se a outrem, que é instaurado como um “tu”. Isso é o conteúdo da enunciação.

Dito de outro modo: ainda que haja um grande número de diferenças linguísticas observáveis nos tempos verbais de duas línguas, quaisquer que sejam, por exemplo, isso não incidirá em nada sobre a noção de tempo enquanto instância do discurso, pois é sempre no

⁸ No original: “[...] the category of person, both in language and outside of it, is created by the establishment of subjectivity in language”.

presente que falamos. Esse processo ocorre também com a noção de espaço, tendo em vista que o lugar de instância do *eu*, enquanto realidade discursiva, é sempre *aqui*. Da mesma forma, as três pessoas, incluindo a não pessoa *ele*, são universais no sistema pronominal das diferentes línguas. É essa universalidade que permite, na nossa perspectiva, a coesão sistêmica da enunciação: há um aparelho compartilhado em todas as línguas para que possamos ocupar a posição de sujeito (*eu*), instanciando-nos igualmente no tempo (*aqui*) e no espaço (*agora*).

3.3 DA SUBJETIVIDADE NA LINGAGUEM (1958)

Gostaríamos de iniciar a discussão em torno do texto *Da subjetividade na linguagem* a partir de uma reflexão de Flores (2013, p. 97):

Da subjetividade na linguagem é um texto especial, talvez um dos mais instigantes de Benveniste. Vários motivos autorizam essa avaliação: o fato de ter sido publicado em um periódico de psicologia atesta sua vocação interdisciplinar; a amplitude que o título sugere, associando o tema da subjetividade – ainda não contemplado nos estudos linguísticos – à natureza da linguagem, e não da língua; a reflexão antropológica da qual parte; a profusão de marcas tipográficas (aspas, itálicos etc.) que, certamente, induzem a uma leitura menos superficial. A tudo isso se soma a elegância de uma concisão notável: ocupa apenas nove páginas na edição da Gallimard. Enfim, muitas são as leituras que se podem fazer desse texto.

Acreditamos, ainda, que *Da subjetividade na linguagem*, texto conciso que não foi escrito para linguistas, mereça destaque por outro aspecto: a subjetividade é apresentada como um elemento de natureza linguística. Sem dúvida alguma, foi uma atitude corajosa de Émile Benveniste defender a subjetividade como uma categoria posta na língua – e, portanto, na linguagem –, dirigindo-se para um público-alvo formado por psicólogos.

Em primeiro plano, entendemos que a subjetividade benvenistiana é uma categoria que está fundamentalmente na língua, embora isso implique outras duas asserções: a) se está na língua, também estará, obrigatoriamente, na linguagem, pois a língua não escapa à linguagem (toda a língua está dentro da linguagem, apesar de aceitarmos uma cisão entre esses conceitos, uma vez que tomamos a língua como a parte verbal da linguagem); e b) dentro da perspectiva teórica de Benveniste, ainda que possa ser admitida a manifestação da subjetividade, de forma geral, na linguagem – como no teatro ou nas artes plásticas, por exemplo –, a língua constitui bem mais do que instrumento de comunicação, já que é na língua e pela língua que realizamos a passagem de locutor a sujeito, propondo-nos como seres subjetivos.

Também nos interessa, contudo, uma reflexão que segue em outra direção:

[...] a questão específica que envolve o fundamento da subjetividade na linguagem alcança diversas correntes filosóficas. Uma abordagem à qual a proposta poderia interessar particularmente diz respeito às filosofias orientais ligadas à tradição budista, que negam a existência do eu enquanto ser separado. Uma rápida pesquisa bibliográfica aponta alguns poucos trabalhos, de diferentes naturezas, que apresentam essa discussão. Em um artigo que versa sobre cinema, Scheibler (1987) traça justamente um interessante paralelo entre as ideias de Benveniste e os preceitos do Zen-budismo, que remetem à não-diferenciação de todas as coisas (VERNALHA, 2012, p. 167).

Na discussão de Scheibler (1987, p. 22), presente no trecho supracitado, afirma-se que “[...] Benveniste situa a subjetividade junto à língua, definindo o desenvolvimento do sujeito como um momento linguístico e relacionando a construção da subjetividade a um ato discursivo verbal” (tradução nossa).⁹ Para Scheibler (1987), a proposição benvenistiana de um *eu* direcionando-se a um *tu* está relacionada à concepção budista de não separação entre o *eu* e o mundo: são categorias integradas, de tal forma que uma pressupõe a outra. Dessa maneira, assim como em Benveniste, “[...] na perspectiva Zen, essas oposições desaparecem, não na unidade imaginária da totalidade ou da experiência, mas sim no entendimento e na absorção das categorias de sujeito e objeto, de diferença, de ser e não ser” (SCHEIBLER, 1987, p. 23, tradução nossa).¹⁰

Vale ressaltar que as categorias de sujeito e objeto, em Scheibler (1987), não são as categorias gramaticais de sujeito e objeto: tomamos esses termos como uma referência ao *eu* (sujeito) e à sua relação com o mundo (objeto). Não haveria, portanto, uma separação plena entre o *eu* que fala e o mundo de que fala: o *eu* só existe porque está situado no *aqui* e no *agora*, dirigindo-se a um *tu*. Em suma: podemos considerar que o quadrinômio *eu-tu-aqui-agora* é, em Émile Benveniste, pelo menos um traço da concepção holística entre o ser e o mundo – concepção essa que é oriunda das tradições orientais.

Dessa maneira, podemos inferir que a subjetividade consiste, na realidade, em uma experiência intersubjetiva: não há *eu* sozinho, há somente *eu* em relação a *tu*:

[...] a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu* (BENVENISTE, 2005, p. 286).

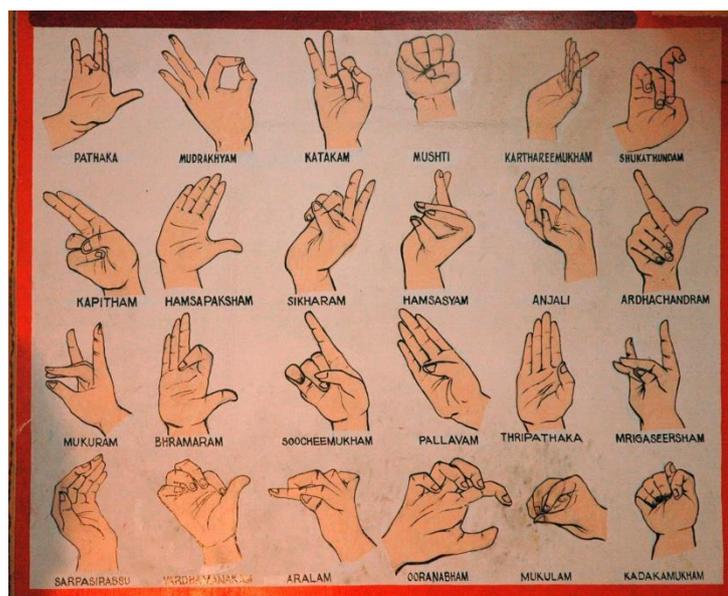
⁹ No original: “Benveniste posits subjectivity as being within language, positioning the development of the subject as a linguistic moment, relating the constitution of subjectivity to a verbally discursive act”.

¹⁰ No original: “In Zen these oppositions disappear, not in the imaginary unit of wholeness or experience, but rather in an understanding and in an absorption of the categories of subject and object, of difference, of being and non-being”.

Também gostaríamos de pontuar que Benveniste, em *Semiologia da língua*, menciona os *mudras*, a fim de evidenciar a dupla articulação (semiótico-semântico) dos sistemas de significação. Os *mudras* consistem em posturas específicas, realizadas com as mãos, no intuito de conectar o ser com o universo; cada *mudra* tem sua forma própria e um objetivo específico. Em conjunto com os *pranayamas* (práticas respiratórias) e os *asanas* (posturas corporais), os *mudras* constituem um dos pilares da cultura yogi, e sua ação está relacionada ao fluxo da energia vital (*kundalini*), realinhando e revitalizando nossos centros de energia (*chakras*).

Dentro da tradição védica, por exemplo, sobretudo nas práticas de Hatha Yoga, os *mudras* são compreendidos como um espaço de reconexão com o coletivo e a dimensão espiritual. Para ilustrar alguns dos principais *mudras*, recorreremos à Figura 2, exposta a seguir.

Figura 2 – *Mudras*



Fonte: Wikipédia (2019).

Benveniste também cita e analisa o sânscrito em seus textos – língua que origina as palavras *yoga*, *kundalini*, *pranayama*, *asana*, *chakra* e *mudras*. Além disso, há diversas referências sobre o trabalho de Benveniste em publicações que se dedicam ao estudo da relação entre os coletivos humanos e o universo sagrado: dentre eles, podemos destacar *Indian Buddhism, a survey with bibliographical notes* (NAKAMURA, 1999), *Shamanism, a biopsychosocial paradigm of consciousness and healing* (WINKELMAN, 2010) e *Semiologia da linguagem: a enunciação do sagrado e o corpo afrorreligioso* (SEVERO, 2016).

É em *Da subjetividade na linguagem* que Benveniste formula sua máxima egoica: é o *ego* que diz *ego* – *ego transcendente*, como o próprio autor irá nos advertir.

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência totalmente pragmática [...] Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: *ego* tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição “interior/exterior”, e ao mesmo tempo são reversíveis. Procure-se um paralelo para isso; não se encontrará nenhum. Única é a condição do homem na linguagem (BENVENISTE, 2005, p. 287, grifo do autor).

Assim, encontramos uma dupla perspectiva: de um lado, *eu* é uma categoria única, autorreferencial, que pode ser preenchida por qualquer falante somente na presente instância de discurso em que um locutor toma a língua inteira e, por meia dela, propõe-se como sujeito; de outro, só há *eu* instaurado perante a presença reversível de um *tu*, situado no *aqui* e no *agora*. Em nossa concepção, o *eu* é apenas parcialmente transcendente, porque, embora sua posição transcenda a de *tu*, é apenas na relação circunscrita a *tu* no tempo-espaço que *eu* pode propor a si mesmo. Logo, é errôneo considerar que Benveniste faz uma teoria do *ego* (*eu*), pois há deliberadamente um projeto benvenistiano maior, que encontra na língua o fundamento para nossas relações com o mundo – aquilo que Teixeira (2012b, p. 71) chama de “[...] projeto de uma ciência geral do homem”.

Essa subjetividade, que relacionamos ao conceito de *ego* (eu que diz *eu*), está intimamente associada ao conceito de pessoa em Benveniste e encontra na língua seu fundamento. A subjetividade benvenistiana, por assim dizer, dispõe de um sistema quádruplo (*eu-tu-aqui-agora*) para se instaurar, fugindo de uma abordagem relativista da subjetividade:

[...] a “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa “subjetividade”, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* linguístico da “pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Ademais, o próprio Benveniste questiona se tem de ser obrigatoriamente linguístico o fundamento da subjetividade de que fala; a subjetividade, para o autor, extrapola o domínio das línguas particulares e se situa como uma propriedade da linguagem:

[...] terá de ser linguístico esse fundamento? Onde estão os títulos da linguagem para fundar a subjetividade? De fato, a linguagem corresponde a isso em todas as suas partes. É tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem. Falamos realmente da linguagem e não apenas de línguas particulares (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Embora habitualmente situemos a discussão *eu-tu* como uma oposição de termos em um dado sistema (a língua) – e o próprio Benveniste também o faça –, é oportuno compreendermos que, na realidade, não existe *eu* nem *tu*: há somente uma relação integrativa e constitutiva entre esses termos, que apenas se opõe virtualmente quando estudados dentro do conjunto que integram. Esse conjunto, em um primeiro momento, foi chamado de *sistema pronominal*, mas nem todo pronome pertence a esse conjunto; por essa razão, propôs-se a noção de pessoa, ainda que *aqui* e *agora* sejam termos essenciais à enunciação que não comportam pessoa alguma. Da mesma forma, o espaço vazio é necessário à enunciação, mas nem todo caso de dêixis remete a uma cena enunciativa.

Assim, compreendemos que há um conjunto de termos muito específicos, que é universal e se faz presente em todas as línguas: trata-se dos termos que configuram a enunciação, ou seja, dos mecanismos pelos quais a língua acessa a si mesma, deixando de ser sistema e tornando-se discurso. A pessoa talvez seja a primeira – e mesmo a mais notável – categoria que permite a subjetividade, mas não a única, tendo em vista que as dimensões espacial e temporal são igualmente condições da manifestação da subjetividade na linguagem. Sobre isso, Benveniste (2005, p. 289) explicita que

[...] a linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas “vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua “pessoa”, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes.

Nesse sentido, Émile Benveniste reafirma a universalidade dos pronomes pessoais, já que a noção de pessoa está presente em todas as línguas particulares. Há, entretanto, uma importante cisão teórica contida nessa observação: os pronomes pessoais podem manifestar a subjetividade, podem ser considerados indicadores de subjetividade, mas é a noção de pessoa que integra todas as línguas e toda atividade enunciativa. É a pessoa que fala, não o pronome nem o verbo com desinência pessoal. Dito de outra forma, é *eu* que toma a língua toda e fala no mundo, ainda que eu não diga *eu*.

A esse respeito, Benveniste (2005, p. 286, grifo do autor) afirma que

[...] os próprios termos dos quais nos servimos aqui, *eu* e *tu*, não se devem tomar como figuras mas como formas linguísticas que indicam a “pessoa”. É notável o fato – mas, familiar como é, quem pensa em notá-lo? – de que entre os signos de uma língua, de qualquer tipo, época ou região que ela seja, não faltam jamais os “pronomes pessoais”. Uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível. Pode acontecer somente que, em certas circunstâncias, esses “pronomes” sejam deliberadamente omitidos [...] Esses usos, no entanto, não fazem mais que sublinhar o valor das formas evitadas; é a existência implícita desses pronomes que dá o seu valor social e cultural aos substitutos impostos pelas relações de classe.

Benveniste prossegue sua análise, evidenciando o estatuto único dos pronomes pessoais em seu pensamento e passando a discorrer sobre o aspecto autorreferencial e móvel dos pronomes pessoais, característica que permite que qualquer falante se aproprie da língua inteira sem, contudo, privar outro falante de, ao mesmo tempo, tomá-la inteiramente:

[...] ora, esses pronomes se distinguem de todas as designações que a língua articula, no seguinte: *não remetem nem a um conceito nem a um indivíduo*. Não há conceito “eu” englobando todos os *eu* que se enunciam a todo instante na boca de todos os locutores, no sentido em que há um conceito “árvore” ao qual se reduzem todos os empregos individuais da *árvore*. O “eu” não denomina pois nenhuma entidade lexical. Poder-se-á dizer, então, que *eu* se refere a um indivíduo particular? Se assim fosse, haveria uma contradição permanente admitida na linguagem, e anarquia na prática: como é que o mesmo termo poderia referir-se indiferentemente a qualquer indivíduo e ao mesmo tempo identificá-lo na sua particularidade? Estamos na presença de uma classe de palavras, os “pronomes pessoais”, que escapam ao *status* de todos os outros signos da linguagem (BENVENISTE, 2005, p. 288, grifo do autor).

Mas, se os pronomes não possuem uma referência estável na língua, diferentemente de outros signos, a que se referem? São, por excelência, uma realidade discursiva, posta e proposta na enunciação:

A que, então, se refere o *eu*? A algo de muito singular, que é exclusivamente linguístico: *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como “sujeito”. É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua. Se quisermos refletir bem sobre isso, veremos que não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo. A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu* (BENVENISTE, 2005, p. 288, grifo do autor).

Contudo, é necessário ressaltar que a terceira pessoa (*ele*) é concebida, em Benveniste, como a categoria da não pessoa, conforme observamos em seus outros textos que tratam dessa categoria, ora remetendo ao verbo, ora referindo-se aos pronomes. Em *Da subjetividade na linguagem*, também encontramos considerações a respeito da forma *ele* e de seu estatuto perante o sistema pronominal:

[...] é preciso ter no espírito que a “terceira pessoa” é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocução. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como “não-pessoa”. Esse é o seu *status*. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu”. Ora, *je jure* é uma forma de valor singular, por colocar sobre aquele que se enuncia *eu* a realidade de um juramento. Essa enunciação é um *cumprimento*: “jurar” consiste precisamente na enunciação *eu juro*, pela qual o Ego está preso. A enunciação *je jure* é o próprio ato que me compromete, não a descrição do ato que eu cumpro. Dizendo *je promets*, *je garantis*, prometo e garanto efetivamente. As consequências (sociais, jurídicas, etc.) do meu juramento, da minha promessa se desenrolam a partir da instância de discurso que contém *je jure*, *je promets*. A enunciação identifica-se com o próprio ato. Essa condição, porém, não se dá no sentido do verbo: é a “subjetividade” do discurso que a torna possível. Pode-se ver a diferença substituindo-se *je jure* por *il jure*. Enquanto *je jure* é um compromisso, *il jure* é apenas uma descrição, no mesmo plano de *il court*, *il fume* [= “ele corre, ele fuma”]. Vê-se aqui, em condições próprias dessas expressões, que o mesmo verbo, segundo seja assumido por um “sujeito” ou esteja colocado fora da “pessoa”, toma um valor diferente. É uma consequência do fato de que a própria instância de discurso que contém o verbo apresenta o ato, ao mesmo tempo em que fundamenta o sujeito. Assim, o ato é cumprido pela instância de enunciação do seu “nome” (que é *jurar*), ao mesmo tempo em que o sujeito é apresentado pela instância de enunciação do seu indicador (que é “eu”) (BENVENISTE, 2005, p. 292-293, grifo do autor).

Após evidenciar os aspectos relativos à noção de pessoa, Benveniste introduz as noções de tempo e espaço em sua análise, ressaltando tanto a necessidade dessas categorias quanto a transcendência do *eu* em relação a ambas, tendo em vista que é somente no momento em que *eu* se propõe como sujeito – deixando de ser locutor – que podemos instanciar o tempo e o espaço. Em síntese, o *aqui* e o *agora* são definidos em virtude do *eu* que enuncia:

[...] os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem. Desses pronomes dependem por sua vez outras classes de pronomes, que participam do mesmo *status*. São os indicadores de *déixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e as suas numerosas correlações “isso, ontem, no ano passado, amanhã”, etc. Têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia (BENVENISTE, 2005, p. 288).

Assim, instaura-se um quadro enunciativo: o *eu*, compreendido como sujeito, dirige-se a um *tu* no tempo e no espaço. Essa relação pessoa-tempo-espaço compõe aquilo que Benveniste chama de *subjetividade*. Embora acreditemos que o espaço seja uma categoria igualmente necessária e importante para uma teoria da enunciação, a análise benvenistiana disserta acerca da noção de tempo, evidenciando a organização linguística dessa categoria:

[...] é fácil ver que o domínio da subjetividade se amplia ainda e deve chamar a si a expressão da temporalidade. Seja qual for o tipo de língua, comprova-se em toda parte certa organização linguística da noção de tempo. Pouco importa que essa noção se marque na flexão de um verbo ou por meio de palavras de outras classes

(partículas, advérbios, variações lexicais, etc); é problema de estrutura formal. De uma ou de outra maneira, uma língua distingue sempre “tempos” (BENVENISTE, 2005, p. 289, grifo do autor).

Émile Benveniste assevera, ainda, que o tempo linguístico é autorreferencial, já que falamos situados no *agora* – embora possamos, em nossa fala, partir do presente prospectiva ou retrospectivamente, dirigindo-se ora ao futuro, ora ao passado. Futuro e passado são, portanto, realidades que se revelam a partir do presente: *ontem* e *amanhã* só podem ser definidos em função de *hoje*, que contém não apenas a referência ao futuro e ao passado, mas também sua própria referência: *hoje* é hoje, o *agora* existe agora – eis o eterno presente. Nesse sentido, é importante entender que

[...] esse “presente”, por sua vez, tem como referência temporal um dado linguístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância do discurso que o descreve. A marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso. O *Dictionnaire general* define o *presente* como “o tempo do verbo que exprime o tempo em que se está”. Devemos tomar cuidado; não há outro critério nem outra expressão para indicar “o tempo em que se está” senão tomá-lo como “o tempo em que se fala”. Esse é o momento eternamente “presente”, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia “objetiva” porque é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas. O tempo linguístico é *sui-referencial*. Em última análise, a temporalidade humana com todo o seu aparato lingüístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem (BENVENISTE, 2005, p. 289, grifo do autor).

Gostaríamos, contudo, de destacar a categoria de espaço como necessária para que haja tanto a enunciação quanto a subjetividade: sem estar situado no espaço, o falante não pode enunciar nem se propor como sujeito. É sempre circunscrito a um eixo tempo-espaço irreduzível que o falante/sujeito se encontra: não há pessoa fora do espaço, não há *eu* nem *tu* sem que haja também um *aqui*. O espaço, por sua vez, é igualmente uma noção autorreferencial, dêitica, vazia e móvel: todo (e nenhum) lugar é *aqui*, assim como *aqui* é uma realidade de discurso, compreensível e instaurada no domínio da linguagem. Dito de outra forma: no pensamento de Émile Benveniste, *aqui* é um espaço linguístico, e não físico ou geográfico.

Por isso, posso afirmar que estou *aqui*: seja na minha casa, na universidade, no bairro, na cidade, no país, no planeta ou mesmo na galáxia. É sempre referente ao *eu* que o espaço se estabelece, o que evidencia que a categoria de espaço também está correlacionada à categoria de pessoa: é a pessoa subjetiva que instaura na língua seu tempo e seu espaço. Fenoglio (2017, p. 213) afirma, a partir disso, que “[...] não há, de um lado, a linguagem, e, de outro, o homem, de um lado a sociedade e, de outro, a subjetividade: a linguagem, graças à utilização

de um sistema linguístico, seja qual for, é a base que faz com que todo homem seja social e subjetivo” (tradução nossa).¹¹

São, em suma, esses termos essenciais – *eu-tu-aqui-agora* – que possibilitam não apenas a comunicação intersubjetiva, mas também a própria subjetividade na linguagem. Por isso, Benveniste (2005, p. 285) opõe a língua, realidade subjetiva, a um instrumento, realidade objetiva:

[...] na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso realmente que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou.

Assim, apesar da sensação de estarmos “usando” a língua toda vez que falamos, precisamos admitir que, diferentemente de um martelo – instrumento que podemos utilizar por determinado período –, não temos como “guardar” a língua, deixando-a em uma gaveta ou caixa, e prosseguir nossa vida cotidiana. Benveniste (2005, p. 285, grifo do autor) afirma que “[...] seguramente, na prática cotidiana, o vaivém da palavra sugere uma troca, portanto uma ‘coisa’ que trocaríamos, e parece, pois, assumir uma função instrumental ou veicular que estamos prontos a hipostasiar num ‘objeto’”. Na verdade, não pegamos a língua, não a manuseamos, pois ela é parte inerente de nossa identidade e de nossa constituição – e parte, portanto, de nossa subjetividade.

A esse respeito, é oportuno ressaltar que

[...] todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem da propriedade da linguagem (BENVENISTE, 2005, p. 285, grifo do autor).

Na realidade, podemos considerar que a língua é tanto uma ponte – que permite o acesso ao outro e nos conecta a ele – quanto uma clausura, pois não podemos “sair” de seus domínios. Somos seres irremediavelmente linguísticos e languageiros, estamos obrigatoriamente na língua e na linguagem. É impossível nos ausentarmos, em suma, de nossa faculdade de linguagem: essa não é uma escolha nem mesmo uma possibilidade para o falante.

¹¹ No original: “Il n’y a pas d’un côté le langage, de l’autre l’homme, d’un côté la société, de l’autre la subjectivité: le langage, grâce à l’utilisation d’un système de langue, quel qu’il soit, est le liant qui fait que tout homme est social et subjectif”.

Por isso, Benveniste atesta que a linguagem é, por assim dizer, uma propriedade humana, fundante de nossa subjetividade. Dessa maneira, além de não ser um instrumento que usamos, a linguagem, ao contrário do martelo, não foi inventada, não é produzida: existe em nossa constituição, e, fora da realidade de linguagem, não somos os seres simbólicos que denominamos *homem*.

A esse respeito, Benveniste (2005, p. 285) menciona:

[...] inclinamo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

Logo, o homem não inventa, não fabrica a linguagem: encontramos no mundo um homem constituído na e pela linguagem, situado no tempo e no espaço e dirigindo-se a outro homem. Destacamos ainda, no trecho supracitado, que “a linguagem ensina a própria definição do homem”: se é a linguagem que ensina a própria definição de homem, isso se deve ao fato de que a linguagem (compreendida aqui como *língua*) contém a tudo, inclusive a si mesma? Se a linguagem (*língua*) contém a sociedade – conforme propõe Benveniste em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* –, podemos afirmar que ela contém também a noção de homem? Admitir isso seria, em última instância, dizer que estamos, na verdade, falando de uma relação de interpretância na/da língua.

Com isso, queremos dizer que a noção de interpretância aparece intuída, subentendida, na discussão sobre a subjetividade – evidenciaremos como as relações de interpretância compõem a análise benvenistiana sobre as noções de pessoa, tempo e espaço no próximo capítulo. Em suma, a reflexão sobre os pronomes e os dêiticos é, para nós, um exercício prático de interpretância que o próprio Émile Benveniste efetua em sua reflexão de cunho enunciativo.

Contudo, interessa-nos, por ora, compreender que a subjetividade é uma categoria da língua – e a própria língua contém as noções de subjetividade, de homem e mesmo de língua. Portanto, a língua volta a si mesma, enquanto sistema que tudo contém e que tudo interpreta, para possibilitar as categorias linguísticas de pessoa, tempo e espaço; conseqüentemente, a própria subjetividade, realidade de natureza discursiva, é instaurada na e pela língua. Assim,

[...] a instalação da “subjetividade” na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria de pessoa. Tem além disso efeitos muitos

variados sobre a própria estrutura das línguas, quer seja na organização das formas ou nas relações de significação (BENVENISTE, 2005, p. 289).

Dessa maneira, compreendemos que a categoria de pessoa é essencial tanto para o funcionamento das línguas particulares – ou seja, sua organização no sistema linguístico que integra – quanto para a compreensão global da linguagem, tendo em vista que a categoria de pessoa, no pensamento benvenistiano, é, acima de tudo, uma posição na linguagem. Essa posição, precisamos uma vez mais afirmar, é responsável por realizar a passagem de locutor a sujeito.

Assim, admitimos que,

[...] para que a palavra assegure a “comunicação”, é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas a atualização. De fato, é na linguagem que devemos procurar a condição dessa aptidão. Ela reside, parece-nos, numa propriedade da linguagem, pouco visível sob a evidência que a dissimula, e que não podemos ainda caracterizar a não ser sumariamente. É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego” (BENVENISTE, 2005, p. 285-286, grifo do autor).

É importante explicitar novamente que entendemos o termo *palavra* como a atividade discursiva em si. Do mesmo modo, acreditamos que é especificamente na e pela língua – que está, por sua vez, contida na linguagem – que o homem se constitui e se propõe como sujeito, uma vez que o conceito de *ego* é instaurado, enunciado e compreendido por meio da língua, assim como está também contido na língua. Dito de outra forma, a língua contém o próprio conceito de *eu*, realidade linguística, ainda que esse conceito seja móvel – é somente na língua e pela língua que eu diz *eu*.

A partir disso, Benveniste (2005, p. 293, grifo do autor) conclui sua reflexão afirmando que

[...] muitas noções na lingüística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecermos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação lingüística.

Chama atenção o destaque ocupado para o termo *intersubjetividade* (grifado em itálico no original): a relação intersubjetiva ocupa o cerne da discussão benvenistianiana, pois é somente se articulando dentro de um conjunto sistêmico e coeso – seja na língua propriamente dita, nos pronomes, nos dêiticos ou nas categorias enunciativas, de forma geral – que o homem se instancia na linguagem. Além disso, ao se instanciar na linguagem, o homem ocupa de fato

sua posição de sujeito e nela fundamenta a sua realidade, isto é, a realidade discursiva do *ego* que diz *ego*.

Portanto, bem longe de ser um instrumento ou uma invenção, a linguagem ocupa um papel de constituinte inexorável da natureza humana. Mais que isso, a linguagem funda a subjetividade e permite as relações intersubjetivas – é na linguagem e pela linguagem que acessamos o mundo, a cultura, as instituições e, acima de tudo, outro homem.

Há, portanto, uma dimensão ética da subjetividade na linguagem dentro da concepção benvenistiana. Se levarmos essas constatações às últimas instâncias, perceberemos que a própria noção de ética e agir ético estão contidas na linguagem – e por ela são enunciadas e partilhadas socialmente. Essa dimensão ética assegura que é na relação com o outro, e somente nessa relação, que nos constituímos. Ademais, precisamos compreender que estamos situados no eixo tempo-espaco e que é enquanto *eu* presente no *aqui* e no *agora* que minha subjetividade se materializa, pois é no presente que estou presente junto ao outro.

3.4 AS RELAÇÕES DE TEMPO NO VERBO FRANCÊS (1959)

Publicado em 1959 no boletim da Societé de Linguistique, *As relações de tempo no verbo francês* é um texto que se centra na noção de tempo – conforme já informa o título – e opera uma distinção entre a enunciação histórica e a enunciação de discurso. Não nos deteremos nas concepções de história e de historiador apresentadas por Émile Benveniste, embora acreditamos ser relevante frisar que, nos dias de hoje, há um reconhecimento da subjetividade inerente àquilo que Benveniste nomeou *enunciação histórica*, diferentemente do distanciamento discursivo discutido pelo linguista no artigo. A esse respeito, além de inúmeros estudos etnográficos, temos as discussões sobre subjetividade, história e discurso que foram desenvolvidas por diferentes intelectuais, com destaque para os trabalhos de Deleuze (1968), Guattari e Rolnik (1986) e Foucault (1999).

Contudo, o próprio Benveniste adverte que tal distanciamento consiste, na verdade, em marcas formais do discurso, isto é, em formas verbais que evidenciam a noção de pessoa. Assim, é necessário pontuar que “[...] explícita ou não, a relação de pessoa está presente em toda parte” (BENVENISTE, 2005, p. 268). Dessa forma, ainda que evitemos as marcas de pessoa – indicadores como os termos *eu* e *tu* –, a pessoa, enquanto posição na e da linguagem, estará preenchida, porque, invariavelmente, todo intercâmbio comunicativo, por mais formal e aparentemente impessoal que possa parecer, consiste em um *eu* dirigindo-se a um *tu*. Nesse

sentido, “[...] na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão as formas de não-pessoa” (SILVA, D., 2015, p. 50).

A esse respeito, Benveniste (2005, p. 362) explica que

[...] o historiador não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora*, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu:tu*. Assim, na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de ‘terceira pessoa’.

Para o linguista, “[...] a enunciação *histórica*, hoje reservada à língua escrita, caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. Esses três termos, *narrativa*, *acontecimento*, *passado*, devem ser igualmente sublinhados” (2005, p. 362, grifo do autor). Por outro lado, também é necessário afirmar que a escrita não pertence ao domínio da enunciação histórica, ainda que esta se configure como uma forma escrita de enunciação. Nas palavras de Émile Benveniste (2005, p. 267),

A distinção que fazemos entre narrativa histórica e discurso não coincide, portanto, absolutamente, com a distinção entre língua escrita e língua falada. A enunciação histórica é reservada hoje à língua escrita. O discurso, porém, é tanto escrito como falado. Na prática, passa-se de um ao outro instantaneamente.

Observamos, contudo, que o conceito de narrativa histórica, em Benveniste, está cindido em relação ao conceito de discurso:

[...] cada vez que no seio de uma narrativa história aparece um discurso, quando o historiador, por exemplo, reproduz as palavras de uma personagem ou intervém, ele próprio, para julgar os acontecimentos referidos, se passa a outro sistema temporal, o do discurso (BENVENISTE, 2005, p. 267).

Depreendemos, assim, que há um “sistema temporal” da enunciação, de modo que o conceito de tempo é fundamental não apenas para compreendermos a discussão proposta pelo linguista nesse texto, mas também para acessarmos aquilo que consideramos serem os quatro elementos necessários à enunciação: *eu-tu-aqui-agora*. Em suma, trata-se do *eu* que se dirige a *tu* em dado tempo (*agora*) e em determinado espaço (*aqui*). Dito de outra maneira: só falamos no *agora*, seja prospectiva ou retrospectivamente, partindo invariavelmente do hoje para retomar o passado ou projetar o futuro.

Assim, ainda que reconheçamos as diferenças temporais que instanciam a narrativa histórica e o discurso, é preciso ressaltar que o discurso pertence sempre ao tempo presente, enquanto a narrativa histórica estaria situada no passado, pois trataria de um acontecimento já ocorrido. É necessário ressaltar, todavia, que a narrativa histórica também consiste em um

discurso proferido por um *eu*, que se dirige a um *tu* nos eixos temporal e espacial (*aqui e agora*).

Nesse sentido, partimos do próprio texto benvenistiano para reivindicar a narrativa histórica como atividade discursiva:

É preciso entender o discurso na sua mais ampla extensão: toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro. É em primeiro lugar a diversidade dos discursos orais de qualquer natureza e de qualquer nível, da conversa trivial à oração mais ornamentada (BENVENISTE, 2005, p. 267).

Desse modo, mesmo que as marcas linguísticas de cada uma dessas atividades enunciativas correspondam a tempos diferentes, observamos que o conceito de discurso pode, evidentemente, ser aplicado a uma narrativa histórica, a menos que nesta não se pressuponha um locutor e um ouvinte com o objetivo de influenciar um ao outro. Em relação aos traços linguísticos de cada enunciação, da história e do discurso, Benveniste (2005, p. 270-271) afirma que

[...] os dois planos de enunciação se delimitam, portanto, em traços positivos e negativos: – na enunciação histórica, admitem-se (em formas de terceira pessoa): o aoristo, o imperfeito, o mais-que-perfeito e o prospectivo; excluem-se: o presente, o perfeito, o futuro (simples e composto); – na enunciação de discurso, admitem-se todos os tempos em todas as formas; exclui-se o aoristo (simples e composto). As exclusões são tão importantes quanto os tempos admitidos. [...] Para o historiador, o presente, o perfeito e o futuro são excluídos porque a dimensão do presente é incompatível com a intenção histórica: o presente seria necessariamente então o presente do historiador, mas o historiador não pode historiar-se sem desmentir o seu objetivo. Um acontecimento, para ser apresentado como tal na expressão temporal, deve ter cessado de ser presente, deve não poder mais ser enunciado como presente. Pela mesma razão o futuro é excluído; não é mais que um presente projetado para o porvir, implica prescrição, obrigação, certeza, que são modalidades subjetivas, não categorias históricas.

Assim, ainda que possa ser considerado um texto acessório de Benveniste para a análise pretendida, *As relações de tempo no verbo francês* traz à tona dois elementos cruciais para nosso trabalho: a) a instância do presente como único tempo possível da enunciação, tendo em vista que é sempre no presente que nos instanciamos enquanto seres de linguagem, apesar de nos reportarmos ao passado ou prospectarmos um futuro possível; e b) a afirmação da pessoa enquanto uma noção que opera e se faz presente mesmo quando não está explicitamente posta, contrariando a perspectiva, ingênua, de que é preciso atentar para marcas formais de pessoa (indicadores de subjetividade).

A respeito da articulação entre tempo e pessoa, Flores (2013, p. 104) explicita que o tempo é “[...] apresentado como uma categoria diretamente comandada pela categoria de

pessoa”, ou seja, “pela presença (ou ausência) dos indicadores de subjetividade”. Podemos concluir, portanto, que é sempre um *eu* instanciado no presente e no espaço, *aqui* e *agora*, que se dirige a um *tu*.

Essa presença da pessoa enquanto categoria primária para a instauração do discurso é sempre operante e independe do aparecimento explícito de marcadores de subjetividade: sou eu que falo *eu* mesmo quando *eu* não está explícito em meu enunciado. Dessa forma, *eu*, bem mais do que um item lexical de uma língua, é uma categoria universal nas diferentes línguas. É sempre a partir do *eu* que tomamos a língua e nos introduzimos na dimensão singular do discurso.

3.5 A LINGUAGEM E A EXPERIÊNCIA HUMANA (1965)

Para iniciar nossa discussão sobre o artigo *A linguagem e a experiência humana*, presente na 51ª edição da revista *Diogenes*, gostaríamos de observar que sua publicação ocorreu seis anos após a publicação de *As relações de tempo no verbo francês*. Assim, conforme observa Brait (2006, p. 46), “[...] em 1965, um outro trabalho dá continuidade, por assim dizer, ao estudo das categorias que fundamentam a teoria enunciativa desenvolvida por Benveniste”. Dessa maneira, acreditamos que, entre os *Problemas de Lingüística Geral I e II*, haja um *continuum*, e não uma ruptura, em relação aos textos que tratam das bases formais da enunciação – inclusive no caso de *O aparelho formal da enunciação*, que encerra nosso conjunto de leituras de Benveniste.

Além disso, pontuamos que Émile Benveniste também publicou na revista *Diogenes* o texto *Comunicação humana e linguagem animal*, datado de 1952. Embora esse escrito não integre nosso recorte textual, é necessário dizer que estabelece algumas proposições universais a respeito da linguagem humana e, conseqüentemente, de nossa trajetória enquanto seres de linguagem; nesse texto, “[...] mais uma vez a questão do diálogo é retomada como uma condição da linguagem humana” (BRAIT, 2006, p. 41). Dito de outra forma, é uma publicação de ordem teórica, destinada a estabelecer bases formais da trajetória humana na linguagem enquanto experiência única e irrepetível perante a comunicação animal.

É justamente por meio desse viés – que considera os aspectos universais da linguagem enquanto constituintes inerentes de nossa subjetividade e de nossa condição única na linguagem – que tomamos *A linguagem e a experiência humana*: um texto que trata de aspectos globais da linguagem, menos centrado em análises de línguas específicas. Brait (2006, p. 46) afirma que “[...] esse estudo, consagrado à categoria tempo, retoma a questão da

presença da subjetividade na linguagem, considerada a partir da enunciação. E isso se faz de uma maneira profunda e inovadora e, retomando também a questão da intersubjetividade”.

Além disso, destacamos que, se é na linguagem que nos constituímos como sujeitos, é na relação com outro sujeito que construímos a intersubjetividade: e a linguagem é o portal, por assim dizer, que permite adentrarmos o outro, seu universo, suas representações, suas práticas. Desse modo, para que a linguagem – de forma mais específica, a língua – possa ser um intermediário universal entre o homem e o mundo, é necessário existir “algo” universal também na própria linguagem. Em outras palavras: se todas as línguas, de qualquer tempo e espaço, são o intermediário entre o homem e o mundo, é preciso que haja algo universal nessas línguas, capaz de igualmente situá-las como tal. Na perspectiva de Flores (2013, p. 107-108), *A linguagem e a experiência humana* consiste em um texto que trata explicitamente da “[...] universalidade da experiência humana na linguagem. Não há língua que possa ser concebida como tal sem apresentar a possibilidade de que nela, em seu interior, o homem possa se singularizar”.

Por isso, consideramos que

[...] todas as línguas têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante. As formas que revestem essas categorias são registradas e inventoriadas nas descrições, mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e na produção do discurso. São categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem (BENVENISTE, 2006, p. 68).

Essas categorias universais, como sabemos, correspondem às noções de pessoa, tempo e espaço. No caso de *A linguagem e a experiência humana*, há um destaque para os conceitos de pessoa e tempo – a categoria de espaço, diga-se de passagem, nunca foi suficientemente trabalhada por Émile Benveniste, seja porque o linguista concentrou seus esforços nas categorias de pessoa e tempo, seja devido à interrupção abrupta de sua produção devido ao acidente vascular cerebral que sofreu.

A respeito do espaço, que, assim como o tempo e a pessoa, é uma realidade discursiva, Benveniste (2006, p. 69-70) declara que

[...] indicando os objetos, os demonstrativos organizam o espaço a partir de um ponto central, que é Ego, segundo categorias variáveis [...] O sistema das coordenadas espaciais se presta também para localizar todo objeto em qualquer campo que seja, uma vez que aquele que o organiza está ele-próprio designado como centro e como ponto de referência.

Contudo, o linguista não reserva à categoria de espaço considerações pormenorizadas nos textos que integram os *Problemas de lingüística geral I e II*. No caso de *A linguagem e a experiência humana*, Benveniste (2006, p. 68) inicia suas análises pela categoria de pessoa: “[...] todo homem se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e *ele*. Este comportamento será julgado ‘instintivo’; para nós, ele parece refletir na realidade uma estrutura de oposições linguísticas inerente ao discurso”.

Considerando que, para instanciar o sujeito na língua, é necessário que haja, nas diferentes línguas particulares, um aparelho comum e universal, podemos afirmar que

[...] esta é a experiência central a partir da qual se determina a possibilidade mesma do discurso. Necessariamente idêntica em sua forma (a linguagem seria impossível se a experiência cada vez nova devesse inventar para cada pessoa uma expressão cada vez diferente), esta experiência não é descrita, ela está lá, inerente à forma que a transmite, constituindo a pessoa no discurso e conseqüentemente toda pessoa desde que ela fale (BENVENISTE, 2006, p. 69).

Temos, portanto, um pequeno paradoxo: de um lado, as particularidades das línguas específicas e, de outro, a essência comum da experiência humana na linguagem. O elemento coesivo dessa dualidade consiste justamente nas categorias linguísticas que permitem e caracterizam a enunciação: tempo, espaço e, com especial destaque nas reflexões de Émile Benveniste, pessoa:

[...] a língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira (BENVENISTE, 2006, p. 69).

Dessa forma, consideramos que

[...] aquele que fala se refere sempre pelo mesmo indicador *eu* a ele-mesmo que fala. Ora, este ato de discurso que enuncia *eu* aparecerá, cada vez que ele é reproduzido, como o mesmo ato para aquele que o entende, mas para quem o enuncia, é cada vez um ato novo, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos. Assim, em toda língua e a todo momento, aquele que fala se apropria desse *eu*, este *eu* que, no inventário das formas da língua, não é senão um dado lexical semelhante a qualquer outro, mas que, posto no discurso, aí introduz a presença da pessoa sem a qual nenhum linguagem é possível (BENVENISTE, 2006, p. 68).

Quando o falante assume a posição *eu*, há, na realidade, uma experiência humana sempre nova e sempre única na linguagem: “[...] desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a

ele, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda” (BENVENISTE, 2006, p. 68). Benveniste (2006, p. 69) também afirma que

[...] estes pronomes existem, consignados e ensinados nas gramáticas, ofertados como os outros signos e igualmente disponíveis. Quando alguém os pronuncia, este alguém os assume, e o pronome *eu*, de elemento de um paradigma, se transforma em uma designação única e produz, a cada vez, uma nova pessoa. Esta é a atualização de uma experiência essencial, que não se concebe possa faltar a uma língua.

Assim, *eu* em Benveniste refere-se sempre a uma realidade discursiva nova: discursiva porque existe somente na língua em uso e nova porque instancia a cada vez o sujeito na língua. Também é válido destacar que “[...] este *eu* na comunicação muda alternativamente de estado: aquele que o entende relaciona ao *outro* do qual ele é signo inegável; mas, falando por sua vez, ele assume *eu* por sua própria conta” e que “[...] fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente no discurso” (BENVENISTE, 2006, p. 69).

Gostaríamos, contudo, de observar que essa experiência sempre nova na linguagem não requer o “pronome” *eu* no enunciado, mas, sim, a “posição” *eu* na linguagem: não é necessário dizer *eu* no enunciado para que haja a presença de *eu*, tendo em vista que é sempre a partir do *eu*, enquanto posição na linguagem, que o falante se apropria da língua. Assim, é a noção de pessoa, e não propriamente o pronome, que permite a instauração da subjetividade na linguagem e a passagem de locutor a sujeito.

Posteriormente, Benveniste (2006, p. 70) passa a explorar a noção de tempo em sua análise:

[...] das formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o tempo, nenhuma é tão difícil de explorar, a tal ponto estão arraigadas as idéias preestabelecidas, as ilusões do “bom senso”, as armadilhas do psicologismo. Queremos mostrar que o tempo recobre representações muito diferentes, que são as muitas maneiras de colocar o encadeamento das coisas, e queremos mostrar sobretudo que a língua conceptualiza o tempo de modo totalmente diferente de reflexão [...] a expressão do tempo é compatível com todos os tipos de estruturas linguísticas.

Assim, consideramos que “[...] as línguas não nos oferecem de fato senão construções diversas do real, e é talvez justamente no modo pelo qual elas elaboram um sistema temporal complexo que elas são mais divergentes” (BENVENISTE, 2006, p. 70). Ora, se é sempre a partir do presente que falamos, como podem as línguas manifestar construções tão distintas da noção de tempo? Para responder a essa pergunta, Benveniste direciona seus esforços para uma cisão entre diferentes entendimentos que a palavra *tempo* evoca: além do tempo característico da língua, isto é, o tempo linguístico, existem outros dois tempos – o físico e o crônico.

Dessa forma, pode-se afirmar que

[...] há, com efeito, um tempo específico da língua, mas antes de chegar a isso, é necessário vencer duas etapas e reconhecer sucessivamente – a fim de distingui-las – duas noções distintas do tempo. O *tempo físico* do mundo é um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade. Ele tem por correlato no homem uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior. [...] Do tempo físico e de seu correlato psíquico, a duração interior, devemos distinguir com muito cuidado o *tempo crônico*, que é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto sequência de acontecimentos. Em nossa visão do mundo, assim como em nossa existência pessoal, não há senão um tempo, que é este. É necessário que nos esforcemos para caracterizá-lo em sua estrutura própria e em nossa maneira de concebê-lo (BENVENISTE, 2006, p. 71, grifo do autor).

Em termos sintéticos, existem três tempos: o tempo físico, que é infinito e em relação ao qual podemos apenas fazer conjecturas dispersas, pois não seria possível medi-lo nem acessá-lo em sua totalidade; o tempo crônico, marcado pelos acontecimentos, responsável por nossa organização linear e dividido de forma triádica – basicamente, em passado, presente e futuro; e o tempo linguístico, que é o tempo presente no qual falamos, seja em direção ao passado ou ao futuro.

Ocupamos, ao mesmo tempo, os três tempos: estamos obrigatoriamente no tempo físico, pois dele nada nem ninguém escapa; falamos sempre a partir do presente, que é o tempo linguístico, embora nossos enunciados possam se dirigir ao futuro ou ao passado; vivemos no tempo crônico, considerando que nossa vida é uma sucessão de acontecimentos, do nascimento à morte. Assim, conclui-se que

[...] nosso tempo vivido corre sem fim e sem retorno, é esta a experiência comum. Não reencontramos jamais nossa infância, nem o ontem, nem o instante que acaba de passar. Nossa vida tem portanto pontos de referência que situamos exatamente numa escala reconhecida por todos, e aos quais ligamos nosso passado imediato ou longínquo (BENVENISTE, 2006, p. 71).

A respeito da noção de acontecimento no tempo crônico – tempo no qual consideramos nossa vida, tomada como um conjunto de acontecimentos –, Benveniste (2006, p. 71-72, grifo do autor) assevera que

[...] o observador, que é cada um de nós, pode lançar o olhar sobre os acontecimentos realizados, percorrê-los em duas direções, do passado ao presente ou do presente ao passado. Nossa própria vida faz partes destes acontecimentos, que nossa visão percorre numa direção ou em outra. Neste sentido, o tempo crônico, congelado na história, admite uma consideração bidirecional, enquanto que nossa vida vivida corre (é a imagem recebida) num único sentido. A noção de acontecimento aqui é essencial. No tempo crônico, o que denominamos “tempo” é a continuidade em que se dispõem em série estes blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão *no* tempo.

Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo. Ora, o tempo crônico, como o tempo físico, comporta uma dupla versão, objetiva e subjetiva.

Se os acontecimentos – incluindo nossa vida e nossa morte – são delimitados por meio do tempo crônico, é porque esse tempo, segmentável e bidirecional, organiza, orienta, dispõe e mesmo possibilita nossa vida em sociedade, tal qual a conhecemos no mundo ocidental contemporâneo, tornando coeso o coletivo humano e ultrapassando, desse modo, a noção de indivíduo:

[...] em todas as formas de cultura humana e em todas as épocas, constatamos de uma maneira ou de outra, um esforço para objetivar o tempo crônico. É esta uma condição necessária da vida das sociedades, e da vida dos indivíduos em sociedade. Este tempo socializado é o calendário. Todas as sociedades humanas instituíram um cômputo ou uma divisão do tempo crônico baseada na recorrência de fenômenos naturais: alternância do dia e da noite, trajeto visível do sol, fases da lua, movimentos das marés, estações do clima e da vegetação, etc. Os calendários possuem traços comuns que indicam a que condições necessárias eles devem responder. Eles procedem de um momento axial que fornece o ponto zero do cômputo: um acontecimento muito importante que é admitido como dando às coisas uma nova direção (nascimento de Cristo ou de Buda; ascensão de certo soberano, etc.). É esta a condição primeira, que denominamos *estativa* [*stative*]. Depois decorre a segunda condição, que é *diretiva*. Ela se enuncia pelos termos opostos “antes.../depois...” relativamente ao eixo de referência. A terceira condição será dita *mensurativa*. Fixa-se um repertório de unidades de medida que servem para denominar os intervalos constantes entre as recorrências de fenômenos cósmicos. [...] Tais são as características do tempo crônico, fundamento da vida das sociedades (BENVENISTE, 2006, p. 72, grifo do autor).

Podemos afirmar, então, que nossa posição no tempo está delimitada por unidades de medida, pontos de referência que nos situam em determinado período da história da humanidade. Vale lembrar, inclusive, que o tempo crônico, por ser o tempo dos acontecimentos, depende essencialmente de uma construção simbólica coletiva e partilhada – diferentemente do tempo físico, que é indiferente à presença humana no mundo. Assim, podemos considerar que,

[...] a partir do eixo *estativo*, os acontecimentos são dispostos segundo uma ou outra visada *diretiva*, ou anteriormente (para trás) ou posteriormente (para frente) em relação a este eixo, e eles são alojados em uma divisão que permite medir a sua distância do eixo: tantos anos antes ou depois do eixo, depois de tal mês e de tal dia do ano em questão. Cada uma das divisões (ano, mês, dia) se alinha em uma série infinita na qual todos os termos são idênticos e constantes, não admitindo nem desigualdade nem lacuna, de tal modo que o acontecimento a situar está localizado exatamente na cadeia crônica por sua coincidência com tal divisão particular (BENVENISTE, 2006, p. 72-73).

É importante, contudo, observar que a noção de tempo crônico também é, em si mesma, uma invenção de nossa sociedade, que busca na medida do tempo um controle racional para o fluxo de acontecimentos que marcam nossa trajetória humana. Nesse sentido,

é oportuno lembrar que “[...] na antiguidade, o tempo se dava nos ritmos naturais, entre trabalho e vida. O grão deveria ser colhido antes das tempestades. Os céus claros, ou os céus escuros [...] determinavam, a seu tempo, o movimento da vida” (ARAGÃO; ARAGÃO, 2011, p. 2). Segundo Martins e Pacca (2005), o surgimento da ciência moderna está relacionado à concepção de tempo como uma quantidade mensurável na sucessão dos movimentos – esse é o tempo racionalizado e segmentável que Benveniste chama de *crônico*. Assim, consideramos que

[...] são estes pontos de referência que dão a posição objetiva dos acontecimentos, e que definem também *nossa* situação em relação a estes acontecimentos. Eles nos informam no sentido próprio *onde* estamos na vastidão da história, qual o nosso lugar em meio à sucessão infinita dos homens que viveram e das coisas que aconteceram (BENVENISTE, 2006, p. 73, grifo do autor).

Dessa maneira, o tempo crônico, de maneira absolutamente distinta do tempo físico e do tempo linguístico, possui uma base mínima fixa, capaz de delimitar o eixo temporal em unidades isomórficas, que correspondem, de forma aproximada pelo menos, umas às outras: é, por excelência, o tempo da organização social. O tempo linguístico, por sua vez, é o tempo eterno da presente instância do discurso que se manifesta pela ação do falante no mundo. Já o tempo físico extrapola qualquer unidade mensurativa. Em suma: o tempo crônico consiste em um sistema bidirecional de medidas e sucessões.

Assim, consideramos que

[...] o sistema obedece a necessidades internas que são coercivas. O eixo de referência não pode ser mudado, uma vez que é marcado por algo que realmente aconteceu no mundo, e não por uma convenção revogável. Os intervalos são constantes de um lado e de outro do eixo. Enfim, o cômputo dos intervalos é fixo e imutável. Se ele não fosse fixo, estaríamos perdidos em um tempo errático e todo nosso universo mental não teria como se orientar. Se ele não fosse imutável, se os anos mudassem com os dias, ou se cada um os contasse à sua maneira, nenhum discurso sensato poderia mais ser mantido sobre nada e a história inteira falaria a linguagem da loucura (BENVENISTE, 2006, p. 73).

Assim como um substantivo não possui nenhuma propriedade material em comum com a “coisa” que designa – a palavra é forma, e não substância, como bem já nos ensinou Saussure (2006) –, o tempo crônico nada revela do tempo, não possui nenhuma propriedade a que possamos, de fato, chamar de *temporal*: a temporalidade do tempo crônico é a temporalidade mensurativa do homem, que criou e organizou esse conjunto simbólico de unidades que se distribuem em um sistema linear. Logo,

[...] pode parecer natural que a estrutura do tempo crônico seja caracterizada por sua permanência e sua fixidez. Mas é necessário dar-se conta ao mesmo tempo de que

estas características resultam do fato de que a organização social do tempo crônico é, na realidade, *intemporal*. E isso não é nenhum paradoxo. Intemporal, este tempo medido pelo calendário é-o em virtude de sua fixidez mesma. Os dias, os meses, os anos são quantidades fixas, que observações imemoriais deduziram do jogo das forças cósmicas, mas estas quantidades são denominações do tempo que não participam em nada da natureza do tempo e são, em si mesmas, vazias de toda temporalidade. Considerando-se sua especificidade lexical, serão assimilados aos nomes, que não possuem nenhuma propriedade das matérias que denominam (BENVENISTE, 2006, p. 73-74, grifo do autor).

Justamente por não corresponder à temporalidade do universo, o tempo crônico é, ainda hoje, uma medida imprecisa, aproximativa, uma figura distorcida do tempo físico. Não à toa, inventamos o ano bissexto: nossa incapacidade de criar um sistema que mensure o tempo físico nos faz admitir a ideia de que, a cada quatro anos, o conceito de ano contenha uma pequena exceção. Assim, aceitamos a hipótese de que 25% dos anos possuem 366 dias. Dito de outra forma: confundimos a sombra com a realidade, pois o tempo crônico não é nada senão uma imagem distorcida do tempo físico.

Nesse sentido, é necessário concluir que

[...] o calendário é exterior ao tempo. Ele não o acompanha. Ele registra as séries de unidades constantes, denominadas dias, que se agrupam em unidades superiores (meses, anos). Ora, como um dia é idêntico a um outro qualquer, nada diz sobre determinado dia do calendário, tomado nele mesmo, se ele é passado, presente ou futuro. Ele não pode ser colocado em uma destas três categorias senão por aquele que *vive* o tempo. “13 de fevereiro de 1641” é uma data explícita e completa em virtude do sistema, mas que não nos informa em que tempo ela foi enunciada [...] O tempo crônico fixado num calendário é estranho ao tempo vivido e não pode coincidir com ele; pelo próprio fato de ser objetivo, propõe medidas e divisões uniformes em que se alojam os acontecimentos, mas estes não coincidem com as categorias próprias da experiência humana no tempo (BENVENISTE, 2006, p. 74, grifo do autor).

Dessa forma, de um lado, admitimos que o tempo crônico é um importante aparato coesivo para a vida em sociedade, tendo em vista que organiza os acontecimentos e as sucessões em uma escala mensurativa; de outro, ressaltamos, uma vez mais, que o tempo crônico consiste em um sistema de medidas aproximativas que nada revelam da temporalidade que supõem conter. Além disso, estamos convencidos de que o tempo físico, teoricamente infinito, não é passível de uma segmentação. Resta-nos, assim, entender o que é e como funciona o tempo da língua:

[...] em relação ao tempo crônico, o que se pode dizer do *tempo linguístico*? [...] Uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua. É pela língua que se manifesta a experiência humana no tempo, e o tempo linguístico manifesta-se irredutível igualmente ao tempo crônico e ao tempo físico. O que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e se organizar como função do discurso. Este tempo tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial –

no *presente* da instância da fala. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do “presente” (ou uma outra forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona. É evidente que este presente, na medida em que é função do discurso, não pode ser localizado em uma divisão particular do tempo crônico, porque ele admite todas as divisões e não se refere a nenhuma em particular. O locutor situa como “presente” tudo que aí está implicado em virtude da forma linguística que ele emprega. Este presente é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente um momento novo, ainda não vivido. Eis aí mais uma vez uma propriedade original da linguagem [...] (BENVENISTE, 2006, p. 74-74, grifo do autor).

Assim, o tempo linguístico se diferencia do tempo crônico, pois o tempo da língua consiste no tempo presente da atividade enunciativa: é sempre a partir do presente que falamos, independentemente de nos dirigirmos para fatos passados ou hipóteses futuras. É preciso considerar, portanto, que

[...] o presente linguístico é o fundamento das oposições temporais da língua. Este presente que se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente, constitui a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala: o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento não é ainda presente, virá a sê-lo e se manifesta em prospecção (BENVENISTE, 2006, p. 75).

Parece-nos coerente, de certa forma mesmo *obrigatório*, que o tempo da língua, para Émile Benveniste, seja um tempo fixado invariavelmente na presente instância de discurso que o revela: Benveniste considera que o tempo – assim como a pessoa e o espaço – é uma categoria linguística universal. Essa categoria é linguística porque o tempo da língua é o tempo da fala, ou seja, o único tempo a partir do qual se pode exercer a fala e atualizar a língua em discurso; mas é também uma categoria universal, pois é necessário que haja, dentro da diversidade das línguas particulares, uma noção universal capaz de abrigar o tempo de fala em todas as línguas.

Mais uma vez, o linguista associa o universal e o particular, pois o tempo da língua é um tempo universal para todas as diferentes línguas: “[...] observar-se-á que na realidade a linguagem não dispõe senão de uma única expressão temporal, o presente, e que este, assinalado pela coincidência do acontecimento e do discurso, é por natureza implícito” (BENVENISTE, 2006, p. 75). Em suma, é instanciado no presente da língua que posso me dirigir ao passado e ao futuro – situados no tempo crônico:

[...] ao contrário, os tempos não-presentes, sempre explicitados na língua, a saber, o passado e o futuro, não estão no mesmo nível do tempo que o presente. A língua não os situa segundo sua posição própria, nem em virtude de uma relação que deveria ser então outra que aquela da coincidência entre o acontecimento e o discurso, mas somente como pontos vistos para trás ou para a frente *a partir do presente*. (Para trás e para frente, porque o homem vai ao encontro do tempo ou o tempo ao encontro

dele, segundo a imagem que anima nossa representação) (BENVENISTE, 2006, p. 75).

Compreendemos, então, que a língua dispõe de um único tempo linguístico para todas as diferentes línguas: o presente. Dessa maneira, ao me instanciar na língua, me instancio automaticamente no tempo presente – e esse tempo presente é a referência, cada vez única, de toda temporalidade. Dessa forma, consideramos que

[...] a língua deve, por necessidade, ordenar o tempo a partir de um eixo, e este é sempre e somente a instância do discurso. É impossível deslocar este eixo referencial para o colocar no passado ou no futuro; não se pode mesmo imaginar o que se tornaria uma língua na qual o ponto de partida da organização do tempo não coincidissem com o presente linguístico e na qual o eixo temporal fosse ele mesmo uma variável da temporalidade (BENVENISTE, 2006, p. 75-76).

Aquilo que chamamos de passado ou de futuro é, portanto, uma dimensão projetada, invariavelmente, a partir do presente linguístico, ou seja, a partir do preciso momento em que me instancio na língua. A esse respeito, Émile Benveniste (2006, p. 76) afirma:

[...] chega-se assim a esta constatação – surpreendente à primeira vista, mas profundamente de acordo com a natureza real da linguagem – de que o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que este presente é implícito. Ele determina duas outras referências temporais; estas são necessariamente explicitadas em um significante e em retorno fazem aparecer o presente como uma linha de separação entre o que não é mais presente e o que vai sê-lo. Estas duas referências não se relacionam ao tempo, mas às visões sobre o tempo, projetadas para trás e para frente a partir do ponto do presente. Esta parece ser a experiência fundamental do tempo, de que todas as línguas dão testemunho à sua maneira. Ela informa os sistemas temporais concretos e notadamente a organização formal dos diferentes sistemas verbais.

Acerca das noções de passado e futuro – instanciadas a partir do presente linguístico –, Benveniste explicita que sempre há, nas diferentes línguas, formas voltadas ao passado. Em relação ao futuro, contudo, essa obrigatoriedade desaparece, tendo em vista que o futuro não remete senão a uma projeção – jamais à experiência vivida. Assim,

[...] constata-se que nas línguas dos mais variados tipos, nunca falta a forma do passado, e que muito freqüentemente ela é dupla ou mesmo tripla [...] Ao contrário, muitas línguas não têm forma específica de futuro. Serve-se freqüentemente do presente com algum advérbio ou partícula que indica um momento futuro [...] Esse contraste entre as formas do passado e as do futuro é instrutivo por sua própria generalidade no mundo das línguas. Há evidentemente uma diferença de natureza entre esta temporalidade retrospectiva, que pode assumir várias distâncias no passado de nossa experiência, e a temporalidade prospectiva, que não entra no campo de nossa experiência e que, para dizer a verdade, não se temporaliza senão enquanto previsão de experiência. A língua coloca aqui em relevo uma dissimetria que está na natureza desigual da experiência (BENVENISTE, 2006, p. 76-77).

Ressalta-se, ainda, que o tempo linguístico, embora se instancie no presente, está situado, a cada vez, em um presente novo, único e irrepitível – e por isso também é um tempo móvel, situado em um plano discursivo sempre singular. Percebemos, portanto, que o tempo da língua é, na verdade, o tempo da enunciação: a atividade enunciativa, sempre atual, demanda de suas três categorias essenciais uma atualização constante; isso equivale a dizer que a pessoa, o tempo e o espaço nunca se repetem no ato de discurso que integram. Nesse sentido, é válido observar que

[...] do tempo linguístico indicamos a sua emergência no seio da instância de discurso que o contém em potência e que o atualiza. Mas o ato de fala é necessariamente individual; a instância específica de que resulta o presente é cada vez nova. Em consequência disso, a temporalidade linguística deveria se realizar no universo intrapessoal do locutor como uma experiência irremediavelmente subjetiva e impossível de ser transmitida (BENVENISTE, 2006, p. 77).

Além disso, assim como no ato discursivo as pessoas se invertem – *eu* e *tu* são termos intercambiáveis –, o tempo linguístico também é partilhado: o tempo do *eu* passa a ser, também, tempo do *tu*. Logo, a intersubjetividade continua manifesta nas relações temporais, tendo em vista que *eu* e *tu* compartilham um mesmo tempo, isto é, o tempo presente no qual estão instanciados.

A esse respeito, Émile Benveniste (2006, p. 78) explicita que,

[...] se narro o que “me aconteceu”, o passado ao qual me refiro não é definido senão em relação ao presente de meu ato de fala, mas como o ato de fala parte de mim e ninguém pode falar por minha boca, da mesma forma que não pode ver por meus olhos ou experimentar o que eu sinto, é unicamente a mim que este “tempo” se relaciona e é unicamente à minha experiência que ele se restringe. Mas este argumento é falso. Algo singular, muito simples e infinitamente importante se produz realizando algo que parecia logicamente impossível: a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor. Meu “hoje” se converte em seu “hoje”, ainda que ele não o tenha instaurado em seu próprio discurso, meu “ontem” em seu “ontem”. Reciprocamente, quando ele falar em resposta, eu converterei, tornando-me receptor, sua temporalidade na minha. Esta parece ser a condição de inteligibilidade da linguagem, revelada pela linguagem: ela consiste no fato de que a temporalidade do locutor, ainda que literalmente estranha e inacessível ao receptor, é identificada por este à temporalidade que informa sua própria fala quando ele se torna, por sua vez, locutor. Um e outro se acham assim de acordo sobre a duração da onda.

É essencial, na perspectiva de Benveniste, que o tempo do discurso possa ser partilhado e, portanto, constitua um elemento intersubjetivo. É essencial porque a intersubjetividade consiste em uma característica inerente ao pensamento benvenistiano, tendo em vista que é sempre na relação com o outro que o *eu* se configura e se propõe enquanto sujeito. Mas também é essencial porque as categorias fundamentais da enunciação – pessoa, tempo e espaço – necessitam, obrigatoriamente, ser partilhadas entre os falantes. Dito

de outra forma, *eu* não pode se instanciar sem que partilhe um mesmo eixo tempo-espaço com *tu*. Nesse sentido, Benveniste (2006, p. 78) menciona que

[...] o tempo do discurso nem se reduz às divisões do tempo crônico nem se fecha em uma subjetividade solipsista. Ele funciona como um fator de intersubjetividade, o que de unipessoal ele deveria ter se torna onipessoal. A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação linguística.

Portanto, assim como as categorias de pessoa e de espaço só podem ser identificadas na presente instância do discurso que as comporta, o tempo linguístico também só poderá ser precisado no próprio ato enunciativo que integra. Sobre isso, Benveniste explicita que

[...] o tempo linguístico [...] comporta suas próprias divisões em sua própria ordem, esta e aquelas independentes das do tempo crônico. Aquele que diz “agora, hoje, neste momento” localiza um acontecimento como simultâneo a seu discurso; seu “hoje” pronunciado é necessário e suficiente para que o parceiro o ligue na mesma representação. Mas, separemos “hoje” do discurso que o contém, coloquemo-lo em um texto escrito; “hoje” não é mais então o signo do presente linguístico pois que ele não é mais falado e percebido, e ele não pode mais enviar o leitor a algum dia do tempo crônico, pois que não identifica com nenhuma data [...] o mesmo ocorre com um *eu* subtraído ao discurso que o introduz e que, adequado então a todo locutor possível, não designa seu locutor real [...] donde resulta que as coisas designadas e organizadas pelo discurso (o locutor, sua posição, seu tempo) não podem ser identificadas senão pelos parceiros da comunicação linguística. Do contrário, para tornar legíveis estas referências intradiscursivas, deve-se ligar cada uma delas a um ponto determinado em um conjunto de coordenadas espaço-temporais (BENVENISTE, 2006, p. 78).

O tempo linguístico, conforme vimos, é um elemento universal nas diferentes línguas; é, mais que isso, o único tempo no qual o falante pode se situar, dirigindo-se a um *tu* que partilha seu eixo tempo-espaço. Dessa forma, o quadrinômio *eu-tu-aqui-agora* – responsável por instituir as condições suficientes e necessárias para que ocorra a enunciação – é sempre uma realidade instaurada na língua, ou seja, uma realidade sempre nova e irrepitível:

O que caracteriza as séries de designações da ordem intersubjetiva, como se vê, é que uma translocação espacial e temporal torna-se necessária para objetivar os signos tais como “este”, “eu”, “agora”, que têm a cada vez um referente único na instância de discurso e somente nele (BENVENISTE, 2006, p. 79).

Evidencia-se, portanto, que o tempo, bem mais do que uma categoria linguística, é um elemento revelador da subjetividade e da intersubjetividade inerente ao ato enunciativo. Dito de outra forma, as categorias de linguagem que permitem que haja a comunicação intersubjetiva mutuamente se implicam e se evocam. Assim, o tempo presente, que é o tempo da língua, conecta o falante ao tempo crônico, dimensionando e redimensionando sua experiência única na linguagem:

[...] a junção se faz assim entre o tempo linguístico e o tempo crônico [...] A temporalidade linguística é, ao mesmo tempo, muito nítida em suas três articulações distintas e muito limitada em cada uma delas. [...] Não resta senão ‘ontem’ e ‘amanhã’, separados e determinados por ‘hoje’, como termos originais marcando as distâncias temporais a partir do presente linguístico (BENVENISTE, 2006, p. 79).

Essas três categorias – tempo, espaço e pessoa – são, mais que evidências da trajetória humana na língua e na linguagem, a própria possibilidade de nos instaurarmos no discurso e realizarmos a passagem de locutor a sujeito. Para Benveniste, a intersubjetividade é condição da própria subjetividade; da mesma forma, a subjetividade está presente em toda a língua – inclusive nas categorias de tempo e espaço. Podemos afirmar, então, que

[...] a intersubjetividade tem assim sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem (BENVENISTE, 2006, p. 80).

Para finalizarmos nossa discussão acerca do texto *A linguagem e a experiência humana*, gostaríamos de realizar duas proposições sobre o tempo. Em primeiro lugar, acreditamos que a enunciação implica o encontro com o outro, isto é, a presença do outro. É na presença do outro, compartilhando o tempo e o espaço, que me instauro enquanto sujeito. Assim, se o tempo linguístico é sempre o presente, cabe questionar:

[...] o que significa cada agora? O que significam as vivências passadas e futuras, se elas já não são mais ou, então, ainda não são? De fato, a presença, à medida que existe, percorre e transcorre o ‘espaço de tempo’ que lhe é concedido entre limites: entre o antes e o depois, entre o amanhecer e o anoitecer, entre o nascimento e a morte. Porém, como é ‘real’ cada agora? Em que consiste sua ‘realidade’? A questão é: como apreender cada ‘agora’? A única constatação segura, por enquanto, é: a presença é um ente ‘temporal’ (KIRCHNER, 2007, p. 192, grifo do autor).

Dessa forma, entendemos que o tempo linguístico consiste em um elemento de intersubjetividade, tendo em vista que é somente na presença do outro que posso instaurar meu *agora* – assim como meu *aqui*. Em síntese: é somente *aqui*, situado no *agora*, que posso me propor enquanto sujeito e me dirigir a um *tu*.

Em segundo lugar, considerando que o tempo linguístico é evanescente – não dura além da presente instância do discurso que integra –, acreditamos que a enunciação, atividade irrepitível, consiste em um momento; momento esse que, de um lado, é breve e fugidivo e, de outro, é eterno. O *agora*, nessa perspectiva, nunca se repete, é sempre único, mas só existe enquanto instante e jamais pode ser novamente acessado a não ser como fato passado.

Assim, cremos que “[...] a verdadeira realidade do tempo é a do instante; a duração é apenas uma construção, desprovida de realidade absoluta” (BACHELARD, 2007, p. 29). É no instante móvel que nos situamos e nada podemos fazer para evitar a contínua passagem do tempo. Em síntese, à enunciação corresponde o tempo da presença – o instante irrepitível e também eterno em que nos situamos no eixo tempo-espaco.

3.6 O APARELHO FORMAL DA ENUNCIACÃO (1970)

Texto que encerra nossas análises em torno da temática enunciativa, *O aparelho formal da enunciação* foi publicado em março de 1970, na revista *Langages*, sob encomenda do filósofo e linguista Tzvetan Todorov em carta datada de 30 de setembro de 1968, ocasião em que solicitou a Benveniste a escrita de um artigo que separasse, de um lado, a língua enquanto sistema de signos e, de outro, o discurso como ato individual de uso da língua (FENOGLIO, 2011). É importante observar que foi em 06 de dezembro de 1969 que ocorreu o acidente vascular cerebral que deixou Émile Benveniste afásico até o final de sua vida, em 03 de outubro de 1976 (AGUSTINI; ARAÚJO; LEITE, 2015). Assim, a publicação desse texto, assim como a primeira impressão do *Problemas de Lingüística Geral II* (1974), acontece em um momento muito sensível da vida de Benveniste.

Além disso, cabe ressaltar que esse artigo foi o “[...] último publicado pelo autor a respeito do tema enunciativo” e que ele “[...] condensa os mais de quarenta anos de reflexão linguística sobre a enunciação” (FLORES, 2013, p. 161). É, ainda na perspectiva de Flores (2013), um texto-síntese da reflexão que Émile Benveniste elaborou para a temática enunciativa, cujo título já propõe, de antemão, um aparelho formal dedicado à enunciação.

A esse respeito, também é interessante a leitura de uma nota manuscrita de Benveniste acerca de *O aparelho formal da enunciação*:

Enunciação (aparelho formal) É preciso distinguir bem o que é necessário do que não o é. O que é necessário, são os instrumentos da apropriação: pronomes pessoais, índice, tempos do verbo. O que não é necessário, são os empregos <elementos> que se poderiam encontrar semelhantes nas estruturas não enunciativas. Ao menos isto é uma primeira aproximação. Na realidade se há níveis ou distinções a observar, são os níveis na percepção que temos do aparelho necessário à enunciação. Na realidade é uma mudança, não, não uma mudança na matéria mesmo da língua. Uma mudança <mais sutil, mais profunda> do fato que ela é posta em movimento, que alguém se apropria e que ela a persegue, a coloca em ação, que esse aparelho que jazia, potencial, mas inerte, consistindo em signos de um lado (signos lexicais e outros) em modelos flexionais e sintáticos do outro <se anima subitamente tornando-se de repente atual> toma de repente existência <se forma em discurso restituindo em torno dele um movimento vivo; de língua. Alguma coisa nasce no mundo então. Um homem se expressa (lat. *exprimere* ‘fazer sair pressionando, fazer fluir ao exterior’),

ele faz fluir a língua na enunciação (BENVENISTE apud FENOGLIO, 2013, p. 38, grifo do autor).

Chama-nos a atenção, nessa nota, o fato de Benveniste considerar que o aparelho que coloca a língua em movimento faz fluir e jorrar a língua em enunciação. Dito de outra forma, esse aparelho põe a língua em movimento por meio de sua conversão em discurso. Temos, então, uma primeira impressão de leitura: há um aparelho capaz de colocar a língua em movimento. Assim, uma vez mais, consideramos que a enunciação é uma perspectiva que engloba a língua em sua totalidade – não se configurando, portanto, como mais um nível de análise linguística. A enunciação, na realidade, consiste em uma atividade, um ato por meio do qual os interlocutores se posicionam no universo dinâmico da linguagem: “[...] o ‘vivo’ do homem é a fala” (FENOGLIO, 2013, p. 38, grifo do autor).

Nesse sentido, é oportuna a cisão que Benveniste (2006, p. 81) realiza entre o emprego das formas e a língua em emprego, tendo em vista que a língua em emprego – a língua que de fato é posta em uso – não corresponde ao conjunto de formas comumente previsto nos estudos linguísticos (sejam descritivos, sejam normativos):

[...] todas as nossas descrições linguísticas consagram um lugar frequentemente importante ao “emprego das formas”. O que se entende por isso é um conjunto de regras fixando as condições sintáticas nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis. Estas regras de emprego são articuladas a regras de formação indicadas antecipadamente, de maneira a estabelecer uma certa correlação entre as variações morfológicas e as latitudes combinatórias dos signos (acordo, seleção mútua, preposições e regimes dos nomes e dos verbos, lugar e ordem, etc.). Como as escolhas estão limitadas de uma parte e de outra, parece que se obtém assim um inventário que poderia ser, teoricamente, exaustivo, dos empregos como das formas, e em consequência uma imagem pelo menos aproximativa da língua em emprego. [...] As condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua. São, em realidade, dois mundos diferentes, e pode ser útil insistir nesta diferença, a qual implica uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar.

Assim, embora reconheça a importância de estudos dirigidos ao emprego da forma linguística, é justamente a proposição do emprego da língua que passa a ser objeto de interesse de Émile Benveniste. Na verdade, quando analisamos a enunciação como língua em emprego, surge uma concepção de língua que jorra, flui, extrapola o universo previsível das possibilidades linguísticas *a priori*, ainda que esses usos correspondam a uma organização morfossintática; ao contrário, quando levamos em conta o emprego da forma, toda a língua passa a estar contida em um modelo predeterminado, incapaz de recriar a si mesmo e de produzir diferença. Para o linguista,

[...] o emprego das formas, parte necessária de toda descrição, tem dado lugar a um grande número de modelos, tão variados quanto os tipos linguísticos dos quais eles procedem. A diversidade das estruturas linguísticas, tanto quanto sabemos analisá-las, não se deixa reduzir a um pequeno número de modelos, que compreendem sempre e somente os elementos fundamentais. Ao menos dispomos assim de certas representações muito precisas, construídas por meio de uma técnica comprovada (BENVENISTE, 2006, p. 81-82).

O emprego da língua, por sua vez, consiste em um mecanismo que toma a língua inteira de uma vez só:

[...] coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido (BENVENISTE, 2006, p. 82).

Assim, a concepção de língua em uso possui uma tendência para aquilo que é universal, visto que se trata do emprego de qualquer língua em qualquer tempo/espaço, ao passo que o emprego das formas está associado aos usos particulares e aos modelos linguísticos apreendidos a partir desses usos. São, em suma, pontos de vista distintos sobre a língua e seu funcionamento: de um lado, temos o modelo repetido de determinadas estruturas constantes, geralmente de natureza morfossintática; de outro, encontramos infinitas possibilidades de combinação e recombinação de enunciados, cada vez únicos devido ao ato singular de atualização da língua – isto é, à própria atividade enunciativa.

Desse modo, faz-se necessário realizar um pequeno “ajuste de contas”: se a enunciação pressupõe um uso sempre novo e inédito da língua, como poderia caber em um manual? Se as palavras podem se organizar e reorganizar uma quantidade indefinida de vezes dentro do sistema linguístico – e mais ainda, se, ainda que contenha o mesmo enunciado, cada enunciação é distinta –, o que seria estável e homogêneo dentro da língua? Qual mecanismo linguístico assegura a coesão mínima necessária para que possamos nos comunicar?

É evidente a necessidade de algum mecanismo, algum *aparelho*, por assim dizer, capaz de situar todo e qualquer falante de toda e qualquer língua em todo e qualquer tempo e espaço. Há, portanto, algo universal que, em qualquer língua, possibilita ao falante se instanciar no universo linguístico, propondo-se como sujeito e participando da vida social – que só existe, tal qual a conhecemos, porque há linguagem e porque há, na linguagem, uma parte verbal, conhecida por *língua*. Esse mecanismo, esse *aparelho* que nos possibilita manejar de forma adequada a língua, não é um compêndio estruturalista nem um manual de usos morfossintáticos da língua; esse aparato mínimo universal consiste justamente nas categorias de linguagem próprias da enunciação: as categorias de pessoa, tempo e espaço.

Benveniste (2006, p. 82) oferece-nos, assim, uma definição tanto formal quanto sintética para compreendermos a enunciação, conceituando-a como “[...] este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Ressaltamos que, embora esse ato seja realizado por um indivíduo, não é um ato puramente individual, pois pressupõe outro indivíduo (o *tu*) em sua alocação. Há, ainda, uma segunda definição de enunciação atrelada ao uso individual da língua: “[...] a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (BENVENISTE, 2006, p. 83).

De toda forma, não podemos perder de vista a ideia de que a enunciação é um *ato*, e esse estatuto actancial é fundamental para Émile Benveniste. Igualmente, precisamos lembrar que a enunciação é uma conversão, a conversão da língua em discurso. Há, portanto, uma transição, uma ponte entre mundos: a língua deixa de ser sistema virtual e passa a ser ato manifesto.

Assim, são oportunas estas considerações de Benveniste (2006, p. 82, grifo do autor):

[...] o discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a “fala”? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação.

Julgamos relevante alertar, uma vez mais, que a terminologia em Émile Benveniste pode ser considerada difusa – e há vários trabalhos, tais como o de Flores (2013) e o de Ono (2007), que nos orientam nesse sentido. Especificamente no trecho supracitado, precisamos atentar para duas situações: a) a inter-relação entre os termos *discurso-enunciação-fala* e b) a língua proposta como instrumento do locutor. No primeiro caso, temos uma distinção entre *discurso* (tomado como *enunciado*), *fala* (compreendida como a realização individual da língua) e a enunciação propriamente dita – esta, sim, o ato individual e intersubjetivo de atualização da língua.

Já no segundo caso, é necessário entender que o *locutor* em questão não fará sua passagem a *sujeito*, tendo em vista que um termo corresponde ao outro nessa situação (é o sujeito que mobiliza a língua e a converte em discurso). Além disso, devemos observar que a língua não é um mero instrumento (conforme adverte Benveniste no artigo intitulado *Da subjetividade na linguagem*), embora disponha de um *aparelho* para ser posta em movimento. Nessa conjuntura, Aresi (2012) chama atenção para o fato de que a terminologia de *O*

aparelho formal da enunciação, destinado a linguistas, difere muito daquela utilizada em *Da subjetividade na linguagem*, texto publicado em uma revista de Psicologia.

Émile Benveniste, após debater a relação entre fala, discurso e enunciação, passa, então, à análise da enunciação sob diferentes perspectivas, considerando, primeiramente, a realização vocal da língua. Apesar de ser um fenômeno imediatamente perceptível nos atos individuais de uso da língua, a realização vocal não é o aparelho formal que permite à língua jorrar em discurso:

[...] cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe. Estas diferenças dizem respeito à diversidade das situações nas quais a enunciação é produzida (BENVENISTE, 2006, p. 82-83).

Há, ainda, uma segunda abordagem possível; essa abordagem diz respeito à semantização da língua, isto é, ao sentido que é formado nas palavras:

[...] aqui a questão – muito difícil e pouco estudada – é ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância (BENVENISTE, 2006, p. 83, grifo do autor).

Por fim, Benveniste introduz uma terceira abordagem possível, que consiste na proposição de um quadro formal para a enunciação – essa abordagem consiste no objeto central da discussão proposta nesse texto. Dessa maneira,

[...] pode-se, enfim, considerar uma outra abordagem, que consistiria em definir a enunciação no quadro formal de sua realização. É o objeto próprio destas páginas. Tentaremos esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza. Estes caracteres são, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido (BENVENISTE, 2006, p. 83).

A enunciação, compreendida como ato, requer um agente: alguém precisa, em algum momento e em algum espaço, realizar esse ato. Assim, temos o locutor – terminologia adotada por Émile Benveniste, sem se opor a *sujeito* nesse texto em questão – como elemento primeiro para a proposição de um quadro formal.

Nas palavras de Benveniste (2006, p. 83), para a proposição da enunciação, vamos considerar “[...] o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização. O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação”. O *locutor* instanciado na língua

pode ser compreendido como a categoria de pessoa: é a pessoa que se instaura na língua e a assume por inteiro, atualizando-a em discurso por meio de atos (parcialmente) individuais.

Dessa maneira, Émile Benveniste (2006, p. 83-84) explica que,

[...] antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.

Nesse sentido, percebemos que a enunciação opera uma cisão no universo linguístico; antes dela, há apenas a virtualização de um sistema linguístico, isto é, a possibilidade de a língua vir a ser língua. É na enunciação, portanto, que a língua deixa de operar na virtualidade partilhada coletivamente (língua enquanto sistema) e passa a integrar o universo dos acontecimentos, situada histórica e socialmente. É somente nesse momento, no ato enunciativo, que a língua se torna língua de fato, compartilhada entre interlocutores no interior de dado local em determinada época.

De forma bastante incisiva, podemos afirmar que só existe língua de fato na atividade enunciativa; fora disso, há prospecção, possibilidade de língua – abstração genérica de usos particularizados. A enunciação, portanto, pode ser considerada uma forma de ação humana no mundo, pois existem atos que são linguísticos em sua natureza:

[...] cada enunciação é um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se-nos, não como um instrumento de reflexão mas como um modo de ação (BENVENISTE, 2006, p. 90).

Esse ato enunciativo, por sua vez, requer que o locutor se aproprie da língua, tomando-a inteira para si por meio da categoria de pessoa. A esse respeito, o linguista afirma que,

[...] enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário (BENVENISTE, 2006, p. 84).

Precisamos, pois, situar os termos da enunciação no quadro formal que estabelecem:

[...] é primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação eu-tu) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo eu denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo tu, o indivíduo que aí está presente como alocutário. Da mesma natureza e se relacionando à mesma estrutura de enunciação são os numerosos índices de ostensão (tipo este, aqui, etc.), termos que implicam um gesto

que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo. As formas denominadas tradicionalmente “pronomes pessoais”, “demonstrativos”, aparecem agora como uma classe de “indivíduos linguísticos”, de forma que enviam sempre e somente a “indivíduos”, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos. Ora, o estatuto destes “indivíduos linguísticos” se deve ao fato de que eles nascem de uma enunciação, de que são produzidos por este acontecimento individual e, se se pode dizer, “semel-natif”. Eles são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo (BENVENISTE, 2006, p. 84-85, grifo do autor).

Dessa forma, podemos entender que a enunciação é, por excelência, uma relação estabelecida no mundo – seja a relação do homem com a língua, seja a relação do homem com o universo simbólico ou, no intercâmbio comunicativo, a relação de um homem com outro homem por meio do exercício da fala. Assim, consideramos que,

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. Estas condições iniciais vão reger todo o mecanismo da referência no processo de enunciação, criando uma situação muito singular e da qual ainda não se tomou a necessária consciência. O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação (BENVENISTE, 2006, p. 84).

A partir disso, gostaríamos de destacar três questões: a) a enunciação introduz aquele que fala em sua fala; b) a referência é manifesta no interior de cada enunciação; e c) há formas específicas que colocam o locutor em relação constante e necessária com a sua enunciação. Sobre o primeiro item, faz-se necessário ressaltar que introduzir o locutor em sua fala significa realizar um ato intermediário, isto é, conectar aquele que fala à sua fala propriamente dita. Assim, a noção de pessoa – seja explícita, sobretudo por meio do pronome, seja implícita – ocupa um local intermediário: não é a pessoa física no mundo nem o enunciado expresso pelo locutor.

Em relação ao segundo item, faz-se importante sublinhar que a referência contida na enunciação não é uma referência extralinguística (o bípede, o corpo que fala), mas também não consiste em uma referência intralinguística como os substantivos, por exemplo. Embora seja impossível discordar da proposição de que *eu* está na língua, é necessário admitir que não se instaura na língua da mesma forma que um substantivo o faz (*vaca* e *cadeira*, por exemplo), visto que *eu* ocupa uma posição específica, sui-referencial. Essa posição única se situa no limiar entre o externo e o interno: mesmo não sendo extralinguística, não podemos

deixar de admitir que faz referência a uma situação no mundo. É o elo, por assim dizer, entre o homem que fala e a língua que esse homem fala.

Além disso, acerca do terceiro ponto de discussão, devemos destacar que *eu* constitui o centro de referência da enunciação porque é sempre a partir de *eu* que falamos. Isso não implica uma perspectiva egocêntrica de linguagem, já que *eu* sempre se refere a *tu*. Por outro lado, precisamos admitir que é somente enquanto *eu* que posso experienciar o mundo: nos é vedada a hipótese de acessar a realidade a partir de outra perspectiva que não a nossa.

A linguagem é impositiva nesse sentido: só eu posso ser *eu*, assim como posso apenas ser *eu*, sozinho em minha perspectiva. Somente no encontro com o outro passo a ser *tu*. A noção de pessoa, por ser discursiva, é inversível e móvel; o falante, por sua vez, não o é: sou o *tu* para os outros, mas, para mim mesmo, sempre hei de ser *eu*, sempre falarei a partir de *mim*. Dessa forma, o *eu* consiste no centro de referência da enunciação.

Assim, a enunciação é um fluxo contínuo, que jamais cessa, que está sempre em vias de se atualizar; não escapamos da língua, não fugimos de sua imposição: somos obrigados, pela nossa própria natureza (a de seres de linguagem), a falar e a ouvir incessantemente. Estamos condenados à linguagem, por assim dizer: é impossível nos exirmos da comunicação e da relação com o outro. Estar na linguagem significa, dessa maneira, estar com o outro, estar para o outro; é no encontro com o outro que ocorre a enunciação e que formamos nossa intersubjetividade.

Já a respeito da categoria de tempo, por sua vez, Émile Benveniste (2006, p. 85-86, grifo do autor) evidencia como necessitamos realizar uma análise mais profunda

[...] das formas temporais, que se determinam em relação a EGO, centro da enunciação. Os “tempos” verbais cuja forma axial, o “presente”, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário [...] Esta relação com o tempo merece que aí nos detenhamos, que meditemos sobre sua necessidade, e que interroguemos sobre o que a fundamenta. Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. Poder-se-ia mostrar pelas análises de sistemas temporais em diversas línguas a posição central do presente. O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo”; continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais.

Dessa maneira, o tempo da enunciação, conforme já observamos, é sempre o presente; esse presente, vale ressaltar, é o próprio presente do ser. Não existo fora das categorias de tempo, pessoa e espaço; logo, não existo fora da linguagem. Assim, concluímos, por um lado, que o presente consiste na medida temporal por excelência da enunciação – que é sempre atual e contemporânea – e, por outro, que o tempo do ser, assim como o tempo da enunciação, é o presente. Somente no presente, somente no *agora*, existimos: esse é o eixo que separa nossa existência entre o que já foi e o que está por vir. Nada pode estar fora desse presente axial: é do presente que partimos, seja em direção ao passado, seja em direção ao futuro: nosso tempo é hoje.

A noção de presente enquanto tempo da presença, dentro da perspectiva de Émile Benveniste, parece-nos, uma vez mais, remeter ao pensamento oriental. Arthur Schopenhauer, filósofo alemão influenciado pela tradição budista (ÑĀṆĀJĪVAKO, 2008), no ensaio *O vazio da existência*, afirma que “[...] esse vazio encontra sua expressão em toda forma de existência, na infinitude do tempo e espaço em oposição à finitude do indivíduo em ambos; no fugaz presente como a única forma de existência real”, e, dessa forma, “[...] toda a nossa existência é fundamentada tão-somente no presente, no fugaz presente” (SCHOPENHAUER, 2014, p. 2).

Ora, é notável a semelhança entre o pensamento de Schopenhauer e a perspectiva de Benveniste sobre o tempo: o tempo é infinito (o tempo *físico*, como Benveniste o nomearia), mas nossa existência está delimitada no tempo finito (no tempo *crônico*, conforme Benveniste); a única maneira de existência está no presente, pois é o único tempo que abriga a existência (por meio do tempo *linguístico*, para Benveniste). O presente na linguagem constitui, assim, um eixo em torno do qual se configuram nossos conceitos de passado e de futuro.

Ainda no que concerne ao cotejo entre a reflexão enunciativa de Émile Benveniste e o pensamento oriental, é interessante observarmos como o pensamento de Osho sobre a verdade se articula por meio dos signos vazios, valendo-se justamente das categorias de pessoa, tempo e espaço:

[...] e a verdade está aqui, enquanto a mentira empurra a pessoa para ir até lá. E a verdade é agora, enquanto a mentira diz ‘depois’ e ‘lá’. A mentira sempre fala do passado ou do futuro, nunca do presente. E a verdade é o presente. Neste exato momento. É aqui e agora... (OSHO, 2015, p. 30, grifo do autor).

Osho (2015) afirma que a verdade está aqui e agora: a verdade, ele ensina, é o presente. Percebemos, assim, que a verdade se instaura nas categorias de tempo e de espaço: a

verdade está no presente (tempo), assim como está na presença (espaço). A verdade, na perspectiva de Osho, assemelha-se à existência no prisma de Schopenhauer; Émile Benveniste, por sua vez, situa a enunciação como o tempo presente – como o espaço da presença.

Para encerrar o paralelismo entre Benveniste e a tradição oriental – em especial o budismo –, gostaríamos de expor a reflexão de Dalai Lama a respeito do conceito de tempo:

[...] verificamos que a expressão ‘momento presente’ é apenas um rótulo que indica a interface entre os tempos ‘passado’ e ‘futuro’. Não podemos na realidade localizar com precisão o presente. O passado está apenas uma fração de segundo antes do suposto momento presente; apenas uma fração de segundo depois está o futuro. No entanto, se dissermos que o momento presente é ‘agora’, assim que acabarmos de pronunciar esta palavra ele já estará no passado. Se sustentássemos que, mesmo assim, deve haver um único momento indivisível pelo passado ou pelo futuro, não haveria nenhuma razão para separarmos presente, passado e futuro. Se houvesse um único momento indivisível, só teríamos o presente. Sem o conceito do presente, porém, fica difícil falar de passado e futuro já que ambos sem dúvida dependem do presente. Além do mais, se nossa análise nos fizesse concluir que então o presente não existe, teríamos de negar não só uma convenção mundial, como também a nossa própria experiência. De fato, quando começamos a analisar nossa experiência com relação ao tempo, vemos que o passado desaparece e o futuro ainda está para chegar. Experimentamos apenas o presente. E o presente só toma forma como dependente do passado e do futuro (DALAI LAMA, 2000, p. 35-36, grifo do autor).

Nas palavras de Dalai Lama, o presente ocupa uma posição axial em relação tanto ao passado quanto ao futuro; dissociá-los totalmente não é possível, visto que estão em relação. Não há como, portanto, delimitar precisamente o presente: ele se divide entre a ordem do que está por vir e do que já aconteceu. Contudo, é apenas o tempo presente que experimentamos e é, conseqüentemente, sempre a partir dele que nos situamos. O presente ao qual Dalai Lama faz referência, na verdade, é uma leitura budista para aquilo que Benveniste entende como o presente linguístico – isto é, o tempo da enunciação. O presente, eterno e efêmero, situa a partir de si o passado e o futuro.

Chama nossa atenção em particular que, mais uma vez, o tempo é um objeto de análise que obtém destaque nas reflexões benvenistianas – diferentemente do conceito de espaço. Entretanto, ambos os conceitos: a) estão sempre manifestos na enunciação, b) integram o grupo de categorias necessárias para que haja a enunciação (tempo, pessoa e espaço), c) são irreduzíveis e inerentes à língua, d) são segmentáveis dentro do sistema linguístico e e) se implicam mutuamente.

A respeito da tríade tempo-espaço-pessoa, Benveniste (2006, p. 86, grifo do autor) afirma:

[...] a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência. Porque eles não poderiam surgir nem ser empregados no uso cognitivo da língua. É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de “indivíduos” que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor. Por exemplo: o ‘eu’, o ‘aquele’, o ‘amanhã’ da descrição gramatical não são senão os ‘nomes’ metalinguísticos de eu, aquele, amanhã produzidos na enunciação.

Desse modo, consideramos que as categorias de pessoa, tempo e espaço atuam como uma perspectiva intermediária entre o *eu* e a relação que este estabelece com o mundo. Para que isso ocorra, é necessário que, em todas as línguas, haja o compartilhamento dessas categorias universais, que permitem nosso acesso ao mundo. Essas categorias, nas palavras de Émile Benveniste, correspondem ao que chamamos de aparelho formal da enunciação:

[...] o que em geral caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo. Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o quadro figurativo da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do diálogo. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação (BENVENISTE, 2006, p. 86, grifo do autor).

Essas duas figuras, observamos, situam-se no eixo tempo-espaço, embora Benveniste não o mencione especificamente no trecho supracitado. Todavia, gostaríamos de ressaltar outro aspecto dessa citação: Benveniste afirma que o *tu* ao qual *eu* faz referência pode ser individual ou coletivo, real ou imaginado; assim, mesmo um *tu* puramente hipotético, fruto de um esforço de imaginação, pode ser concebido também como uma figura da cena enunciativa. Em outros termos, mesmo quando “falamos” sozinhos, no interior de nossa mente, estamos nos dirigindo a um *tu* imaginário, projetado, que não se converte em *eu*, embora possa se supor essa conversão. Ademais, um último aspecto que consideramos importante evidenciar é a cisão que Benveniste faz entre enunciação escrita e enunciação falada, ainda que não desenvolva os fundamentos nem delimite o alcance dessa discussão.

Por fim, o linguista encerra sua discussão indicando possíveis desdobramentos oriundos da enunciação:

[...] muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da “oralidade”. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui (BENVENISTE, 2006, p. 90, grifo do autor).

Esperamos, dessa forma, ter elaborado uma leitura de conjunto capaz de evidenciar os principais operadores teóricos da reflexão enunciativa de Émile Benveniste e de estabelecer nosso ponto de vista para a compreensão desse tema. Além disso, acreditamos que nossa leitura tenha oferecido indícios de como compreendemos a relação entre a Teoria da Enunciação e a proposição de uma semiologia da língua em Benveniste: existe, entre elas, um aparato comum, intermediário das relações entre a língua e o homem.

3.7 SÍNTESE

A reflexão sobre os pronomes está associada não apenas à enunciação, mas também à concepção e à proposta de semiologia feita por Émile Benveniste. Conforme demonstraremos no próximo capítulo, a própria elaboração teórica sobre os pronomes ocorre por meio de uma operação de interpretância da língua, ainda que tal operação não tenha sido explicitada formalmente pelo linguista.

É evidente que o alcance teórico de Émile Benveniste, devido à sua vasta produção e ao seu interesse multitemático, extrapola o escopo de nossas proposições. Contudo, as reflexões sobre enunciação e semiologia são referendadas pelo universo acadêmico em nosso país.

Muitos de nós – possivelmente todos – conhecemos o trabalho de Émile Benveniste por meio de sua discussão sobre os pronomes. Podemos considerar que, se a discussão em torno da enunciação é a porta de entrada para o pensamento de Benveniste no Brasil, a reflexão semiológica costuma ocupar o lugar imediatamente posterior, servindo como um espaço para desenvolver e aprofundar as pesquisas sobre o pensamento benvenistiano.

Os textos que selecionamos neste capítulo integram o escopo de proposições que permitiram a formulação *a posteriori* de uma teoria da enunciação a partir do pensamento de Benveniste. Essa discussão evidencia como os pronomes são uma categoria especial na língua, pois, além de sua universalidade, permitem ao homem se instanciar no discurso.

Especificamente em relação à Teoria da Enunciação e seus textos fundantes, observamos que é a noção de pessoa, e não os pronomes, que situa o homem na língua; essa noção, por sua vez, está sempre articulada com os eixos temporal e espacial, compondo o conjunto dos signos vazios. Em Benveniste, a pessoa é um fundamento linguístico marcado pela *sui-referência* e pela *inversibilidade*.

Além disso, percebemos como os signos vazios – com especial interesse nas categorias de tempo e espaço – atuam como signos móveis: por um lado, encontram-se vazios

e, por outro, são preenchidos a todo o momento pelo falante. Dentro da proposição teórica de Émile Benveniste, esses signos vazios são essenciais para que haja a conversão da língua em discurso, tendo em vista que é somente se apropriando das categorias vazias que o locutor passa a se propor como sujeito e ingressa na dimensão singular do discurso.

Essa dimensão única do discurso requer quatro elementos: *eu-tu-aqui-agora*. No pensamento benvenistiano, esses quatro elementos se relacionam em uma tríade, tendo em vista que *eu* e *tu* integram uma mesma categoria: pessoa, tempo e espaço. Essa tríade remete e sustenta a si mesma, de forma que é impossível um desses termos existir sem implicar mutuamente os outros dois, criando, assim, um *looping* de categorias contínuas e inseparáveis.

Tal triangulação teórica, no nosso entendimento, corresponde ao modelo triádico *ad aeternum* iniciado pelo artista sueco Oscar Reutersvärd e, posteriormente, popularizado por meio dos trabalhos do psiquiatra Lionel Penrose e de seu filho, o físico, matemático e filósofo Roger Penrose. Nesse triângulo, também conhecido como *tribarra*, que remonta e evoca a si mesmo continuamente, vemos representada a indissociabilidade triádica (Figura 3).

Figura 3 – O segundo triângulo: o triângulo de Penrose



Fonte: <http://www.physics.montana.edu/>.

Além disso, esse modelo evidencia a importância da leitura de conjunto e da integração das partes no todo, visto que é somente na relação entre os vértices que a composição do todo pode ser observada. Quando se olha para apenas um vértice do triângulo, seu efeito de continuidade se perde, por ser considerado uma forma geométrica impossível: é somente na relação dos vértices, posicionados em um ângulo específico, que o triângulo pode ser observado como um elemento orgânico e coeso. Caso contrário, enxergaríamos apenas três linhas desconexas, aparentemente sem relações de quaisquer espécies.

Especialmente no que tange ao pensamento de Émile Benveniste, consideramos que a relação entre tempo, espaço e pessoa é integrativa e inexorável, uma vez que são os termos necessários e suficientes para que se estabeleça a enunciação. Dessa maneira, quando tomamos esses três termos em conjunto, temos uma proposição teórica sistêmica, que consiste, em termos gerais, na própria Teoria da Enunciação. O preciso alinhamento entre pessoa, tempo e espaço é absolutamente necessário para que o “triângulo” teórico da enunciação se componha, isto é, se estabeleça no mundo e permita ao indivíduo tornar-se sujeito, experimentando sua subjetividade junto ao outro, tornando-se, portanto, sujeito intersubjetivo, *eu* que evoca *tu*.

Por outro lado, embora sejam as categorias suficientes e necessárias para que se estabeleça a enunciação, não podemos dizer que, tomados separadamente, de forma isolada, essas categorias remeteriam à enunciação. Em síntese, não é a noção de pessoa – nem a de tempo, nem a de espaço – que constitui a enunciação e permite a entrada do homem na língua: não são as categorias em si, mas justamente a relação contínua que estabelecem que permitem a enunciação.

Desse modo, compreendemos que a enunciação constitui um sistema em que cada parte é essencial para a composição do todo. Assim, concluímos que essa tríade corresponde a um axioma teórico indissolúvel no pensamento de Émile Benveniste. Todavia, também é preciso ressaltar que essa tríade – que corresponde justamente ao modelo dialético da *aufhebung* hegeliana – também pode representar as três pessoas da enunciação: a pessoa subjetiva, a pessoa não subjetiva e a não pessoa. De toda forma, acreditamos que a imagem triádica se (re)apresente de inúmeras maneiras no pensamento de Benveniste.

Essa tríade, contudo, alude a uma figura em movimento, eternamente ressignificando e retornando a si mesma. E assim são as reflexões teóricas benvenistianas: continuamente ativas e plenamente em movimento, nascendo e renascendo a todo instante. Esse fluxo teórico no pensamento de Benveniste – que ainda estamos compreendendo, quase meio século após sua morte – corresponde à dinamicidade de seus textos, que, em poucas páginas, provocaram – e ainda não de suscitar – inúmeras pesquisas e reflexões sobre a relação inerente entre homem e linguagem.

4 DA ENUNCIÇÃO À INTERPRETÂNCIA: OS SIGNOS VAZIOS

Este capítulo procura evidenciar como os signos vazios são operantes tanto na reflexão que Émile Benveniste faz a partir dos pronomes quanto na proposição semiológica de uma interpretação da língua. Na verdade, a noção benvenistiana de intersubjetividade também está associada aos signos vazios, porque tais signos permitiram a Benveniste propor categorias intermediárias, capazes de *unir* o homem à língua, de torná-lo sujeito e de possibilitar o acesso a outro homem. A língua é, assim, a síntese dialética para a relação de oposição que o *eu* estabelece com o *não eu*.

Ressaltamos que, embora sejamos seres de linguagem e acreditemos que esta não é um instrumento – mas sim um elemento constituinte daquilo que chamamos de *natureza humana* –, não nascemos apropriados de uma língua particular. Essa apropriação é um processo que ocorrerá nos primeiros anos da infância – e “[...] os pronomes são umas das últimas aquisições da linguagem infantil e estão entre as primeiras perdas da afasia” (JAKOBSON, 1984, p. 311). Assim, os pronomes constituem, ao mesmo tempo, uma das últimas aquisições e uma das primeiras perdas linguísticas que marcam a trajetória humana. Há, enfim, evidências suficientes para considerarmos que os pronomes, em especial os pessoais, são uma categoria distinta dentro do sistema linguístico.

Além dos pronomes – que comportam a instância da pessoa na língua –, o pensamento de Benveniste está direcionado para as categorias de tempo e espaço, que, em conjunto, formam a tríade dos signos vazios da língua. São esses signos que operam tanto na Teoria da Enunciação quanto na Semiologia da Língua, entendidas como proposições epistemológicas de Émile Benveniste. Ademais, esse sistema sógnico específico possui desdobramentos éticos, pois coloca em constante relação dois indivíduos, que passam imediata e eternamente a marcar a trajetória um do outro: quando *eu* se dirige a *tu*, há um encontro, um encontro caracterizado pela partilha do tempo e do espaço.

Entretanto, gostaríamos de iniciar nossa análise evocando uma nova tripartição, apresentada nas três subdivisões que integram este capítulo: 1) a transição entre o geral e o particular, 2) os desdobramentos éticos dos signos vazios e 3) os signos vazios como elo teórico entre a Teoria da Enunciação e a Semiologia da Língua. Cada subcapítulo é um diferente percurso (ponto de chegada) de nossa incursão pelo pensamento benvenistiano, resgatando os elos teóricos que integram e compõem sua obra.

4.1 A TRANSIÇÃO ENTRE O GERAL E O PARTICULAR

A transição entre o geral e o particular, tema constante no debate em torno da obra de Émile Benveniste, é essencial para propormos uma unificação de (partes do) seu pensamento. Em termos gerais, essa discussão não só integra diferentes textos de Benveniste – não raro, textos de épocas e temáticas diferentes –, como também é, por definição, uma maneira de interrogar a língua. Tal interrogação ocorre, contudo, por meio de uma articulação entre pontos de vista diferentes, originando as conclusões e os princípios gerais propostos por Benveniste.

Compreendemos essa transição entre perspectivas opostas – que chegam a uma síntese – como uma forma de interrogar a língua que sofreu alguma influência (não sabemos precisar quanto) do pensamento dialético. Além disso, a transição entre o geral e o específico pode ser entendida como uma herança de Saussure, que operou uma cisão teórica entre *langue* (geral) e *parole* (específico); nesse sentido, Benveniste realiza novamente uma ultrapassagem conservadora em relação a Saussure, resgatando a noção de *aufhebung* como o ponto de encontro entre o saber derivado e o saber original. Nesse sentido, mostra-se interessante a consideração de que

[...] é a partir de comparações [...] que eu me permito ver em Benveniste um hegeliano infeliz, infelicidade da qual devemos nos alegrar já que ela impeliu a voltar sem cessar a esta língua que escapa a uma descrição integral, bem como a uma explicação funcional (NORMAND, 1996, p. 137).

No caso de Émile Benveniste, estamos convencidos de que há, senão uma perspectiva dialética formal, pelo menos uma reverberação do pensamento dialético. Da relação dialética entre o geral e o específico é que nascem os princípios teóricos e as sínteses benvenistianas, que se tornam axiomas para novas proposições de natureza também dialética e constituem, portanto, novos desdobramentos teóricos a partir de uma premissa inicial.

Todavia, são necessárias três observações, embasadas nos trabalhos de Konder (2017) e Cirne Lima e Soares (2005), a respeito da tessitura dialética em Benveniste: a) a influência dialética que há em Benveniste corresponde invariavelmente à ideia de supressão (*aufhebung*), pois o linguista conserva os saberes originários dialéticos, embora os ultrapasse no horizonte teórico; b) essa dialética existente em Benveniste parte de bases gerais (axiomas) e de casos particulares para derivar suas conclusões, tratando-se, portanto, de uma dialética ascendente; c) a dialética não pode ser confundida com bipartições, dicotomias, entre outros conceitos binários – que separam a realidade em duas faces opostas –, pois a dialética implica

a síntese, terceiro elemento cuja função é atuar como unificador das proposições realizadas. Assim, a dialética estabelece, na verdade, uma relação trinitária, e não dual: a síntese, elemento final do raciocínio dialético, torna-se uma nova tese, que por sua vez estará remetida a uma antítese e, conseqüentemente, a outra síntese.

Esse paradoxo entre o específico e o geral, entretanto, é ilusório, visto que ignora aquilo que subsiste em todas as línguas, unificando-as sob a perspectiva universal do discurso – o elemento que permite nos instaurarmos enquanto seres de linguagem. A esse respeito, são relevantes as considerações de Laplantine (2012, p. 2, grifo do autor): “[...] o trabalho sobre ‘as línguas reais’, que Benveniste qualifica como ‘organismos empíricos, históricos’, é, de fato, para ele, ‘o único acesso possível’ à escritura de uma linguística geral [...] o particular é o geral, o geral é o particular” (tradução nossa).¹²

Essa travessia entre o estrito e o geral, isto é, entre a análise linguística específica e uma teoria geral sobre a linguagem, evidencia um operador teórico fundamental dentro do pensamento benvenistiano, operador que introduz a presença do homem na língua. Tal operador é, ao mesmo tempo, uma tautologia e um axioma para lermos Émile Benveniste: por um lado, é uma tautologia, visto que o homem é inseparável da língua e, portanto, é de certa forma redundante pensar o homem “e” a língua, como se fossem objetos teóricos precisamente separáveis; por outro, é um axioma, pois é a partir da premissa de que o homem está – sempre esteve e sempre estará – na língua que Benveniste elabora suas considerações sobre as línguas particulares e seus princípios teóricos gerais acerca da língua enquanto elemento universal.

As diferentes línguas, conforme bem observa Émile Benveniste, atuam por meio de um sistema comum, que situa o falante na língua e permite seu ingresso no universo discursivo; esse sistema, evidentemente, precisa ser simples e adaptável o suficiente para se reconfigurar no interior de qualquer língua particular. Dessa forma, é necessário que haja um mecanismo intermediário, ao mesmo tempo simples e complexo, para efetivar a relação entre a língua e o homem: é preciso uma conexão capaz de transformar o bípede em ser linguístico.

Esse mecanismo é imperativo para o exercício da atividade de fala, e, sem ele, permaneceríamos em uma posição inativa, que não articula nem enuncia. Assim, ainda que involuntariamente, está presente e emerge na atividade de todo falante de qualquer língua, pois o simples ato de utilizar a língua já implica necessariamente o sistema posto em uso.

¹² No original: “le travail sur « les langues réelles », que Benveniste qualifie d’« organismes empiriques, historiques », est en effet, pour lui, « le seul accès possible » à l’écriture d’une linguistique générale [...] Le particulier c’est le général, le général c’est le particulier”.

Mas o que seria, afinal de contas, o ponto de encontro que permite a transição entre o específico e o particular? Qual sistema pode, ao mesmo tempo, corresponder ao modelo geral (língua enquanto sistema) e a todos os modelos específicos (as diversas línguas particulares)? Como podemos, utilizando a língua (suas categorias, seus sintagmas, suas unidades), falar de tudo, inclusive da própria língua (suas categorias, seus sintagmas, suas unidades)?

Para respondermos essas perguntas – que já parecem estar respondidas –, citamos as palavras do filósofo Danny-Robert Dufour (2000, p. 69, grifo do autor):

[...] como sair de tantas línguas particulares que têm, cada uma, a pretensão de dizer a universalidade da língua, a não ser referindo-se à própria língua, mais exatamente ao que, na língua, é posto em jogo desde que ela é falada? Para pô-la em ato, é preciso utilizar um sistema específico, o sistema dos “pronomes pessoais”. Quando um sujeito fala, ele diz “eu” a um “tu”, a propósito d’ “ele”.

Portanto, a universalidade do sistema pronominal – compreendido não enquanto classe gramatical ou lexicológica, mas enquanto categoria da linguagem – é um ponto de encontro entre o geral da língua e o específico das línguas. A tríade *eu-tu-ele* é um elemento de transição, em suma, entre o particular e o universal.

Entretanto, gostaríamos de estender essa propriedade de conectar o geral e o específico aos signos vazios, compreendidos aqui como as categorias de pessoa, tempo e espaço, que permitem nosso acesso à língua. É necessário convir que não à toa os signos vazios efetuam essa transição, pois tomam o lugar de porta de entrada, de acesso possível, para compreendermos a instância do homem na língua. Nesse sentido, os signos vazios pertencem às “[...] expressões reflexivas, graças às quais (ou ‘pelas quais’) corpo e língua ligam-se instantaneamente num ponto incongruente e indissociável” (DUFOR, 2000, p. 41, grifo do autor).

Assim, podemos considerar que os signos vazios, em especial o sistema pronominal, consistem, na verdade, em um mecanismo linguístico paradoxal, visto que estão situados dentro da língua, mas, ao mesmo tempo, constituem o elemento que permite ao homem acessar a língua inteira, utilizando-a conforme sua necessidade. Portanto, além de permitir a transição entre o geral e o específico, os signos vazios são também responsáveis pela presença do homem na língua: é tomando o espaço vazio para mim que posso me situar na dimensão singular do discurso. Nesse sentido, é importante ressaltar que a categoria de pessoa, à qual tanto nos referimos, estabelece uma relação de codependência com as categorias de tempo e de espaço.

A noção de pessoa, em suma, é tanto uma categoria linguística quanto uma posição que assumimos na língua: ao nos apropriarmos do *eu*, apropriamo-nos da língua inteira. Da mesma forma, também é necessário destacar o que isso implica: sempre falamos a partir de nós mesmos, pois é sempre *eu* que se dirige a *tu*, invariavelmente, ainda que as formas *eu* e *tu* não se manifestem explicitamente nos enunciados. A pessoa em Benveniste é, desse modo: a) sistêmica, porque forma um conjunto organizado; b) holística, pois se manifesta em toda a língua e em qualquer enunciado; c) dinâmica, dada sua inversibilidade; e d) irrepetível, visto sua unicidade.

A noção de tempo em Benveniste também é autorreferencial, considerando que o tempo da língua é sempre o tempo presente, eixo a partir do qual passado e futuro se determinam. O espaço, por sua vez, corresponde à copresença do *eu* e do *tu*, ou seja, à possibilidade de encontro entre os interlocutores. Contudo, embora se debruce sobre a noção de tempo, pouco sabemos explicitamente como Benveniste concebe o espaço. A esse respeito, Fiorin (1996, p. 257) afirma que

[...] das três categorias da enunciação a menos estudada tem sido o espaço. Benveniste, o iniciador da moderna Teoria da Enunciação, diz que a enunciação é a instância do *ego-hic-nunc*, estuda detidamente as categorias de pessoa e de tempo em *Problèmes de linguistique générale I et II*, mas dedica sempre poucas linhas à questão do espaço.

Assim como a noção de tempo está internamente subdividida (tempo físico, tempo linguístico e tempo crônico), o espaço também pode ser segmentado e manifesto como uma categoria bipartida: há o espaço linguístico e o espaço tópico. O primeiro

[...] ordena-se a partir do *hic*, ou seja, do lugar do ego. Todos os objetos são assim localizados, sem que tenha importância seu lugar no mundo, pois aquele que os situa se coloca como centro e ponto de referência da localização. [...] É reinventado cada vez que alguém toma a palavra, porque, em cada ato enunciativo, temos um espaço novo, ainda não habitado por ninguém. O *aqui* é o fundamento das oposições espaciais da língua. Esse *aqui*, que se desloca ao longo do discurso, permanecendo sempre *aqui*, constitui os espaços do *não-aqui*. Chega-se, assim, à constatação de que o único espaço inerente à linguagem é o espaço axial do discurso, que é sempre implícito. Ele é que determina os outros. O espaço linguístico é o do *eu*, mas, quando falo, meu interlocutor aceita-o como seu. Quando ele se transforma em enunciativo, sua espacialidade converte-se na minha) (FIORIN, 1996, p. 262-263).

Por sua vez, o espaço tópico corresponde a um elemento externo e encontra no tempo crônico uma correlação: ambos situam o falante em determinada posição no eixo das sucessões, seja antes ou depois – na dimensão temporal –, seja à frente, atrás, em cima ou embaixo – na dimensão espacial (FIORIN, 1996). De toda forma, percebemos que, embora sejam trabalhados de maneira distinta nos textos de Émile Benveniste, as categorias de tempo

e espaço são sui-reflexivas e necessárias à enunciação – e, conseqüentemente, à presença do homem na língua. Nesse sentido, tempo e espaço organizam-se em torno do *ego*, que se instaura na língua e, a partir disso, estabelece suas referências espaciais e temporais. Dessa forma, acreditamos que,

[...] como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do “sujeito”, tomado como ponto de referência. Assim, espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia. O *aqui* é o espaço do *eu* e o presente é o tempo em que coincidem o momento do evento descrito e o ato de enunciação que o descreve. A partir desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais (FIORIN, 1996, p. 42, grifo do autor).

Assim, embora não obtenha maior destaque no texto benvenistiano, a noção de espaço é absolutamente fundamental no seu escopo teórico e constitui um elemento insubstituível para que se estabeleça a proposição enunciativa de Émile Benveniste. A esse respeito, Barboza (2013, p. 135) afirma que “[...] enunciar é ocupar espaço na língua-discurso. Dito de outro modo, para que se torne sujeito, é condição *sine qua non* que o locutor ocupe/conquiste seu espaço de enunciação. Tal espaço está disponível para todo e qualquer falante da língua”. Dessa forma, consideramos que a noção de espaço compõe, junto com o tempo e a pessoa, o conjunto de signos imprescindíveis para a Teoria da Enunciação, isto é, os signos vazios.

Os signos vazios, portanto, demarcam todo o universo linguístico: instauram a pessoa e, concomitantemente, a circunscrevem nas dimensões espacial e temporal. Esse universo linguístico, sui-reflexivo é, a cada vez, recriado na situação de fala entre os interlocutores. Assim, a dinâmica da tríade pessoa-espaço-tempo é mutável e evanescente, pois existe apenas na própria instância de discurso que a contém. São esses os signos que, ao mesmo tempo, correspondem ao universal da língua e se manifestam em todas as línguas particulares.

Dessa maneira, compreendemos que os signos vazios, presentes tanto na reflexão enunciativa quanto na proposição semiológica de Émile Benveniste, realizam a transição entre o geral e o específico, pois são o ponto de encontro, o elemento universal, que reúne e agrupa a diversidade das línguas. Assim, os signos vazios, além de unificarem aspectos aparentemente dissociados do pensamento benvenistiano, possuem uma grande força teórica, visto que possibilitam ao homem sua entrada na língua. Esses signos são, conseqüentemente, um mecanismo específico de interpretância da língua sobre si mesma e sintetizam a diversidade das línguas em um mesmo aparelho formal.

4.2 OS DESDOBRAMENTOS ÉTICOS DOS SIGNOS VAZIOS

Assim como é possível realizar desdobramentos e realocamentos teóricos no pensamento de Benveniste para tratarmos de questões de língua e linguagem, também acreditamos que seja possível tomar suas considerações sobre a linguagem – sobretudo os princípios gerais, de natureza mais universal – e, a partir disso, adentrar um debate cujo interesse seja a dimensão ética da linguagem e da nossa relação com o outro. Ao nos situarmos em uma perspectiva linguístico-discursiva, percebemos que a atividade linguística não é compatível com o critério de valor: todo mundo (e ninguém) ocupa o espaço vazio proporcionado pela categoria de pessoa. Não há, na perspectiva ética da língua que realizamos baseados em Émile Benveniste, qualquer limite ou barreira para o locutor se propor como sujeito: situamo-nos igualmente, na mesma condição, enquanto seres de linguagem, que se instanciam em virtude do outro.

Nesse sentido, todo falante necessita percorrer a mesma e única trajetória possível na língua: instanciar-se como *eu*, dirigir-se a *tu*, situar-se no *aqui* e no *agora*; mais que isso, na verdade, o *eu* precisa aceitar o outro, seu espaço de fala, sua instância de sujeito no mundo. Esse é um indício de uma perspectiva ética para a leitura de Émile Benveniste, tal como aponta Machado (2015, p. 18) quando afirma que “[...] a dimensão ética da linguagem em uso é constantemente ressaltada por Benveniste em seus textos, ao colocar em cena a responsabilização do sujeito em sua enunciação”. Dessa forma, é importante considerar que,

[...] em qualquer coisa que possa ser implicada pela noção de “ética”, certamente a reversibilidade das perspectivas que Benveniste aponta é um de seus elementos essenciais. E, na medida em que a ética envolve agir em relação aos outros, ela não apenas é possibilitada, mas mesmo requerida pela linguagem (LAMBEK, 2010, p. 106, tradução nossa).¹³

Dessa maneira, podemos afirmar que nossa relação com o outro é sempre permeada por aspectos éticos da linguagem; quando me instauro perante o outro, é que me constituo enquanto sujeito. Esse outro, na verdade, é quem permite me propor como *eu*. Quando me dirijo a um *tu*, preciso aceitar a condição ética de me instanciar junto ao alocutário, inverter meu papel e minha posição na linguagem e, conseqüentemente, participar de uma mesma realidade na e pela língua. Assim, a cena enunciativa é híbrida, pois requer esse

¹³ No original: “[...] whatever else may be entailed by the notion of ‘ethics’, surely the reversibility of perspectives that Benveniste points to is an essential element of it. And insofar as ethics involves acting with regard for others, it is something that is not only enabled by language but is positively required by it”.

entrecruzamento de sujeitos que se propõem alternadamente e compartilham um mesmo eixo tempo/espço.

A respeito das implicações éticas inerentes à linguagem, são oportunas as considerações de Larraburu-Dedouret (2010, p. 128, grifo do autor):

A relação na linguagem é ‘constante’, nem original nem resultante, e a partir dessa constância aparece o princípio poético da relação reversível, que funda uma ética. Émile Benveniste também estabelece a relação no *continuum* de uma historização e de uma semantização em que a linguagem, como relação, é fundada eticamente, antropologicamente e poeticamente de maneira indissociável (tradução nossa).¹⁴

Por *constante*, entendemos que a linguagem – no nosso caso, de forma mais específica, a língua – é sempre uma atividade contemporânea, que implica uma permanência dinâmica e fluída na vida social. Desse modo, não é *original*, porque não é causativa, nem *resultante*, pois tampouco é consequência: nós, enquanto seres discursivos, não apenas temos uma linguagem – nós somos uma linguagem.

E essa linguagem, que não é causa nem consequência, que não é instrumento nem canal, funda nossos valores éticos e nossa conduta ética perante o mundo. É dentro de uma realidade específica, uma realidade de linguagem, que aprendemos a atitude ética que conduzirá nossa trajetória enquanto indivíduos situados no coletivo. Acreditamos, assim, que não sou eu nem o outro: sou minha relação com o outro.

Em síntese: a ética em Benveniste corresponde ao espaço do *nós*: não um *eu* multiplicado, mas um *eu* associado, ampliado, relacionado. É no encontro com o não eu, com o outro, que minha existência emerge e me proponho enquanto sujeito: sujeito linguístico e sujeito ético. Nesse sentido, cabe mencionar as considerações de Neumann (2016, p. 37, tradução nossa): “[...] a linguagem, como constituinte do homem, da sociedade e das relações intersubjetivas, toca em seu caráter fundamental de ser ética e política”.¹⁵

A ética em Benveniste, podemos afirmar, configura uma relação intersubjetiva: há uma conexão de universos distintos que, adentrando as categorias vazias de tempo, pessoa e espaço, se conectam e passam a partilhar momentaneamente uma única realidade de linguagem. Assim, embora seja o contraste e a diferença entre o *eu* e o *não eu* que possibilite a particularidade da experiência subjetiva, a ética que se apresenta no texto benvenistiano é

¹⁴ No original: “La relation dans le langage est « constante », ni originelle, ni résultante et de cette constance apparait le principe poétique de la relation réversible, qui fonde une éthique. Aussi É. Benveniste établit-il la relation dans le continu d’une historicisation et d’une sémantisation où le langage comme relation se fonde éthiquement, anthropologiquement, poétiquement indissociablement”.

¹⁵ “No original: Le langage, en tant que constitutif de l’homme, de la société et des relations intersubjectives, touche son caractère fondamental d’être à la fois éthique et politique”.

baseada na integração e na unicidade. O *eu* não apenas remete ao outro, mas se constitui justamente por meio de sua presença: a presença daquele que não sou eu, mas para quem sou *tu*.

Dessa forma, podemos considerar que há, em Émile Benveniste, uma ética da relação: a relação entre dois sujeitos que compartilham o mesmo eixo tempo/espaço. Há, portanto, uma ética do *nós*, isto é, do encontro simultâneo de dois sujeitos instanciados no mundo por meio da língua, utilizando uma língua de acesso à própria língua para se encontrarem na dimensão discursiva. Esse ética do *nós* consiste em uma relação fecunda na Linguística, correspondente ao eterno e efêmero momento em que *minha* língua encontra a *tua*. Dessa forma,

[...] falar consiste, inicialmente, em trocar, antes de mais nada, a capacidade de utilizar o 'eu': os falantes encontram aí seu *gozo*: seu *gozo* próprio. E a natureza deste *gozo* é muito paradoxal: já que repousa na troca do uso do 'eu', este *gozo* é definido, imediata e constitutivamente, pela *partilha*. Falar – para dizer o que se quer, qualquer coisa, ou questionar o uso da fala – é, assim, fundar ipso facto um direito: falar é usar 'eu', e usar 'eu' é reconhecer-se mutuamente o direito à fala, a propósito do qual, evidentemente, ninguém pede contas (DUFOR, 2000, p. 77, grifo do autor).

Consideramos, assim, que, no encontro de línguas em que nos situamos, reconhecemos o outro como um sujeito de direitos não só linguísticos: a posição de fala, o direito à fala, é um reconhecimento ético do outro. Contudo, tal direito implica, obrigatoriamente, um dever: o dever da escuta. Para que *eu* fale, é necessário também que *tu* escute:

[...] se o outro soubesse por que ele fala, eu o saberia também. Mas o outro é como eu: ele pergunta isso a seu interlocutor, no caso a mim, que estou na mesma posição dele. Quando passamos nosso tempo reconhecendo-nos mutuamente o direito ao uso do 'eu', passamos nosso tempo reconhecendo-nos o uso de uma concha vazia, reconhecendo-nos nosso estado de perturbação. Esta perturbação brutal, violenta, inerente ao uso das formas unárias, precipita corpo e língua um sobre o outro. [...] nosso próprio *gozo*, como *direito*, está ligado, intimamente ligado a um *gozo* que implica a perda do sentido, isto é, a perturbação e a violência dos processos de corporificação (DUFOR, 2000, p. 78, grifo do autor).

Dirigir-me ao outro é, nessa perspectiva, um ato ético responsivo, que interpela o outro, adentra abruptamente seu espaço simbólico e lhe exige, ainda, uma resposta imediata. Quando convoco o outro a ser meu interlocutor, entro em seu universo, tomo-lhe a fala e a escuta, simultaneamente, e passo a me inscrever no seu conjunto identitário e constitutivo de relações. Mesmo quando não respondemos o outro, jamais podemos ocultar o impacto de sua

fala: falar é adentrar um universo oculto, ao qual não pertencço, e me instanciar eternamente como sujeito na vida do não eu. Assim, é preciso afirmar que

[...] meu alocutário pode, de todas as formas inimagináveis, contestar meus ditos, mas nada irá modificar, no entanto, o fato de que um ato foi executado desde que eu disse ‘eu’. Ao contrário, meu interlocutor terá reconhecido, pois terá sentido a necessidade, para contestar meus ditos, de afirmar que eu os proferi enquanto ‘eu’. Logo, ele terá precisado acreditar, de saída, no meu gozo íntimo. Ele está interessado neste último, na medida em que o seu próprio depende dele. Basta, em suma, que eu diga ‘eu’ para que me creiam (DUFOR, 2000, p. 83, grifo do autor).

Essa ética do *nós*, do encontro, significa, em última instância, a ultrapassagem do coletivo em relação ao indivíduo: é sendo tomado pela palavra do outro que vou para além do *eu*, que me expando e transcendo na ordem coletiva *ad aeternum*. Enfim, é tocando o outro, na minha fala e na minha escuta, que deixo me levar para além de mim. Deixando de ser *eu*, passo a assumir as formas do *tu* (copresente) e do *ele* (ausente); passo, então, a ser uma referência no discurso alheio e me esvaneço da clausura do *eu*. É, em suma, deixando de ser apenas *eu* que passo a integrar a dimensão coletiva do *nós*. Se a enunciação é, de um lado, a afirmação eterna da vida – porque sempre presente –, é preciso admitir, de outro, que a ausência é a morte, e “[...] a morte se experimenta nos fins das conversações [...] passamos nossas vidas morrendo” (DUFOR, 2000, p. 148). Assim, para renascer como *nós*, é preciso primeiro morrer como *eu*.

Dessa forma,

[...] pela ausência de si em si, é-me dada, enfim, a ocasião de fazer a prova da minha condição de ser mortal. [...] fazendo a experiência da ausência, compreendo que a espécie irá exigir, já exige que um dia *eu* morra como indivíduo. Quando eu gozo, é a espécie que goza em mim de um prazer sem nenhuma medida comum com as dimensões do meu indivíduo. Gozando, renunciando à forma ‘eu’ agregando-me por um tempo dado ao Outro, à ausência, ao ‘ele’, a todos os sujeitos, eu compreendo isso ao qual ‘eu’ está prometido... Através desta *pequena morte*, antecipo a outra morte, a *grande*, que é minha única certeza e cuja experiência jamais poderei fazer (DUFOR, 2000, p. 95).

Ademais, é necessário considerarmos que, além da pessoa, as categorias de tempo e espaço também possuem desdobramentos éticos: é *aqui* e *agora* que nossa trajetória humana acontece, estamos continuamente situados no presente (tempo) e na presença (espaço) do outro. Nessa perspectiva, podemos afirmar que,

[...] à primeira vista, o momento presente é apenas um entre os inúmeros momentos da sua vida. Cada dia parece se constituir de milhares de momentos em que ocorrem os mais diversos fatos. Mas, se você olhar mais profundamente, irá descobrir que existe apenas um momento. A vida não é sempre ‘este momento’? Este exato momento – agora – é a única coisa da qual você jamais conseguirá escapar, o único fator constante em sua vida. Aconteça o que acontecer, e por mais que sua vida

mude, uma coisa é certa: é sempre agora [...] A divisão da vida em passado, presente e futuro é uma construção da mente, em última análise ilusória. Passado e futuro são formas de pensamento, abstrações mentais. O passado só pode ser lembrado agora. O que você lembra é um fato que aconteceu no agora e do qual você se lembra agora. O futuro, quando chega, é o agora. Portanto, a única coisa real, a única coisa que sempre existe, é o agora. [...] aonde quer que vá, você se leva. Em outras palavras: você está aqui. Sempre (TOLLE, 2003, p. 15, grifo do autor).

Ora, se é somente no eterno presente do *agora* e apenas na eterna presença do *aqui* que podemos nos instanciar como sujeitos, devemos concluir, conseqüentemente, que essas condições não estão relacionadas apenas à enunciação, entendida como o ato de fala, mas, de forma mais ampla, também à vida: é vivendo que tomo a posição de *eu* e me instancio na língua e no mundo.

Assim, se a morte é uma ausência, está correlacionada ao *ele*: o ausente da língua. Assim, é válido observar que “[...] o presente do sujeito só pode ser construído por referência à ausência”, o que nos permite concluir que “[...] o terceiro pronome – aquele que significa o ausente da instância do discurso – é, pois, igualmente, o da presença dos outros” (DUFOUR, 2000, p. 91). Por sua vez, *tu* remete à copresença – à presença simultânea –, pois se inscreve junto à presença do *eu*. É somente enquanto pessoa subjetiva que posso me instanciar no mundo: se assumo a posição de *eu*, a assumo sempre e invariavelmente em relação: em relação ao *tu*, ao *aqui* e ao *agora*.

Desse modo, consideramos que,

[...] o que, na ordem simbólica, funda a presença (experimentada no par *presente-copresente*) é seu pareamento com o pólo *vida* da ordem genética. E, de fato, o homem experimenta sua própria presença e o fato de viver *falando*: *falar* (atividade lingüística), *viver* (forma genética), *estar presente* (‘estado clínico-simbólico’) são termos que, embora pertencendo a ordens diferentes, estão interligados. Mas isso não é suficiente: para experimentar sua própria presença e o fato de viver falando, cada homem deve conectar a *ausência* (pela qual ele constitui seu sistema simbólico de representação) à *morte*, que caracteriza o porvir individual de cada um dos indivíduos da espécie. É introjetando a relação vida/morte que o sistema simbólico se constitui como tal. [...] Se a morte não estivesse representada no sistema simbólico, o homem não poderia nem falar, nem estar presente. [...] A partir do momento em que é admitida a necessidade dessa relação, pode-se dizer que o ‘ele’, o ausente das relações de copresença, representa a morte. Disso se pode fazer um teorema: o ‘ele’ do sistema *eu-tu/ele* é um significante que tem por significado a morte (DUFOUR, 2000, p. 98, grifo do autor).

Podemos afirmar, portanto, que não somente a trajetória humana está marcada na língua e na linguagem por meio das categorias de pessoa, tempo e espaço, mas também que só existe no eterno instante em que a pessoa se situa no tempo e no espaço. Vale ressaltar, ainda, que o ciclo triádico de nossa existência – nascimento, vida e morte – consiste, na verdade, em

uma relação que a própria língua nos ensina (porque a contém): é no âmbito da linguagem que compreendemos o processo irrevogável de vida e morte.

Logo, aquilo que chamamos de *verdade*, *realidade* e *mundo objetivo* consiste apenas em um mosaico de valores estabelecidos na e pela linguagem. Não há acesso direto ao mundo: há somente nossa relação com o outro, dentro de nossa perspectiva de pessoa subjetiva – que fala sempre a partir de si mesma –, por intermédio da linguagem. Diante disso, cabe o questionamento de Nietzsche (2003, p. 34):

O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moeda.

Um exemplo simples, a fim de ilustrar nossa proposição sobre os desdobramentos éticos e políticos da língua e evidenciar como a língua contém esses valores, são os termos *patrimônio* e *matrimônio*: em comum, apresentam a partícula grega *nomos* (em *nômio*), referente às leis, aos costumes e, por derivação, às posses de um grupo. Contudo, uma se origina do vocábulo latino *pater*, e a outra, de *mater*; referem-se, portanto, ao pai e à mãe, respectivamente. Em nossa cultura, entretanto, enquanto *patrimônio* designa os bens materiais (dinheiro, imóveis, posses, escrituras), *matrimônio* é sinônimo de casamento. Parece desnecessário afirmar que a construção cultural de significados dos vocábulos *patrimônio* e *matrimônio* corresponde a um modelo patriarcal de sociedade; é desnecessário dizê-lo pois a própria língua já o afirma, irrefutavelmente, ainda que o falante pretenda ocultar tais significados.

Outro exemplo é apresentado no texto *Dois modelos linguísticos da cidade*, presente na sexta parte (“Léxico e cultura”) dos *Problemas de Lingüística Geral II*, em que Benveniste faz um inventário do termo *cidade* e questiona também o pressuposto de que a língua reflete a sociedade, como uma relação unilateral, afirmando que, ao contrário, devemos questionar e inverter essa perspectiva:

[...] no debate incessante sobre a relação entre língua e sociedade limitamo-nos geralmente à visão tradicional da língua como espelho da sociedade. É preciso desconfiar muitíssimo desse gênero de imagens. Como poderia a língua “refletir” a sociedade? Essas grandes abstrações e as relações, falsamente concretas, em que as colocamos juntas, produzem apenas ilusões ou confusões. De fato, é somente uma parte da língua e uma parte da sociedade que se põem assim em comparação. Do lado da língua, é o vocabulário que detém o papel de representante, e é do vocabulário que se conclui – inevitavelmente, já que sem justificação prévia – para a

língua inteira. Do lado da sociedade, é o fato atômico que se isola, o dado social justamente enquanto objeto de denominação. Uma coisa remete à outra indefinidamente, e, neste acoplamento um a um, o termo designante e o fato não contribuem senão para uma espécie de inventário lexicológico da cultura (BENVENISTE, 2006, p. 278, grifo do autor).

É importante observar, assim, que Benveniste situa a língua e a sociedade em uma relação – mas não uma relação em que uma coisa reflete noutra. Prosseguindo em sua análise, Benveniste afirma que é justamente a partir uma relação interna, denominada intralinguística, que se faz possível observar e absorver como esse inventário lexicológico da cultura se constitui e se instaura. Não é por acaso, estamos convencidos, que Benveniste destaca tão evidentemente três aspectos: 1) trata-se de uma análise intralinguística, pois esse inventário está contido na língua, que a tudo interpreta, inclusive a si mesma; 2) essa análise intralinguística é observável por meio de uma relação, tendo em vista que as relações entre os termos constituem o mecanismo que permite à língua se organizar formalmente e instaurar o falante; e 3) essa relação, situada no contexto de uma análise intralinguística, necessita ser interpretada, pois essa é, na verdade, uma relação de interpretância que Émile Benveniste realiza para interrogar e compreender a língua, ainda que não a proponha como tal:

[...] esta relação intralinguística atende a uma certa necessidade de configuração ao mesmo tempo formal e conceitual. Além disso, sendo intralinguística, não se considera que ela fornece uma denominação do objeto, mas que significa uma relação (a ser interpretada, conforme o caso, como subordinação ou dependência) entre duas noções formalmente ligadas (BENVENISTE, 2006, p. 279).

Assim, Benveniste utiliza o mecanismo de interpretância da língua, mesmo sem mencioná-lo, para explicar como a língua contém e revela a cultura. O linguista também interroga o termo *cidade* (*cité*, no original em francês) baseado em uma abordagem etimológica de dois termos: *civitas*, em latim, e *polis*, em grego. Benveniste opõe os dois termos, explicitando que

[...] a *civitas* romana é, a princípio, a qualidade distintiva dos *cives* e a totalidade aditiva constituída pelos *cives*. Esta “cidade” [“*cité*”] realiza uma vasta reciprocidade; ela não existe senão como somatória. Reencontramos este modelo nos agrupamentos, antigos ou modernos, fundados sobre uma relação de mutualidade entre pessoas da mesma pertença [...] Bem ao contrário, no modelo grego, o dado primeiro é uma entidade, a *polis*. Esta, corpo abstrato, *Estado*, fonte e centro da autoridade, existe por si mesma (BENVENISTE, 2006, p. 285, grifo do autor).

Em síntese, Benveniste situa as noções de *cidade* a partir da fundação de seus termos na cultura. Dessa forma, é possível compreender como a língua contém a sociedade, o que

difere, e muito, de pensar que uma reflete a outra. O linguista conclui que os termos se originaram de maneira radicalmente oposta em grego e em latim, afirmando que,

[...] no modelo latino, o termo primário é aquele que qualifica o homem em uma certa relação mútua, *civis*. Ele engendrou o derivado abstrato *civitas*, nome de coletividade. No modelo grego, o termo primário é o da entidade abstrata *pólis*. Ele engendrou o derivado *polites*, que designa o participante humano (BENVENISTE, 2006, p. 286, grifo do autor).

Dessa maneira, ressaltamos novamente que as relações de interpretância são essenciais para a língua compreender os outros sistemas da cultura. Além disso, as relações de interpretância são fulcrais para que a língua possa interpretar a si mesma, tanto pelo viés da metassemântica (a possibilidade de um discurso referir-se a outro discurso) quanto pela perspectiva de que a língua contém – e mesmo funda – a sociedade e a cultura naquilo que guarda e revela de ambas. Afinal de contas, é o próprio Benveniste (2005, p. 371) quem observa que “[...] toda a história do pensamento moderno e as principais realizações da cultura intelectual no mundo ocidental estão ligadas à criação e ao manejo de algumas dezenas de palavras essenciais”.

Nesse sentido, mesmo uma consideração axiológica sobre os valores fundamentais de uma comunidade e de sua constituição necessita dos mecanismos de interpretância da língua, pois é por meio desses mecanismos que podemos, concomitantemente, acessar e revelar a cultura – compreendendo não apenas o que a língua diz sobre a cultura, mas também como a língua contém, em seus signos e discursos, a dimensão dos valores, da organização e do funcionamento da cultura. Em outras palavras, a interpretância da língua ultrapassa a possibilidade de a língua “falar de” alguma coisa; ela, na verdade, revela – e mesmo denuncia – o que está contido, às vezes escondido, nos sistemas culturais.

4.3 OS SIGNOS VAZIOS COMO ELO TEÓRICO ENTRE A TEORIA DA ENUNCIÇÃO E A SEMIOLOGIA DA LÍNGUA

Observadas as relações entre o geral e o específico, bem como a perspectiva ética, de nossa leitura de Émile Benveniste, passemos às considerações sobre a transição teórica entre a enunciação e a semiologia, utilizando os signos vazios como base para nossa proposição. Lemos, habitualmente, a abordagem enunciativa em um primeiro momento e, posteriormente, passamos a uma segunda reflexão, que consiste na reflexão semiológica da língua (FLORES, 2013). Em nossa perspectiva, há, contudo, uma correlação, uma leitura integradora entre a reflexão iniciada com os pronomes, os verbos e os indicadores de subjetividade, que culminou

na derivação *a posteriori* de uma Teoria da Enunciação, e as considerações sobre a Semiologia da Língua. Essa correlação teórica ocorre por meio de um encontro proporcionado pelos signos vazios – que instanciam as categorias de pessoa, tempo e espaço no escopo da Teoria da Enunciação, atuando como um princípio de interpretância na reflexão oriunda da Semiologia da Língua.

Considerando que é a própria língua que cria as condições suficientes e necessárias para ser acessada pelo homem, podemos afirmar que a língua se desdobra sobre si mesma, oferecendo uma categoria intermediária capaz de introduzir no exercício da fala a pessoa situada no tempo e no espaço. Nesse sentido, é preciso ressaltar que

[...] o prisma formado pelo conjunto ‘eu’, ‘tu’, e ‘ele’ funciona, de certa maneira, como um dispositivo no interior da língua, que inscreve sempre em seus lugares os alocutários. Surge, assim, como uma espécie de língua prévia, uma língua de acesso à língua, uma língua na língua (DUFOR, 2000, p. 69).

Dito de outra forma, os signos vazios, para Benveniste, não são uma categoria lexicológica, menos ainda uma classe gramatical: são, acima de tudo, um mecanismo que permite à língua o exercício da fala, ou seja, que permite ao falante utilizar a língua, adentrando o universo do discurso. Assim, é essa língua prévia, uma língua de acesso à língua, que instaura *eu* e *tu* em uma relação de presença simultânea. Por outro lado, é preciso destacar que a presença se contrapõe a outra noção inexoravelmente implicada: a ausência. Para que *eu-tu* possam se instaurar no presente e em mútua presença na língua-discurso, faz-se necessária também uma ausência: um elemento presente paradoxalmente *in absentia*.

Nesse sentido, mencionamos as palavras de Dufour (2000, p. 55, grifo do autor):

Poderíamos, numa primeira abordagem, destacar que a *trindade* natural contém articulações fundamentais a propósito da *presença* e da *ausência*. O ‘eu’ é aquele que assume a presença diante de um ‘tu’ – não há outros meios de estar presente a não ser assinalando-se ao outro e não há nenhuma definição da presença que não retome essa constatação. Falar, dizer ‘eu’ define instantaneamente um ‘aqui’ e um ‘agora’, isto é, um ponto no tempo e no espaço a partir do qual pode ser falado o mundo. O ‘eu’, pois, está conectado à presença. Mas o que se torna o locutor que cessa de dizer ‘eu’? Torna-se ‘tu’. O ‘tu’ designa aquele que acaba de falar ou aquele que vai falar. [...] Mas para que dois sejam copresentes é necessário e suficiente que tenham expulsado a ausência de seu campo. É preciso que o espaço interlocutário da copreença obtenha um lugar para a ausência. Ela está inscrita ali sob a forma do ‘ele’. Posso dizer de outra maneira: para ser um, é preciso ser dois, mas quando se é dois, de imediato se é três. O espaço dual da fala não pode ser compreendida sem a trindade. A ausência, o ‘ele’, é o que representa, a todos os instantes, a única perspectiva do homem.

Desse modo, a ausência de *ele* ocorre simultaneamente e em virtude da copresença de *eu* e *tu*. A relação intersubjetiva, compreendida como a relação entre *eu* e *tu*, passa, então, a

conter um terceiro elemento: *ele*, o ausente de nossa presença. Assim, para que ocorra uma relação intersubjetiva, é necessário não apenas que o par *eu-tu* seja intercambiável, alternando as posições que ocupam e instanciando igualmente na língua os diferentes sujeitos, mas também que se instanciem em oposição à ausência de *ele*. A esse respeito, Dufour (2000, p. 55) afirma que

O homem, como falante, quaisquer que sejam os céus e os tempos, jamais fará outra coisa que não passar a vida indo de uma posição a outra, jamais sairá do espaço dual da fala. Para experimentar sua própria presença, para experimentar-se como sujeito, para ser um, é necessário ser dois: é mudando constantemente de posição que os interlocutores se afirmam mutuamente como presentes. ‘Eu-tu’ é o espaço da copresença dos dois locutores. Se a troca de ‘eu’ em ‘tu’ e de ‘tu’ em ‘eu’ não existisse, não haveria troca de mensagens (DUFOUR, 2000, p. 55).

Dessa maneira, a presença do homem na língua elucida e fundamenta o aspecto subjetivo da linguagem, aspecto fundamental da reflexão benvenistiana, visto que “[...] somente após ter vinculado homem e linguagem, o que configura um argumento de natureza antropológica, é que Benveniste entra propriamente no tema da subjetividade” (FLORES, 2017, p. 62). São, portanto, os desdobramentos teóricos oriundos da procura pelas marcas linguísticas da subjetividade que orientam inicialmente o pensamento de Émile Benveniste para a elaboração de uma teoria mais complexa e sistêmica em direção ao entendimento da trajetória humana na e pela língua.

É bem evidente que não apenas os pronomes, mas toda a língua manifesta uma subjetividade inexorável; entretanto, justamente o pronome – aquele ou aquilo que substitui o nome, conforme se convencionou definir, de forma reducionista, nas gramáticas de orientação normativa e nos materiais pedagógicos – configura a tríade que instancia a pessoa na língua: o *eu-tu-ela* é a evidência irrefutável de que estamos na língua e de que a língua está em nós.

Assim, percebemos que as primeiras reflexões que Benveniste elabora sobre o funcionamento do sistema pronominal e sobre os indicadores de subjetividade paulatinamente cedem espaço para a noção de pessoa. É importante lembrar, ainda, que não há uma equivalência entre pessoa e pronome – mesmo no caso dos pronomes pessoais – já que nem todo pronome contém a categoria de pessoa, assim como essa categoria não necessita se manifestar explicitamente por meio de um pronome.

Especificamente no caso da reflexão sobre os pronomes que conduziu à Teoria da Enunciação, é preciso assinalar que Émile Benveniste realiza um exercício teórico baseado justamente na interpretação da língua. Dito de outra forma, pensamos que as considerações sobre os pronomes, ainda que distantes, em uma primeira leitura, da proposição semiológica

de Benveniste, são oriundas dos mecanismos de interpretância da língua. Foi olhando para a Semiologia da Língua de Émile Benveniste que percebemos como a discussão acerca dos pronomes também possui uma natureza semiológica. Estamos, assim, cada vez mais convencidos de que, “[...] bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2006, p. 15). Dessa forma, “[...] não há o menor traço de fato linguístico, nem a menor possibilidade de perceber ou de determinar um fato linguístico fora da adoção anterior de um ponto de vista” (SAUSSURE, 2002, p. 27).

A interpretância, em síntese, é tanto o que permite à língua ocupar uma posição central dentro do universo de sistemas simbólicos da cultura quanto o elemento que nos possibilita a vida em sociedade e a interação com o mundo à nossa volta. É, portanto, justificável pensar que as relações de interpretância sejam fundamentais não só do ponto de vista de uma semiologia da língua – fundada justamente sobre a possibilidade de a língua interpretar tudo –, mas também de uma abordagem que englobe o homem na língua como uma totalidade – ou seja, que considere nossa constituição como possível somente pelos mecanismos que a língua nos oferece para interpretar o mundo, seus valores, suas realidades, suas instâncias e suas instituições. Da perspectiva da língua, a interpretância consiste em uma relação fundamental, visto que, de um lado, permite à língua compreender a totalidade dos sistemas simbólicos (inclusive a si mesma) e, de outro, possibilita ao homem o acesso aos signos vazios para se apropriar da língua inteira e se instanciar na dimensão do discurso.

Logo, podemos considerar que tais mecanismos de interpretância são um índice de relação particular que a língua tem consigo mesma; se a língua é o objeto semiológico por excelência, a interpretância é o mecanismo pelo qual esse objeto opera no mundo. Além disso, a interpretância estaria voltada à situação de enunciação, evento no qual o falante se apropria da língua inteira em determinado recorte do eixo tempo-espço, circunscrevendo-o à situação de referência a que está submetido.

Já a respeito do sistema pronominal, observamos que o pronome *eu* implica, obrigatoriamente, colocar em cena aquele que, em algum intervalo do eixo tempo-espço, proferiu a palavra *eu*. Assim, é preciso que haja um *eu* de ordem física no mundo material, um *eu* inscrito na unicidade irrepitível da história, para designar o *eu* referido pelo discurso, realidade linguística que se esvanece na sentença que a contém.

Dito de outra forma, é preciso que haja primeiro um *eu* físico e fisiológico para que passe a existir, também, um *eu* linguístico. Nesse sentido, os signos vazios, com especial atenção para a categoria de pessoa, estabelecem uma relação intermediária entre o que está dentro e o que está fora da língua: “[...] a língua só se constitui como tal (como vetor de um

sistema simbólico permitindo a gênese social e individual dos sujeitos) integrando alguma coisa que está radicalmente fora da língua” (DUFOUR, 2000, p. 98).

Essa transição entre corpo e discurso ocorre por meio do espaço vazio contido na categoria de pessoa, por meio de um recurso que a língua permite, desdobrando-se sobre si mesma. Esse espaço vazio, que permite a inscrição da pessoa, também é responsável pelos eixos temporal e espacial. Dessa maneira, os signos vazios, fornecem ao falante o mecanismo pelo qual este se apropria da língua inteira e se instaura na dimensão singular do discurso, fazendo sua passagem de locutor a sujeito. Em suma, esses signos são o espaço vazio à espera da entrada do homem na língua.

Tal descoberta do homem, de sua trajetória, ocorre justamente por intermédio dos mecanismos de interpretância da língua: uma via de acesso para a reflexão de Émile Benveniste sobre os pronomes e sua teoria da enunciação. Poderíamos, portanto, considerar que as categorias de pessoa, tempo e espaço – os signos vazios – são um mecanismo de interpretância da língua sobre si mesma: a partir dessas categorias, temos acesso à língua inteira.

Desse modo, entendemos que o quadrinômio *eu-tu-aqui-agora*, isto é, a cena enunciativa propriamente dita, constitui a única possibilidade de nos instanciarmos na língua e, conseqüentemente, no mundo. Observamos, portanto, que esse quadrinômio, um conjunto complexo que se autorregula e se adapta às vicissitudes e particularidades de cada língua específica, encontra no espaço vazio a possibilidade de acessar a língua inteira.

Logo, é uma realidade discursiva, ou seja, uma realidade de linguagem, e somente existente na linguagem, que caracteriza a instância particular dos signos vazios. Dito de outra forma: há uma lacuna entre o homem e o mundo, há esse espaço ainda não ocupado, que pode (e deve) ser preenchido em todas as línguas particulares. Essa característica da língua – enquanto sistema simbólico geral e universal, que atravessa as fronteiras do eixo tempo-espaço – confere aos signos vazios um estatuto muito particular dentro do sistema linguístico que integram.

Assim, o sistema linguístico, compartilhado socialmente, converte-se em atividade discursiva, produção individual. Mais uma vez, o geral e o particular articulam-se dentro do pensamento benvenistiano, encontrando na própria língua o elemento intermediário e coesivo que permite não somente essa conversão – da língua em discurso –, mas, de forma ainda mais ampla, todo o nosso acesso ao outro na e pela linguagem. Em suma, afirmamos que a tríade pessoa-tempo-espaço comporta as categorias necessárias à enunciação, que são, em essência e por definição, categorias vazias, preenchidas somente na instância do discurso em que se

realizam. Justamente por isso, servem como uma língua de acesso à língua, constituindo um mecanismo de interpretância da língua sobre si mesma.

Nesse sentido, é interessante observar que “‘eu’ se esvanece em sua evidência mesma, deixando em aberto a questão de sua própria existência” (DUFOUR, 2000, p. 84). O ego (*eu*), a cada enunciação, precisa sofrer um duplo movimento: primeiro, é ocupado pelo locutor que se propõe como *eu*, para, em seguida, ser deixado por *eu*, esvaziado novamente, a fim de que *tu* possa se inscrever, passando, assim, a preencher *eu* novamente. A fala, portanto, é a atividade da partilha por definição:

[...] falando, pois, trocamos entre nós, essencialmente, o direito de usar o índice: agitamos, cada um de nós, sob o nariz do outro, o chocalho da concha vazia. Todo o nosso tempo é passado nisso. E é isso, certamente, o que há de melhor a se fazer: nessa troca, asseguramo-nos como podemos da nossa própria *presença*, da nossa presença alternada no presente. Como nada, no esquema unário, vem em absoluto garantir nossa presença e as provas se invertem em seu contrário, resta-nos então que nos contentemos em experimentarmo-nos mutuamente como *copresentes*: a díade ‘eu-tu’ é o órgão dessa troca (DUFOUR, 2000, p. 86, grifo do autor).

Assim, se todo homem se coloca como sujeito assumindo a posição *eu* perante um *tu*, é porque em todas as línguas essa operação é possível. O aspecto universal da linguagem requer um elemento também universal das línguas. Há, portanto, um aparelho comum em todas as línguas, por meio do qual os falantes se instauram na dimensão do discurso e se apropriam da língua inteira de uma vez só.

Esse aparelho formal, do qual o locutor se apropria, consiste justamente nos elementos vazios da língua: é somente porque são vazios, destituídos de uma significação estável e mais plenamente definida, que permitem a entrada do homem na língua. Esses elementos não pertencem à ordem nominal da língua: são termos cuja natureza está relacionada indissociavelmente à enunciação. São, por assim dizer, os termos necessários e suficientes para que haja a enunciação; é no universo enunciativo que se preenchem, pois permitem à língua fazer um acesso intermediário entre o *eu* e o *não eu*.

Consideramos, dessa forma, que o locutor necessita de um espaço vazio onde possa encontrar abrigo na língua, permitindo que se instaure no universo linguístico e se proponha como sujeito. Trata-se de uma necessidade do falante: como adentrar, de fato, o espaço linguístico se não houver um lugar em que possa permanecer? É oferecendo esses espaços que a língua convoca o falante à enunciação: ao preencher as categorias de pessoa (*eu* e *tu*) e se situar no tempo (*agora*) e no espaço (*aqui*), o falante pode finalmente tomar a língua inteira, de uma vez só, e compartilhar seu universo simbólico com o outro.

Em síntese: é na linguagem, somente no domínio da linguagem, que encontramos o outro e somos, por ele, encontrados também. Nesse sentido, consideramos que, embora não remetam a um objeto estável da realidade imediata, os signos vazios são justamente o acesso ao que nomeamos como nossa realidade; a partir deles, a língua preenche as lacunas existentes entre o *eu* e o *tu*:

[...] ‘eu’ e ‘tu’, estes dois signos vazios, não-referenciais com relação à realidade, resolvem de maneira extremamente simples um problema muito complexo, o da comunicação intersubjetiva: eles estão a disposição de todo o mundo e basta que alguém fale para que essas conchas vazias se tornem cheias. Do mesmo modo, a concha vazia dos índices é uma espécie de autentificação e de atualização de nossa capacidade de simbolização. Desde que nos situemos nesse lugar, o resto da língua vem por si só (DUFOUR, 2000, p. 74).

Assim, a enunciação pode ser vista, ao mesmo e de forma paradoxal, como uma categoria linguística – e, portanto, pertencente à língua – e como uma categoria externa, de acesso à língua. Devemos levar em consideração também que essas formas linguísticas características da enunciação – tempo, espaço e pessoa – colocam o falante em uma relação constante com o outro. Justamente por isso a subjetividade, em Émile Benveniste, é sempre uma relação de intersubjetividade: a subjetividade, em suma, constitui uma relação constante e necessária com o outro. Dito de outra forma, a intersubjetividade ocorre na e pela linguagem:

não há relação direta entre homem e mundo nem entre homem e homem. É somente por meio da linguagem que o homem pode atingir o outro e representar sua relação com o mundo. O comunicar, por esse ponto de vista, é um efeito do fato de o homem colocar a língua em ação, ou seja, é uma consequência de se pôr a língua em ato e de se produzir um discurso (SILVA; KNACK; JUCHEM, 2013, p. 3).

É importante mencionar, ainda, que os termos responsáveis pela manifestação da atividade enunciativa abrem um *portal*, por assim dizer, de acesso à língua: é por meio desses termos que nos instauramos na dimensão discursiva como sujeitos situados no tempo e no espaço, falando para outro sujeito. Para falar, é compulsório primeiro ingressar no sistema triádico da enunciação: “[...] aquele a quem eu falo adotará espontaneamente este sistema, mesmo que não compreenda nada do que digo ou discorde absolutamente de mim. Mesmo para contestar minhas afirmações, deverá tornar seu este sistema” (DUFOUR, 2000, p. 69). Assim, os signos vazios constituem tanto o aparelho formal da enunciação quanto uma relação específica de interpretância, em que a língua se desdobra sobre si mesma e permite uma categoria intermediária entre o homem e o mundo.

Em síntese, podemos dizer que existe um nível, uma camada intermediária que permite a passagem de locutor a sujeito; uma camada sempre disponível a todos os falantes de todas as línguas. Essa camada só pode ser preenchida na cena enunciativa da qual faz parte: é uma camada que se constrói sempre nova, pois dura apenas o tempo presente da enunciação em que está contida.

Desse modo, consideramos que a reflexão iniciada em 1946, a partir do texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, bem como presente nos textos subsequentes da chamada Teoria da Enunciação, esteja correlacionada à proposição de uma semiologia da língua, consolidada em 1969 precisamente em um texto chamado *Semiologia da língua*. As considerações sobre os signos vazios são, assim, um exercício praticado por meio do mecanismo de interpretância da língua: é interpretando a si mesma, desdobrando-se sobre si mesma, que a língua permite um aparelho universal capaz de instanciar as categorias de pessoa, tempo e espaço.

Assim, a língua interpreta a si mesma por meio dos signos vazios, criando uma categoria intermediária que possibilita ao homem, paradoxalmente, se inscrever na própria língua. Émile Benveniste, em sua reflexão semiológica, afirma que a língua é o sistema interpretante de todos os sistemas, inclusive de si mesma; tomados por essa premissa, compreendemos, hoje, que a reflexão sobre os signos vazios e a enunciação é, também, uma reflexão sobre uma forma de a língua interpretar a si mesma, disponibilizando um aparelho universal capaz tanto de unificar as diferentes línguas particulares quanto de instanciar o homem na língua.

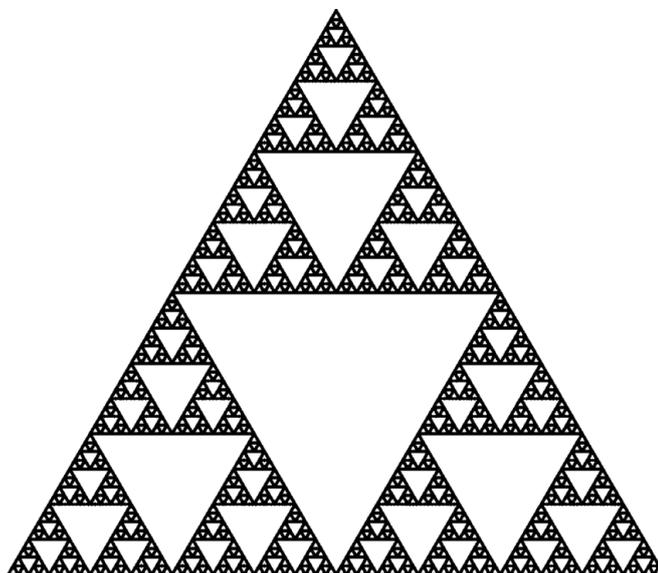
Dessa maneira, consideramos que a unificação triádica das categorias de pessoa, tempo e espaço – os termos necessários e suficientes para a proposição de uma teoria enunciativa – seja uma manifestação da interpretância da língua sobre si mesma, desdobrando-se em uma categoria intermediária capaz de unir o *eu* ao mundo em uma perspectiva sempre relacional e integrativa. Dessa forma, acreditamos que a reflexão sobre os signos vazios, presente tanto na Teoria da Enunciação quanto na Semiologia da Língua, inscreve-se na ordem do três, apesar de considerarmos, paralelamente, que a ordem do três se direciona para a unificação. Portanto, podemos afirmar que

[...] a figura trina é *una*; isto significa que cada um dos elementos gerados por essa figura tem o poder de recompor *um conjunto* de três elementos de natureza *tricotômica, triádica, ternária ou trinitária* [...] Essas tricomias (tricomia: tipologia em três classes) são representáveis de maneira triádica (tríade: relação lógica de três termos). Essas tríades são, elas próprias, representáveis consecutivamente, como *ternariedade* (sucessão diacrônica de três tempos) e, simultaneamente, como

trindade (conjunto sincrônico de três pontos) (DUFOUR, 2000, p. 134-135, grifo do autor).

Na nossa leitura, a parte e o todo aparecem sempre integrados no pensamento de Émile Benveniste, como um fractal (estrutura geométrica ego-semelhante): a proposição geral de que a língua interpreta a tudo, inclusive a si mesma, é manifesta na reflexão específica sobre os signos vazios (ora nomeados indicadores de subjetividade, ora compreendidos como o sistema pronominal). Para ilustrar esse raciocínio, evocamos o triângulo recursivo de Sierpinski, em que a parte e o todo se implicam mutuamente (Figura 4).

Figura 4 – O terceiro triângulo: o triângulo de Sierpinski



Fonte: Devaney (1995).

Assim, uma vez mais percebemos que a língua contém tudo – inclusive a si mesma – e é a própria língua que possibilita ao homem se inscrever na realidade discursiva, tomando uma língua prévia de acesso aos signos vazios. Precisamos observar, dessa forma, que é a própria língua, desdobrando-se sobre si mesma, que permite a criação dessa língua intermediária de acesso à língua – e isso nos permite relacionar o triângulo de Sierpinski ao sistema linguístico, pois todo e parte se implicam incessantemente. Essa relação eterna entre o geral e o particular está manifesta sobretudo nos signos vazios, que são uma língua à parte: uma língua de acesso à língua. Em outras palavras, a língua recria a si mesma em um modelo intermediário apenas para conduzir o homem ao universo discursivo.

Em nossa perspectiva, os signos vazios estão duplamente associados ao pensamento benvenistiano: de um lado, integram a reflexão enunciativa e, de outro, operam na discussão

semiológica. Por isso, consideramos que os signos vazios consistem em um elo teórico para entendermos o pensamento benvenistiano; podem, também, ser um itinerário de leitura ou mesmo o fundamento de um modelo didático voltado ao ensino de Émile Benveniste.

Na proposta enunciativa de Benveniste, os signos vazios apresentam-se justamente como a língua de acesso à língua, pois constituem as condições suficientes e necessárias para situar o homem no universo discursivo. Em suma, os signos vazios oferecem ao falante da língua as categorias de pessoa, tempo e espaço, sem as quais não podemos adentrar a dimensão singular do discurso. A enunciação, portanto, está plenamente associada aos signos vazios da língua, que lhe são parte essencial: um homem só consegue acessar outro homem por meio dessas categorias vazias. É somente porque são vazios que esses signos pertencem a todos os falantes e a nenhum ao mesmo tempo; e é apenas por meio das categorias vazias que o falante pode atualizar e partilhar continuamente o tempo e o espaço.

Já pelo viés da reflexão semiológica, percebemos que os signos vazios consistem, na verdade, em uma relação de interpretância. É preciso lembrar que a interpretância é uma categoria sempre relativa, visto que invariavelmente propõe uma relação entre elementos. Em nossa perspectiva, os signos vazios apresentam-se na discussão semiológica de Émile Benveniste como uma relação interna: são uma relação de interpretância que a língua estabelece consigo mesma; mais especificamente, a relação que a língua estabelece com as três categorias fundamentais da enunciação: pessoa, tempo e espaço. Assim, essa relação de interpretância ocorre com a língua desdobrando-se sobre si mesma e criando um nível intermediário que une corpo e falante e que permite ao locutor se propor como sujeito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No conjunto de leituras que propusemos (a partir e dentro da obra de Émile Benveniste), acreditamos ter oferecido, também, uma leitura integradora de diferentes reflexões do pensamento benvenistiano. Observamos como a obra de Benveniste é vasta, o que requer, invariavelmente, propor uma perspectiva de leitura a fim de unificar discussões que se encontram espalhadas pelos textos, pelas temáticas e pela cronologia da produção benvenistiana.

Também percebemos que as relações de interpretância possuem um vasto potencial para análises e desdobramentos teóricos, embora justamente essa característica possa causar uma espécie de confusão teórico-terminológica, tendo em vista que cada pesquisador toma essas relações em um sentido particular. Dentro das diferentes possibilidades de concepção do termo *interpretância*, acreditamos que haja uma capaz de unir a reflexão semiológica à proposta enunciativa de Benveniste, o que se ocorreria por meio dos signos vazios que constituem as categorias de pessoa, tempo e espaço.

Nossa leitura do conjunto de textos que compõem a assim chamada Teoria da Enunciação revelou que essa discussão foi paulatinamente construída dentro das produções de Benveniste. O linguista inicia sua reflexão enunciativa com análises de natureza mais específica e intralinguística, que encontram nas relações de pessoa, no verbo e no sistema pronominal os indicadores de subjetividade que dariam origem à categoria de pessoa. Além disso, notamos que as categorias de tempo e espaço são inerentes à enunciação e possuem, também, desdobramentos teóricos e éticos na reflexão de Benveniste.

Por fim, gostaríamos de pontuar que há uma relação teórica entre a semiologia e a enunciação. Essa reflexão encontra um elo teórico nos signos vazios, permitindo a proposição das categorias de pessoa, tempo e espaço e, dessa forma, instanciando o homem na língua. Tal relação intrateórica ocorre justamente porque a língua é o sistema interpretante de tudo, inclusive de si mesma.

Em síntese, podemos afirmar que os signos vazios que correspondem à pessoa, ao tempo e ao espaço – categorias necessárias e suficientes para que haja a enunciação – são um recurso que a língua oferece, interpretando a si mesma e criando uma camada intermediária, capaz de situar o homem na própria língua. Dessa maneira, ao propor a enunciação, Benveniste estava, ainda que sem mencionar explicitamente, propondo uma relação de interpretância; é justamente essa relação de interpretância que permite ao linguista desenvolver sua reflexão enunciativa.

Assim, gostaríamos de propor, inseridos no debate da linguística brasileira, uma nova leitura para o termo interpretância: a interpretância específica que a língua faz de si mesma a partir dos signos vazios. Essa relação de interpretância – dentro de uma perspectiva puramente teórica – permitiu a Benveniste estabelecer os termos necessários e suficientes para propor a enunciação; essa relação de interpretância consiste justamente em permitir ao homem o acesso à língua, tornando-o sujeito e possibilitando que encontre no outro o fundamento de sua subjetividade. Desse modo, propomos uma oitava possibilidade de leitura para o termo interpretância no escopo da linguística brasileira: a interpretância da língua sobre si mesma por meio dos signos vazios, que possibilita a entrada do homem na língua.

1. interpretância da língua sobre si mesma via autossemiotização;
2. interpretância da língua sobre si mesma via metassemântica;
3. interpretância da língua em relação aos demais sistemas;
4. interpretância como relações de homologia;
5. interpretância da língua em relação à sociedade;
6. interpretância da língua em relação ao pensamento;
7. interpretância da língua como relação do homem com a cultura;
- 8. interpretância da língua sobre si mesma por meio dos signos vazios (entrada do homem na língua via categorias de tempo, espaço e pessoa).**

Dessa forma, essa relação de interpretância consiste em um elemento mediador que possibilita ao homem estabelecer relações com o que lhe é externo. Assim, essa relação está associada à reflexão enunciativa de Émile Benveniste e encontra nos signos vazios seu operador, utilizando justamente as categorias de pessoa, tempo e espaço – categorias habitualmente associadas à reflexão enunciativa – para estabelecer um novo tipo de interpretância da língua sobre si mesma. Consideramos, portanto, que a interpretância se instaura como uma relação, uma relação que permite ao homem atingir outro homem, acessando o mundo à sua volta.

Essa relação particular de interpretância, na realidade, está implicada na formação de nossa subjetividade, integrando o escopo de ações do homem no mundo, pois é na linguagem que o homem se torna aquilo que sempre foi. Dessa maneira, a interpretância dos signos vazios inscreve-se na língua como o elemento que possibilita a interação e, portanto, desempenha uma função primordial para a construção de nossa identidade enquanto seres de linguagem, possuindo, também, desdobramentos éticos, políticos e históricos.

Acreditamos, nesse sentido, que nossa discussão possa suscitar novos diálogos dentro do escopo da linguística brasileira, com especial interesse aos estudiosos da obra de Émile Benveniste. Sabemos que o debate acerca da obra benvenistiana é amplo e contemporâneo, e, dessa forma, integrar diferentes pesquisas é também uma atitude ética, dialógica e coerente com a perspectiva benvenistiana sobre língua e linguagem.

Por outro lado, advertimos que há diversas questões que podem – e devem – ser investigadas de forma mais aprofundada, ampliando nosso escopo de discussão. Um exemplo de desdobramento possível a partir de nossa pesquisa seria a proposição geral de uma ética no pensamento de Émile Benveniste, correlacionando a discussão que ora apresentamos com outros autores que se debruçam sobre a relação imanente entre ética e linguagem.

Gostaríamos, por fim, de destacar que nosso estudo estabelece um itinerário de leitura que realoca diferentes reflexões dentro da obra benvenistiana. Dessa maneira, acreditamos que nossa pesquisa possa também ser útil para o ensino de Émile Benveniste, pois, embora não seja um modelo didático, estabelece bases para compreendermos e situarmos o pensamento benvenistiano dentro da reflexão sobre a relação do homem com a língua e a linguagem. Desse modo, acreditamos ter apresentado uma perspectiva teórica para a compreensão do pensamento de Émile Benveniste, assim como ter evidenciado de que forma a relação semiológica de interpretância está presente na teoria enunciativa que parte dos signos vazios da língua, constituindo uma língua intermediária entre o homem e a própria língua e permitindo nossa instância no mundo como seres de linguagem.

Nosso mundo resume-se a uma concha vazia preenchida na e pela língua.

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, C.; ARAÚJO, E. D.; LEITE, J. D. Émile Benveniste: uma letra que encarna a linguagem. **Entremeios**: revista de estudos do discurso, Porto Alegre, v. 10, p. 115-121, jan./jun. 2015.
- ARAGÃO, M. H. M.; ARAGÃO, J. F. M. A evolução social do conceito de tempo. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 5., 2011, São Cristóvão. **Anais eletrônicos** [...]. São Cristóvão: Educon, 2011.
- ARCHIVIO STORICO OLIVETTI. Convegno Associazione Archivio Storico Olivetti. **Olivettiana**, Ivrea, 04 de outubro de 2016. Disponível em: <http://olivettiana.it/convegno-associazione-archivio-storico-olivetti/>. Acesso em: 19 dez. 2018.
- ARESI, F. **Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste**: uma exegese de O aparelho formal da enunciação. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- ARRIVÉ, M. Préface. Émile Benveniste. Vingt ans après. **Nanterre**, Paris, n. 9, p. 15-21, 1997. Disponível em: <https://journals.openedition.org/linx/962>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- BACHELARD, G. **A intuição do instante**. Campinas: Verus, 2007.
- BALZAN, C. F. P. Da noção de subjetividade de Benveniste à leitura como ato enunciativo. **Leitura**: Teoria & Prática, Campinas, São Paulo, v. 35, n. 69, p. 87-102, 2017.
- BARBOZA, G. **Em busca do espaço perdido?** Um estudo do estatuto da noção de espaço em Émile Benveniste. 2013. 153 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 2006.
- BENVENISTE, É. **Últimas aulas no Collège de France**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- BRAIT, B. Enunciação e intersubjetividade. **Letras**, Santa Maria, v. 33, p. 23-35, jul./dez. 2006.
- CIRNE LIMA, C. R. V.; SOARES, A. C. K. Being, nothing, becoming. Hegel and us – a formalization. **Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v. 6, n. 1, p. 5-39, 2005.
- CIULLA, A. Sobre a definição de dêixis a partir de “A natureza dos pronomes”. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 14, n. 3, p. 364-379, set./dez. 2018.
- DALAI LAMA. **Uma ética para o novo milênio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. São Paulo: Graal, 1968.
- DESSONS, G. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: Éditions In Press, 2006.

DEVANEY, R. L. **The Sierpinski triangle**. BU Math, 1995. Disponível em: <http://math.bu.edu/DYSYS/chaos-game/node2.html>. Acesso em: 24 out. 2019.

DUFOUR, D.-R. **Os mistérios da trindade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FENOGLIO, I. Déplier l'écriture pensante pour relire l'article publié. Les manuscrits de "L'appareil formel de l'énonciation". In: BRUNET, E.; MAHRER, R. (org.). **Relire Benveniste**. Réceptions actuelles des Problèmes de linguistique générale. Louvain la Neuve: Academia, 2011. p. 261-302.

FENOGLIO, I. **Manuscritos de linguistas e genética textual**: quais os desafios para as ciências da linguagem? Exemplo através dos "papiers" de Benveniste. Santa Maria: UFSM, PPGL-Editores, 2013.

FENOGLIO, I. La langue et l'écriture: un écart théorique entre Benveniste et Saussure. **Revista do GELNE**, Natal, v. 19, n. especial, p. 211-236, 2017.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Editora Ática, 1996.

FIORIN, J. L. Uma teoria da enunciação: Benveniste e Greimas. **Gragoatá**, Niterói, v. 22, n. 44, p. 970-985, set./dez. 2017.

FLORES, V. N. Notas para uma (re)leitura da teoria enunciativa de Émile Benveniste. In: FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. (org.). **O sentido na linguagem**: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

FLORES, V. N. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, V. N. As teorias enunciativas e a linguística no Brasil: o lugar de Émile Benveniste. **Antares**, Caxias do Sul, v. 8, n. 15, p. 2-14, jan./jun. 2016.

FLORES, V. N. **Saussure e Benveniste no Brasil**: quatro aulas na École Normale Supérieure. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

FLORES, V. N. A língua, as línguas, o pensamento: apontamentos de leitura de Categorias de pensamento e categorias de língua. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 14, n. 3, p. 504-514, set./dez. 2018.

FLORES, V. N. *et al.* **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, V. N.; NUNES, P. A. Linguística da enunciação: uma herança saussuriana? **Organon**, Porto Alegre, n. 43, p. 199-209, 2007.

FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B. Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística. In: FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B. (org.). **Convite à linguística**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 7-22.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. As perspectivas para o estudo das formas complexas do discurso: atualidades de Émile Benveniste. **ReVEL**, n. 7, p. 1-14, 2013.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GINZBURG, C. Sinais – raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, C. (org.). **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-275.

GOMES DA SILVA, D. L. Benveniste-Saussure: para além da ordem do dois? **ReVEL**, v. 9, n. 16, 2011.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

JAKOBSON, R. **Ensayos de Linguística Geral**. Barcelona: Editorial Ariel, 1984.

KIRCHNER, R. **A temporalidade da presença: a elaboração heideggeriana do conceito de tempo**. 2007. 250 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LAMBEK, M. **Ordinary Ethics: Anthropology, language, and action**. New York: Fordham University Press, 2010.

LAPLANTINE, C. La langue de Baudelaire, une culturologie. **Semen**, Besançon, v. 33, p. 71-90, 2012.

LARRABURU-DEDOURET, S. Émile Benveniste pour vivre langage. **Chronique Linguistique**, v. 168, 2010.

MACHADO, B. F. V. Benveniste, Lacan e o estruturalismo: sobre o sentido antitético das palavras primitivas. **Alfa**, São Paulo, v. 59, n. 1, p. 11-27, 2015.

MALAMOUD, C. L'antropologie d'Émile Benveniste. Remarques d'un indianiste. *In*: FENOGLIO, I. *et al.* (org.). **Autour d'Émile Benveniste**. Paris: Seuil, 2016. p. 237-266.

MARRA, D.; MILANI, S. E. Uma teoria social da lingua(gem) anunciada no limiar do século XX por Antoine Meillet. **Linha d'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 67-90, 2012.

MARTINS, A. F. P; PACCA, J. L. A. O conceito de tempo entre estudantes de ensino fundamental e médio: uma análise à luz da epistemologia de Gaston Bachelard. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 10, n. 3, p. 299-336, 2005.

MELLO, V. H. D. de. **A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto**. 2012. 145 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

NAKAMURA, H. **Indian Buddhism**, a survey with bibliographical notes. Delhi: Motilal Banarsidass Publishers, 1999.

- ÑĀNĀJĪVAKO, B. **Schopenhauer and Buddhism**. Sri Lanka: BPS Online Edition, 2008. Disponível em: https://srednjiput.rs/download/text/veljacic-schopenhauer_and_buddhism.pdf. Acesso em: 24 out. 2019.
- NEUMANN, D. La modernité et les études du langage. **Revista Investigações**, Recife, v. 29, n. 2, jul. 2016.
- NIETZSCHE, F. W. **Assim falou Zaratustra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- NORMAND, C. Benveniste: linguistique saussurienne et signification. **Linx**, n. 26, p. 49-75, 1992. (Lectures d'Emile Benveniste, sous la direction de Annie Montaut et Claudine Normand).
- NORMAND, C. Os termos da enunciação em Benveniste. *In*: OLIVEIRA, S. L.; PARLATO, E. M.; RABELLO, S. (org.). **O falar da linguagem**. São Paulo: Lovise, 1996. p. 127-152.
- NORMAND, C. Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 12-19, jan./mar. 2009.
- NORMAND, C. Saussure-Benveniste. **Letras**, Santa Maria, n. 33, p. 13-21, 2007.
- OLIVEIRA, R. C. A; MARQUES, R. R. Uso da variação linguística na língua brasileira de sinais. **Revista Diálogos: linguagens em movimento**. Caderno Estudos Linguísticos e Literários. Ano II, N. I, 2014, Cuiabá
- ONO, A. **La notion d'énonciation chez Emile Benveniste**. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.
- ONO, A; SILVA, C. L. C.; MILANO, L. Sobre as relações entre a linguagem e o homem: caminhos de leitura em Émile Benveniste. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 12, n. 2, p. 255-260, mai./ago. 2014.
- OSHO. **O livro do ego**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2015.
- OUDESTE, C. S. T.; VALÉRIO, P. da S. Pensando o sentido em Benveniste e Authier-Revuz – uma leitura enunciativa. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 10, n. 1, p. 104-125, 2014.
- POLAK, G. Language, conscious experience and the self in early Buddhism: a cross-cultural interdisciplinary study. **Journal of the Oxford Centre for Buddhist Studies**, Oxford, v. 14, n. 5, p. 37-76, 2018.
- RODRIGUES, R. S. V. **Historiografia-linguística de Émile Benveniste**. 2016. 177 p. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- ROSÁRIO, H. M. A questão da significância da língua em Émile Benveniste: o modo semiótico e o modo semântico. **ReVEL**, Porto Alegre, n. 11, p. 50-68, 2016.
- ROSÁRIO, H. M. **Um périplo benvenistiano: o semiólogo e a semiologia da língua**. 2018. 173 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2018.
- SAUSSURE, F. **Escritos de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2002.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHEIBLER S. the reflecting pool: a space of memory. **USC School of Cinematic Arts – Spectator**, Los Angeles, n. 8.1, p. 22, 1987.

SCHOPENHAUER, A. **O vazio da existência**. 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/5528929/Arthur_Schopenhauer. Acesso em: 23 set. 2019.

SEVERO, R. T. Língua e linguagem como organizadoras do pensamento em Saussure e Benveniste. **Entretextos**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 80-96, 2013.

SEVERO, R. T. **Semiologia da linguagem: a enunciação do sagrado e o corpo afrorreligioso**. 2016. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, C. L. C. A (re)invenção de discursos e a história da criança na linguagem. **Revista Prolíngua**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 163-173, 2015.

_____. A conversão da língua em discurso: enunciar para significar. **Antares**, Caxias do Sul, v. 8, n. 15, p. 15-28, 2016.

SILVA, C. L. C.; KNACK, C.; JUCHEM, A. A linguagem e a experiência humana em sala de aula. **Letras & Letras**, Vitória, v. 29, p. 1-18, 2013.

SILVA, D. C. **Implicações do pensamento benvenistiano para a escrita da história**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

STUMPF, E. M. Saussure e Benveniste: ultrapassagem ou rompimento? **ReVEL**, v. 8, n. 14, p. 1-12, 2010.

STUMPF, E. M. Uma proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem na aquisição da linguagem. **Acta Scientiarum Language and Culture**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 271-280, 2011.

TEIXEIRA, T. L. M. Da articulação à implicação: efeitos da psicanálise no linguista. *In*: TEIXEIRA, T. L. M.; FLORES, V. N. (org.). **O sentido na linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan**. Porto Alegre: Edipucrs, 2012a.

TEIXEIRA, T. L. M. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 2012b.

TITELLO, D. V.; MELLO, V. H. D. A relação entre forma e sentido através das noções de sintagmatização e semantização. **Revista Entrelinhas**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2013.

TOLDO, C. S. De Saussure a Benveniste: um percurso teórico para uma leitura crítica na lingüística da enunciação. *In*: NEUMANN, D; DIEDRICH, M. S. (org.). **Estudos da linguagem sob a perspectiva da enunciação**. Passo Fundo: Méritos, 2012. p. 13-43.

TOLLE, E. **O poder do silêncio**. Rio de Janeiro: GMT Editores, 2003.

VERNALHA, H. B. Benveniste, a subjetividade e a linguagem. **Momentum**, Atibaia, v. 1, n. 10, p. 163-168, 2012.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

WERNER, K. C. G. A intersubjetividade antes da subjetividade na teoria da enunciação de Benveniste. **Signótica**, Goiânia, v. 18, n. 2, p.397-411, jul./dez. 2006.

WIKIPÉDIA. **Kochi Kathakali**. 2019. Disponível em:
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Kochi_Kathakali_4.JPG. Acesso em: 24 out. 2019.

WINKELMAN, M. **Shamanism: a biopsychosocial paradigma of consciousness and healing**. Santa Barbara: Praeger, 2010.